

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS**

SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT

**AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: NÚMEROS,
REPRESENTAÇÕES E CONTROLE SOCIAL
Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina**

PORTO ALEGRE

2016

SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT

**AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: NÚMEROS,
REPRESENTAÇÕES E CONTROLE SOCIAL**
Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Orientador: Dr. José Vicente Tavares dos Santos.

PORTO ALEGRE

2016

CIP – Catalogação na Publicação

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana.

As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina / Sandra Cristiana Kleinschmitt. -- 2016.

234f.

Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Mortes violentas. 2. Tríplice Fronteira. 3. Brasil. 4. Paraguai. 5. Argentina. 6. Representações. 7. Controle social. I. Tavares dos Santos, José Vicente, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SANDRA CRISTIANA KLEINSCHMITT

**AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: NÚMEROS,
REPRESENTAÇÕES E CONTROLE SOCIAL**

Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção do Título Doutora em Sociologia, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 02 de setembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS)

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (UFRGS)

Prof. Dr. Ênio Passiani (UFRGS)

Prof. Dra. Rochele Fellini Fachinetto (UFRGS)

Prof. Dr. Michel Misse (UFRJ)

Dedico a toda a minha família, em especial ao meu
esposo, Wagner, e aos meus pais, Alfredo Guido e
Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que contribuíram com o desenvolvimento desta tese. O meu agradecimento especial é para o meu esposo, Wagner, que, além de conviver com todo o processo do doutorado, me incentivou nos momentos de desânimo e foi a campo comigo. Muito obrigada pela força que sempre me deu com os estudos, pela compreensão e pelo companheirismo. Agradeço aos meus pais, Alfredo Guido e Maria, e aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos pelo apoio incondicional às minhas decisões.

Agradeço muito e infinitamente ao professor José Vicente, pela maestria com que conduziu as orientações, pelas conversas e pelo direcionamento da pesquisa. Esse agradecimento é extensivo aos professores Michel Misse, Alex Niche Teixeira, Ênio Passiani e Rochele Fellini Fachinetto, por terem aceitado o convite para compor a banca de avaliação desta tese e a todo o corpo docente do Programa de Doutorado em Sociologia da UFRGS, pelas excelentes aulas e por instigarem todo o corpo discente na busca pelo conhecimento. Agradeço aos colegas do curso pelas contribuições que fizeram para esta pesquisa e por todas as conversas e trocas de experiências. Vocês foram maravilhosos comigo!

Agradeço ao Tiago Leite pelas leituras que fez da tese, pelas festas e pelas brincadeiras. Agradeço à Dóris Junges e à Lizete Deimling pelas conversas que tivemos e pela amizade.

Agradeço ao Eric Cardin e ao Danilo Ribeiro, pelas trocas de informações e pelo auxílio no contato com os meus entrevistados. Agradeço também aos meus entrevistados: os *rappers*, os jornalistas e os policiais da Tríplice Fronteira – sem vocês esta pesquisa não teria a riqueza de informações que possui.

Agradeço aos professores do Curso de Ciências Sociais da Unioeste de Toledo, pelo incentivo, especialmente ao Roberto Biscoli e ao Geraldo Magella, pelo apoio enquanto coordenadores do curso. Agradeço ao Paulo Azevedo pela leitura da tese e à professora Yonissa por todo apoio que sempre me deu e a todos os outros professores do curso pelo incentivo que sempre me deram.

Agradeço à CAPES pela bolsa.

A todos vocês, meu MUITO OBRIGADA!

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social.** Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar as representações e as políticas de controle para as mortes violentas na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. A teoria de base foi a da Criminologia Cultural e a abordagem foi comparativa. Os dados foram obtidos a partir de pesquisa documental e de entrevistas realizadas mediante um questionário semi-estruturado. A análise desses dados resultou na conclusão de que as forças culturais dominantes do lado brasileiro representam as letalidades relacionadas aos mercados ilícitos transnacionais. No lado paraguaio verificou-se uma divisão entre os motivadores relacionados ao narcotráfico e aos motivadores não relacionados ao narcotráfico. Por fim, no lado argentino predomina a representação sobre motivadores interpessoais. No Brasil, como consequência dessas representações para a formulação de políticas ocorreu a implementação de políticas de controle com perfis distintos: duas fases são políticas de urbanização e uma de operações policiais. A primeira política foi o Projeto “Beira Rio”, que promoveu a remoção das favelas que estavam na barranca do rio Paraná. Uma das consequências dessa política foi o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, entre os anos 1993 a 2006. A segunda política adotada no lado brasileiro foi a intensificação das forças de segurança para coibir o “circuito sacoleiro”. O resultado imediato dessa política foi o desencadeamento de uma série de mudanças nas práticas ilícitas, que se difundiram para toda a região. Como consequência, as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu caíram a partir do ano de 2006, mas difundiram-se para os municípios vizinhos. A terceira política de controle está em desenvolvimento e trata-se do Projeto “Beira Foz”, que ganhou apoio da Itaipu Binacional e dos governos estadual e federal. No lado argentino, a construção da “Avenida Costaneira” com caráter urbanístico não influenciou no comportamento das letalidades em Puerto Iguazú. No lado paraguaio, a reestruturação da Praça San Blas e das “Etapas I, II, III e IV” também não influenciaram no comportamento das taxas das mortes violentas. A política implantada para conter o “circuito sacoleiro” pelo Brasil não foi arquitetada pelas forças culturais do local, mas implementadas pelo governo federal, juntamente com o governo do estado do Paraná, por pressões do governo americano, em um plano maior de seguridade para a Tríplice Fronteira: a “guerra ao terror”, com o propósito de atingir o comércio dos árabes de Ciudad del Este. Essa intervenção revela que a Tríplice Fronteira e suas questões de segurança não foram pensadas somente em nível local, mas também em nível nacional e global. O setor subcultural brasileiro contraria a ideia de que a fronteira e esses mercados transnacionais seriam os causadores das mortes violentas. Esses espaços periféricos, inflados pelos mercados ilícitos, fazem valer os códigos de conduta e os códigos de honra.

Palavras-chave: Mortes violentas. Tríplice Fronteira. Brasil. Paraguai. Argentina. Representações. Controle social.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Violent deaths in the Triple Frontier**: numbers, representations and social control. Comparative study between Brazil, Paraguay and Argentina. 2016. Thesis (Doctorate in Sociology) – Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS.

ABSTRACT

The objective of this thesis was to analyze the representations and control policies for violent deaths in the Triple Border Brazil-Paraguay-Argentina. The basic theory was the Cultural Criminology and the approach was comparative. Data were obtained from desk research and interviews conducted by a semi-structured questionnaire. Analysis of these data resulted in the conclusion that the dominant cultural forces of the Brazilian side represent the lethality related to transnational illicit markets. On the Paraguayan side there was a division among the motivators related to drug trafficking and motivators unrelated to drug trafficking. Finally, on the Argentine side dominates the representation of interpersonal motivators. In Brazil, the consequences of these representations for the formulation of control policies were the implementation of control policies with different profiles: two phases are development policies and police operations. The first policy was the “Beira Rio” Project, which promoted the removal of slums that were in the Paraná river gorge. One consequence of this policy was the increase in mortality rates in Foz do Iguaçu, between the years 1993-2006. The second policy adopted on the Brazilian side was the intensification of security forces to curb the “sacoleiro circuit”. The immediate result of this policy was the development of a series of changes in the illicit practices that have spread to the entire region. As a result, the Foz do Iguaçu mortality rates fell from 2006, but spread to neighboring municipalities. The third control policy is under development and it is the “Beira Foz” Project, which won support from Itaipu Binacional and the state and federal governments. On the Argentine side, the construction of the “Costanera Avenue” with urban character did not influence the behavior of lethality in Puerto Iguazú. On the Paraguayan side, the restructuring of the San Blas Square and the “Stages I, II, III and IV” did not influence the behavior of rates of violent deaths. The policy implemented to contain the “sacoleiro circuit” in Brazil, was not architected for cultural local forces, but implemented by the federal government, along with the government of the state of Paraná, by the American government pressures in a larger plan of security for Triple Frontier: the “war on terror”, in order to achieve trade of the Arabs of Ciudad del Este. This intervention shows that the Triple Border and its security issues have not been thought only locally, but also nationally and globally. The Brazilian subcultural sector contradicts the idea that the border and these transnational markets would be the cause of violent deaths. These peripheral areas, inflamed by illicit markets, do enforce codes of conduct and codes of honor.

Keywords: Violent deaths. Triple Border. Brazil. Paraguay. Argentina. Representations. Social control.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Las muertes violentas en la Triple Frontera: números, representaciones y el control social.** Estudio comparativo entre Brasil, Paraguay y Argentina. 2016. Tesis (Doctorado en Sociología) – Universidad Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es analizar las representaciones y las políticas de control de las muertes violentas en la triple frontera Brasil-Paraguay-Argentina. La teoría básica fue la criminología cultural y el enfoque fue comparado. Los datos se obtuvieron a partir de la investigación documental y entrevistas realizadas por un cuestionario semi-estructurado. El análisis de estos datos dio lugar a la conclusión de que las fuerzas culturales dominantes del lado brasileño representan las letalidades relacionadas con los mercados ilícitos transnacionales. En el lado paraguayo había una división entre los motivadores relacionados con el tráfico de drogas y motivadores no relacionados con el tráfico de drogas. Por último, en el lado argentino domina la representación de los motivadores interpersonales. En Brasil, como resultado de estas representaciones para la formulación de políticas se puso en práctica políticas de control con diferentes perfiles: dos fases son las políticas de desarrollo y una de operación policial. La primera política fue el Proyecto “Beira Rio”, que promueve la eliminación de los barrios pobres que estaban en la garganta del río Paraná. Una consecuencia de esta política fue el aumento de las tasas de mortalidad en Foz de Iguazú, entre los años 1993-2006. La segunda política adoptada en el lado brasileño fue la intensificación de las fuerzas de seguridad para frenar el “circuito sacoleiro”. El resultado inmediato de esta política fue el desarrollo de una serie de cambios en las prácticas ilícitas que se han extendido a toda la región. Como resultado, la tasas de la mortalidad de Foz de Iguazú disminuyeron a partir de 2006, sino que se extienden a los municipios vecinos. La tercera política de control está en desarrollo y que es el Proyecto “Beira Foz”, que obtuvo el apoyo de la Itaipú Binacional y los gobiernos estatales y federales. En el lado argentino, la construcción de la “Avenida Costanera” con carácter urbano no influyó en el comportamiento de letalidad en Puerto Iguazú. En el lado paraguayo, la reestructuración de la plaza de San Blas y las “Etapas I, II, III y IV” no influyó en el comportamiento de las tasas de muertes violentas. La política implementada para contener el “circuito sacoleiro” por el Brasil no fue arquitectura para las fuerzas locales culturales, pero aplicadas por el gobierno federal, junto con el gobierno del estado de Paraná, por las presiones del gobierno estadounidense en un plan más amplio de seguridad para Triple Frontera: la “guerra contra el terror”, con el fin de lograr un comercio de los árabes de Ciudad del Este. Esta intervención se comprobó que la Triple Frontera y sus problemas de seguridad no se han pensado sólo a nivel local, sino también a nivel nacional como a nivel mundial. El sector subcultural brasileña contradice la idea de que la frontera y estos mercados transnacionales serían la causa de las muertes violentas. Estas áreas periféricas, inflamados por los mercados ilícitos, hacer cumplir los códigos de conducta y códigos de honor.

Palabras clave: Muertes violentas. Triple Frontera. Brasil. Paraguay. Argentina. Representaciones. Control social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Localização da Tríplice Fronteira Internacional	20
Figura 02 – Taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1980-2013)	39
Figura 03 – Evolução dos homicídios em Foz do Iguaçu (1992-2014)	40
Figura 04 – Número de mortes violentas na faixa de fronteira Brasil-Paraguai	42
Figura 05 – Comparativo das taxas de letalidades da faixa de fronteira paranaense com Foz do Iguaçu e sem Foz do Iguaçu	45
Figura 06 – Evolução das mortes violentas em Puerto Iguazú (2010-2014)	49
Figura 07 – Território paraguaio cedido ao Brasil e à Argentina após a Guerra do Paraguai	53
Figura 08 – Paraguai: distribuição da população urbano-rural (1950-2025)	57
Figura 09 – Evolução da população do conglomerado urbano de Ciudad del Este	58
Figura 10 – Comparativo das taxas de letalidades entre os municípios, os estados e os países pertencentes	74
Figura 11 – Sexo das vítimas das mortes violentas	75
Figura 12 – Faixa etária das vítimas das mortes violentas	75
Figura 13 – Mortes violentas por arma de fogo	76
Figura 14 – Nacionalidade das vítimas das mortes violentas	78
Figura 15 – Comparação percentual entre as mortes violentas e suas motivações nos três lados da fronteira	82
Figura 16 – Comparação entre as mortes violentas representadas como execução e por outras causas nos três lados da fronteira	83
Figura 17 – Taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1980-2013)	115
Figura 18 – Mapa turístico de Foz do Iguaçu	116
Figura 19 – Comparativo das taxas de letalidades da faixa de fronteira paranaense com Foz do Iguaçu e sem Foz do Iguaçu	131
Figura 20 – Projeto urbanístico do “Movimento Iguassu” para a Tríplice Fronteira	144

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 – Média do número de letalidades dos municípios localizados na linha de fronteira do Paraná e do Mato Grosso do Sul (2009-2013)	43
Tabela 02 – População de Foz do Iguaçu em função dos ciclos econômicos	52
Tabela 03 – Comparativo entre a evolução populacional dos municípios de Cascavel e de Foz do Iguaçu (1960-2000)	56
Tabela 04 – População da Tríplice Fronteira	59
Quadro 01 – Quadro comparativo entre as motivações das letalidades	81
Tabela 05 – Comparação entre os tipos de armas nas mortes por execução	83
Quadro 02 – Quadro comparativo das representações midiáticas das letalidades na Tríplice Fronteira	108
Quadro 03 – Comparação do imaginário das letalidades na Tríplice Fronteira	109
Quadro 04 – Quadro comparativo entre os três lados sobre as representações das letalidades, as políticas de controle e as consequências	159
Quadro 05 – Quadro comparativo dos motivadores das altas taxas de letalidades da Tríplice Fronteira e sua variação	160
Quadro 06 – Comparação entre regras de conduta e códigos de honra	200

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	APRESENTAÇÃO DO OBJETO: AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA	12
1.2	A TRÍPLICE FRONTEIRA NO CONTEXTO DAS LETALIDADES	14
1.3	APRESENTAÇÃO DO PLANO TEÓRICO	21
1.4	OBJETIVOS, PROBLEMAS E HIPÓTESES DA PESQUISA	30
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
1.6	ESTRUTURA DA TESE	37
2	AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: NÚMEROS ..	38
2.1	COMPARATIVO DAS MORTES VIOLENTAS NOS TRÊS LADOS FRONTEIRIÇOS	38
2.2	DETERMINANTES DAS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA	50
3	AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE AS MORTES VIOLENTAS	61
3.1	A PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA	61
3.2	A PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE LETALIDADES NOS JORNAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA	65
3.3	O PERFIL DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS LETALIDADES NOS JORNAIS	73
3.4	REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MOTIVAÇÕES DAS LETALIDADES	80
3.4.1	Representações em Foz do Iguaçu	89
3.4.2	Representações no Conglomerado Urbano de Ciudad del Este	97
3.4.3	Representações em Puerto Iguazú	102
3.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA	106
4	AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA E AS POLÍTICAS DE CONTROLE	110
4.1	POLÍTICAS DE CONTROLE: DISCUSSÃO TEÓRICA	111

4.2	POLÍTICAS DE CONTROLE NA TRÍPLICE FRONTEIRA	114
4.2.1	O Aumento das Taxas de Letalidades e a Primeira Fase das Políticas de Controle em Foz do Iguaçu	115
4.2.2	A Diminuição das Taxas de Letalidades e a Segunda Fase das Políticas de Controle em Foz do Iguaçu	123
4.2.3	O Comportamento das Taxas de Letalidades em Foz do Iguaçu Após a Terceira Fase das Políticas de Controle	142
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE CONTROLE NA TRÍPLICE FRONTEIRA	149
5	AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS DAS MORTES VIOLENTAS PELA PERIFERIA DA TRÍPLICE FRONTEIRA	162
5.1	ELEMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS LETALIDADES PELA PERIFERIA	163
5.2	AS POLÍTICAS DE CONTROLE NA VIDA DO CIDADÃO FRONTEIRIÇO	164
5.3	AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS DAS LETALIDADES: O OLHAR DE QUEM (CON)VIVE COM A VIOLÊNCIA	175
5.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O OLHAR DA PERIFERIA SOBRE AS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA	197
6	CONCLUSÃO: APONTAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE AS MORTES VIOLENTAS NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA	203
6.1	AS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA: SÍNTESE	203
6.2	A FRONTEIRA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA	210
6.3	A TÍTULO DE (IN)CONCLUSÃO	215
	REFERÊNCIAS	220

1 INTRODUÇÃO

A presente tese trata das mortes violentas na Tríplice Fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina analisando os números, os aspectos das representações e os das políticas de controle. A “Tríplice Fronteira” aqui estudada abrange territorialmente seis municípios de três países diferentes, sendo: Foz do Iguaçu (Brasil); Puerto Iguazú (Argentina); Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guazú (Paraguai). As seis cidades, juntas, somam mais de 800 mil habitantes e formam um sistema internacional urbano muito peculiar. Trata-se de um sistema peculiar porque não são apenas áreas vizinhas a uma linha de fronteira, pois essas áreas são contíguas também em relação aos aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos.

1.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO: AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Os termos “mortes violentas” ou “letalidades” referem-se àquelas mortes que foram provocadas por outro, independentemente da intenção do autor. Nessas mortes estão compreendidos os homicídios nos termos jurídicos “culposo”, “doloso” e/ou “qualificado”, os roubos seguidos de mortes e outras violências, independentemente da legislação vigente em cada país, inclusive os encontros de cadáveres ocasionados por agressões e os casos de mortes pela polícia durante a atividade. Não estão incluídos os acidentes de trânsito.

A região da Tríplice Fronteira ganhou destaque pelas altas taxas de letalidades que Foz do Iguaçu apresentou ao longo dos anos. O município alcançou a marca de 102 mortes por 100 mil habitantes em 2006 e liderou o *ranking* nacional das taxas de mortes juvenis durante os anos 2005 e 2006. Foz do Iguaçu chegou a apresentar números superiores aos das grandes capitais brasileiras e de outras cidades fronteiriças, como Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Guaíra, no Paraná: “Foz do Iguaçu/PR representa uma das cidades brasileiras com os maiores índices de violência contra jovens do Brasil, principalmente quando se observa o número de vítimas de homicídios com menos de 18 anos de idade [...]” (CARDIN, 2013a, p. 155). Atualmente o município se destaca pela diminuição dessas taxas, apesar de permanecerem altas.

No lado paraguaio, o conglomerado urbano de Ciudad del Este também é uma das regiões mais violentas do país. As taxas de letalidades no conglomerado, apesar de estarem na média de 18 mortes por 100 mil/hab (JEFATURA DE POLICÍA DEL ALTO PARANÁ, 2014), são menores que as taxas de municípios localizados próximos ao estado do Mato Grosso do Sul, como Pedro Juan Caballero e Capitan Bado, que chegaram às taxas de 65 mortes por 100 mil/hab em 2014 (A GAZETA DO IGUAÇU, 2015). Nos outros municípios do Paraguai, as taxas estão na média de 12 mortes por 100 mil/hab (2014), taxa considerada um pouco acima do normal pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

As faixas de fronteira (ou *zonas de seguridad*¹) Brasil-Paraguai possuem uma particularidade: são altamente violentas em ambos os países. O lado brasileiro, localizado nos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, é, em sua extensão, a mais violenta do Brasil (DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS, 2016). No lado Paraguaio, essa mesma relação se repete (A GAZETA DO IGUAÇU, 2015).

No lado argentino, as taxas de letalidades de Puerto Iguazú também são superiores às taxas provinciais e nacionais. A taxa média de mortes violentas da Argentina é considerada uma das menores do continente (14/100 mil hab).² As taxas nas regiões de fronteiras, da Argentina com o Paraguai e da Argentina com o Brasil, no ano de 2007 configuravam-se como as menores taxas de letalidades da América Latina (CARRIÓN, 2010a).

Diante desse cenário, Alvarez, Salla e Almeida (2012), alertam para a necessidade de realizar estudos *in loco* ou estudos de caso para conhecer o que ocorre no local, sua dinâmica e tudo o que uma pesquisa de campo pode proporcionar:

As políticas de segurança pública implementadas nessa região, como é o caso da Operação Sentinela, fazem parte de um conjunto de intervenções com caráter de defesa de território e de diminuição de crimes transnacionais, como o contrabando, o descaminho e o abigeato. Desenhasdas no âmbito nacional, a partir da consideração das taxas de homicídios nas fronteiras brasileiras e a despeito das características locais das fronteiras sulinas, pouco se sabe

¹ É o termo utilizado pelo Paraguai e pela Argentina para se referir à faixa de fronteira.

² Essas taxas são controversas, porque o governo argentino apresentou dados entre 1992 e 2009, quando as taxas variaram entre cinco a nove mortes por 100 mil/hab (ARGENTINA, 2009).

academicamente como tais intervenções são vivenciadas no âmbito desses municípios e as experiências locais em relação à criminalidade e às ações do Estado. Desse modo, a observação participante, sobretudo nas cidades-gêmeas, pode iluminar aspectos não contemplados por outras técnicas de pesquisa a respeito da implementação das políticas públicas em âmbito local. (ALVAREZ; SALLA; ALMEIDA, 2012, p. 21-22).

Na pesquisa “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”³, realizada em 2013, foi detectado que não são todas as regiões localizadas nas faixas de fronteira do Brasil com os países vizinhos que sentem a problemática da violência. Em toda a sua extensão ficou evidenciada a passagem de mercadorias ilegais caracterizadas por tráfico internacional de armas e de drogas, contrabando e descaminho, praticadas por via terrestre, fluvial e/ou aérea. Poucas eram, porém, as cidades com altas taxas de letalidades. A pesquisa evidenciou que as mortes violentas podem estar associadas às dinâmicas do local, que vão além do imaginário comum de que toda a fronteira é extremamente violenta e que tudo está relacionado aos crimes de fronteira⁴. Entender essa dinâmica local é um dos maiores desafios, porque existem poucos estudos acadêmicos *in loco*, com pesquisas empíricas e com aprofundamento maior da temática.

1.2 A TRÍPLICE FRONTEIRA NO CONTEXTO DAS LETALIDADES

Nesta tese, a Tríplice Fronteira é pensada como uma região de fronteira e definida, conforme Abinzano (2013b), como uma região entre estados-nações determinada por práticas de agentes coletivos que se relacionam transnacionalmente. As regiões de fronteira são espaços transnacionais estruturados dinamicamente a partir das relações de toda ordem que existem no lugar. Essas relações são construídas desde tempos históricos de longa duração, entre agentes e grupos dos lados fronteiriços. Essas relações se realizam através

³ A pesquisa realizada em 2013 foi executada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NECVU/UFRJ) e pelo Grupo RETIS, a pedido do Ministério da Justiça, pelo programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). Eu fiz parte da equipe de pesquisadores de campo e apliquei entrevistas com agentes de segurança na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai e com a Argentina, localizada nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

⁴ De modo genérico, os crimes de fronteira são as práticas de transporte de mercadorias na fronteira que são criminalizadas pelo Estado.

dos aspectos jurídico-políticos da linha de fronteira ou no interior de qualquer das áreas nacionais, sem excluir as demarcações políticas e jurídicas, mas aponta uma realidade subjacente às representações e demarcações formais.

As fronteiras são essencialmente simbólicas, com exceção das linhas político-jurídicas, em que se estabelece um conjunto de referências materiais concretas como o controle dos fluxos transfronteiriços. A linha é somente um aspecto das múltiplas interações entre as sociedades no tempo e no espaço. Ela não se caracteriza como uma barreira, porque a realidade transnacional é contínua em seus aspectos socioeconômicos e espaciais por constituir-se em um lugar de trânsito de pessoas, de mercadorias e de mensagens simbólicas (ABÍNZANO, 2014).

As cidades localizadas em fronteiras internacionais possuem características peculiares que as tornam diferentes das demais: “[...] Uma infinidade de relações culturais, econômicas, políticas e sociais perpassam pelo cotidiano de sua população, tornando-a singular frente às demais áreas de fixação humana [...]” (CATTA, 1994, p. 51). Geralmente, as redes de inter-relações são de toda ordem, como afirma Renoldi (2013, p. 125):

[...] Se trata de territorios nacionales sobre los cuales políticas de Estado han formulado e imaginado mapas: políticos, geográficos, de movilidad, de delitos, de jurisdicciones, de acción gubernamental. Pero también sobre ellos, por ellos o contra ellos, las personas que circulan y habitan la frontera van creando sentidos específicos, creando y usufructuando la trama que se teje en el día a día en diálogo explícito o través del silencio, con cada instancia de control propiamente estatal.

Na América do Sul existem 13 Tríplices Fronteiras internacionais e nove delas estão no Brasil⁵. Na maioria dessas regiões existe um “vazio demográfico”, com poucas instalações institucionais e com reserva de biosfera. Somente duas delas são mais complexas, com alto número de inter-relações, heterogeneidade dos agentes e grupos sociais, com conflitos e projetos comuns. Essas duas Tríplices

⁵ “1) Argentina, Brasil e Paraguai; 2) Brasil, Guiana Francesa e Suriname; 3) Brasil, Suriname e Guiana; 4) Brasil, Guiana e Venezuela; 5) Brasil, Venezuela e Colômbia; 6) Brasil, Colômbia e Perú; 7) Brasil, Perú e Bolívia; 8) Brasil, Bolívia e Paraguai; 9) Brasil, Argentina e Uruguai; 10) Argentina, Paraguai e Bolívia; 11) Argentina, Chile e Bolívia; 12) Chile, Bolívia e Perú; 13) Perú, Equador e Colômbia.” (ABÍNZANO, 2013b, p. 151).

Fronteiras estão entre Chile, Bolívia e Peru e entre Brasil, Paraguai e Argentina. A região estudada nesta tese apresenta a complexidade máxima das relações.

A Tríplice Fronteira estudada passou por várias disputas, conflitos e atritos intermináveis desde quando espanhóis e portugueses por aqui chegaram. Ao longo da história, os países encenaram numerosas guerras, na maioria dos casos pela soberania territorial. Entre essas disputas encontram-se: as guerras entre Guaranis e Bandeirantes; as guerras Guarani; as guerras entre Argentina e Brasil; as soluções diplomáticas manipuladas pelo Império Britânico, que resultou na independência do Uruguai; a Guerra do Paraguai; a apropriação de territórios e de imensos ervais no Brasil e no Paraguai; o Tratado de Palmas emitido em 1895 pelo presidente Cleveland dos Estados Unidos, que favoreceu o Brasil na disputa com a Argentina pelo território em que atualmente se localizam o Oeste e o Sudoeste paranaense (ABINZANO, 2013b).

A situação de conflito social caracteriza e define a fronteira. Isso faz com que a fronteira seja, ao mesmo tempo, um lugar de encontro e de desencontro do outro. Essa definição de José de Sousa Martins (1997), se refere às fronteiras no interior de uma nação, no contexto das frentes de expansão agrícolas no interior do Brasil. Abinzano (2013b), explica essa mesma lógica para as fronteiras internacionais referindo-se a que as frentes e as suas colisões nas fronteiras, entre os Estados-nação, são resolvidas em guerras, negociações, congelamento diplomático ou em novas realidades políticas.

Geograficamente, a região da Tríplice Fronteira localiza-se entre os rios Paraná e Iguaçu. O rio Paraná separa Brasil e Paraguai e ambos estão conectados pela Ponte da Amizade, que interliga Foz do Iguaçu e Cidade do Leste. Esse mesmo rio separa Paraguai e Argentina, mas não existe uma ponte entre os dois países. O acesso direto entre eles é feito por barco. O rio Iguaçu, por sua vez, separa Brasil e Argentina e ambos estão interconectados pela Ponte Tancredo Neves, entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú.

Foz do Iguaçu está situada no extremo Oeste do estado do Paraná, região Sul do Brasil e possui aproximadamente 256 mil habitantes (IBGE, 2010). A cidade possui a maior população de fronteira do Brasil. Nesse município está a empresa

hidrelétrica Itaipu Binacional⁶, localizada na divisa com o Paraguai, e as Cataratas do Iguaçu⁷, localizadas na divisa com a Argentina. Foz do Iguaçu sobrevive predominantemente da produção de energia e dos *royalties* da Itaipu⁸.

Recentemente o setor de serviços teve crescimento significativo, especialmente aqueles serviços voltados para o turismo ambiental. O município é considerado peça fundamental para a economia regional. A Itaipu e as Cataratas do Iguaçu são os: “[...] dois importantes atrativos que legitimam a vocação turística da conhecida tríplice fronteira [...]” (CARDIN, 2012, p. 212, grifo nosso). Em outras palavras, o lugar não é vocacionado para o turismo, mas construído como turístico por forças políticas, sociais e econômicas do lugar, que criaram o mito da “vocação” turística da Tríplice Fronteira.

O conglomerado urbano de Ciudad del Este está localizado na região oriental do Paraguai e soma mais de 500 mil habitantes (DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS – DGEEC, 2014). Esse é o lado mais populoso dos três lados da fronteira e o segundo mais populoso do Paraguai, perdendo apenas para Assunção, capital do país. Nesse lado fronteiriço estão localizadas as hidrelétricas de Itaipu e de Acaray, ambas no município de Hernandárias. Ciudad del Este é a capital do Departamento de Alto Paraná e no município está localizada a terceira maior Zona Franca do Mundo⁹. O conglomerado urbano de Ciudad del Este sobreviveu basicamente do comércio de importados voltado para o turismo de compras. Atualmente um novo ramo está crescendo no local, as indústrias de “*maquilaria*”, ou seja, de empresas que importam o material sem o pagamento de taxas, montam as peças no país e depois vendem seu produto

⁶ A Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, em tamanho e em produção de energia, perdendo apenas para a Hidrelétrica das Três Gargantas, na China, concluída em 2014. A Itaipu foi construída entre 1975 e 1982 e começou a gerar energia em maio de 1984.

⁷ Foi eleita uma das sete maravilhas da natureza em 2011. O título foi obtido sob um concurso publicitário internacional promovido pela fundação *Suíça New 7 Wonders*.

⁸ “Os *royalties* são uma compensação financeira paga pela Hidrelétrica Binacional em função das perdas territoriais sofridas pelos municípios, sendo que cada um recebe uma quantidade em dinheiro de acordo com a porcentagem de terras alagadas. A Lei dos *Royalties* entrou em vigor pelo Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, no entanto, são pagos desde 1985 e serão ainda repassados até 2023. No Paraguai, os *royalties* são repassados integralmente ao Ministerio de Hacienda e distribuídos igualmente por todo o país. Portanto, assim como os distritos limítrofes recebem os *royalties*, também os que não margeiam o Lago recebem.” (GEMELLI, 2013, p. 54).

⁹ A criação da Zona Franca na Cidade do Leste ocorreu na década de 1960, tornando-se uma área de livre comércio. Na classificação internacional da Revista Forbes (1994), a Tríplice Fronteira foi considerada, no início da década de 1990, o terceiro maior centro comercial do mundo, perdendo apenas para Hong Kong e Miami (apud CARDIN, 2009).

no mercado externo. No lado paraguaio, a região é peça fundamental para todos os setores da economia nacional e a porta de entrada para o porto brasileiro de Paranaguá (Estado do Paraná).

Puerto Iguazú está situada na Província de Misiones, região Nordeste da Argentina. Dos três lados, esse é o menos populoso, com aproximadamente 42 mil habitantes (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO – INDEC, 2010). O município sobrevive, basicamente, do setor de serviços voltados para o turismo, especialmente o turismo às Cataratas do Iguazu. Puerto Iguazú está localizado em uma área predominantemente rural e considerado um dos menos desenvolvidas economicamente da Argentina. O maior diferencial dessa Tríplice Fronteira é a presença de seis cidades de médio porte na confluência de limites territoriais e pelo intenso fluxo humano e econômico (CARDIN, 2010b).

A fronteira nos confins do mundo revela o encontro e o desencontro do outro, porque a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (MARTINS, 2009). Essa é a forma mais contundente para pensar a Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Esse espaço passou por constantes modificações ao longo da história, que contribuíram para a configuração do contexto atual. Desde a colônia militar – no início do século XX – que marca a territorialização brasileira e aos portos no lado do Paraguai e da Argentina, o formato atual começa a transparecer. Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, as modificações no espaço se tornaram mais evidentes. Por isso, a fronteira é uma linha de separação, seja concreta ou abstrata, mas não necessariamente rígida. A fronteira internacional, na sua composição fluida, promove o encontro e o desencontro de tempos históricos diferentes, imbricados na temporalidade de cada Estado-nação.

Com a formação do Estado Moderno, as fronteiras se tornaram espaços geográficos que servem de referência para o Estado-nação. Este é o meio para definir o espaço de sua dominação e o território em que se exerce poder político e simbólico. Por meio de: “[...] seus aparelhos de fiscalização e repressão, nas leis que visam disciplinar o comportamento fronteiriço, nas estruturas físicas que visam facilitar o controle e o combate das práticas que por motivos diversos atacam a própria legitimidade do estado [...]” (CARDIN; DORFMAN, 2014, p. 33).

As fronteiras são as margens do território de controle inquestionável do Estado, mas, para exercer o uso legítimo da força, nos termos de Weber, ao mesmo tempo em que reafirma a sua presença, o Estado evidencia a sua ausência, porque:

“[...] As raias sublinham as diferenças culturais, políticas e econômicas entre nações ao mesmo tempo em que se dinamizam pelas desigualdades existentes [...]” (CARDIN; DORFMAN, 2014, p. 34). Por exemplo:

[...] quien está llegando a la frontera argentina con Paraguay y Brasil puede confundir a una persona paraguaya con una argentina, por su forma de hablar o por sus rasgos faciales. Sin embargo, ese parecido jamás confundiría a un habitante del lugar. Los habitantes que transitan entre Puerto Iguazú, Ciudad del Este y Foz do Iguazú usan vocabularios específicos, combinan el castellano con el guaraní y el portugués, acentúan diferencias en la gesticulación, variaciones en las tonalidades de voz, mezclan de una forma particular las palabras o estructuran algunas frases bajo la influencia de la gramática guaraní [...] (RENOLDI, 2013, p. 128).

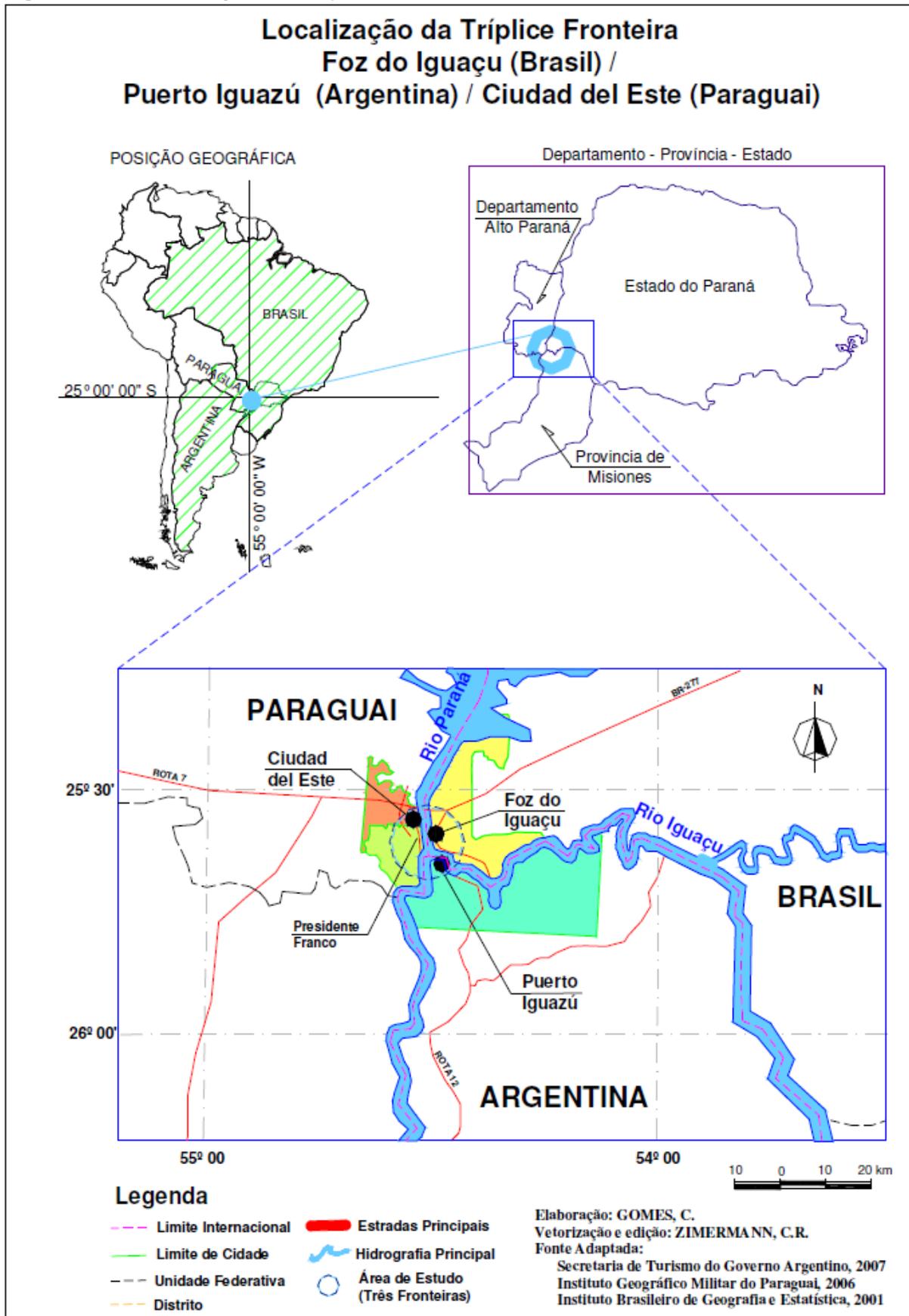
A fronteira porosa permite que o local e o internacional se articulem estabelecendo dinâmicas próprias construídas pelos povos fronteiriços, sem “respeitar” as barreiras oficiais. A formação demográfica da Tríplice Fronteira é bem diversificada. Além de trabalhadores dos meios rurais de vários lugares do Brasil, do Paraguai e da Argentina, também é composta por ondas migratórias nacionais e internacionais marcada pela diversidade étnica. Em Foz do Iguazú estão concentrados aproximadamente 22 mil imigrantes e descendentes de árabes. Essa comunidade de língua árabe é considerada a segunda maior do Brasil, atrás somente de São Paulo. Os árabes e descendentes professam o islamismo em suas diferentes correntes sunita, xiita etc. (CARNEIRO FILHO, 2013).

Segundo dados do IBGE de 2010: “[...] na década de 1950 e [19]60, o comércio na fronteira atraiu um grande contingente de imigrantes do Oriente Médio, sobretudo libaneses. Na década de 1980, chegaram chineses e coreanos¹⁰, que ajudaram a impulsionar o comércio de artigos importados na fronteira.” (apud RIBEIRO, 2015, p. 85). O estabelecimento dos primeiros árabes na região ocorreu com o início da construção da Ponte da Amizade inaugurada em 1965¹¹. Eles eram inicialmente mascates e negociavam produtos industrializados brasileiros no Oeste paranaense. A Figura 01 apresenta a localização espacial da Tríplice Fronteira em análise.

¹⁰ As populações chinesas e coreanas, juntas, somam aproximadamente cinco mil habitantes, entre migrantes e descendentes, em Foz do Iguazú (IBGE, 2010).

¹¹ Segundo Rabossi (2004), na década de 1960, os comerciantes de Assunção, Paraguai montaram comércios na zona franca de Ciudad del Este.

Figura 01 – Localização da Tríplice Fronteira Internacional



Fonte: (SECRETARIA DO GOVERNO ARGENTINO (2007); INSTITUTO MILITAR E GEOGRÁFICO DO PARAGUAI; IBGE (2001) apud GOMES, 2008, p. 111).

1.3 APRESENTAÇÃO DO PLANO TEÓRICO

Esta tese está colocada em dois planos de análise: o macrossociológico e o microssociológico. Assumo, assim, as duas vertentes teórico-metodológicas da Criminologia Cultural. A perspectiva macrossociológica, ou plano horizontal, é a abordagem histórica e estrutural com vertente na Criminologia Crítica. Essa perspectiva considera os aspectos econômicos, políticos, sociais e institucionais mais amplos. A perspectiva microssociológica, ou plano vertical, é a abordagem fenomenológica com vertente no Interacionismo Simbólico. Essa perspectiva aprofunda o conhecimento acerca da dinâmica de funcionamento e das significações.

A Criminologia Cultural originária da Escola de Kent, na Grã Bretanha, é uma matriz de perspectivas que interpretam o crime, a violência e as organizações de controle a partir de seus significados culturais. Essa abordagem refere-se a uma perspectiva teórica, metodológica e intervencionista para o estudo do crime que procura esclarecer a dinâmica entre a ascensão e o declínio desses produtos culturais, elementos principais nessa relação (FERRELL, 1999).

A criminologia cultural enfoca a contínua geração de significados que surgem e nas maneiras como o crime é pensado, porque as regras são criadas e/ou quebradas em uma constante interação entre iniciativas moralizantes, inovação moral e transgressão. Consequentemente, são criadas respostas jurídicas e sociais a essas quebras de regras. Interessa à Criminologia Cultural a compreensão do controle do crime e da criminalidade, mais do que pensar o crime em si (HAYWARD, 2007).

A matriz teórica da criminologia cultural só adquiriu consistência na metade da década de 1990, no Reino Unido. Essa matriz surgiu como uma nova perspectiva diante da criminologia crítica e do interacionismo simbólico, que tem por base os estudos culturais e as teorias pós-modernas (HAYWARD; FERRELL, 2012). Apesar de parecer contraditório, os pesquisadores envolvidos com essa matriz conceitual entendem que as perspectivas subculturais e interacionistas só atingem poder explicativo real quando se integram com criminologias históricas e contemporâneas de poder e desigualdade (FERRELL, HAYWARD; YOUNG, 2008).

Conforme a perspectiva teórica seguida, as forças culturais dominantes representadas pelos setores econômicos e políticos, que prevalecem em um determinado lugar, configuram-se como as responsáveis por criminalizar alguns setores sociais e suas práticas. Consequentemente, essas forças influenciam na formulação de políticas de controle.

Parto do princípio de que as forças culturais dominantes da Tríplice Fronteira são o setor do turismo em Foz do Iguaçu e em Puerto Iguazú e o setor do comércio de importados no conglomerado urbano de Ciudad del Este. Esses setores se entrelaçam com outros setores, como a mídia e as instituições de segurança. A mídia e a polícia possuem responsabilidades conjuntas sobre o noticiário policial, uma vez que edificam cotidianamente as informações sobre o tema. O binômio comunicação-violência faz com que a violência seja construída e estruturada socialmente por um noticiário majoritariamente factual e informativo (VARJÃO, 2008).

Atualmente, Foz do Iguaçu é o segundo destino brasileiro mais visitado por turistas estrangeiros, atrás somente do Rio de Janeiro. Apesar de esse setor estar consolidado, só recentemente passou a dominar, com maior ênfase, as atividades econômicas do município. Por isso, para analisar as mortes violentas e as políticas de controle na Tríplice Fronteira, considera-se o contexto histórico desse espaço para compreender a formação e a configuração das forças culturais dominantes dessa região, que não ocorreu em um processo linear, tampouco ocorre sem contradições e sem disputas.

Durante a história econômica de Foz do Iguaçu, o turismo era área periférica: “[...] Os ciclos econômicos que marcam o desenvolvimento local são fundados no extrativismo, na produção de energia, no ‘comprismo’ e só nas últimas décadas é possível constatar uma valorização da sua dimensão econômica pelas frações da classe dominante do município.” (CARDIN; SANTOS, 2011, p. 2). O intenso e acelerado crescimento urbano que Foz do Iguaçu vivenciou a partir da década de 1970 contribuiu na elaboração do mito de uma cidade destinada a ser um centro de atração turística.

Essa memória foi construída pelas classes dominantes ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990 para convergir os investimentos públicos municipais e federais. Souza (2009), problematiza o processo histórico que tornou hegemônica essa percepção de cidade turística, porque:

Visitas turísticas à Foz do Iguaçu não eram propriamente uma novidade, na década de 1970. Ao contrário, já existia e baseava-se, fundamentalmente, na visita às Cataratas do rio Iguaçu. O que havia de novo era a elaboração de uma proposição que identificava, nessa atividade, o núcleo para onde deveriam **convergir todos os investimentos públicos municipais e, principalmente, federais**. Desde então, o turismo passou a ser definido como a principal atividade econômica local. Desse modo, a construção de uma memória de Foz do Iguaçu como cidade turística foi uma estratégia importante de legitimação dos interesses dos defensores dessa proposição: o domínio sobre o passado, ou melhor, sobre seu significado no presente. (SOUZA, 2009, p. 9-10, grifo nosso).

A construção da memória da “vocação” para o turismo foi uma importante estratégia para legitimar os interesses dos que defendiam essa proposi o. Foi importante especialmente porque as forças culturais dominantes do local: “[...] a partir da constru o da usina [hidrelétrica de Itaipu], se viu ameaçada pela presença de um outro grupo social, politicamente muito forte, constituído pelos tecnocratas representantes e condutores da política do governo federal, em Foz do Iguaçu.” (SOUZA, 2009, p. 79). Desde a funda o de Foz do Iguaçu havia se consolidado um grupo dominante na cidade. Esse grupo, formado por ex-proprietários das *obrages*¹², comerciantes, empresários locais e herdeiros de famílias de militares, vivia uma estagna o econ mica da extra o de madeira e da erva-mate. De maneira contraditória, esses grupos montaram negócios no município que passaram a visualizar a maior explora o das Cataratas do Iguaçu e do turismo (RIBEIRO, 2015).

As forças culturais dominantes do local atribuíam   constru o da barragem de Itaipu todo o processo de acelera o econ mica e de expansão urbana da Tríplice Fronteira a partir da década de 1970. Essa rela o causal ignorou todo o processo histórico de mecaniza o do campo, da migra o rural e da urbaniza o desordenada vivenciada pelo Brasil na década de 1970 e pelo Paraguai na década de 1980.

A “culpa” atribuída   constru o da Itaipu pressionava os governos a direcionar os recursos para o lugar, já que a cidade “pacata” havia sido tomada pelo ritmo “alucinante” da Itaipu. As forças culturais vislumbraram, na constru o da

¹² *Obrages* eram as companhias colonizadoras que faziam a extra o da madeira e as transportavam pelos rios da bacia do rio da Prata.

barragem, uma ampliação de seus negócios e uma possibilidade de obtenção de recursos, via governo federal, para investimento no turismo:

[...] Desenvolveu-se, assim, uma relação contraditória entre as elites locais e o governo federal. Se, por um lado, as elites criticavam e ofereciam resistência à presença do poder dos tecnocratas encarregados de encaminhar a construção da hidrelétrica, por outro, viam, nesse processo, a chance de realizar seus projetos econômicos, na cidade. Tratava-se, portanto, de garantir que a presença do governo federal e de seus recursos servisse aos interesses destes grupos locais. Desse modo, transferia-se, para o governo federal, a responsabilidade de investir, se não de criar a infraestrutura urbana necessária para formar as bases econômicas que tornariam o turismo, em Foz do Iguaçu, uma atividade lucrativa para a elite local. Além disso, essa elite local não desconsiderava que a presença do governo federal, no processo de construção da usina de Itaipu, poderia promover uma significativa ampliação da circulação de capitais [...] (SOUZA, 2009, p. 78-79).

Todas essas articulações possibilitaram a criação de um “senso comum” de que o turismo seria a principal atividade econômica de Foz do Iguaçu, mesmo sendo coadjuvante diante da dependência econômica à empresa Itaipu (economia formal), que gera receitas oficiais superiores: aos *royalties*; a exploração do Parque Nacional do Iguaçu; e às atividades econômicas não “oficiais” (economia informal), como as práticas tipificadas legalmente por “tráfico”, “contrabando” e “descaminho”.

A diferença entre o tráfico, o contrabando e o descaminho é a licitude do objeto. No Brasil, o tráfico é previsto em lei especial, como a lei do estatuto do desarmamento e a lei de drogas. Já o contrabando e o descaminho são previstos no Código Penal. O contrabando se caracteriza pela importação ou exportação de mercadorias, cuja entrada ou saída no país é absoluta ou relativamente proibida, como é o caso de cigarros e de pneus. O descaminho é a fraude ao pagamento de direitos de importação ou exportação e se caracteriza pela compra de mercadorias no exterior acima da cota sem deduzir os tributos devidos (BRASIL, 2003, 2014).

A história de Foz do Iguaçu é perpassada pelo elemento ideológico da vocação econômica para o turismo. Seu desenvolvimento esteve articulado à prática e ao discurso dessa atividade. Ribeiro acrescenta que:

[...] O setor turístico de Foz do Iguaçu representa uma síntese forçada, **o interesse particular de uma fração de classe dominante, mas que aparece como o interesse universal**, na qual os trabalhadores não têm vez e voz ativa ao serem silenciados por

um discurso “democrático” que o inclui como diretamente beneficiado pelo desenvolvimento local. (RIBEIRO, 2015, p. 133-134, grifo do autor).

Outra variável que fortaleceu o setor do turismo, variável essa apontada por Cardin e Santos (2011), foram as políticas de divulgação do destino realizadas pelos governos federal e municipal do lado brasileiro, com ampliação dos recursos destinados à divulgação e ao desenvolvimento do turismo. Isso justificava a captação e o destino do dinheiro público para o turismo, fazendo com que os recursos recebidos fossem direcionados para locais e atrações específicas. Esse direcionamento dos recursos públicos ignorava os investimentos que poderiam interferir na estrutura básica da cidade: “[...] esta situação indica que, oposto aos esforços em fortalecer a cidade como um todo e atacar as desigualdades estruturais existentes, foram desenvolvidas ações intensivas de uma instituição pública em atender apenas o interesse do mercado [...]” (SANTOS, 2009 apud CARDIN; SANTOS, 2011, p. 3).

O processo histórico do mito da vocação turística também foi construído em Ciudad del Este, mas essa construção ocorreu de forma diferente do lado brasileiro. No caso de Ciudad del Este, as forças culturais dessa cidade só recentemente se voltaram para a construção ideológica dessa atividade econômica, justamente no momento em que o comércio da cidade, ligado ao circuito sacoleiro, foi diretamente afetado pelas políticas de controle do Brasil, que serão melhor discutidas ao longo desta tese.

O circuito sacoleiro é o sistema composto pelas relações sociais construídas durante a trajetória das mercadorias negociadas no *microcentro* de Ciudad del Este. Essas relações envolvem desde a articulação com os países produtores de eletroeletrônicos e demais mercadorias, com os comerciantes desse local, que vão desde os proprietários, os vendedores e os *mesiteros*¹³, até a relação com todos os trabalhadores que compram, transportam e revendem essas mercadorias no Brasil (CARDIN, 2013b; RABOSSI, 2004).

Em sua fundação, Ciudad del Este foi projetada para o turismo, mas nunca assumiu a sua “vocação”. Só recentemente a cidade voltou seu discurso e seu olhar para esse setor, em parceria com empresários brasileiros. O mito do turismo

¹³ *Mesitero* é uma espécie de camelô, com barracas sem alvará, que atuam no meio das ruas do *microcentro* de Ciudad del Este (RABOSSI, 2011).

também está fazendo com que Ciudad del Este, que se constituiu historicamente pela comercialização de mercadorias importadas, tente apagar de sua memória um ciclo econômico que durou meio século.

Na análise de Cardin (2007), em relação ao primeiro plano de trabalho em Ciudad del Este na década de 1960, sobre as áreas que seriam beneficiadas com o dinheiro do governo paraguaio e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os investimentos estavam direcionados para a construção: “[...] de um aeroporto, de uma avenida, de um hotel, de um lago artificial e de ruas de acesso, mirantes e restaurantes nos saltos de Acaray e Monday. Logo, observa-se facilmente que o projeto inicial existente para o município estava voltado para o turismo.” (CARDIN, 2007, p. 2). A ênfase nas quedas d’água e na escolha de um local para a construção do hotel-cassino demonstrava o objetivo de ser uma importante atração turística.

O município de Ciudad del Este foi originalmente projetado para ser uma cidade turística, mas sua “vocação natural” nunca se concretizou. As forç as culturais que dominaram a cidade, desde seu surgimento, estavam diretamente ligadas ao comércio de importados no denominado circuito sacoleiro. Atualmente, o setor usa o turismo como uma forma de contornar a crise no comércio.

Puerto Iguaz u foi criada para o turismo e cumpriu sua “vocação”: “En Puerto Iguaz u es evidente la concentración de personal ocupado en servicios comunales y sociales con 43%, de mano de obra, seguido por el rubro de comercio, restaurantes y hoteler a (22%) [...]” (DIECKOW et al., 2008, p. 5). Os investimentos governamentais e os estímulos gerados historicamente sempre foram voltados para esse setor.

Assim como no Brasil, em Puerto Iguaz u as mesmas relações de investimentos públicos foram direcionadas para determinadas atrações turísticas. Os gestores públicos ignoraram as necessidades de investimentos em infraestrutura básica e no combate às desigualdades estruturais. Assim, fica evidente que as forç as culturais da Tríplice Fronteira são: o turismo em Foz do Iguaz u e em Puerto Iguaz u e o setor do comércio de importados no lado paraguaio.

Conforme a perspectiva teórica, existe um entrelaçamento entre as forç as culturais dominantes e as práticas e o controle do crime. Essas dinâmicas destacam a centralidade do significado e da representação na sua construção, que   capaz de criar políticas de controle em um local (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008;

FERRELL, 2011). A prática criminosa está ligada ao contexto cultural, ou seja, o crime é fruto da criminalização cultural coletiva, ambiente simbólico criado e ocupado por indivíduos e grupos impulsionados por uma classe, que age e detém o poder da mídia e gera representações (HAYWARD; FERRELL, 2012). Certamente, a cultura não pode ser reduzida a um subproduto da classe social ou a um resíduo da estrutura social, mas:

[...] É claro que a cultura não se forma sem essas estruturas; tanto a hegemonia cultural dos que estão no poder, quanto as subculturas de aquiescência e resistência dos que estão marginalizados são pouco independentes da classe social e de outras formas de desigualdade enraizada. As forças culturais são os tópicos do discurso simbólico e do significado coletivo que circulam em torno da classe social e da desigualdade, dando vida aos problemas cotidianos dos atores sociais e às situações nas quais seus problemas aparecem. Para todos os papéis do crime e da justiça criminal – autores, policiais, vítimas, repórteres – *a negociação do significado cultural se entrelaça com a rapidez da experiência criminal*. (HAYWARD; FERRELL, 2012, p. 208, grifo do autor).

Os setores que são criminalizados decorrem da formação da cultura em uma relação dialética com a experiência criminal. Por isso é preciso compreender o significado coletivo em torno do cotidiano dos atores sociais, pois estes formam as forças culturais. A relação entre a mudança de negociação cultural e a experiência individual exprime que tanto o crime como o desvio constituem mais do que a promulgação cultural de um grupo estático, porque as culturas não existem como entidades estáticas ou essências coletivas (FERRELL, HAYWARD; YOUNG, 2008).

Cultura sugere uma forma de apresentação pública compartilhada, um processo de negociação pública, cujo desempenho pode ser a aceitação, a rebelião ou a negociação dos conflitos violentos. Por ser um processo de negociação pública, as ações variam de acordo com as circunstâncias, porque as ações ocorrem conforme os grupos acreditam que seja melhor nas condições dadas, por isso jogam, negociam. As classes criminalizadas podem transcender ou agir como marionetes culturais, tudo depende das circunstâncias (FERRELL, HAYWARD; YOUNG, 2008). Nesse sentido:

O que existe é uma relação de circularidade entre as práticas cotidianas das camadas populares e das elites locais, no sentido de que o comportamento, as lutas travadas e a resistência dos setores desfavorecidos, estão diretamente envolvidas com o processo de

normatização das práticas sociais, o controle social, a disciplinarização espacial da cidade, a ampliação ou retração do mercado de trabalho, a atuação legislativa visando a manutenção de seus privilégios e a repressão policial. Nesse sentido os projetos das elites são adaptados de acordo com o jogo de forças que vão se estabelecendo. (CATTA, 1994, p. 55).

Nas sociedades contemporâneas, os atos criminosos e as dinâmicas culturais estão inseridos na vida cotidiana. Muitas formas consideradas crimes emergem de subculturas que são moldadas por convenções sociais de significados, como as gírias, a aparência e a estética. A própria apresentação estilizada opera repositórios de significados coletivos e representações dos membros, que desenvolvem formas de conteúdo e identidade. A subcultura criminosa não é só uma associação de pessoas, mas uma rede de símbolos, significados e conhecimentos de um modo de vida coletivo, que é criminalizado pelas forças culturais dominantes (FERRELL, 1995, 1999).

Muitos daqueles que transmitem empreendimentos culturais são acusados de promover comportamentos criminosos e comumente enfrentam denúncias e processos em nome da moralidade coletiva (FERRELL apud ROCHA, 2012). Isso fica muito evidente no caso daqueles que vivem em espaços periféricos, como é o caso das favelas, bem como as suas produções culturais, como o *rap* e os demais estilos do *hip hop*.

Grupos sociais e eventos considerados “criminosos” são definidos por significados subculturais e envolvem ação, identidade e *status* em torno do estilo compartilhado pelos membros da subcultura. As campanhas de criminalização lançadas contra várias subculturas operam não só pela construção de estatutos legais e de procedimentos de fiscalização, mas pela implantação de símbolos que mobilizam poderosas referências culturais (FERRELL, 1995). O significado da criminalidade é definido pelo estilo das práticas coletivas:

O comportamento criminoso é, na maioria das vezes, o comportamento subcultural. A partir da criminologia interacionista da Escola de Chicago de Edwin Sutherland, às teorias subculturais de Cohen, Cloward e Ohlin e outros criminologistas, há muito tempo reconhecem que as ações e identidades rotuladas como “criminosas” normalmente são geradas dentro dos limites de subculturas desviantes e criminosas. Neste sentido, muito do que é preciso para ser crime é um comportamento essencialmente coletivo. Atos criminosos particulares muitas vezes são organizados dentro e instigado por grupos subculturais. Embora os limites possam

permanecer mal definidos e os membros possam se deslocar em números brutos e níveis de comprometimento, essas subculturas constituem associações humanas definitivas para aqueles que nelas participam [...] (FERRELL, 1995, p. 26, tradução nossa).

Taylor, Walton e Young (2013), argumentam que o poder de rotular, processar e punir as pessoas como desviantes é função do Estado, mas os atos definidos como criminosos são aqueles do interesse da classe dominante, que viola as leis, enquanto os crimes da classe trabalhadora é que são punidos.

Para Ferrell (1999), existe uma reconstrução por meio da mídia do significado e da percepção em torno das questões da cultura e do crime. Esse contexto da criminalização é considerado político, porque a criminalização da cultura popular contemporânea surgiu como parte de grandes “guerras culturais” travadas por políticos conservadores e reacionários culturais. Como um processo conduzido especialmente na esfera pública, a criminalização cultural contribui para que a percepção popular marginalize aqueles que são seu foco. Se for bem-sucedido, ele constrói um grau de desconforto social que reflete a face da cultura popular e na prática da vida cotidiana.

A criminalização da cultura popular é um ataque politizado em determinadas formas de mídia, pois existem aqueles que trabalham publicamente para criminalizar a vida dos usuários de drogas, os mundos da música e da arte ao mobilizar poderosos recursos culturais na construção da moralidade por meio da mídia (FERRELL, 1995). Ou seja, existe todo um aparato midiático para criminalizar determinados setores populares.

A mídia e as forças culturais dominantes constroem a representação do crime, do criminoso e da justiça criminal, especialmente sobre os estilos de vida ou comportamentos diferentes das normas estabelecidas. A mídia se torna um dos instrumentos mais importantes na manutenção de um grupo político-econômico porque impõe padrões de crenças e comportamentos que entram em conflito com as minorias étnicas, culturais e religiosas. Esse poder de manipular a agenda da mídia contribui para conseguir apoio para as políticas que criminalizam aqueles com menor poder na sociedade (JEWKES, 2004).

A produção coletiva de cultura e as respostas por meio da mídia à produção cultural, por parte das autoridades legais e morais, incorporam a política em curso do crime, da criminalização e do controle legal. Os apanhados na mistura diária

entre cultura e crime interagem dentro das interseções ambíguas de produção simbólica com os processos emergentes da vida cotidiana.

1.4 OBJETIVOS, PROBLEMAS E HIPÓTESES DA PESQUISA

As questões das representações e das políticas de controle constituem os problemas desta investigação sociológica:

1. Como as forças culturais dominantes produzem e reproduzem suas representações sobre as mortes violentas na Tríplice Fronteira?
2. Como essas representações sobre as letalidades influenciam na formulação e no direcionamento de políticas de controle para o local?
3. Quais são os impactos dessas políticas nesse espaço internacionalizado e no âmbito regional?
4. Como os sujeitos residentes nas periferias da região da Tríplice Fronteira e que foram atingidos diretamente pelas políticas de controle percebem, sentem e representam as decisões das forças culturais dominantes sobre suas vidas?
5. Qual é o significado das mortes violentas para os setores subculturais, para além das representações das forças culturais dominantes?

Esta investigação orientou-se pelas seguintes hipóteses:

1. As forças culturais dominantes de cada país representam as letalidades com diferentes motivações, mas atreladas ao fator fronteira e às práticas ilícitas.
2. As forças culturais dominantes constroem representações sobre as letalidades e sobre as várias práticas existentes, sejam criminalizadas ou não, representações as quais são determinantes para a formulação de políticas de controle para o local.
3. Os setores subculturais de cada país representam e significam de forma diferente as mortes violentas em relação a cada país e em relação às forças culturais dominantes da Tríplice Fronteira.

Esta pesquisa tem os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar as representações e as políticas de controle para as mortes violentas na Tríplice Fronteira.

Objetivos específicos:

- Identificar as representações sobre as letalidades pelas forças culturais dominantes.
- Compreender as consequências das representações sobre as letalidades na formulação de políticas de controle, por meio da análise de políticas aplicadas ao local.
- Verificar as consequências provocadas pela aplicação de políticas de controle no local, bem como no contexto regional, em relação às letalidades e às reconfigurações econômicas e de trabalho.
- Compreender a percepção dos agentes subculturais sobre a forma como as políticas de controle atingiram suas vidas.
- Identificar os significados atribuídos às mortes violentas na Tríplice Fronteira, por moradores das áreas periféricas, em contraposição ao que é representado pela mídia e pela polícia.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A criminologia cultural opera a partir de proposições pós-modernas. A forma, o conteúdo, o estilo, a substância e o significado residem na apresentação e na representação. Ela afasta a ideia do criminoso individual e de eventos criminais para olhar a representação e as imagens que são criadas por meio do evento criminal disponibilizadas em formas de produtos para serem consumidos (FERRELL, 1999). Os quadros teóricos da criminologia cultural foram desenvolvidos a partir das bases culturais, críticos e interacionistas. Seus métodos têm surgido a partir de suas raízes no estudo de caso naturalista: observação de como decorre a vida do indivíduo sem viver a vida dele.

A criminologia cultural incorpora especialmente a etnografia, técnica usada para fazer a imersão de pesquisadores em subculturas ilícitas, como uma maneira de chegar ao sentido e ao simbolismo construído dentro de subculturas e do imediatismo de eventos criminais. Apesar de essa técnica ser mais recorrente, a

criminologia cultural também usa como técnicas de pesquisas a análise de conteúdo da mídia, como a textual, a semiótica e o visual, além dos estudos que misturam várias técnicas de pesquisa, com a finalidade de obter o maior aprofundamento possível do sentido do crime (FERRELL, 2011).

O método de abordagem aplicado para esta pesquisa é o estudo comparativo entre Brasil (Foz do Iguaçu), Paraguai (Ciudad del Este, Presidente Franco, Hernandárias e Minga Guazú) e Argentina (Puerto Iguazú) em relação às representações das letalidades e ao controle social. O estudo comparativo se desenvolve pela investigação de fenômenos com vistas a ressaltar suas diferenças e semelhanças:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais. (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p. 49).

Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Para a realização desta pesquisa com abordagem comparativa foram utilizadas duas técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental e a entrevista a partir de questionário semi-estruturado.

A coleta documental foi realizada a partir das notícias nas páginas policiais que tinham por característica a morte violenta. O levantamento documental foi realizado em três jornais do local: “A Gazeta do Iguaçu”, de Foz do Iguaçu, “Diario Vanguardia”, de Ciudad del Este e “La Voz de Cataratas”, de Puerto Iguazú.

O levantamento documental foi realizado para o período de janeiro a dezembro de 2014 nos jornais da Argentina e do Paraguai. Nesses dois casos foram obtidas as notícias na versão *online*. No caso do periódico de Foz do Iguaçu, o acesso foi aos jornais impressos, por isso o período selecionado foi de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015. O jornal tem como política guardar as edições impressas retroativas a um ano, sendo que, depois desse período, guardam uma cópia para arquivo e o restante é descartado.

As entrevistas foram realizadas individualmente com policiais, jornalistas e *rappers* dos três lados investigados. Ao todo foram 26 entrevistados com três representantes de cada categoria. No caso da polícia brasileira, foram entrevistados quatro policiais, ou seja, três policiais militares e um civil. No lado paraguaio, somente um *rapper* foi entrevistado.

Nas entrevistas, a opção foi nomear JORNALISTA BR 1, 2 e 3 para os jornalistas brasileiros, JORNALISTA PY 1, 2 e 3 para os jornalistas paraguaios e JORNALISTA AR 1, 2 e 3 para os jornalistas argentinos. Os policiais foram nomeados POLICIAL BR 1, 2, 3 e 4 para os policiais brasileiros, POLICIAL PY 1, 2 e 3 para os policiais paraguaios e POLICIAL AR 1, 2 e 3 para os policiais argentinos. Por fim, foram nomeados RAPPER BR 1, 2 e 3 para os *rappers* brasileiros, RAPPER PY 1 para o *rapper* paraguaio e RAPPER AR 1, 2 e 3 para os *rappers* argentinos.

Essa opção ocorreu porque a pretensão é entender o que a instituição/setor pensa a partir da instituição que representa, sem identificá-los. Por se tratar de um “tema perigoso”, esse posicionamento foi tomado como estratégia para preservar os entrevistados, porque já ocorreu de policiais quererem os nomes dos *rappers* para prendê-los.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho no caso dos jornalistas e dos policiais. No caso dos *rappers* as entrevistas foram realizadas em suas casas no lado brasileiro, em um estabelecimento comercial no lado argentino e na rua, no *microcentro*, em Ciudad del Este. Todas as entrevistas foram gravadas e devidamente autorizadas pelos entrevistados.

O contato com os policiais brasileiros foi por meio da assessoria de imprensa da Polícia Militar de Foz do Iguaçu, que indicou os policiais para a entrevista, sendo um Cabo, um Tenente e um Sargento. As entrevistas ocorreram no Batalhão da Polícia Militar de Foz do Iguaçu com policiais que estavam em expediente. O representante da Polícia Civil foi o Delegado em exercício do Departamento de Homicídios de Foz do Iguaçu e sua entrevista foi realizada na própria Delegacia, no Departamento de Homicídios.

No lado paraguaio, não foi possível realizar entrevistas com policiais da *Jefatura de Policía Nacional del Alto Paraná*, pois recusaram qualquer possibilidade de entrevista. O único setor de polícia do lado paraguaio que aceitou ser entrevistado foi a polícia do turismo, que fica próxima à Ponte da Amizade e está sediada no mesmo prédio do Controle Migratório. Com essa polícia também foram

realizadas três entrevistas, com agentes que estavam em expediente e autorizados pelo chefe do departamento.

No lado argentino, o contato foi feito com o superior da *Policía Provincial de Misiones*, que indicou os policiais em expediente. As entrevistas foram realizadas na sede dessa polícia, em Puerto Iguazú.

Em relação aos jornalistas foram realizadas três entrevistas com esses profissionais no Jornal A Gazeta do Iguazu, três no Diário Vanguardia e, pela especificidade do local, foram entrevistados três jornalistas independentes em Puerto Iguazú, porque não existem jornais impressos no município, somente periódicos *online*.

Em relação aos *rappers*, foi possível chegar até eles com a ajuda do professor Eric Cardin, do Curso de Ciências Sociais da Unioeste de Toledo, que indicou Danilo Ribeiro, seu orientado no mestrado em Ciências Sociais. Por esse caminho consegui chegar até o líder do movimento *hip hop* em Foz do Iguazu. O líder do movimento fez a indicação de um *rapper*, que fez a indicação de outro *rapper*. O líder do movimento *hip hop* também indicou o *rapper* de Ciudad del Este. Abro um parêntese para justificar que o *rapper* paraguaio não fez indicações de outros membros por desconhecer outros *rappers* naquele lado fronteiro.

A amostragem foi construída por cadeias de referências, em uma espécie de uma pequena “Bola de Neve”, quando um entrevistado auxilia na indicação de outros entrevistados:

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994). Portanto, a *snowball* (“Bola de Neve”) é uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. (BALDIN; MUNUZ, 2011, p. 332).

Os *rappers* do lado argentino foram encontrados em pesquisas que realizei no *Youtube*. Essa é a ferramenta utilizada pelo grupo musical para divulgar a sua produção artística. As entrevistas no lado paraguaio e no lado argentino foram pouco

profundas e isso dificultou o entendimento das representações e os significados atribuídos às mortes violentas naqueles lados fronteiriços.

A confiança que se estabelece entre pesquisador e entrevistado torna-se fundamental para o bom andamento da pesquisa. Quando terminei as entrevistas com um dos *rappers* brasileiros, pela segunda vez que o entrevistei, relatei que estava feliz por ter conseguido tantas informações e com tanta riqueza de detalhes. Nesse momento, ele revelou que eu só consegui entrevistá-lo porque o *rapper* que o indicou disse: “Pode fazer a entrevista que a ‘mina’ é firmeza”. Ou seja, eles entendiam que eu não estava fazendo uma pesquisa com a intenção de prejudicá-los, mas tornar visível as suas tragédias diárias.

Logo de início recebi elogios dos três entrevistados do *rap* brasileiro, porque o propósito da minha pesquisa não estava seguindo o óbvio, não era somente abordar as forças culturais que os oprimem, mas também abordar o olhar da periferia: dos agentes que vivenciam e sentem a violência no cotidiano e sentem de maneira mais dura as políticas de controle impostas ao local.

Em relação às suas vivências e experiências com a violência, acredito que foi o ponto que mais dificultou a abertura e a fala sobre o assunto da pesquisa. Nas primeiras entrevistas na periferia, os meus interlocutores sempre reforçavam que era difícil falar sobre letalidades, porque a comunidade não se resume à violência. As pessoas da favela são solidárias, trabalhadoras, simples, humildes e acabam sendo estigmatizadas e discriminadas pela violência existente no lugar. As entrevistas com os *rappers* brasileiros foram realizadas em duas etapas com cada um e eles foram fundamentais para o processo de compreensão das letalidades na Tríplice Fronteira.

A criminologia cultural nega os aspectos ultrapassados das teorias do interacionismo simbólico e da criminologia crítica, mas busca, nessas mesmas perspectivas, um apoio teórico de referência para fundamentar e entender o momento do crime. Para isso se concretizar, uma das formas de pesquisa é a vivência direta da realidade. O significado do crime não pode ser encontrado em dados codificados, mas em ações e fatos concretos.

A proposta desta tese vai justamente a esse encontro. Apesar de serem usados dados oficiais fornecidos pelas polícias e os dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), eles servem para auxiliar na compreensão global do significado do crime. Esses dados não são as únicas ferramentas para análise, já que também são usadas as entrevistas.

Durante toda a pesquisa de campo estive acompanhada por meu esposo, Wagner. Essa foi uma decisão tomada em conjunto, primeiramente por prudência, pela minha integridade física, por se tratar de uma pesquisa sobre mortes violentas e por ser um espaço de fronteira internacional, me fazendo mais segura na inserção do campo. Várias eram as notícias de que brasileiros haviam sido sequestrados e mortos na fronteira. Enfim, eu iria muito amedrontada para o campo se não tivesse a sua companhia. Em segundo lugar, porque meu esposo fala fluentemente o espanhol, isso por ter vivido um tempo no Paraguai. Eu não falava e pouco compreendia, mas, com o passar do tempo, consegui até um elogio de uma moça no Paraguai: “*Ostedes hablas muy bem o castelhano, lhe compreendo perfectamente!*”. Um terceiro motivo foi por questões de gênero. Sou mulher e pesquiso um “tema perigoso”, em uma área teoricamente perigosa: a fronteira. Os meus amigos, os meus familiares e várias pessoas não me aconselhavam a ir sozinha.

No início das minhas investigações sobre letalidades, a minha proposta era entender as motivações da alteração das letalidades no lugar em que vivo, no município de Toledo, Paraná. Minhas inquietudes já haviam iniciado em 2008, porque naquele ano a cidade havia sofrido um súbito aumento das suas taxas de mortes violentas. As tentativas de explicar os motivos dessa alteração eram iminentes e me inquietavam. Em 2010 iniciei a pesquisa para o mestrado em Ciências Sociais, mas a direcionei para as letalidades na Tríplice Fronteira – ora analisada – isso porque Foz do Iguaçu ainda estava com taxas consideravelmente altas, apesar de apresentar quedas sucessivas. A pesquisa da dissertação não passou de um mero levantamento exploratório, mas me possibilitou realizar uma série de reflexões e de aprofundamento da temática, o contato com várias fontes bibliográficas e o conhecimento da dinâmica local.

Com o fim da dissertação tive a grata surpresa de ser convidada pelo professor Michel Misse para realizar a pesquisa sobre “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”. Essa pesquisa foi um divisor de águas sobre a minha forma de compreender as questões de segurança pública na fronteira, porque realizei pesquisas de campo na faixa de fronteira do Paraná e de Santa Catarina. O contato com a fronteira catarinense foi determinante para entender que a faixa de fronteira do Paraná com o Paraguai é *sui generis*, porque possui uma dinâmica muito própria como: o circuito sacoleiro, o tráfico formiguinha, a urbanização de

alguns municípios, a presença de favelas, a violência, a intensificação do controle policial e os demais elementos que formam uma composição específica desse lugar.

Hoje consigo entender o que se passa na minha cidade e na minha região, e, principalmente, por que o cidadão fronteiriço do Paraná é tão controlado pelas forças de segurança. O contato com essas diferentes realidades pela pesquisa e pelos direcionamentos tomados nesta tese me fez repensar tudo que eu já havia conjecturado sobre fronteira e violência.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

Nesta tese, a perspectiva macrossociológica auxilia no processo de compreensão da história e da estrutura que envolve as forças culturais dominantes, porque essas forças possibilitam a criação da representação das letalidades e de formulações de políticas de controle na Tríplice Fronteira. A perspectiva macrossociológica parte do pressuposto de que os setores econômicos constroem o aparato ideológico, político e cultural em uma relação constante de interação dialética entre esses dois polos. Por consequência, essas forças culturais dominantes determinam a criminalização de certas ações, bem como incentivam e promovem políticas de controle.

Nem todas as políticas de controle implantadas na Tríplice Fronteira foram decorrências da representação das forças culturais dominantes, porque a região, por ser fronteira internacional, passa por interesses nacionais e internacionais. A perspectiva microssociológica ajuda a desnudar as consequências das políticas de controle na vida daqueles que foram criminalizados pelas políticas formuladas pelas forças culturais dominantes, bem como os significados e as representações que atribuem às letalidades, em contraposição ao que é representado na mídia.

A partir dessas duas perspectivas podemos pensar o fenômeno das letalidades na Tríplice Fronteira: no plano macrossociológico, exposto nos capítulos 3 e 4 desta tese, com as representações e as políticas de controle na Tríplice Fronteira; e no plano microssociológico, exposto no capítulo 5 desta tese, com as representações e os significados subculturais. O capítulo 2 apresenta os números relativos às mortes violentas na Tríplice Fronteira. Por fim, o capítulo conclusivo sintetiza a tese.

2 AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA: NÚMEROS

As taxas de letalidades em Foz do Iguaçu são historicamente altas. Nos termos de Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), elas podem ser consideradas um “verdadeiro processo endêmico”, uma “tragédia anunciada”. Ao contrário, no conglomerado urbano de Ciudad del Este, as mortes violentas só aumentaram nos últimos cinco anos e, em Puerto Iguaçu, houve pouca variação nos últimos cinco anos. O presente capítulo tem a finalidade de apresentar um comparativo dos números e das taxas de letalidades nos três lados fronteiriços e os possíveis motivadores desse cenário, a partir do que é exposto nos jornais e nos dados oficiais de cada lado.

Os dados que compõem o cenário dessas mortes violentas foram obtidos por meio das polícias de cada lado fronteiriço: Polícia Civil do Estado do Paraná, para os dados de Foz do Iguaçu; da Jefatura de Policía Nacional del Alto Paraná, para os dados do Departamento de Alto Paraná; e da Policía Provincial de Misiones para os dados de letalidades em Puerto Iguazú. Compõem o capítulo os dados obtidos com a pesquisa nas páginas policiais dos jornais: “A Gazeta do Iguaçu”, de Foz do Iguaçu; “Diario Vanguardia” de Ciudad del Este; e, “La Voz de Cataratas”, de Puerto Iguazú. Os dados do DATASUS também compõem o capítulo.

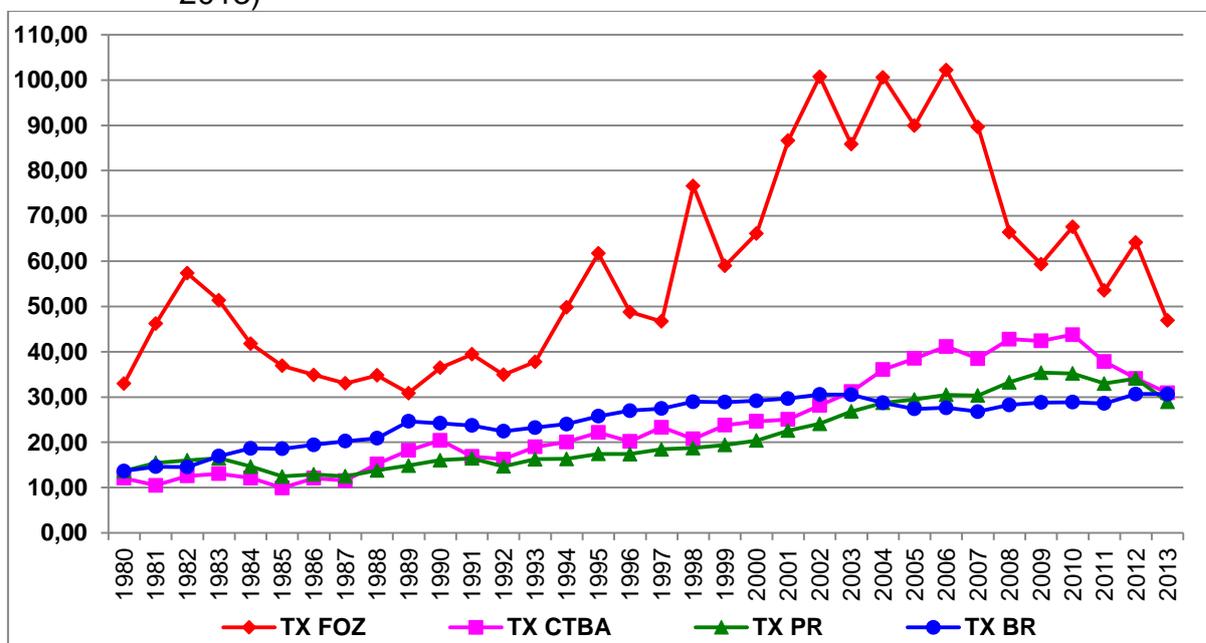
O primeiro item tem o objetivo de situar o comportamento das letalidades nos três lados da fronteira para possibilitar o entendimento desse fenômeno na região. O segundo item traz uma discussão sobre os possíveis determinantes desse fenômeno na Tríplice Fronteira.

2.1 COMPARATIVO DAS MORTES VIOLENTAS NOS TRÊS LADOS FRONTEIRIÇOS

Para ilustrar o cenário da “tragédia anunciada”, a Figura 02 compara as taxas de mortes entre Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil. Nela é possível verificar a discrepância significativa das taxas de Foz do Iguaçu com as outras unidades em análise. Nessa figura é possível perceber as altas taxas de letalidades ao longo da série histórica, o aumento dessas taxas entre 1996 e 2006 e as sucessivas quedas das taxas a partir de 2007. Apesar da queda significativa das taxas, elas somente se aproximaram ao patamar das décadas de 1980 e início da

década de 1990. Essas taxas continuaram em queda no ano de 2014¹⁴. Se elas continuarem em queda, só saberemos com o tempo.

Figura 02 – Taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1980-2013)^{15,16}



Fonte: (DATASUS, 2016).

*Nota: TX FOZ (taxa de Foz do Iguaçu); TX CTBA (taxa de Curitiba); TX PR (taxa do Paraná); TX BR (taxa do Brasil).

A quantidade de notícias sobre mortes violentas, tal como publicadas nos jornais pesquisados, é muito próxima da quantidade divulgada pelas Polícias de cada país e por demais órgãos oficiais. Em Foz do Iguaçu, a Polícia Civil do Estado do Paraná divulgou 90 casos de homicídios, três latrocínios (roubo seguido de morte) e dez casos de confronto com a polícia, totalizando 103 mortes violentas para o ano de 2014.

¹⁴ Em relação ao crime de homicídio, o ano de 2015 superou 2014 com duas mortes, conforme os dados da Polícia Civil do Estado do Paraná.

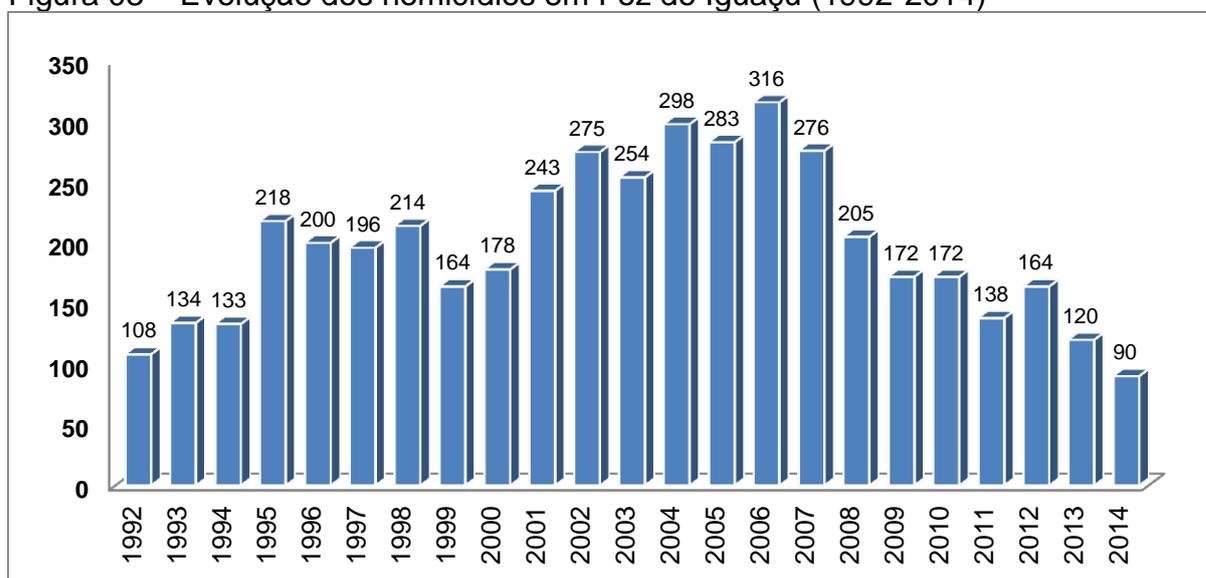
¹⁵ Para este estudo, foram somados os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS) do DATASUS: os óbitos por mortes violentas (CID-9: E960-E969 e CID-10: X85-Y09); os óbitos classificados como eventos com intenção indeterminada provocados por arma de fogo (CID-9: E985 e CID-10: Y22-Y24); por arma branca (CID-9: E986 e CID-10: Y28-Y29); e os óbitos classificados como intervenções legais (CID-9: E970-E977 e CID-10: Y35). Esse critério foi adotado para esse gráfico e para os subsequentes desta tese.

¹⁶ As taxas de Foz do Iguaçu poderiam ser ainda maiores se o cálculo não fosse realizado sobre projeções populacionais do IBGE. Porque para a década de 2000, a projeção aponta aumento populacional, enquanto a população local diminuiu.

Com a manchete na página policial: “Foz tem o menor índice de homicídios dos últimos 23 anos”, a Delegacia da Polícia Civil apresentou os dados dos anos de 1992 a 2014 no jornal A Gazeta do Iguaçu. Conforme a notícia: “De janeiro a dezembro de 2014, Foz do Iguaçu registrou 90 homicídios – o menor número dos últimos 23 anos [...] O balanço foi repassado ontem (6) pelo delegado chefe da 6ª Subdivisão Policial, Alexandre Macorin, durante coletiva de imprensa [...]” (A GAZETA DO IGUAÇU, 7 jan. 2015, p. A13). As outras mortes violentas, como aquelas ocasionadas por confrontos com a polícia, latrocínios, entre outras, não foram divulgadas na representação estatística da Polícia Civil.

Apesar de o jornal não apresentar matérias relacionadas às elucidações dos crimes, a polícia divulgou que “73% dos homicídios já foram solucionados”, ou seja, dos 120 casos de homicídios ocorridos em 2013, 74 (61,67%) foram elucidados e dos 90 casos em 2014, 65 (72,22%) foram solucionados. A série histórica para a tipificação homicídio fornecida pela Polícia Civil segue conforme a Figura 03:

Figura 03 – Evolução dos homicídios em Foz do Iguaçu (1992-2014)



Fonte: (Dados da Polícia Civil do Estado do Paraná publicados no jornal A GAZETA DO IGUAÇU, 7 jan. 2015, p. A13).

O comparativo dos dados divulgados pela Polícia Civil de Foz do Iguaçu demonstra a diminuição dos casos de mortes violentas desde o ano de 2006. Mais especificamente, a polícia faz um comparativo entre os anos 2013 e 2014. A mesma notícia segue com a informação da queda dos homicídios: “[...] Em 2013, o número de homicídios em Foz do Iguaçu, chegou a 120. Em 2014 foram apenas 90. O maior

índice da história foi em 2006, com 316 assassinatos¹⁷ [...]” (A GAZETA DO IGUAÇU, 7 jan. 2015, p. A13).

Como já esclarecido, o Jornal só apresenta os casos específicos de homicídios que foram registrados e divulgados pela Polícia Civil ao longo desses anos. Das 128 letalidades registradas em 2013, 120 foram considerados homicídios e das 103 letalidades registradas em 2014, 90 foram considerados homicídios. Os casos divulgados como mortes por confronto com a polícia aumentaram de cinco para nove casos de 2013 para 2014. Para concluir a matéria, o Delegado Chefe da Polícia Civil apresentou os motivos que acredita terem influenciado a queda dos homicídios no ano de 2014:

Para o delegado, a redução da criminalidade deve-se ao bom momento econômico da cidade e à atuação dos investigadores da Delegacia de Homicídios. “Eu atribuo ao desenvolvimento econômico da cidade, ao turismo, principalmente, mas evidentemente à atuação das forças policiais. As operações desenvolvidas durante o ano, e também durante a Copa do Mundo, que ajudaram a reduzir os crimes, e a efetividade da Delegacia de Homicídios também na resolução dos crimes, retirando de circulação homicidas potenciais que deixam de cometer estes crimes novamente.” (A GAZETA DO IGUAÇU, 7 jan. 2015, p. A13).

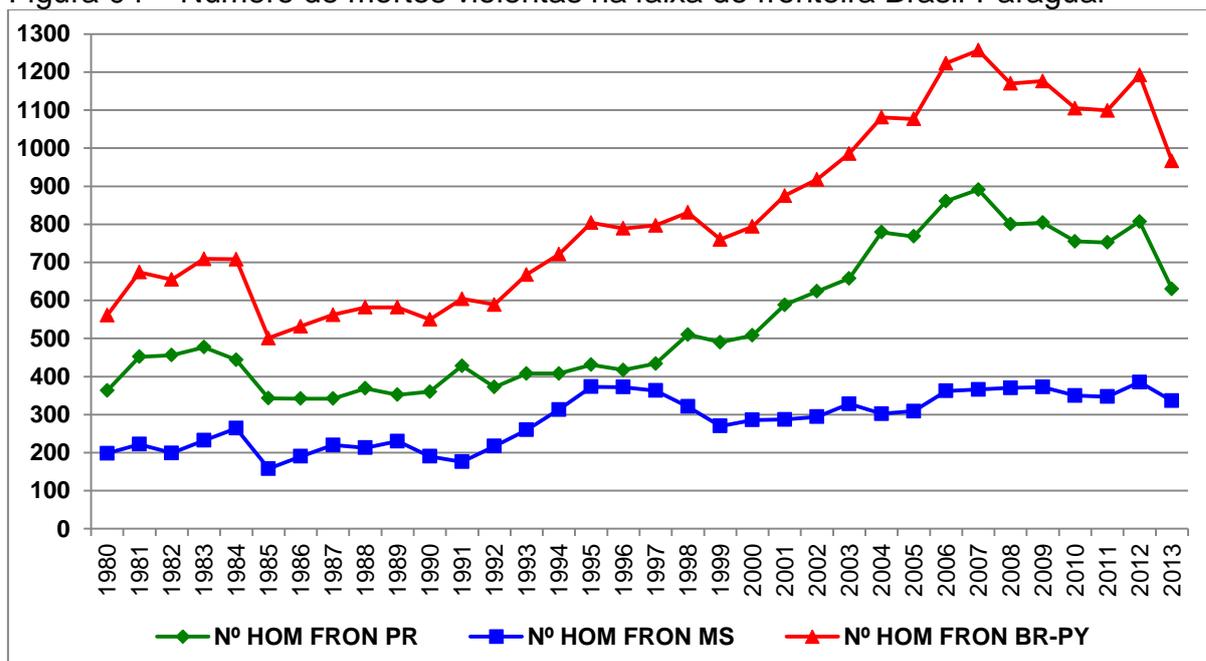
Nos apontamentos de Cardin (2013b), entre as décadas de 1990 e 2000, Foz do Iguaçu se apresentava como o principal corredor do tráfico e do contrabando do Brasil. Com a intensificação do controle pelos órgãos federais, as práticas ilegais no local foram se retraindo, juntamente com as letalidades: “[...] Por outro lado, se os números de Foz do Iguaçu vêm apresentando melhoras, os indicadores das outras cidades banhadas pelo Lago de Itaipu e pelo rio Paraná começam a preocupar.” (CARDIN, 2013b, p. 168).

Os apontamentos de Cardin são verificáveis por meio dos dados do Datasus, que demonstram o aumento das mortes violentas na faixa de fronteira paranaense considerando os 139 municípios pertencentes a esse espaço. O aumento se intensificou a partir de 1998 e cresceu até o ano de 2007, quando começou a retrair. Por outro lado, a faixa de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai permaneceu com a quantidade de mortes praticamente constante ao longo

¹⁷ No ano de 2006, Foz do Iguaçu vivenciou o pior índice, com 328 casos de mortes violentas, representando a taxa de 102 mortes por 100 mil habitantes (DATASUS, 2016). Na informação do jornal não estão inclusas as mortes pela polícia.

da série histórica, com exceção do período de 1991 a 1995, quando aumentou a quantidade, e entre 1995 e 1999, quando reduziu esses números. A partir da Figura 04 constata-se a mudança no comportamento das letalidades, na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, com o significativo aumento das mortes na faixa paranaense.

Figura 04 – Número de mortes violentas na faixa de fronteira Brasil-Paraguai



Fonte: (DATASUS, 2016).

A pesquisa realizada por Alvarez, Salla e Almeida (2012), constatou que, embora a faixa de fronteira brasileira tenha 588 municípios, quatro deles em um *ranking* com 20 municípios de todo o país apresentam as maiores taxas por 100 mil habitantes. Nessa mesma pesquisa, em quatro estados: Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Santa Catarina, os municípios pertencentes à faixa de fronteira apresentaram taxas mais elevadas que o conjunto dos municípios do restante do estado. No Paraná essa situação é mais preocupante, porque o estado possui somente 22,9% da população residindo nesse espaço.

Mesmo que a faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai seja considerada a mais violenta, por ter as maiores taxas de mortes de letalidades, não são todos os municípios dessa faixa que são atingidos por essa problemática. Alguns municípios do Paraná localizados na linha de fronteira e banhados pelo Lago de Itaipu possuem poucos casos de letalidades, variando de um, dois ou nenhum caso por ano.

Nos dados expostos da Tabela 01 verifica-se que alguns municípios localizados na linha de fronteira possuem baixa incidência letal, como no caso dos municípios paranaenses de Itaipulândia, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Mercedes, e todos os municípios da linha de fronteira com a Argentina. A faixa de fronteira brasileira com a Argentina faz divisa com a chamada “Amazônia Argentina”, pertencente à Mata Atlântica. No caso dos municípios de Japorã e de Caracol, do Mato Grosso do Sul, as ocorrências também foram baixas.

Tabela 01 – Média do número de letalidades dos municípios localizados na linha de fronteira do Paraná e do Mato Grosso do Sul (2009-2013)

MUNICÍPIO	MÉDIA DAS LETALIDADES
Linha de Fronteira PR-PY	
Foz do Iguaçu*	157,4
Guaíra*	28,2
Marechal Cândido Rondon	11,6
Santa Helena	11,6
São Miguel do Iguaçu	10,8
Itaipulândia	2
Pato Bragado	1,6
Entre Rios do Oeste	0,8
Mercedes	0,2
Linha de Fronteira PR-AR	
Santo Antônio do Sudoeste	2,8
Capanema	2
Barracão*	1,6
Planalto	1,2
Pranchita	0,8
Serranópolis do Iguaçu	0,8
Bom Jesus do Sul	0,4
Pérola d'Oeste	0
Linha de Fronteira MS-PY	
Ponta Porã*	40,8
Corumbá*	27,2
Coronel Sapucaia	14,6
Mundo Novo*	7,4
Paranhos	7,4
Sete Quedas	5,8
Bela Vista*	5,2
Porto Murtinho	4,6
Aral Moreira	4,2
Antônio João	4,2
Japorã	2,4
Caracol	1,8

Fonte: (DATASUS, 2016).

A média aritmética da tabela é resultado da soma do número de casos que ocorreu em cada município, entre os anos 2009 a 2013. A média foi produzida para fazer a comparação e evitar a comparação anual. Não foi calculada a taxa por 100 mil habitantes, porque alguns municípios possuem população abaixo de 10.000

habitantes. Os municípios da linha de fronteira com a Argentina foram incluídos na análise, porque, considerando o critério de 150 km de faixa de fronteira pela legislação brasileira, os municípios do Paraná, embora próximos da Argentina, estão a 150 km do Paraguai.

Os agentes de segurança consideram os municípios localizados na linha de fronteira do Oeste do Paraná como lugares de passagem de mercadorias ilícitas, mas as mortes violentas não ocorrem em todos os lugares, conforme verificado. Por outro lado, a faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai possui as maiores taxas de mortes violentas (ALVAREZ; SALLA, ALMEIDA, 2012), bem como o maior número de fluxos transnacionais e onde há uma dinamicidade e interações fronteiriças mais acentuadas em relação ao restante da fronteira internacional do Brasil (BRASIL, 2005 apud GEMELLI, 2013). Esse mesmo fenômeno ocorre na faixa de fronteira do Paraguai com o Brasil. É nessa faixa paraguaia que se concentra a maior quantidade de mortes violentas do país, conforme a reportagem:

Uma reportagem divulgada pela Agência de Notícias EFE revelou que o Paraguai tem o índice mais baixo entre os países da região. Baseado em dados do Ministério do Interior, a reportagem destacou que em 2014 o índice nacional de homicídios ficou em 7,98 homicídios para cada cem mil habitantes. Os números colocariam o Paraguai no grupo dos menos violentos, como: Chile, Uruguai, Peru e Nicarágua. O índice considerado tolerável pela ONU é de dez homicídios para cada grupo de cem mil pessoas. O problema é que há exceção. Segundo o governo paraguaio, em quatro departamentos (estados) do país, o índice de homicídios chega a níveis comparados com os piores do mundo. Os departamentos na lista suja são todos de fronteira: Concepción, San Pedro, Canindeyú e o Alto Paraná, cuja capital é Ciudad del Este. (A GAZETA DO IGUAÇU, 28 jan. 2015, p. B8)¹⁸.

A Figura 05 faz um comparativo das taxas de mortes violentas com os 139 municípios do Paraná (representados pela *linha azul*), com os mesmos municípios da faixa de fronteira, mas sem as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu (representados pela *linha vermelha*).

As duas linhas da série histórica possuem comportamento semelhante até o ano de 1993. Entre 1993 e 1997, as taxas permaneceram constantes, mas com comportamento diferente da *linha vermelha*. A partir de 1998, as taxas de toda a

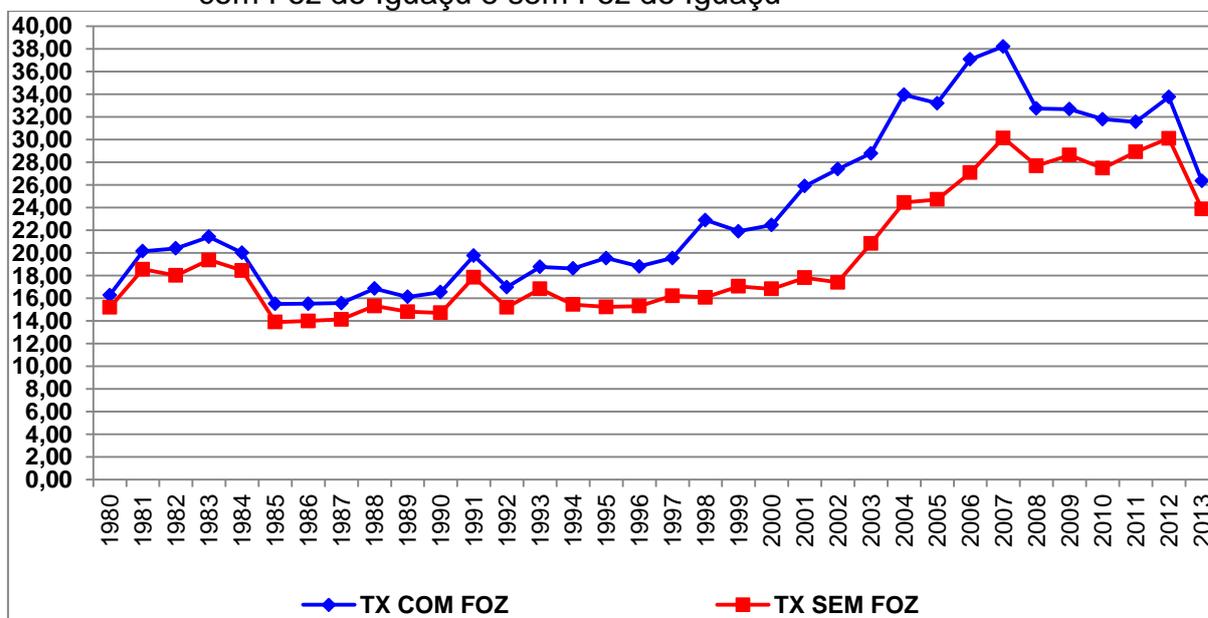
¹⁸ O Paraguai é considerado, por estudiosos e por policias, como o maior produtor de *marijuana* (maconha) e um dos mais importantes corredores regionais para a distribuição de cocaína vindas da Colômbia e da Bolívia.

faixa de fronteira paranaense, representadas pela *linha azul*, altera o comportamento e aumenta suas taxas até o ano 2007. A partir desse período, as taxas sofrem sucessivas quedas, com leve aumento em 2012 e queda em 2013. Essas mortes seguem a tendência do município de Foz do Iguaçu.

O aumento das taxas da *linha azul* ocorreu no período em que começaram as políticas de urbanização em Foz do Iguaçu, com o projeto “Beira Rio” e, também, com as políticas de repressão do governo federal e do governo estadual. Depois, porém, com o tempo, as políticas de repressão conseguiram retrain os índices de criminalidade em Foz do Iguaçu, em detrimento da difusão das mortes na faixa de fronteira paranaense.

Por outro lado, as taxas de letalidades da *linha vermelha* (que não considera as taxas de Foz do Iguaçu), aumentaram entre os anos 2003 e 2007. Essas taxas permaneceram constantes até 2012, com queda em 2013. O aumento das taxas da *linha vermelha* ocorreu no período em que começaram as políticas de controle mais rígidas, com as políticas de repressão do governo federal e do governo estadual. Essas políticas e essas taxas são amplamente discutidas no Capítulo 4.

Figura 05 – Comparativo das taxas de letalidades da faixa de fronteira paranaense com Foz do Iguaçu e sem Foz do Iguaçu



Fonte: (DATASUS, 2016).

O aumento dessas mortes não é homogêneo no espaço. Os municípios da faixa de fronteira paranaense com aumento mais significativo de suas taxas foram Guaíra e Cascavel. O município de Guaíra fica na linha de fronteira com o Paraguai

e faz divisa com o estado do Mato Grosso do Sul. Cascavel está localizado a praticamente 150 quilômetros de Foz do Iguaçu, de Guaíra e da linha de fronteira. Da mesma forma, existem municípios que estão na linha de fronteira com pouco ou nenhum caso de letalidade ao longo dos anos, como demonstrado na Tabela 01.

No lado paraguaio, a quantidade de letalidades fornecida pela *Jefatura de Policía Nacional del Alto Paraná* é referente a todo o Departamento de Alto Paraná, não especificando a municipalidade. A quantidade de mortes violentas publicadas pelo órgão policial, no jornal *Diario Vanguardia*, foi de 123 casos até o dia 13 de dezembro de 2014. A *Jefatura* divulgou que os casos de mortes violentas aumentaram de 104 para 123, de 2013 até dezembro de 2014. O jornal destacou que: “La tasa de homicidios en Alto Paraná muestra un aumento considerable con relación al año pasado. A menos de un mes para que termine el año, el total de casos ya superó al del 2013.” (DIARIO VANGUARDIA, 13 dez. 2013, p. 1).

Em relação ao tipo de arma utilizada para o crime, as mortes por armas de fogo diminuíram, mas por armas brancas os casos quase dobraram. Os encontros de cadáveres tiveram aumento nos números de casos. Em relação aos casos que não resultaram em mortes, as tentativas de homicídios e as lesões por armas de fogo e por armas brancas também aumentaram:

Los datos detallan que de los 123 casos de este 2014, 43 fueron homicidios cometidos utilizando arma de fuego, frente al 48 del año pasado. En tanto a aquellos sucesos que involucró a la utilización de arma blanca, las cifras hablan de que este año ya suman 30, mientras que en el 2013 habían totalizado 17 casos, registrándose así que hubo un aumento de casi el 50%. Igualmente, en cuanto al hallazgo de cadáver aumentó con relación al 2013. De esta manera los reportes oficiales indican que existe un aumento progresivo de las muertes violentas en diversos puntos del Alto Paraná. (DIARIO VANGUARDIA, 2014, 13 dez. 2014, p. 1).

As elucidações não foram divulgadas pelo jornal, mas conforme o Jornalista 2 do Paraguai: “Aqui poucos casos de homicídios se resolvem e poucos são esclarecidos, porque ninguém viu nada, ninguém escutou nada, ninguém sabe de nada e nem sequer conheciam essas pessoas”. Para o Comissário Principal da *Jefatura de Policía Nacional del Alto Paraná*, em entrevista ao jornal *Diario Vanguardia*, o aumento das mortes se deve à migração de delinquentes brasileiros frente às fortes operações de controle aplicadas na fronteira brasileira:

El comisario principal Antonio Martínez dijo que muchos malvivientes emigran al Paraguay, a raíz de los férreos operativos realizados por la Policía brasileira. “La presión de los uniformados en las principales ciudades del Brasil obliga a muchos delincuentes trasladarse a nuestro país para seguir delinquir”, expresó. (DIARIO VANGUARDIA, 2014, 17 maio 2014, p. 1).

No final do ano de 2014, o jornal voltou a afirmar que o aumento das mortes possuía relação com a migração de brasileiros ou com a passagem de brasileiros pelo país:

[...] De esta manera los reportes oficiales indican que existe un aumento progresivo de las muertes violentas en diversos puntos del Alto Paraná. Muchas de las víctimas son brasileños que estaban temporal u ocasionalmente en nuestro país. Es decir bandas del país vecino están utilizando a Ciudad del Este y su alrededores como una zona de ejecución. (DIARIO VANGUARDIA, 13 dez. 2014, p. 1).

O comportamento das mortes violentas, no lado paraguaio aumentou em torno de 15% do ano 2013 para o ano 2014. A polícia e o jornal destacam que muitas vítimas são brasileiras que estavam temporariamente ou com passagem pelo país. Para a polícia, os grupos organizados de Foz do Iguaçu estariam usando Ciudad del Este e os municípios arredores como áreas de execução.

No lado argentino, a publicação das mortes violentas pelo jornal também foi muito próxima dos dados fornecidos pela polícia. O diferencial é que a polícia informou seis casos de letalidades, para o ano de 2014, mas somente cinco casos foram divulgados no periódico. O jornal não publicou o balanço anual das mortes violentas, mas publicou uma pesquisa referente à Província de Misiones, sem especificar a municipalidade. A pesquisa foi desenvolvida pelo *Instituto de Investigaciones del Máximo Tribunal*, referente aos casos registrados no ano de 2013. Conforme a matéria: “Surge de la investigación que la tasa de homicidios dolosos consumados correspondiente a la provincia analizada, es de 5.35 cada 100.000 habitantes, alcanzando a 59 víctimas en la totalidad de la jurisdicción provincial.” (LA VOZ DE CATARATAS, 28 nov. 2014, p. 1)¹⁹.

¹⁹ A taxa se refere aos homicídios dolosos incluindo os latrocínios. Essa forma de categorizar pode estar relacionada à forma como a lei assiste a esses casos. Na matéria jornalística não é possível identificar se foram incluídas as morte pela polícia e por encontro de cadáver.

O perfil das vítimas das mortes violentas se configurou com 88% das vítimas sendo do sexo masculino e 12% do sexo feminino. Sobre a faixa etária, 86% eram maiores de 18 anos, 9% eram menores e em 5% a idade era desconhecida. Em relação à nacionalidade da vítima, 83% eram argentinos e 12% eram estrangeiros, sendo 7% paraguaios, 3% brasileiros e 2% chilenos. Em 5% dos casos, não houve informação da nacionalidade da vítima.

Entre os que cometeram o delito, em 90% dos casos, os agressores eram do sexo masculino e 6% eram do sexo feminino. Em 4% dos casos não foi identificado o sexo do algoz. Sobre a faixa etária, 54% das mortes foram cometidas por pessoas com idade entre 18 e 35 anos, 19% por pessoas com idade entre 36 e 50 anos, 10% por pessoas com idade entre 50 e 70 anos e em 11% dos casos as mortes foram cometidas por menores. Não houve registro de mortes cometidas por menores inimputáveis. Em 6% dos casos se desconhece a idade dos imputados. Em relação à nacionalidade dos agressores, 90% eram argentinos e 4% eram paraguaios. Em 6% dos casos não houve informação da nacionalidade do algoz.

Os dados da pesquisa divulgados no jornal La Voz de Cataratas revelam a predominância de vítimas do sexo masculino, jovens e adultos, com nacionalidade argentina. Os dados também revelam a alta porcentagem de elucidações dos casos, que chegam a quase 90%. Em uma pequena parcela dos casos se desconhece o sexo, a idade e a nacionalidade de vítimas e/ou de acusados. Esses dados permitem pensar no perfil interpessoal da morte, em que acusado e vítima possuem relações próximas e conflitos diretos. Esse caráter é reforçado quando a matéria apresenta as causas:

Respecto al móvil, 44% de los homicidios cometidos en la provincia de Misiones, corresponde a motivos vinculados con riña, ajuste de cuentas o venganza, 7 % a robo, 27% a conflicto intrafamiliar, mientras que la legítima defensa representa el 3% de los casos. Hay 12% de los hechos en los cuales aún no se ha identificado el móvil del crimen y 7% responde a otros motivos. (LA VOZ DE CATARATAS, 28 nov. 2014, p. 1).

O predomínio do tipo de arma utilizado foi a arma branca. A faixa de horário em que mais ocorrem as mortes foi das 20 horas às seis da manhã, predominantemente nos fins de semana, em vias públicas ou dentro do próprio

domicílio. A matéria também trouxe alguns pontos que foram detectados com a pesquisa:

Si bien se trata de una primera aproximación exploratoria sobre el territorio de la Provincia de Misiones, existen algunas variables a destacar.

- El móvil que predomina es el de riña, ajuste de cuenta o venganza, seguido de conflictos intrafamiliares. El móvil de robo representa tan solo un 7% de los casos.
- El 83% de los homicidios ocurrió entre personas conocidas, de las cuales más de la mitad tenía un conflicto anterior entre ellas.
- Un 86% de los homicidios con victimas mujeres, ha sido en contexto de conflicto intrafamiliar.
- Baja incidencia de victimarios extranjeros en una provincia que limita con dos países (Brasil y Paraguay).
- Escasa presencia de victimarios sin identificar.
- No se registran homicidios cometidos por menores no punibles.
- Predominio de la utilización de arma blanca. (LA VOZ DE CATARATAS, 28 nov. 2014, p. 1).

O jornal publicou cinco casos de mortes violentas em Puerto Iguazú, mas nos dados fornecidos pela Polícia Provincial foram seis para o ano de 2014. A Figura 06 apresenta o histórico das mortes violentas fornecidas pela Polícia, de 2010 a 2014. O gráfico revela a baixa quantidade de ocorrências no município ao longo desses anos:

Figura 06 – Evolução das mortes violentas em Puerto Iguazú (2010-2014)



Fonte: (POLICÍA PROVINCIAL DE MISIONES, 2014).

O perfil das mortes em Puerto Iguazú é semelhante ao perfil das letalidades da Província de Misiones. Apesar de os dados do conglomerado urbano de Ciudad del Este e de Foz do Iguaçu não permitirem a mesma comparação, cada lado fronteiriço e seu respectivo estado/departamento/província possui características e dinâmicas próprias de seu país. Por isso é importante entender até que ponto o fato de estar e/ou pertencer a uma fronteira internacional pode ser um potencializador dessas mortes. Essa questão será retomada e discutida no capítulo conclusivo.

2.2 DETERMINANTES DAS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA

No presente item levanto alguns fatores que possam estar contribuindo para as altas taxas que historicamente existem em Foz do Iguaçu, bem como nos três lados da fronteira, independentemente da variação dessas taxas. Os motivadores da variação nas taxas de letalidades são discutidos no capítulo 4.

No Brasil, as discussões sobre os determinantes da criminalidade violenta e dos homicídios no campo das Ciências Sociais surgiram com maior densidade a partir da década de 1970, juntamente com o aumento considerável dos óbitos por homicídios e das mudanças econômicas, políticas, sociais e urbanas vivenciadas no país. Diante desses acontecimentos, várias discussões ocorreram no campo da Sociologia, da Antropologia, da História, da Política, da Economia etc., cada uma recortando a temática de forma particularizada e não consensual. As discussões teóricas feitas pelos pesquisadores brasileiros estavam vinculadas mais por temas do que por teorias. Os modelos teóricos quase sempre estavam sobrepostos em um mesmo autor (ZALUAR, 1999).

Na década de 1980, o país já possuía uma economia diversificada e moderna, mas suas instituições políticas e jurídicas permaneciam antigas – fator negativo associado a uma das piores distribuições de renda do mundo. Foi sob um quadro de crise econômica e de inflação acelerada que o país retornou as práticas da democracia, mas, como salienta Alba Zaluar (1996, p. 96): “O problema da criminalidade violenta nas cidades brasileiras não pode, contudo, ser reduzido a causas econômicas. Ele pertence a uma cadeia de causas e efeitos entrecruzados, que não podem ser descartados [...]”.

Sérgio Adorno (2002), aponta que as discussões sobre os determinantes do crescimento da criminalidade violenta e dos homicídios, que se acentuaram a partir

da década de 1970, concentraram-se em três linhas de pesquisa: nas mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência; na crise do sistema de justiça criminal; e na desigualdade social e segregação urbana.

Conforme Paixão (1983, p. 16-17):

[...] a violência e a criminalidade encontrariam nas grandes cidades expostas a rápidas mudanças sociais o ambiente propício para sua expansão. Variáveis estruturais como o tamanho, a diferenciação, a fluência e a concentração de renda e variáveis sócio-psicológicas como o isolamento, a impessoalidade e a formação de subculturas periféricas avaliando positivamente a criminalidade, adicionadas produziram os atores centrais do problema – “as classes perigosas”, ou grupos sociais que experimentaram mais direta e fortemente a dissociação entre “aspirações culturalmente prescritas” e “avenidas socialmente estruturadas” para a realização de aspirações.

A partir dos anos 1980, o fenômeno das letalidades cresceu nos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Curitiba e Porto Alegre. Em Foz do Iguaçu, os dados da série histórica também apontaram para o fato de que, a partir desse período, as mortes violentas são superiores às taxas do Brasil, do Paraná e de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Diante dessa mudança comportamental do fenômeno, parto do princípio de que a urbanização é um dos fatores determinantes para as altas taxas de letalidades na fronteira. Certamente os fatores são múltiplos, mas aqui demonstro um dos fatores com maior relevância.

A urbanização é considerada um dos principais motivadores do aumento da criminalidade violenta (ZALUAR, 1996; ADORNO, 2002). O Brasil passou por um processo de urbanização, a partir de 1950, quando surgiram as grandes regiões metropolitanas e muitas cidades médias no interior do país: “[...] Com isso, os problemas das grandes concentrações urbanas relativos à habitação, trabalho, saúde e educação coexistem com os do controle social e da vigilância policial eficazes [...]” (ZALUAR, 1996, p. 96).

Na Tríplice Fronteira analisada, o processo de urbanização também precisa ser considerado. Em 1960, a população de Foz do Iguaçu era de 28.080 habitantes, sendo que, surpreendentemente, em 2008 essa população era estimada em 319.189 habitantes (IBGE, 2010). Esse salto populacional é decorrência de uma conturbada e histórica ocupação do espaço. A Tabela 02 apresenta a população de Foz do Iguaçu de acordo com seus ciclos econômicos.

Tabela 02 – População de Foz do Iguaçu em função dos ciclos econômicos

Período	Ciclo Econômico	População
1870 / 1970	Extração da Madeira e Cultivo da Erva-Mate	33.966
1970 / 1980	Construção da Usina de Itaipu	136.321
1980 / 1995	Exportação e Turismo de Compras	211.182
1995 / 2008	Comércio, Turismo de Compras e Eventos	319.189

Fonte: Adaptado (PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU, 2010, p. 1).

O processo histórico de povoamento de Foz do Iguaçu foi marcado por políticas de governo. A configuração e definição territorial da Tríplice Fronteira é resultado de disputas e conflitos históricos entre Brasil, Paraguai e Argentina. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, estabelecia os limites da divisão territorial entre Portugal e Espanha. Naquele momento, a Tríplice Fronteira pertencia à Espanha, mas as atividades dos bandeirantes portugueses com a criação de gado e a expansão das missões jesuíticas avançaram para o Oeste e ultrapassaram os limites do Tratado, o que gerou uma série de conflitos políticos. O Tratado de Madrid, assinado no dia 13 de janeiro de 1750, redefinia os limites entre as respectivas colônias sul-americanas para colocar fim às disputas territoriais porque o Tratado de Tordesilhas não era respeitado na prática. A negociação privilegiou a utilização de rios e montanhas para a demarcação dos limites.

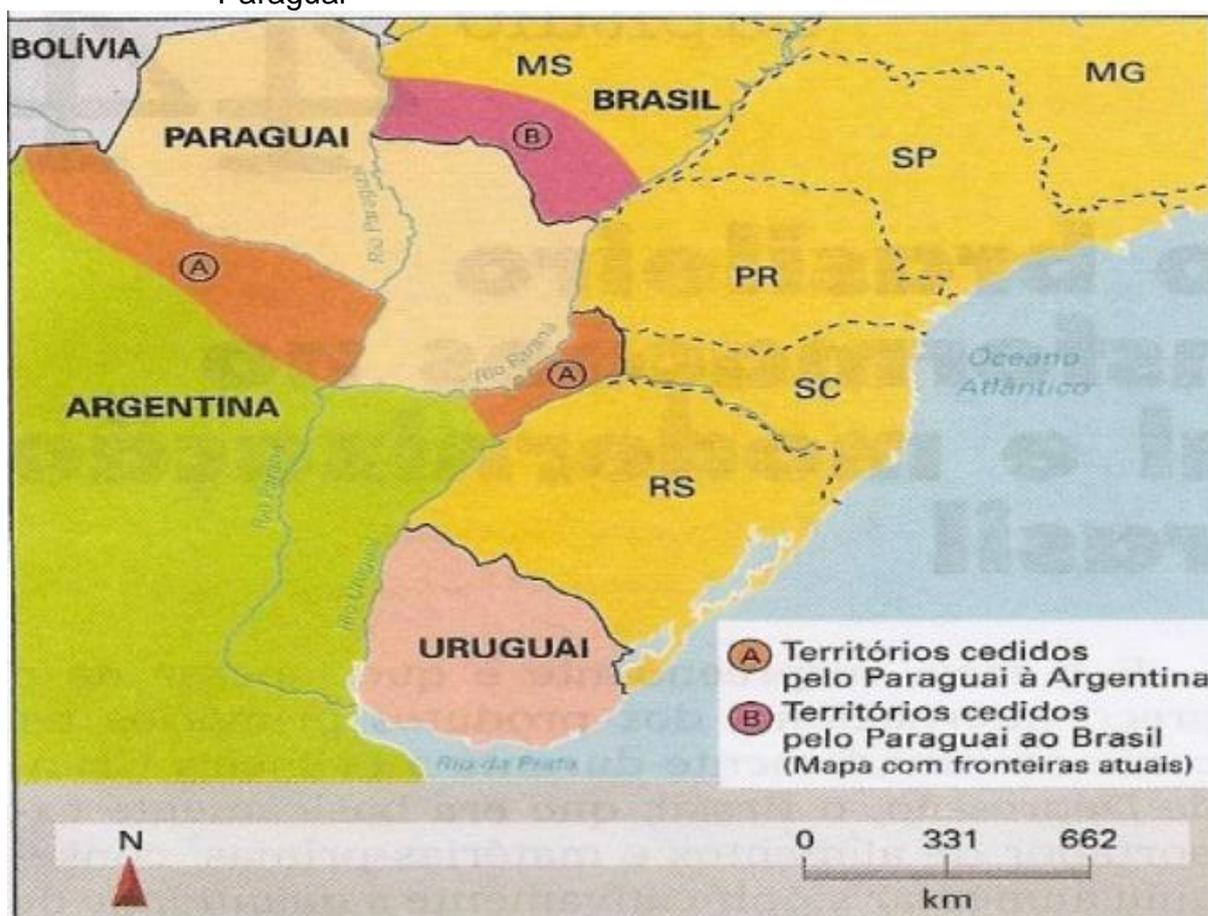
A definição final do território da Tríplice Fronteira foi resultado da Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, que ocorreu entre os anos 1864 e 1870, envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Antes da guerra, havia disputas fronteiriças do Paraguai com o Brasil e com a Argentina. Após a guerra e a devastação do Paraguai pelos países da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) foi proposto o tratado de paz, que redefiniu o território.

A atual faixa de fronteira brasileira do Mato Grosso do Sul foi área de disputa entre Brasil e Paraguai e anexada ao Brasil após o tratado de paz. A Argentina incorporou ao seu território duas áreas que estavam em disputa com o Paraguai. O território argentino localizado em Puerto Iguazú e toda a província de Misiones é o resultado pontual da influência da Guerra do Paraguai para a configuração atual do território da Tríplice Fronteira.

Parte do território brasileiro, atualmente situado no Oeste do estado do Paraná e do Oeste do estado de Santa Catarina, ficou em litígio com a Argentina. Esse problema de fronteira foi resolvido com a arbitragem internacional do

presidente dos EUA, Stephan Grover Cleveland, que, em 1895, arbitrou em favor do Brasil, ao assinar o Tratado de Palmas e estabelecer o limite fronteiriço entre os países. Esse tratado perdura até os dias de hoje (ARANHA, 2015). A Figura 07 demonstra essa reconfiguração territorial:

Figura 07 – Território paraguaio cedido ao Brasil e à Argentina após a Guerra do Paraguai



Fonte: (MOURA, 2011, p. 1).

A formação e a ocupação do espaço da Tríplice Fronteira foram distintas em cada lado, mas a história da urbanização das cidades fronteiriças se apoia em pretensões políticas de domínio da região. Após a Guerra do Paraguai e o tratado de paz, no final do século XIX, o Brasil começou a ocupar o espaço fronteiriço ao implantar a Colônia Militar (1888), em Foz do Iguaçu.

A inserção de forças de segurança foi uma estratégia para integrar a região às políticas brasileiras porque o governo considerava – erroneamente – que essas

terras eram devolutas²⁰ e sem presença humana²¹. No Paraguai, a região era pulverizada por pequenos portos, com destaque para o porto de Tacurupucú, localizado na atual cidade de Hernandárias. Outra cidade existente na época era Puerto Presidente Franco. No lado argentino, a urbanização começou em 1901, a partir da construção de um porto para as atividades extrativistas e de turismo nas cataratas do rio Iguazu. Nesse período nasceu a cidade de Puerto Iguazú (VICTAL; SOUZA, 2011).

Estudiosos dos três lados da fronteira, como Ruy Wachowski (Brasil), Ramón Fogel (Paraguai) e Roberto Abinzano (Argentina), entre outros, apontam que o período foi marcado por uma economia semelhante no espaço. A extração de madeira e de erva-mate eram as bases da economia local. Essas atividades se expandiram além do limite das três fronteiras com a exploração das *obrages*.

Outro momento importante que remodelou a ocupação do espaço foi a “Marcha para Oeste”²², movimentação de ocupação promovida pelo governo brasileiro, na década de 1930. Essa política estimulou significativa quantidade de colonizadores provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a ocuparem o território de fronteira brasileira (CATTÁ, 1994). Na década de 1960, esse mesmo tipo de política também foi implantada no Paraguai denominada “Marcha para Leste”²³. A ocupação da fronteira do Paraguai com o Brasil foi predominantemente realizada por brasileiros.

Na contextualização histórica de Fogel (2008), o lado paraguaio foi territorializado por guaranis, mas no final do século XIX, o governo paraguaio cedeu suas terras para a exploração de erva-mate e madeira às *obrages* com capital internacional. Na década de 1960, os camponeses retomaram as terras, mas na

²⁰ “[...] A noção de ‘vazio’ ignorava a presença de índios, caboclos e, no caso da região oeste do Paraná, dos obrageiros e dos mensús, donos e trabalhadores nas fazendas de erva-mate e de extração de madeira.” (MOTA, 1994 apud VICTAL; SOUZA, 2011, p. 77).

²¹ “Na implantação da colônia militar, descobriu-se que a região já era habitada, não apenas por índios, mas por diversos estrangeiros. Segundo a historiografia, a contagem oficial foi de 5 franceses, 2 espanhóis, 95 argentinos, 212 paraguaios, 1 inglês e apenas 9 brasileiros [...]” (VICTAL; SOUZA, 2011, p. 77).

²² A “Marcha para Oeste” foi um projeto do governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil. Para saber mais, ler “Obrageiros, mensús e colonos” (1987) e “História do Paraná” (1988), de Ruy Wachowicz.

²³ A “*Marcha al Este*” foi um programa incentivado pelo governo paraguaio na década de 1960 para colonizar a fronteira com o Brasil. No período, a emigração brasileira para o Paraguai saltou de 34.276 pessoas em 1972, para estimados 460.000 em 1996 (CARNEIRO FILHO, 2013).

década de 1970 as terras foram apropriadas por colonos brasileiros, que começaram a produção de soja. Já em Ciudad del Este: “La expansión de Ciudad del Este, particularmente notable en la década de 1980, va asociada a la apropiación del espacio del centro comercial de la ciudad por parte de más de una veintena de colectividades etnoculturales de inmigrantes, la mayoría de ellos musulmanes.” (FOGEL, 2008, p. 275).

Ciudad del Este surgiu na década de 1960 estimulada pela construção da Ponte da Amizade, que liga o Brasil com o Paraguai. A cidade fica entre Puerto Presidente Franco, que faz divisa com Puerto Iguazú e com Foz do Iguaçu, e Hernandárias, que faz divisa com Foz do Iguaçu. Até essa data, os contatos entre as cidades eram feitos por barcos. A Tríplice Fronteira pouco se diferenciava das demais cidades fronteiriças até a década de 1970, mas, a partir da construção da Hidrelétrica de Itaipu, entre os anos 1975 e 1982, em decorrência de um acordo entre os governos brasileiro e paraguaio, o espaço sofreu mudanças significativas, tornando-a *sui generis*.

As populações de Foz do Iguaçu e do conglomerado urbano de Ciudad del Este cresceram consideravelmente a partir da construção da Itaipu Binacional. O lado brasileiro saltou de aproximadamente 30 mil habitantes, em 1973, para 185 mil em 1992 (IBGE apud CATTÁ, 1994). No lado paraguaio, o crescimento populacional seguiu a mesma tendência. Dessa forma, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, combinada com um processo de mecanização agrícola e de êxodo rural que o Brasil vivia na década de 1970, provocou as mudanças na expansão demográfica de Foz do Iguaçu. O aumento populacional do município não pode ser atribuído única e exclusivamente à construção da Itaipu, como afirmam as autoridades locais e alguns estudiosos do lugar.

Certamente a Hidrelétrica contribuiu para esse súbito aumento, mas ignorar a conjuntura macrossocial que o país vivia pode gerar um anacronismo histórico. Isso porque, nesse mesmo período, municípios como Cascavel e Toledo, localizados próximos a Foz do Iguaçu, passaram por um processo semelhante de urbanização. No caso de Cascavel, o aumento populacional foi superior ao de Foz do Iguaçu, como demonstra a pesquisa de Peris e Lugnani (2003), na Tabela 03:

Tabela 03 – Comparativo entre a evolução populacional dos municípios de Cascavel e de Foz do Iguaçu (1960-2000)

Município	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Cascavel	39.598	89.921	163.459	193.010	219.652	245.066
Foz do I.	28.212	33.966	136.321	190.123	231.627	258.368

Fonte: (IBGE, 1960-2000 apud PERIS; LUGNANI, 2003, p. 85).

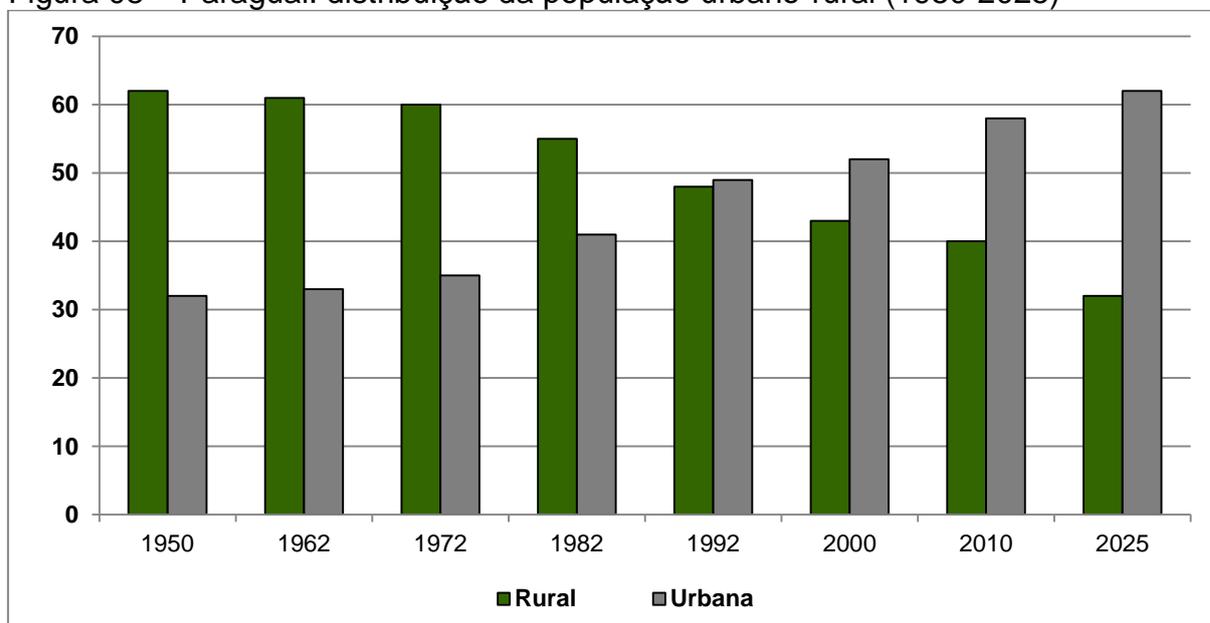
Conforme a Tabela anterior, percebe-se que o crescimento de Foz do Iguaçu e de Cascavel foi semelhante, mas, entre as décadas de 1970 a 1980, o aumento populacional em Foz do Iguaçu foi superior a 100 mil habitantes, em detrimento de um acréscimo populacional também significativo de Cascavel, mas com menor intensidade. O período desse acréscimo populacional em Foz do Iguaçu coincide com a construção da barragem de Itaipu, mas também com fatores externos e macrossociais, como já discutido. Ribeiro (2015), aponta mais alguns elementos que contribuíram para esse inchaço populacional de Foz do Iguaçu, como o retorno de brasileiros que migraram do Paraguai, o processo de modernização agrícola e o êxodo rural no Paraguai e o refúgio dos perseguidos da ditadura Strossner.

Conforme Catta (2003), uma conjunção de fatores como as Cataratas do Iguaçu, a Itaipu Binacional, o comércio de fronteira e a expansão agrícola levou a Tríplice Fronteira à configuração atual. O autor destaca que em outros lugares em que também foram construídas hidrelétricas o processo de urbanização não ocorreu com a mesma intensidade; bem como nas cidades de fronteira com a economia centralizada no comércio de mercadorias importadas; ou mesmo os municípios do interior do país que possuem atrativo turístico estão longe de possuir a configuração da Tríplice Fronteira: “[...] Provavelmente esses fatores de forma isolada teriam poucas probabilidades de proporcionar o desenvolvimento que detectamos em Foz do Iguaçu.” (CATTÁ, 2003, p. 122). Mesmo assim, os historiadores e os geógrafos que pesquisaram essa Tríplice Fronteira são unânimes ao afirmar a unilateralidade da Itaipu como vetor de mudanças regionais e impulsionadora do crescimento local.

No lado paraguaio, o aumento populacional foi atingido pela mesma dinâmica de Foz do Iguaçu, mas o aumento ocorreu com maior intensidade a partir da década de 1980, período em que o Paraguai passou pelo processo mais intenso de êxodo rural. A Figura 08 demonstra esse processo de urbanização vivenciado pelo país e a projeção sobre as expectativas em relação à urbanização, até 2025. Conforme a figura, desde a década de 1950 o Paraguai teve um crescimento da

população urbana, chegando à igualdade entre rural e urbano na década de 1990. A população rural foi superada pela urbana na década de 2000.

Figura 08 – Paraguai: distribuição da população urbano-rural (1950-2025)



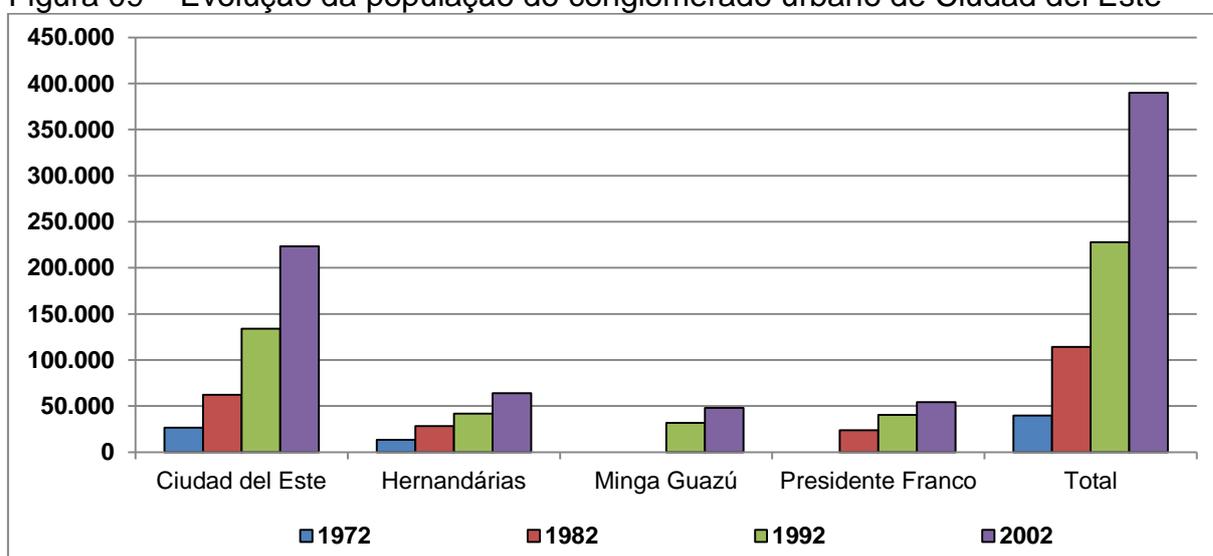
Fonte: (DGEEC, 2014, p. 1).

Conforme o DGEEC (2002 apud LIMA, 2007), políticas como: i) a “Marcha para Leste” e a iniciativa de colonização agrícola do espaço iniciadas nos anos 1960; ii) a construção de uma rodovia pavimentada; iii) a Ponte da Amizade sobre o rio Paraná; iv) a abertura aos mercados mundiais; v) e a construção da hidrelétrica de Acaray, em Hernandárias, são considerados fatores que geraram impulso socioeconômico, constituindo o conglomerado urbano de Ciudad del Este como uma região com grande concentração populacional:

Las tres regiones metropolitanas citadas concentran hoy 60% de la población total, de la actividad económica y de la población ocupada del país, en una superficie que no llega a 25% del territorio nacional. Y si bien cada una de las áreas, zonas o regiones metropolitanas mencionadas presenta características peculiares, lo cierto es que todas ellas comparten una dinámica interna homogénea y diferenciadora respecto de las unidades político-administrativas que componen la división territorial del Paraguay, lo cual les dota de grandes posibilidades de gestión común para potenciar su desarrollo pero que, al no ser aprovechadas, sobredimensionan los graves problemas y déficit que también enfrentan. (UNFPA Paraguai, 2007, p. 1).

No Paraguai, o processo de urbanização também concentrou população e renda. Paralelamente ao crescimento urbano do país, o conglomerado urbano de Ciudad del Este também teve crescimento considerável ao longo dos anos. A expansão de Ciudad del Este é mais notável a partir da década de 1980, combinada com um processo de êxodo rural do país, com a construção da barragem de Itaipu e a aparição de um centro comercial com a comercialização de produtos mais baratos, se comparados aos do Brasil (FOGEL, 2008). A Figura 09 mostra a evolução temporal do crescimento populacional do conglomerado urbano de Ciudad del Este:

Figura 09 – Evolução da população do conglomerado urbano de Ciudad del Este



Fonte: (Adaptado de DGEEC apud LIMA, 2007, p. 6).

Na Figura 09 se constata a velocidade do crescimento demográfico da região entre os anos de 1972 e 2002. A população do conglomerado praticamente duplicou a cada década. Para Cardin (2007), a explicação para as variações desses números encontra-se em três fatores principais, que não são excludentes: i) o desenvolvimento da rota internacional no Paraguai, que facilitou o deslocamento de trabalhadores e o escoamento e armazenamento da produção de grãos paraguaios; ii) a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1974-1989), que chegou a ter 40.000 funcionários, sendo 20.000 paraguaios; iii) o crescimento acentuado do comércio internacional na região, impulsionado pela diferença dos preços, o que fez com que muitas pessoas fossem atraídas para o local.

Puerto Iguazú pouco sentiu o aumento populacional. A província da Misiones começou a ter importância para a Argentina após a descoberta de importantes

extensões de erva-mate em seu território. Esse produto tinha valor comercial significativo no final do século XIX porque a Argentina era dependente das importações da erva-mate brasileira. Após a descoberta dos ervais, o país se tornou autossuficiente para a extração e em 1920 desenvolveu técnicas para a produção. O governo argentino iniciou um processo de federalização do território no ano de 1881 com a criação do Território Nacional de Misiones. Em 1953, Misiones se tornou província (ARANHA, 2015).

O governo argentino se preocupava com o expansionismo brasileiro. Nas zonas fronteiriças, a proporção era de “20 para 1” de brasileiros sobre argentinos. Os projetos ocupacionais do território de Misiones foram semelhantes aos que ocorreram no Brasil, mas nunca foram efetivados na prática (ABINZANO, 2013a).

Conforme Barreto e Sánchez (2000), Misiones apresenta a maior porcentagem de população rural (27,1%) entre as Províncias da Argentina. Entretanto, nos anos 1991 e 2000 apresentou o ritmo mais acelerado de crescimento da população urbana do país (14,3%). Esse crescimento populacional pode ser atribuído às migrações rurais decorrentes da reestruturação territorial e da produção agrícola regional. Também contribuíram com a migração a localização territorial das obras públicas, como infraestruturas, moradia e emprego, que beneficiam mais as capitais dos estados e regiões mais urbanizadas.

Para ficar mais evidente o processo de urbanização da Tríplice Fronteira, a Tabela 04 apresenta a evolução populacional dos três lados fronteiriços desde a década de 1970. Nela é possível perceber o processo de ocupação do espaço.

Tabela 04 – População da Tríplice Fronteira

	1970	1980	1991	2000
Foz do Iguazu	33.966	124.789	190.123	258.543
Ciudad del Este¹	26.485	62.328	133.881	223.350
Hernandárias¹	13.281	28.188	41.922	64.074
Minga Guazú¹	-	-	31.736	48.066
Presidente Franco¹	-	23.695	40.408	54.401
Puerto Iguazú²	-	-	27.984	32.038
Total	73.732	239.000	466.054	680.472

Fonte: (IBGE; DGEEC; INDEC apud LIMA, 2007, p. 6).

¹ Dados referem-se aos anos 1972, 1982, 1992 e 2002.

² Dados de 2001.

Nos 15 anos seguintes após a conclusão das obras da Itaipu, nenhuma hidrelétrica grande foi construída no Brasil, porém, os trabalhadores de barragens

viviam dessas construções e migravam de barragem em barragem. Conforme Catta (2003), os barrageiros eram “nômades por excelência” e, ao parar esse tipo de construção, a maioria da população permaneceu em Foz do Iguaçu, migrando para outras atividades, como o comércio, o turismo e o circuito sacoleiro.

Além da urbanização, a desigualdade social, econômica e espacial é apontada como um dos fatores que também contribuem com a problemática das letalidades. Não farei uma discussão mais aprofundada desse assunto por não ter acesso aos dados nos três lados da fronteira. Em síntese, porém, a Tríplice Fronteira possui uma produção significativa de economia proveniente de vários setores, como da Itaipu com o setor do turismo ecológico e o setor de turismo de compras. Por outro lado, possui alta quantidade de desemprego, que chegou a 40% em Foz do Iguaçu, além de possuir vários “espaços com sobreposições de carências” (CARDIA; ADORNO; POLETO, 2003).

Após a apresentação do cenário das letalidades na Tríplice Fronteira e dos possíveis motivadores envolvidos nessa problemática, o próximo capítulo aborda a questão das representações produzidas pelas forças culturais dominantes sobre as mortes violentas na Tríplice Fronteira. O intuito é entender como cada lado representa as suas letalidades.

3 AS REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS SOBRE AS MORTES VIOLENTAS

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a forma como as forças culturais dominantes representam as mortes violentas na Tríplice Fronteira. As representações dessas mortes divergem conforme o lado pesquisado, mas retratam o tempo histórico em que cada lado vive. Não pretendo trazer representações reducionistas, mas apresentar algumas posições significativas dentro desse imaginário local, porque é a partir dessas percepções que as forças culturais agem sobre o espaço. Além disso, os dados apresentados no capítulo são uma dimensão da construção das representações dos jornais e dos dados oficiais coletados.

Neste capítulo se compara a construção da notícia nos jornais “A Gazeta do Iguazu” (BR), “Diario Vanguardia” (PY) e “La Voz de Cataratas” (AR), juntamente com o tratamento dado pelas polícias de cada lado em relação ao conteúdo e aos fatos relacionados com os casos de mortes violentas. Trata-se de uma análise que se constrói sobre um farto material empírico sobre as representações midiáticas e policiais do acontecimento violento. Os dados quantitativos foram obtidos através da coleta nos jornais durante o período de um ano, de janeiro a dezembro de 2014, no caso dos jornais do Paraguai e da Argentina, e entre fevereiro de 2014 e janeiro de 2015, no caso do jornal brasileiro. Para evidenciar alguns dados quantificados apresentam-se alguns casos para a análise qualitativa.

Além dos dados documentais, o presente capítulo é composto por 19 entrevistas realizadas com policiais e jornalistas de cada lado da fronteira. Foram realizadas entrevistas com policiais da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Paraná, da Polícia Judicial da Província de Misiones e da Polícia Nacional do Paraguai, do setor de turismo. Também foram realizadas entrevistas com jornalistas do jornal “A Gazeta do Iguazu”, de Foz do Iguazu; do “Diario Vanguardia”, de Ciudad del Este; e dos jornalistas dos periódicos “La Voz de Cataratas”, “Iguazú Noticias” e “Canal CVI”, de Puerto Iguazú. Por fim, a análise dos dados gravita entre quantitativo e qualitativo pelo método comparativo.

3.1 A PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA

As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente construído e partilhado. Elas se constituem pelas noções que os indivíduos

estabelecem para se situar e explicar o mundo que os rodeia. Porto (2009, p. 214), enfatiza que: “Entre mitos, verdades e equívocos, parece pertinente supor que violência e segurança pública passaram a compor [...] um par conceitual a partir do qual a violência é o fantasma cada vez mais presente que afronta e põe em risco a segurança”. Essas noções, quando se trata de violência, de segurança pública, de letalidades, dentre outras, estão atreladas ao conteúdo produzido pela mídia. Por isso se interroga sobre a construção do imaginário sobre as representações das letalidades pela mídia local, especialmente pelos jornais com circulação diária.

Para Ferrell, Hayward e Young (2008), deve-se considerar o movimento cultural e imaginar maneiras de acompanhar o que significa e o que se move por meio da política do crime e do controle, ponderando sobre o movimento cultural, sem esquecer o crime e a experiência do crime em si. A produção de sentidos, na forma das representações sociais, não ocorre de modo igualitário, pois apenas alguns indivíduos, grupos ou setores da sociedade se tornam os protagonistas desse processo. O restante apenas consome conteúdos, normas e valores que não produziram: “[...] poucos deixarão de admitir que a mídia, em suas diferentes facetas [...] tem protagonizado de modo crescente essa função pragmática de ‘explicar o mundo’ e produzir significado para fatos e acontecimentos sob a forma de representações sociais.” (PORTO, 2009, p. 216-217).

A realidade é conscientemente manipulada e os meios de comunicação não só medeiam a realidade para os indivíduos, mas atuam como um sistema de transmissão de mensagens e símbolos. Sua função é divertir, entreter e informar, assim como também é de estabelecer códigos e valores de comportamento para que os indivíduos interajam com as estruturas institucionais da sociedade. Seguindo essa percepção, Arellano (2015, p. 118), argumenta:

[...] La realidad, salvo cuando se trata de nuestro entorno más próximo, está mediada y es necesariamente filtrada por alguien o algo: gobiernos, empresas, periodistas, tecnologías (la televisión, la radio, Internet). Los medios de comunicación, quizá los principales encargados de aquella labor, transmiten representaciones de los sucesos cotidianos, llenan los vacíos de nuestra limitada percepción, alimentan nuestros imaginarios y contribuyen, así, a la construcción social de aquello que entendemos como «la realidad» [...]

A notícia não relata simplesmente os fatos, mas segue padrões muito diferentes tanto para a “realidade” do crime como na representação das estatísticas

oficiais: “[...] Assim, apesar de muitas vezes ser descrita como uma ‘janela para o mundo’ ou um espelho que reflete a ‘vida real’, a mídia pode ser pensada de forma mais precisa como um prisma, que sutilmente reflete e desvia a visão do mundo que projeta.” (JEWKES, 2004, p. 37, tradução nossa).

Assim, nesta tese não está sendo discutido o que é normatizado, institucionalizado ou legalizado sobre as letalidades, mas o que se expõe nas páginas policiais dos jornais, bem como o que existe empiricamente no imaginário dos produtores da notícia, como os jornalistas e os policiais, que ocupam posições estratégicas na formulação das representações midiáticas sobre as mortes violentas na Tríplice Fronteira. Por isso, interroga-se a realidade a partir do que se diz e se constrói sobre ela, sem, contudo, deixar de considerar que essas representações são construídas coletivamente, não só, mas especialmente pelas forças culturais dominantes. Essas representações variam ao longo do tempo de acordo com o grupo ou com o panorama de interesses nos quais os indivíduos estão inseridos.

A partir dos pressupostos mais específicos da Criminologia Crítica, que passo a usar para compreender a construção das representações, analiso o quanto a representação das mortes violentas é capaz de estimular a formulação de políticas de controle no local. Para tanto é difícil negar a orientação econômica na construção da notícia, visto que, certamente, ela não é a única nesse processo, mas uma das mais influêntes. As forças culturais dominantes, como demonstrado na introdução, detêm poder econômico e político e fazem o ataque politizado contra determinados setores sociais. Não se pode negar ou ignorar o caráter dualista da elaboração da representação, especialmente quando se olha para quem são os donos dos jornais – mídia tradicional – ligados à elite local.

Nos três lados da fronteira não existe uma variedade muito grande de jornais. No lado brasileiro, o jornal “A Gazeta do Iguaçu” está em atividade há mais de 25 anos. O periódico tem um perfil propenso às conveniências e aos interesses políticos, partidários e empresariais colocados no momento de sua edição (GONZALEZ, 2005). O “Diario Vanguardia” está em atividade desde 2012 e tem um perfil muito semelhante ao jornal brasileiro, pois pertence a um grande grupo jornalístico do país, o ABC Color. O periódico *on-line* “La Voz de Cataratas” existe desde 2005. Apesar de ser produzido por uma jornalista com produção independente, os anúncios são pagos pelos empresários ligados ao turismo local.

Para a Criminologia Crítica, a informação flui de cima para baixo (JEWKES, 2004). Assim, os meios de comunicação representam os pontos de vista dos líderes políticos, dos líderes militares, dos chefes de polícia, dos juizes, dos intelectuais proeminentes, dos anunciantes e das grandes empresas e dos donos de jornais. Os críticos dessa perspectiva afirmam que ela reduz o espectador, o leitor ou o ouvinte ao papel de receptor passivo, ofuscando as suas opiniões, preocupações e crenças. Por mais que a crítica insida sobre a passividade como o leitor ou espectador recebe a notícia, essa realidade não é estática e passiva, mas é construída em um processo dialético fortemente influenciado pelas forças culturais dominantes:

[...] De acordo com a abordagem da ideologia dominante, o poder de criminalizar e descriminalizar certos grupos e comportamentos encontra-se com a elite dominante, que – em um processo conhecido como “hegemonia”²⁴ – ganha aprovação popular por suas ações por meio de instituições sociais, que inclui os meios de comunicação. Em suma, grupos poderosos alcançam um consenso público sobre definições de crime e desvio e obtém apoio em massa para medidas cada vez mais draconianas de controle e contenção, não pela força ou coerção, mas usando a mídia para construir sutilmente uma teia de significados a partir de um número de tópicos ideológicos que são então articulados em um discurso popular coerente [...] (JEWKES, 2004, p. 32-33, tradução nossa).

Em sua função prática, como máximas orientadoras de conduta, as mídias constituem um dos principais produtores de representações sociais. Não se está questionando se essas representações são falsas ou verdadeiras, no entanto o enfoque atribuído a um aspecto da realidade em detrimento de outro faz com que se silenciem determinados fatos. A forma como a realidade é construída e representada por meio de narrativas midiáticas pode direcionar o sentido da notícia. Ao construir o binômio mídia-segurança pública como objeto de análise: “[...] significa refletir sobre o fato de que cada um dos polos do binômio constrói a realidade social por meio dos sentidos e das narrativas pelos quais representam a ‘realidade’ da violência e a violência como realidade [...]” (PORTO, 2009, p. 214). A forma como são construídas as representações torna-se material primoroso para entender que políticas de controle se desdobram a partir delas.

²⁴ “[...] a hegemonia refere-se ao processo pelo qual as classes dominantes ganham aprovação para as suas ações por consentimento e não pela coerção. Esta é em grande parte alcançada por meio de instituições sociais e culturais tais como a lei, a família, o sistema de ensino e os meios de comunicação de massa [...]” (JEWKES, 2004, p. 16-17, tradução nossa).

A capacidade que a mídia tem de significar e modificar a realidade, essa capacidade a torna objeto interessante e primoroso para este estudo. Isso pode ser afirmado porque, conforme Porto (2010), é por meio da comunicação que a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada. As representações da polícia também foram consideradas, porque entendo que as representações sobre letalidades são construídas em conjunto, entre mídia e polícia.

3.2 A PRODUÇÃO DAS NOTÍCIAS SOBRE LETALIDADES NOS JORNAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA

O presente item faz uma breve descrição da forma como a notícia é apresentada para o leitor. Pretende-se contextualizar o ambiente em que a notícia sobre violência é produzida na Tríplice Fronteira, não sendo aprofundadas as discussões sobre a disponibilidade estética da notícia. O propósito é evidenciar a forma como a notícia é divulgada e o destaque dado a ela, não sendo realizada análise da linguagem jornalística enquanto estética, mas enquanto conteúdo.

Como apontado, a mídia e a polícia possuem responsabilidades conjuntas sobre o noticiário policial porque edificam cotidianamente as informações sobre o tema. A violência é construída socialmente por um noticiário factual e informativo (VARJÃO, 2008).

Com base em estudos “clássicos” de Galtung e Ruge (1965/1973) e Chibnall (1977), que analisaram a produção de notícias em meados do século XX, Jewkes (2014), propõe os 12 valores-notícias apropriados para o novo milênio, que são: o potencial, a previsibilidade, a simplificação, o individualismo, o risco, o sexo, a celebridade ou o *status*, a proximidade, a violência, o espetáculo, ser crianças e a ideologia conservadora, conforme aponta:

Os eventos não têm de ser simples a fim de fazer a notícia (embora ajude), mas devem ser redutíveis a um número mínimo de peças ou temas. Este processo de simplificação tem vários aspectos. Em primeiro lugar, a reportagem é marcada pela brevidade, porque ela não deve esticar o tempo de atenção do público. Em segundo lugar, a gama de possíveis significados inerentes à história deve ser restrita. Ao contrário de outros discursos textuais, como romances, poemas e filmes em que a capacidade de uma história de gerar múltiplos significados é comemorada, o discurso das notícias geralmente não é aberto às interpretações e, por isso, as audiências são convidadas a chegar a conclusões consensuais sobre uma

história [...] No que diz respeito à notícia-crime, geralmente equivale à indignação moral e censura dirigida a qualquer pessoa que transgride os códigos legais ou morais da sociedade [...] (JEWKES, 2004, p. 43-44, tradução nossa).

Por mais que as noções de “movimento” cultural ou “fluxo” impliquem instabilidades de significados coletivos, as economias políticas regularmente estabelecidas significam o movimento e, pelo menos inicialmente, definem seus termos e seus parâmetros. Mesmo em movimento, o sentido coletivo deixa traços de influência e compreensão e oferece direções no meio de todo o movimento.

Ferrell, Haiward e Young (2008), chamam a atenção para o fato de que muitos repórteres de crime não têm o tempo ou recursos para fazer muito mais do que se pendurar em torno de tribunais e/ou delegacias e coletar notícias policiais. Além disso, muitos jornalistas criminais obedecem a um modelo de relatório criminal rigidamente formatado. As mudanças nos conteúdos de notícias gerais muitas vezes conduzem a modificações no relatório criminal, o que torna difícil para os jornalistas desafiar o controle editorial e produzir histórias que vão contra a corrente popular. Existe uma “institucionalização” de repórteres criminais que usam, com excesso de confiança, as informações fornecidas pela polícia e de outros agentes normativos do aparelho de Estado e as tomam como verdade. Isso também se verificou na pesquisa de campo desta tese.

Apesar de o objetivo da tese não ser a análise do discurso jornalístico na produção da notícia, conhecer alguns pontos dessa construção é necessário porque contribui no processo de compreensão das representações das mortes violentas na Tríplice Fronteira. Como veremos, muitos dados produzidos pela polícia são divulgados pelos jornais sem um debate ou sem uma análise crítica, tal como aponta a teoria. A pesquisa realizada nos jornais da Tríplice Fronteira teve por base as páginas policiais dos já citados veículos de comunicação, porque é nesses espaços que são divulgadas as notícias sobre as letalidades e sobre as demais ilicitudes.

No caso do jornal brasileiro “A Gazeta do Iguaçu”, geralmente são disponibilizadas duas páginas para a seção “Polícia”. Raras foram as vezes em que houve somente uma ou três páginas, isso quanto ao período pesquisado. Na versão *on-line* é possível encontrar as publicações no menu “Foz do Iguaçu”, na seção “Polícia”, mas não é possível ver as notícias mais antigas.

O jornal paraguaio “Diario Vanguardia” não possui uma seção específica para as notícias policiais no seu periódico impresso. Suas reportagens ficam “diluídas” entre as outras notícias na seção “*Locales*”. Na versão *on-line*, o jornal apresenta separadamente as notícias na página “*Policiales*”, no menu “*Edicion Impresa*”. As notícias estão publicadas desde 15 de janeiro de 2013 até os dias atuais.

O jornal *on-line* da Argentina “La Voz de Cataratas” publica as notícias “*Policiales*” na seção “*Locales*”. Na época em que realizei a pesquisa era possível obter as notícias policiais mais antigas, desde 2007. Após o levantamento dos dados desta pesquisa, o jornal passou por uma reformulação em seu *site* e as notícias antigas saíram do ar.

No jornal brasileiro, aproximadamente 85% das reportagens das páginas policiais sobre mortes violentas são matérias do tipo principal/destaque denominado “Jornalismo Máximo” (CORDEIRO, 2005). Esse tipo de jornalismo se caracteriza pelo esforço detectável de valorização das reportagens, mas não significa a garantia de qualidade da informação. Ele evidencia o grau de importância que os produtores da notícia atribuem à manifestação de violência: “[...] Não se refere, portanto, a um máximo *possível*, mas um máximo *praticado*, dentro do universo pesquisado.” (VARJÃO, 2008, p. 44, grifo do autor).

Em relação às notícias secundárias²⁵, o predomínio é daquelas relacionadas às apreensões de drogas, especialmente de maconha, das apreensões de armas, de cigarro e de demais produtos de origem paraguaia. Também aparecem como notícias secundárias as tentativas de homicídios, os roubos e as operações de fronteira. O jornal ainda apresentou notícias relacionadas às mortes violentas dos municípios paranaenses de Santa Terezinha de Itaipu, de São Miguel do Iguaçu, de Itaipulândia, de Matelândia, de Medianeira e casos de Santa Helena (100 km de Foz do Iguaçu) e de Missal (73 km de Foz do Iguaçu).

No jornal paraguaio, as notícias nos jornais impressos estão misturadas com as notícias que não tratam sobre violência ou sobre criminalidade. Elas aparecem “camufladas” em meio a outras notícias, mas são facilmente identificadas porque mostram as fotos com cadáveres. Na versão *on-line*, as notícias sobre letalidades

²⁵ As notícias secundárias têm por característica textos: “[...] mais curtos que os das notícias principais, com poucas (às vezes, nenhuma) fontes de informação anotadas, escassos recursos visuais e apócrifos — ou seja, sem assinatura. São as notícias secundárias da edição, situadas abaixo dos títulos e subtítulos das principais.” (VARJÃO, 2008, p. 51).

aparecem na página conforme elas ocorrem. Seu destaque é dado pelo momento da ocorrência. Por isso, metade das notícias sobre letalidades são do tipo principal e a outra metade aparece como notícia secundária. Isso se justifica porque nas edições impressas não existe uma página específica para as notícias policiais.

A morte violenta, que possui relevância e se trata de crime contra a vida, não possui o destaque devido. Muitas dessas notícias abrangem outros municípios do Departamento de Alto Paraná, como o município de Itakyry, a 100 quilômetros de Ciudad del Este. As letalidades nesse município despertam a atenção pela quantidade e pelo perfil. Para os jornalistas paraguaios, essas mortes estão relacionadas ao narcotráfico, porque a cidade é considerada a maior produtora de *marijuana* do país.

No jornal argentino a situação é diferente da do Brasil, mas parecida com a do Paraguai, porque o canal em que obtive a informação foi o meio *on-line*. Esse veículo de informação destaca a notícia do momento, independentemente da categoria, sem destacar por conteúdo ou por seção. As notícias dos outros municípios da Província de Misiones são publicadas, mas aparecem no menu “*Regionales*”. Puerto Iguazú não tem jornal impresso porque, conforme os jornalistas entrevistados, as vendas são baixas, não sendo viável a circulação de um periódico no local. Mas, por ser um periódico *on-line*, a velocidade da informação midiática é determinante no mundo pós-moderno.

A natureza da própria circulação e a repercussão sobre si cria uma porosidade de significados fluidos e define o rápido movimento da vida midiada, a natureza do crime e os meios dentro dela. Ferrell, Hayward e Young (2008), alertam para o fato de que o imediatismo temporal do formato de notícias de rolamento 24 horas, como os jornais impressos, está agora sob a ameaça da interação de comunicações digitais de alta velocidade e de *sites* gerados pelos próprios usuários. Nesse sentido, um dos jornalistas argentinos comentou o quanto as mídias digitais nas mãos dos usuários atrapalham o jornalismo e a produção da notícia.

De modo geral, nos três lados pesquisados, as notícias sobre mortes violentas seguem o padrão jornalístico. Apresentam os títulos seguidos por subtítulos ou sobretítulos e os textos são mais extensos que os demais da página em que se encontram. No lado brasileiro, praticamente todas as reportagens são assinadas, indicando a disposição do repórter de assumir o trabalho. No lado paraguaio e no lado argentino, nenhuma reportagem estava assinada. Entretanto, no

lado argentino, o *site* pesquisado é de responsabilidade de uma jornalista com produção independente.

A maioria das notícias sobre as letalidades apresenta fotos ou imagens de maneira distinta em cada país. No lado brasileiro existe o cuidado com a apresentação das imagens. As fotos foram feitas a uma determinada distância e apresentavam um cenário ao fundo, mas em alguns casos mostravam o cadáver ensanguentado. No lado paraguaio, as imagens eram mais fortes, mostrando os cadáveres ensanguentados. No lado argentino, nenhuma imagem mostrou o cadáver, mas o lugar da ocorrência. Somente a foto de uma das vítimas foi divulgada, porque, antes de ser confirmado o óbito, os familiares haviam feito a denúncia do desaparecimento da vítima.

No lado brasileiro, a opção por não destacar as mortes na capa do jornal ocorreu no ano de 2008. A decisão aconteceu após uma pesquisa acadêmica detectar que as redes de hotéis e de restaurantes, apesar de serem assinantes do jornal, não o disponibilizavam ao público. Na opinião dos empresários, isso ocorria porque as notícias destacadas na capa “assustavam” os turistas, que deixavam de sair às ruas de Foz do Iguaçu, com medo da violência.

O jornal tirou aos poucos as letalidades do “olho do turista”, nas capas do jornal. Na concepção do Jornalista Brasileiro 1: “A violência não atinge a cidade como um todo e nem o setor turístico, porque é raro você ver um turista ser assaltado aqui, mas se você tá falando que tão matando o cara na rua, a pessoa não sai do hotel”. Dessa forma, o jornal mudou a política em relação à publicação das notícias policiais:

A gente não esconde notícias, têm homicídios, têm assassinatos e todos os casos são noticiados. Nos últimos anos nós paramos de dar destaque para essas matérias sensacionalistas, a não ser que seja um assalto a banco, mas essas mortes com 20, 30 tiros, a gente não dá destaque. A gente tá numa cidade turística e a gente não pode levar para o jornal só o que é ruim da cidade, nós temos que mostrar o que é bonito e o que é bom também. Então foi o que nós decidimos fazer. (JORNALISTA BR 1).

É positivo não dar destaque à violência, mas também é importante que os fatos não sejam omitidos. No caso do jornal brasileiro, praticamente todos os casos de mortes violentas ocorridos no ano de 2014 e início de 2015 foram publicados na página policial. O problema é que os outros casos de criminalidade não foram

divulgados, demonstrando que a produção da notícia continuou a seguir um determinado roteiro (JEWKES, 2004).

Conforme Porto (2002), a comunicação e a informação estão organizadas para o mercado, o que torna a violência uma moeda com valor de troca porque vende, e muito. Na pesquisa que a autora desenvolveu no Distrito Federal sobre a opinião dos entrevistados quanto à noção de que as notícias sobre violência ajudavam a vender jornal, quase 87% responderam que sim, demonstrando que o próprio público consumidor confirma essa prerrogativa.

Os economistas políticos, os sociólogos, os filósofos e as demais categorias argumentam que o caráter cada vez mais comercial da mídia transforma a violência em entretenimento, que é destinada a um público para captar anunciantes: “[...] o crime é um assunto que é especialmente limitado e condicionado por uma agenda da mídia, em uma busca sem fim para a programação populista que seja rentável [...]” (JEWKES, 2004, p. 23, tradução nossa). Na contramão dessa teoria, os jornalistas brasileiros afirmaram que houve aumento de vendas e de anúncios no jornal após a retirada de capas “sensacionalistas”. Então cabe questionar: –Qual é o sentido dessa contra lógica em Foz do Iguaçu? –Por que a violência deixa de ser entretenimento e se torna um estorvo?

Certamente as razões não foram por motivo de ruptura à lógica do mercado. Como o próprio Jornalista 1 afirma, essa mudança no tratamento das letalidades tem um significado, um sentido, que é “vender” a cidade, porque o jornal representa a elite do turismo local. Com essa mudança, o jornal passou a comercializar o dobro de anúncios. Ou seja, a violência só parou de ser vendida porque ela não era rentável e não convinha com o projeto maior: promover a cidade para o turismo. Como o jornalista comenta:

Hoje a gente até traz violência na capa, mas de uma maneira pequena, como um chamado, não como notícia. Isso foi muito bom para o jornal porque muitos empreendimentos não viam o jornal como instrumento para fazer propaganda. Hoje muitos segmentos da cidade aceitam e querem o jornal. A gente achava que as vendas iam reduzir, mas elas aumentaram. (JORNALISTA BR 1).

O jornal paraguaio também modificou a política para apresentar as mortes violentas. Essas modificações ocorreram a partir do ano de 2013. Apesar de o jornal paraguaio mostrar as fotos dos cadáveres, as capas pararam de apresentar esse

tipo de imagem, em especial às segundas-feiras, porque, conforme o Jornalista do Diário Vanguardia, as pessoas estavam acostumadas a ver sangue nas capas:

Decidimos não colocar os cadáveres na capa do jornal nas segundas e nenhum outro dia, porque é muito feio, porque estávamos acostumados a ter mortes nas capas das segundas-feiras. As pessoas compram muito isso e nos criticam por não colocarmos as mortes nas capas, porque alegam que isso faz vender os jornais. (JORNALISTA PY 1).

Quando questionei o jornalista paraguaio se ele havia percebido alguma diferença nas vendas do jornal, por ter tirado da capa as imagens dos cadáveres e as notícias sobre as mortes violentas, ele disse que as vendas continuaram as mesmas, mesmo sob os protestos dos leitores.

No lado argentino, a jornalista responsável pelo jornal *on-line* “La Voz de Cataratas”, disse que seu jornal não coloca imagens das vítimas porque é feio. A jornalista argumentou que as pessoas e a cidade de Puerto Iguazú não merecem ver essas coisas. Sem omitir as informações e os acontecimentos, o propósito do jornal é mostrar as informações voltadas para o turismo local, da mesma forma como o jornal brasileiro.

Nos três lados pesquisados, as notícias apresentam poucas falas de autoridades policiais e em menor quantidade de testemunhas, de familiares, de parentes, de vizinhos e de amigos das vítimas. Predominantemente, as notícias são apresentadas em forma de narrativa e têm como fonte as autoridades policiais. As ocorrências são retratadas de maneira factual, conforme o Boletim de Ocorrência ou o equivalente registro escrito em cada lado.

No caso do jornal de Foz do Iguaçu, apesar de muitas notícias sobre as mortes violentas terem destaque e serem do tipo principal, em vários casos apresentavam duas ou três mortes em uma única matéria, especialmente, porque a maioria das mortes ocorria nos fins de semana. De todas as notícias referentes às mortes violentas, nos três lados analisados, somente em uma notícia apareceu a fala de uma especialista que analisa um caso com grande repercussão sobre violência familiar. O jornal que divulgou foi o “Diário Vanguardia”, de Ciudad del Este, conforme segue:

La sicóloga forense del Ministerio Público, Norma Bas, afirma que no hay manera de prevenir los casos extremos de violencia familiar que terminan en muerte, pues cada caso es una situación muy particular aunque hay ciertos indicios que se debe tener en cuenta. Respecto a los motivos que llevan a una persona a tomar la drástica decisión de asesinar a su familia, explicó que la cultura machista tiene mucho que ver porque los hombres no aceptan cuando la mujer decide terminar la relación. “La violencia generalmente se da en situaciones extremas y hay una cuestión de género muy marcado en lo masculino. Porque el hombre crece y socializa con la creencia de que es él el que toma las decisiones, que pueden terminar la relación cuando se le antoje, es decir hay una desvalorización en cuanto a la decisión de la mujer. Cuando la separación es decisión de la mujer existe una alta probabilidad de que ocurra esto”, refirió al analizar la matanza familiar que ocurrió ayer. (DIARIO VANGUARDIA, 23 jan. 2014, p. 1).

A fala da psicóloga forense é uma exceção nos três jornais analisados. As notícias de um modo geral são fatídicas e não problematizam nem trazem especialistas para falar sobre as questões das mortes violentas. Conforme Jewkes (2004), existe pouco espaço para comentários atualizados ou para análise de especialistas. A ausência de vozes dos criminologistas do discurso noticioso de crime é uma preocupação na nossa área.

As notícias que tratam sobre as mortes violentas na Tríplice Fronteira possuem algumas diferenças entre os três lados pesquisados. Em Foz do Iguaçu, as letalidades são destacadas nas páginas policiais, por ser um jornal impresso. Por outro lado, as notícias sobre letalidades no lado paraguaio se destacam no meio de outras notícias, pela divulgação do cadáver com sangue. Em Puerto Iguazú, o tratamento para a morte violenta é discreto e sem divulgação de imagens.

Por fim, ocorreu uma mudança significativa na forma de destacar essas mortes nas capas. Essa mudança de perfil tem uma relação direta com a comercialização desses jornais, mas isso não significa que os periódicos tenham ocultado essas notícias, porque praticamente todas as mortes violentas são noticiadas, mesmo que, em alguns casos, as informações para o público sejam mínimas.

3.3 O PERFIL DAS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS LETALIDADES NOS JORNAIS

As informações publicadas nos jornais pesquisados demonstram as particularidades de cada lugar. Na sequência é traçado um comparativo entre os três lados a partir das informações que os jornais obtiveram com as polícias para o ano de 2014. A finalidade é apresentar uma estatística das representações de cada lado fronteiriço, para verificar a totalidade de letalidades divulgadas pelos jornais.

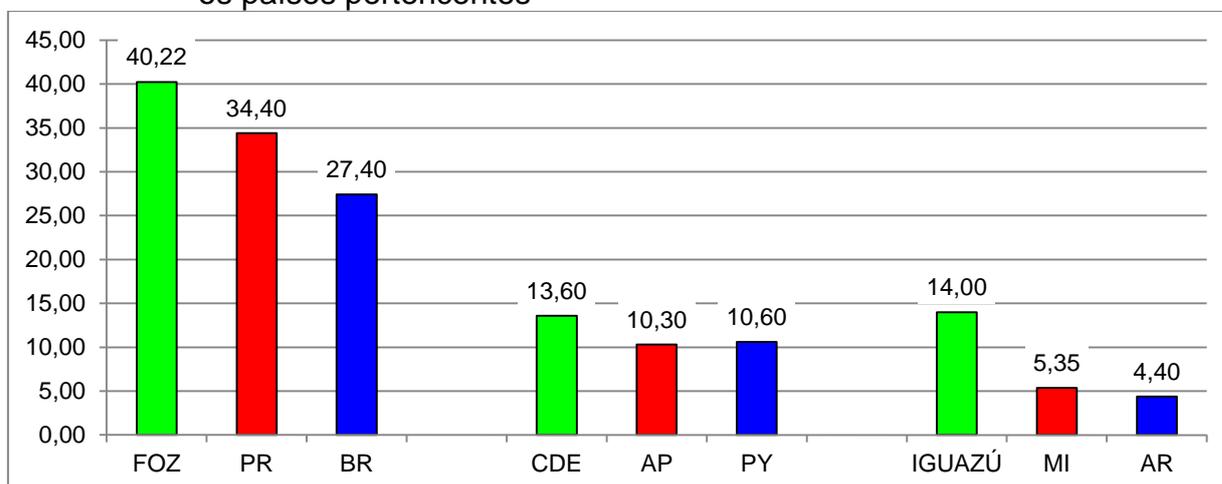
Em Foz do Iguaçu, com população de 256.088 mil habitantes (IBGE, 2016), a Polícia Civil divulgou 103 mortes no jornal “A Gazeta do Iguaçu”. A Jefatura do Paraguai divulgou 76 casos de mortes violentas no jornal “Diario Vanguardia”, para os quatro municípios pertencentes ao conglomerado urbano de Ciudad del Este. O conglomerado urbano tem população estimada de 558.696 mil habitantes (DGEEC, 2014). O jornal “La Voz de Cataratas” divulgou o total de cinco mortes violentas, apesar de a Polícia Judicial fornecer a informação de que foram seis casos. A população de Puerto Iguaçu é estimada em 42.849 habitantes (INDEC, 2010). Por esses números é possível perceber que a região apresenta um quadro considerável de letalidades, especialmente no lado brasileiro, onde, apesar das sucessivas diminuições nas mortes violentas, os índices continuam altos.

O número total de notícias sobre mortes violentas vinculadas nos jornais é muito próximo ou idêntico aos números apresentados nos relatórios estatísticos das polícias, o que torna possível traçar um comparativo entre as taxas de mortes violentas em cada lado da fronteira. Assim, i) no município de Foz do Iguaçu, a taxa foi de 40,22 por 100 mil/hab, ii) no conglomerado de Ciudad del Este a taxa foi de 13,60 por 100 mil/hab e iii) em Puerto Iguazú a taxa foi de 14,00 por 100 mil/hab. Os dados são referentes ao ano de 2014.

Para ampliar o nível comparativo, a Figura 10 demonstra, além dos dados municipais de cada lado da fronteira, os dados dos estado/departamento/província e dos países. Os dados sobre os países foram obtidos de Waiselfisz (2011), com base na Organização Mundial da Saúde (OMS) e Census. Os dados para o Brasil e para a Argentina são referentes ao ano 2010 e, para os do Paraguai, a referência é o ano 2009. Os dados para o estado do Paraná foram obtidos do Datasus para o ano 2014. Os dados do Departamento de Alto Paraná foram obtidos da *Jefatura de Polícia de Alto Paraná* para o ano de 2014 e os dados da Província de Misiones

foram obtidos do *Instituto de Investigaciones del Máximo Tribunal* para o ano 2013. Os dados dos três lados foram obtidos nos jornais pesquisados.

Figura 10 – Comparativo das taxas de letalidades entre os municípios, os estados e os países pertencentes



Fonte: (Dados compilados a partir de Waiselfisz (2011); Datasus (2016); Jefatura de Policía de Alto Paraná (2014); Instituto de Investigaciones del Máximo Tribunal (2013); A Gazeta do Iguazú (2014-2015); Diario Vanguardia (2014); e, La Voz de Cataratas (2014).).

***Nota:** Tradução da legenda: FOZ (Foz do Iguaçu); PR (Paraná); BR (Brasil); CDE (conglomerado urbano de Ciudad del Este); AP (Alto Paraná); PY (Paraguai); IGUAZÚ (Puerto Iguazú); MI (Misiones); AR (Argentina).

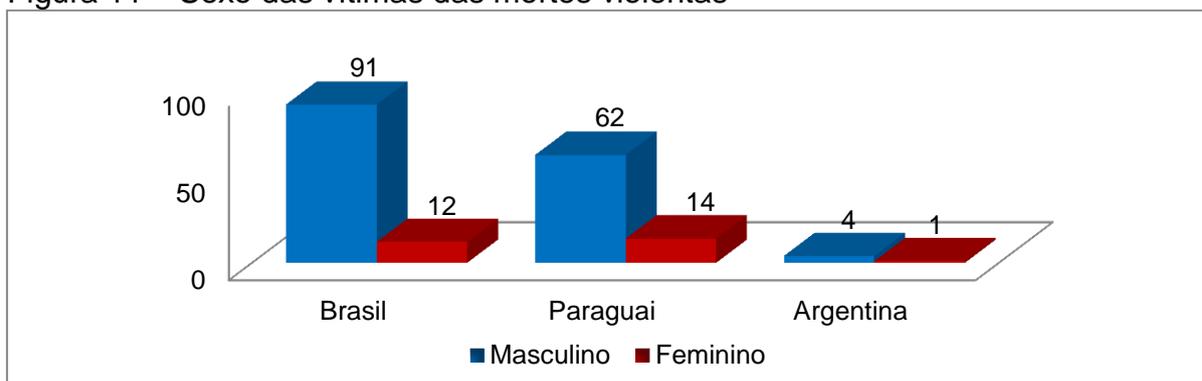
Conforme o gráfico apresentado, Foz do Iguaçu possui as taxas mais elevadas de letalidades em relação aos outros municípios fronteiriços, além de possuir taxas superiores em relação às taxas do Paraná e às do Brasil. O conglomerado urbano de Ciudad del Este também possui taxas superiores às médias departamentais e nacionais, assim como Puerto Iguazú, que possui taxas médias superiores à província de Misiones e da Argentina.

Ainda conforme o gráfico, percebe-se que as taxas de Puerto Iguazú são minimamente superiores às do conglomerado urbano de Ciudad del Este. Esse dado causa estranheza, porque, durante a pesquisa de campo, os entrevistados dos três lados da fronteira consideraram, de forma unânime, o lado paraguaio como o lugar mais violento e mais inseguro. A percepção sobre seguridade é diferente das ocorrências de letalidades.

As vítimas preferenciais são do sexo masculino, jovens, predominantemente pobres, desempregados ou subempregados e moradores das periferias, no caso de Foz do Iguaçu e do Conglomerado de Ciudad del Este. Em Foz do Iguaçu, dos 103

casos divulgados pelo jornal, 91 vítimas eram do sexo masculino e 12 do sexo feminino. No conglomerado urbano de Ciudad del Este, 62 eram do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Em Puerto Iguazú, uma vítima era mulher. Nos outros quatro casos, as vítimas eram homens. A Figura 11 traça o comparativo:

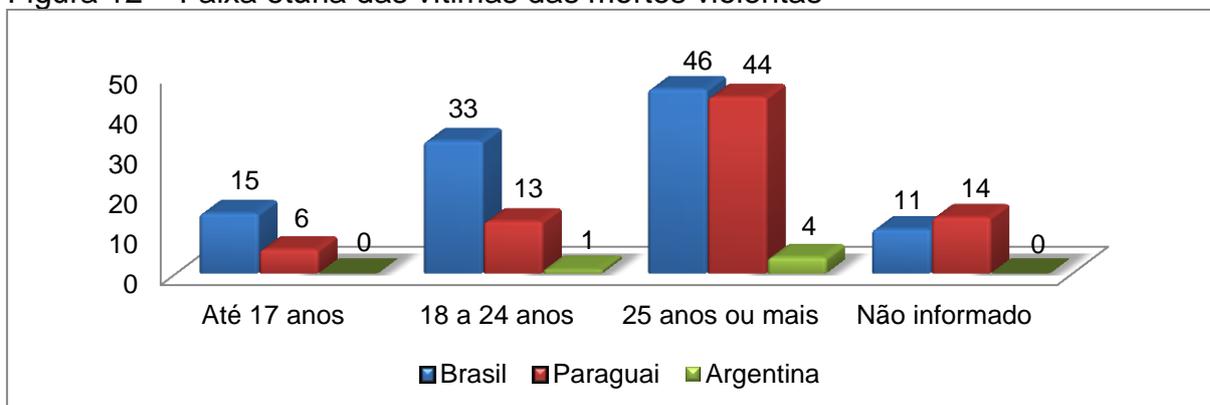
Figura 11 – Sexo das vítimas das mortes violentas



Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

A maioria das vítimas, além de ser do sexo masculino, se configura entre a população de jovens e adolescentes, tendência que se repete na maioria dos lugares do mundo, com exceção de Puerto Iguazú. Em Foz do Iguaçu, a taxa de mortes de vítimas adolescentes ainda é considerada alta, embora tenha tido as piores taxas nos anos não tão recentes de 2005 e 2006, quando chegou a liderar o *ranking* dos municípios brasileiros com as maiores taxas de mortes violentas entre jovens e adolescentes (WAISELFSZ, 2011). No ano de 2014, sem considerar as taxas, a quantidade de jovens que morrem no lado brasileiro continua alta e superior aos municípios vizinhos da fronteira, conforme demonstra a Figura 12:

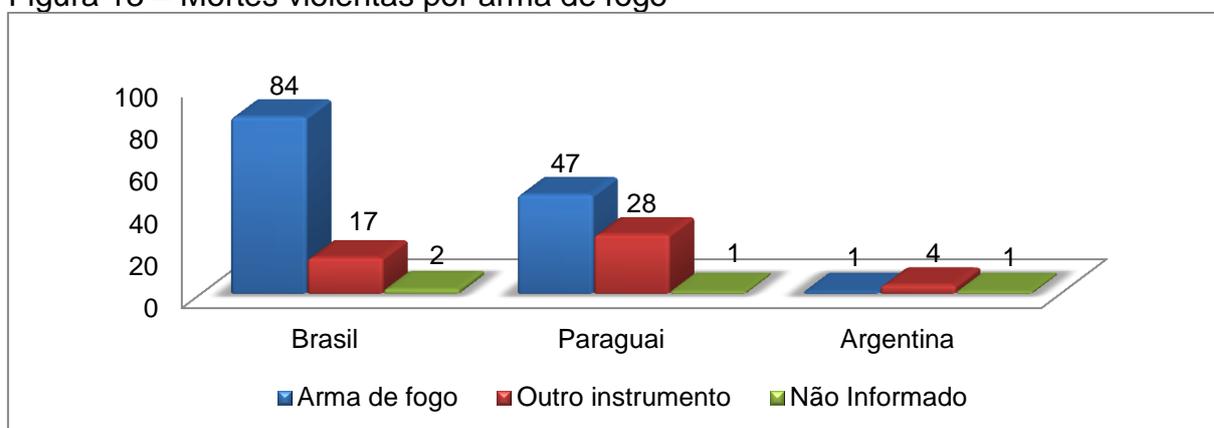
Figura 12 – Faixa etária das vítimas das mortes violentas



Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

Em relação ao instrumento utilizado para matar, em Foz do Iguaçu 81,6% das mortes (84 casos) ocorreram por armas de fogo. No conglomerado urbano de Ciudad del Este ocorreram em 61,8% (47 casos) e em Puerto Iguazú, em um caso somente. Um dos subtítulos de uma matéria do jornal brasileiro destacou: “Maioria dos homicídios é praticada com arma de fogo”, isso demonstra que a arma de fogo permaneceu como o instrumento mais utilizado para a realização das mortes violentas. Os outros instrumentos e formas foram: arma branca, agressão física, objeto contundente e enforcamento. Essa comparação de tipos de armas e instrumentos utilizados pode ser visualizada na Figura 13:

Figura 13 – Mortes violentas por arma de fogo



Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

Em relação ao perfil, Varjão (2008, p. 58), já havia apontado sobre as “vítimas preferenciais”: “[...] além de pessoas do sexo masculino, negras e jovens (abaixo de 30 anos), são solteiras, pobres, subempregadas, moradoras dos chamados bairros periféricos e têm baixa escolaridade.”. Os jornais pesquisados da Tríplice Fronteira pouco divulgaram essas informações, com exceção da informação sobre o sexo, a idade, o emprego e o local em que ocorreu o assassinato. As outras informações, como etnia, estado civil e escolaridade, não foram mencionadas nas notícias dos jornais pesquisados, mas, no caso da Tríplice Fronteira, os três jornais revelam informações sobre as práticas que a vítima desenvolvia, como, por exemplo, se era contrabandista, traficante ou usuário de drogas.

As “vítimas ocasionais” são aquelas com características socioeconômicas mais favorecidas e têm participação menor no quadro de letalidades (VARJÃO, 2008). Quando havia vítimas ocasionais em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este

nesses casos os jornais falavam do sepultamento e onde era o enterro. Além disso, as notícias tinham maior espaço na página, maior quantidade de fotos e eram mais exploradas durante os dias seguintes, com falas de policiais e a imprensa exigindo respostas para elucidar os crimes. Geralmente a tipificação do crime era latrocínio e, na maioria das vezes, a profissão era empresário, como demonstra a notícia a seguir:

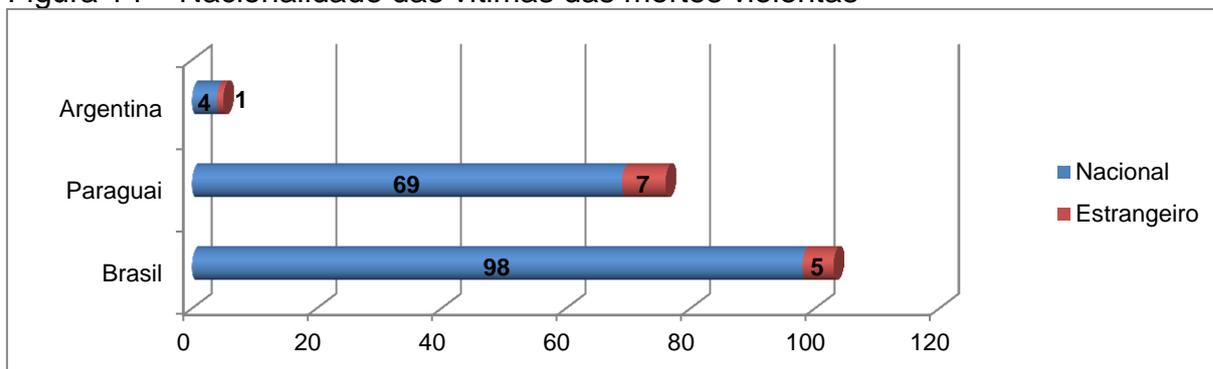
O empresário Pedro²⁶, 31 anos, foi assassinado por volta das 20h da noite de sábado (5) no centro da cidade. Conforme informações preliminares, Pedro foi vítima de um assalto. Quando se aproximava da residência da namorada, os criminosos teriam abordado e disparado duas vezes contra ele, atingindo a vítima apenas uma vez. (A GAZETA DO IGUAÇU, 7 abr. 2014, p. A13).

Os três jornais analisados apresentaram as notícias referentes ao seu país. Raras vezes os jornais apresentavam informações sobre um mesmo caso, mas, quando ocorria, essa divulgação era em função da nacionalidade da vítima. Um exemplo é o caso de uma “*pasera*” paraguaia que foi morta em Puerto Iguazú e noticiada no lado paraguaio. No conglomerado urbano de Ciudad del Este ocorreram três mortes de brasileiros que foram noticiadas no Brasil, mas no total ocorreram sete casos de brasileiros mortos naquele lado da fronteira. Nem todos os casos de estrangeiros mortos nos municípios vizinhos foram divulgados em seus respectivos países, como no caso da morte violenta de um argentino, que ocorreu em Foz do Iguaçu, mas que não foi divulgada em Puerto Iguazú.

As mortes que ganharam destaque jornalístico no lado paraguaio foram aquelas cujas vítimas possuíam nacionalidade brasileira. No imaginário dos jornalistas paraguaios, os brasileiros são os grandes responsáveis pela elevação das taxas de homicídios no conglomerado urbano de Ciudad del Este. Cabe observar que foram sete mortes de brasileiros para um total de 76 letalidades. Nenhuma outra vítima era estrangeira. Em Foz do Iguaçu ocorreram cinco mortes de estrangeiros para um total de 103 letalidades. Dessas cinco mortes, dois eram paraguaios, dois eram argentinos e uma vítima era uruguaia. Em Puerto Iguazú, uma vítima era paraguaia. O gráfico que representa a nacionalidade das vítimas das letalidades está na Figura 14:

²⁶ Todos os nomes, de acusados e de vítimas, divulgados nos jornais e que aparecerem nesta tese são fictícios.

Figura 14 – Nacionalidade das vítimas das mortes violentas



Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

As mortes violentas de estrangeiros-brasileiros no lado paraguaio somaram 10%, mas as autoridades policiais e os jornalistas entrevistados vinculam que o aumento das mortes está relacionado ao Brasil. No imaginário dos entrevistados, os brasileiros que morreram no lado paraguaio estavam envolvidos com o narcotráfico, conforme relata o entrevistado:

Em Alto Paraná temos entre 30 a 40 homicídios dolosos por ano, como execuções ou passionais. A maioria das vítimas é de brasileiros que não vivem aqui, mas que são atraídos e mortos nesse local utilizado como zona de execução. As nossas taxas de homicídios não são de pessoas daqui e muito provavelmente quem mata também não é daqui. Temos vários casos de brasileiros que foram executados ou jogados aqui. Dizem que vieram trazer ou levar uma droga e lhes matam. Temos casos de execuções, de esquartejamento e de pessoas queimadas. (JORNALISTA PY 2).

No lado brasileiro essa representação também acontece. Ambos os lados representam que as mortes que ocorreram com os estrangeiros estariam ligadas às atividades ilícitas, como aponta o policial brasileiro:

A morte de estrangeiro existe, mas isso não está ligado ao local, mas à circunstância a qual ela está envolvida: o acerto de contas. Um paraguaio pode ser morto na Vila Portes, ou na estrada para as Cataratas, ou na Estrada Velha de Guarapuava²⁷, ou no Morumbi, ou no Três Lagoas, mas pelo mesmo motivo. O local que ele morreu não é determinante, mas a atividade que ele está envolvido, sim. Ou seja, não se liga ao local. As mortes de estrangeiros são mais de paraguaios, uma dúzia de mortes por ano, por aí, entre 5% a 10%. Mas, mais uma vez, não está relacionado à origem da pessoa, mas a atividade no qual ela tá envolvida. (POLICIAL BR 4).

²⁷ Era uma rota alternativa, estrada vicinal.

Na Argentina, essa relação também ocorre com as vítimas de outras nacionalidades, mas os entrevistados atribuem a culpa das ocorrências aos paraguaios: “Geralmente são pessoas do Paraguai que estão em trânsito e geralmente andam armados. Sim, existem argentinos que têm armas, mas quem ocasiona os distúrbios geralmente são os paraguaios” (POLICIAL AR 1). Um dos jornalistas comenta que, por ser uma cidade turística, muitos estrangeiros chegam ao local, mas quem causa “desordem” são os paraguaios (JORNALISTA AR 3). Outro jornalista relata que a insegurança não é originária do local, mas ocasionada por pessoas de fora:

Quando tem casos de insegurança não são pessoas de Puerto Iguazú, são pessoas que vêm de fora. Puerto Iguazú tem 40.000 mil habitantes, aqui uma quadrinha não tem nem lugar para se esconder, por isso são poucos casos de pessoas do outro lado da fronteira que vem aqui para cometer ilícitos. Como se sabe, poucos brasileiros cruzam a fronteira para cometer ilícitos aqui, porque só tem a ponte como ponto de fuga. Do Paraguai tem mais pessoas que cruzam a fronteira para cometer ilícitos, eles veem pela mata e pelo rio. Aqui nós temos muitas forças, tem a prefeitura, a gendarmeria, a polícia federal: é impossível fugir. (JORNALISTA AR 1).

Por fim, o perfil das vítimas das mortes violentas divulgado nos jornais é composto por homens jovens e predominantemente pobres, se considerado o lugar que residiam e a condição de subemprego. A maior parte das mortes foi por arma de fogo e com vários tiros, no Brasil e no Paraguai. Na Argentina, somente um caso foi por arma de fogo e com um tiro. Nesses dados estão inclusos os casos de mortes de agentes de segurança e também os casos de mortes provocados por esses profissionais. Quando o policial matou ou era morto ocorria a divulgação nos jornais, mas sem hierarquizar essas mortes em relação a outros casos de violência, porque não ocorriam mortes violentas todos os dias nessas cidades, por isso, praticamente todos os casos foram divulgados.

Sobre o perfil das mortes, Varjão (2008, p. 69), afirma: “Pode-se dizer, com boa margem de segurança, que um dos fatores determinantes da escolha [para a divulgação da letalidade] foi o perfil socioeconômico das vítimas do dia.”. A opção dos jornais analisados por qual morte divulgar só não ocorreu de forma tão evidente porque não ocorreram várias mortes em um mesmo dia, o que impossibilitou a opção de escolha para os editores dos jornais pesquisados. Mas quando ocorria

mais de uma morte em um dia ou em um fim de semana, o perfil socioeconômico determinou o tamanho da notícia e a exclusividade dela, em especial, nas páginas policiais dos dias seguintes, com os desdobramentos das notícias. O destaque maior era dado às vítimas com maior poder aquisitivo ou que eram suspeitas de envolvimento com os mercados ilícitos da fronteira por ocuparem cargos de chefia.

Puerto Iguazú apresentou um perfil diferente dos lados brasileiro e paraguaio. Dos cinco casos divulgados no jornal *on-line* “La Voz de Cataratas”, quatro vítimas eram homens e uma mulher. Com exceção de uma vítima com 19 anos, as outras tinham idades mais avançadas 48, 50, 65 e 79 anos. As vítimas foram identificadas uma como *usurpadora* (invasora) de terras, uma como um aborígine (índio), uma como “*pasera*” e dois como *anciãos* (pessoas de idade). Dos cinco casos, uma das vítimas foi morta por arma de fogo, duas por arma branca e outras duas foram golpeadas com outros objetos. Uma das vítimas foi identificada com nacionalidade paraguaia. Desses casos somente dois foram apresentados como elucidados.

3.4 REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MOTIVAÇÕES DAS LETALIDADES

Para qualificar as motivações das mortes violentas, sigo a proposta de classificação sobre a motivação nos crimes de homicídios elaborada pelas pesquisadoras Heloísa Estellita, Carolina Cutrupi Ferreira e Fernanda Emy Matsuda, da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentadas no artigo “O homicídio em três cidades brasileiras” (2013). A proposta desta tese é classificar o que foi divulgado nas páginas policiais dos jornais, por isso teve-se a necessidade de ampliar e de readequar a classificação das pesquisadoras.

Conforme demonstra o Quadro 01, a ação de grupos de extermínio e os encontros de cadáveres com características de execução lideram as motivações apresentadas nos jornais para as mortes violentas no Brasil e no Paraguai. As circunstâncias passionais, os roubos seguidos de morte, as relações interpessoais e as mortes pela polícia aparecem também com mais de cinco mortes nos lados pesquisados. As outras motivações são pouco representadas nas notícias. No Quadro 01 é possível verificar a classificação para as motivações e como cada uma se manifesta nos lados analisados:

Quadro 01 – Quadro comparativo entre as motivações das letalidades

Motivações	BR	PY	AR
<u>Ação de grupos de extermínio ou execuções sumárias:</u> “Pistoleiros”, “Matadores”, “Assassinos”, “Bandidos” em veículos (carro ou moto).	57	21	0
<u>Ação de grupos de extermínio ou execuções sumárias:</u> Encontro de cadáver com características de execução (vários tiros e/ou sinais de tortura).	11	12	1
<u>Circunstâncias passionais:</u> Casos com vítimas de ambos os sexos e que decorreram do término de relacionamentos, por ciúmes ou retaliações.	7	9	0
<u>Roubo seguido de morte:</u> Casos que envolvem a vítima do roubo, ou o assaltante, ou um terceiro que tentar ajudar a vítima.	3	8	1
<u>Relações interpessoais por conflitos entre familiares, vizinhos ou conhecidos:</u> Sem motivação econômica ou passional, ou ameaça.	7	4	0
<u>Envolvimento de agentes de segurança pública:</u> Agentes de segurança pública (policiais federais, militares, civis ou guardas civis metropolitanos) são suspeitos ou vítimas de crimes de homicídio, no exercício ou não da profissão.	7	6	0
<u>Relações interpessoais por vingança ou rixa:</u> “Defesa da honra” ou restabelecimento de situação de igualdade entre autor e vítima.	5	2	0
<u>Relações econômicas ou dívidas:</u> Pagamento de dívidas econômicas (pagamento de valores ou entrega de bens), ou agiotagem, ou desacerto trabalhista ou mesmo dívidas entre usuários e traficantes de drogas.	1	3	0
<u>Vingança ou rixa pelo consumo de bebidas alcoólicas:</u> Uso de álcool pela vítima ou autor ou ocorridos dentro de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas (como bares, bailes, etc.).	1	3	0
<u>Circunstância indefinida:</u> Quando apresentado mais de uma possibilidade de motivação, sem esclarecimento ou deixa na dúvida se homicídio ou suicídio.	2	2	0
<u>Briga:</u> Quando não é explicada a motivação, somente a ocorrência da briga.	1	1	2
<u>Morte violenta em presídio:</u> Inclui as mortes que ocorrem com presidiários ou agentes penitenciários no ambiente prisional.	0	2	0
<u>Morte acidental:</u> mortes sem intenção de matar por arma de fogo.	0	2	0
<u>Envolvimento com o tráfico de drogas:</u> Tráfico e consumo de drogas.	1	0	0
<u>Estupro seguido de morte:</u> Inclui os casos de violação sexual, a qualquer categoria de gênero, seguida de morte.	0	1	0
<u>Conflito agrário/urbano:</u> Disputa por propriedade (terra e teto).	0	0	1
Total	103	76	5

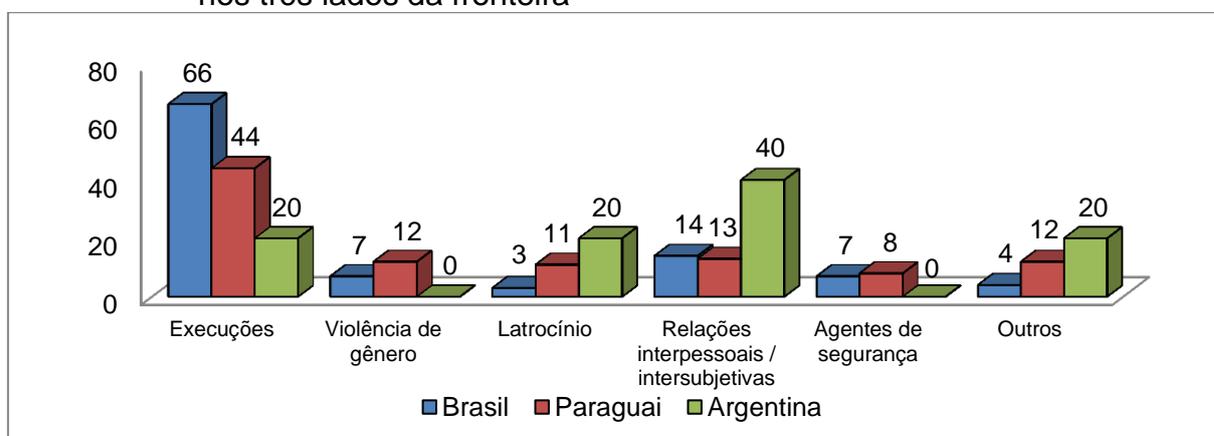
Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

Para melhor delinear as motivações representadas nos jornais, as mortes violentas foram classificadas como “execução” e as que não são classificadas como execução. Por “execução” entende-se: ação de grupos de extermínio ou execuções sumárias e encontro de cadáver com características de execução. Para o restante das mortes, as motivações são classificadas como violência de gênero, relações interpessoais, latrocínio, mortes de ou por agentes de segurança, entre outras.

As “relações interpessoais” envolvem os conflitos entre pessoas conhecidas cujo desfecho acaba, acidental e/ou inesperadamente, na morte de um dos

contendores. Esses conflitos envolvem parentes, vizinhos, amigos, colegas de trabalho, conhecidos que frequentam os mesmos espaços de lazer, pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, patrões e empregados, comerciantes e seus clientes (ADORNO, 2002). Os conflitos entre companheiros e companheiras não foram incluídos nessa categorização porque foram classificados como “violência de gênero”. A Figura 15 apresenta a comparação e demonstra como essas motivações se apresentam em cada lado:

Figura 15 – Comparação percentual entre as mortes violentas e suas motivações nos três lados da fronteira

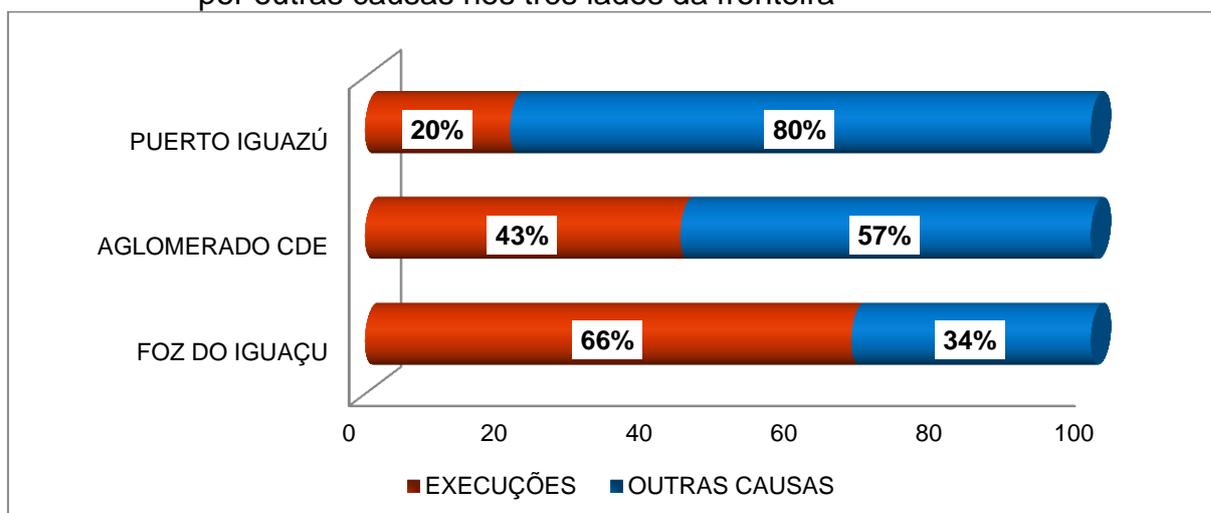


Fonte: Dados da pesquisa de campo, compilados através dos jornais pesquisados.

A partir da Figura 15 percebe-se que no Brasil prevalecem as “execuções” como modalidade principal para as mortes violentas. No Paraguai, essa modalidade também aparece, mas em proporções menores. No lado argentino somente um caso foi classificado como execução²⁸. As mortes violentas por execução tornaram-se a maneira mais evidente de representar as letalidades nos jornais do Brasil e do Paraguai, entretanto a execução é uma maneira, um modo de matar, não uma causa. A Figura 16 demonstra o percentual de notícias representadas como “execução” nos três lados da fronteira:

²⁸ No caso de Puerto Iguazú foram divulgados cinco casos de mortes violentas, portanto o tratamento em porcentagem não é adequado, mas optei por fazer o gráfico em porcentagem para traçar um comparativo e mostrar a proporcionalidade da distribuição das motivações/modalidades.

Figura 16 – Comparação entre as mortes violentas representadas como execução e por outras causas nos três lados da fronteira



Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

A forma como os casos de execução são noticiados no lado brasileiro e no lado paraguaio merecem atenção. No lado brasileiro, as mortes noticiadas como “execução”, “execução sumária” e “assassinato” têm um perfil próprio de ser divulgado. As notícias possuem poucas informações sobre o acusado, sobre a vítima e sobre o fato ocorrido, limitando-se à descrição dos fatos e das informações passadas pela polícia. Muitas dessas mortes são por arma de fogo de grosso calibre e com muitos tiros.

No lado paraguaio, as notícias são maiores e, apesar de fatídicas, possuem melhores informações sobre o ocorrido. Em alguns casos, elas se desdobram em notícias nos dias seguintes. Apesar de essas mortes ocorrerem, em sua maioria, por armas de fogo, em poucas ocasiões os jornais brasileiros e paraguaios divulgaram o tipo de arma usada para o crime. Quando houve a divulgação, então isso prevaleceu para as mortes com o uso de pistolas 9 mm, 40 mm, 6.35 mm e 380 mm, conforme a Tabela 05:

Tabela 05 – Comparação entre os tipos de armas nas mortes por execução

Tipo de arma	Brasil	Paraguai	Argentina
Pistola (9 mm, .40 mm, 6.35 mm, 380 mm)	25	2	0
Espingarda calibre 12	5	0	0
Revólver calibre 38	4	0	0
Fuzil	1	0	0
Rifle calibre 22	0	1	0
Não Informado	49	44	1
Total	84	47	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo compilados a partir dos jornais pesquisados.

Em relação à quantidade de tiros que a vítima recebeu do agressor, o perfil também mostra que no Brasil prevalecem as mortes com mais que cinco tiros e por vários disparos. No Paraguai e na Argentina prevalece a baixa quantidade de disparos. Conforme o policial brasileiro:

Agora em relação às características das mortes é muito constante o uso de pistolas automáticas, porque elas têm uma capacidade maior de tiros. Normalmente o mais usado é o calibre 9mm que é um calibre muito comum na região de Ciudad del Este pelo fácil acesso. A 9mm tem essa mística, porque é uma pistola poderosa, por isso normalmente as execuções são com esse calibre. As mortes são basicamente por armas de fogo, mas nem todas por pistola. Têm mortes com revólver calibre 38 que é muito comum e muito poderoso também. O número de tiros varia, mas normalmente é com muitos tiros, aí você não consegue saber se é porque a pessoa não sabe atirar ou se ela quer ter certeza que matou a vítima. Teve execuções ali com mais de 50 disparos. O bandido troca o carregador da pistola e descarrega um com 15 tiros, outro com 17 tiros, troca mais um e troca mais um. Eu já peguei casos de pessoas ficarem completamente desfiguradas. (POLICIAL BR 4).

Tanto no Brasil como no Paraguai, os termos “execução” e “assassinato” são usados aleatoriamente, sem qualquer critério de classificação. O termo “pistoleiro” foi usado com frequência nos jornais “A Gazeta do Iguazu” e o termo “*sicário*” no jornal “Diario Vanguardia”. Outras vezes foram usados os termos “matadores” ou “assassinos”, mas se referiam à mesma ação cometida. O termo pistoleiro foi usado nos jornais para qualquer pessoa que usou arma de fogo, para matar ou não. Nos jornais não existe uma menção ou associação desses pistoleiros com crimes de pistolagem, de mando, de aluguel ou por encomenda, como é verificado nos estudos desenvolvidos por César Barreira. No jornal brasileiro, a representação do “pistoleiro” ocorreu conforme o exemplo:

Durante as buscas no terreno particular, os militares localizaram no chão um revólver de calibre 38, com cinco cartuchos deflagrados. Já o suposto pistoleiro foi encontrado no telhado do estabelecimento. Para a polícia, o homem de 37 anos alegou que apenas “testava a potência do armamento”. Ele acabou enquadrado por porte ilegal na 6ª Subdivisão Policial (SDP).

Uma hora antes, homens do Pelotão de Choque prenderam um jovem de 27 anos, acusado do mesmo crime, no Portal da Foz, leste. De acordo com a PM, o suspeito guardava na residência, na Rua Japirim, sobre um armário, um revólver de calibre 38, municiado com

seis projéteis. Um Boletim de ocorrência (BO) em desfavor do rapaz foi confeccionado pelos policiais. (A GAZETA DO IGUAÇU, 15 jul. 2014, A12).

No lado paraguaio, as notícias que envolviam “*sicários*” possuíam os mesmos significados do jornal brasileiro. Somente em uma notícia o termo “crimes de mando” possuiu o seu significado original, quando vincula prestador de serviço e mandante, conforme segue:

El hombre que estuvo prófugo durante cinco meses y luego detenido fue acusado por el Ministerio Público. Está sindicado como autor de más de 20 ejecuciones en el Este, incluyendo la de un chapista que habría estado al servicio de narcotraficantes. Tras la muerte del trabajador, fue allanada una pieza ubicada en un inquilinato donde residía el sospechoso y se incautaron varias evidencias [...]

João habría confesado al entonces jefe de Investigación de Delitos de Alto Paraná, subcomisario Aldo Escobar, la manera en que ejecutaba a sangre fría a sus víctimas e incluso mencionó los montos de dinero que cobraba para matar a los adversarios de sus “patrones”. Del mal, quienes eran clasificados por jerarquía dentro del submundo del narcotráfico. Escobar se encontraba como titular de la mencionada dependencia policial cuando el supuesto sicario fue detenido. (DIARIO VANGUARDIA, 6 jun. 2014, p. 1).

Quando os jornais divulgam que as mortes ocorreram por pistoleiros ou por *sicários*, os “crimes de pistolagem” têm cunho sensacionalista, porque muitos desses crimes são classificados como crimes de homicídio ou de latrocínio, conforme explica Barreira (2014, p. 308): “[...] O pistoleiro é qualquer ‘bandido’ ou um homicida que praticou um assassinato, tendo como instrumento do crime uma ‘pistola’. Nesse sentido, pistolagem seria o coletivo de bandidos que cometem assassinatos usando ‘pistolas’.”.

O “crime de pistolagem” torna-se uma expressão policialesca e seu real significado fica distorcido nas notícias, porque com as reportagens não é possível confirmar esse tipo de prática, com exceção do único caso mostrado no jornal do Paraguai. Para Barreira: “[...] o que diferencia o crime de pistolagem dos outros ilícitos cujo resultado é a morte é a presença de duas personagens: o executor de uma ação nomeada de ‘serviço’ ou ‘trabalho’, e o segundo, o mandante.” (BARREIRA, 2014, p. 308-309).

Existem casos que se divulgam como execução, mas, quando apreendem o acusado, percebe-se que, por mais que a forma de matar tenha sido a execução, a

morte não foi motivada necessariamente pelo tráfico, como geralmente é associado pelos jornais ou enfatizados pelos entrevistados. Isso evidencia uma “cultura da execução”, como demonstra a notícia da morte de uma mulher de 18 anos por motivos passionais, mas que foi executada no lado paraguaio:

Una joven brasileña de 18 años que estaba embarazada fue asesinada por “motosicarios” que le dispararon dos veces en el corazón. Ocurrió en la medianoche del martes, en el barrio Mariscal López de Hernandarias. La Policía sospecha que su expareja, con quien tiene una hija de dos años, fue el autor moral del crimen, teniendo en cuenta que la amenazaba constantemente, diciendo que el hijo que concebió con otro hombre no nacería. (DIARIO VANGUARDIA, 27 mar. 2014, p. 1).

As representações colocam as motivações das letalidades em um “bloco rígido”: mortes ocasionadas por execuções. A porcentagem existente na região é significativa, mas, para além da sua significância, ela é problemática. A morte por execução é aquela que não permite a defesa da vítima, sendo feita com brutalidade e com muitos disparos por arma de fogo. Além disso, tanto as notícias divulgadas nos jornais como os entrevistados associam essas práticas aos mercados ilícitos.

Os mercados ilícitos referem-se às mercadorias ilícitas vendidas no mercado informal (MISSE, 2007). A partir do conceito de Michel Misse, optei por usar o termo “mercados ilícitos transnacionais” para compactar o que os dados do campo apontaram por tráfico, contrabando, descaminho e “muamba”²⁹ vindas do Paraguai.

Na representação do jornal brasileiro, essas mortes são operacionalizadas de maneira parecida, com motoqueiros armados, como relata o jornalista brasileiro: “São execuções e a maioria por motoqueiro: vai o assassino na garupa, segue a pessoa e mata. A polícia já pegou gente aí com 20 e poucos assassinatos. São profissionais nisso, são pistoleiros” (JORNALISTA BR 2). O outro jornalista brasileiro reforça essa representação:

Agora tem um tipo que são os motoqueiros, esses se escondem com o capacete vão lá e “pem”. Os crimes acontecem se tem briga de facções, de quadrilhas e de acerto de contas. Tem lugares que se matam com facas, armas brancas, facão, machado, aqui não, aqui é pistola mesmo. As mortes são violentas e com as armas de fogo é para não deixar dúvidas (risos). Faca é pouco, é mais quando são brigas de casal, brigas familiares, quando ninguém tá preparado para

²⁹ “Muamba” é um termo utilizado para as mercadorias vindas do Paraguai de maneira ilícita.

uma briga familiar, aí a arma mais próxima é a faca. (JORNALISTA BR 3).

Os jornalistas e os policiais relacionam a profissão de autônomo às atividades ilícitas na fronteira, conforme a fala do policial brasileiro que relaciona o autônomo ao contrabandista:

Outro fator da sociedade iguaçuense que é muito atingida pelo homicídio é a pessoa que trabalha como autônoma. Esses autônomos são as pessoas que trabalham com descaminho, que atuam no contrabando. Poucas são as pessoas que realmente são autônomas, que realmente têm alguma profissão lícita como pedreiro, mecânico e pintor. (POLICIAL BR 1).

No lado brasileiro e no lado paraguaio a forma típica de execução é sempre com muitos tiros e com o uso de motocicletas para operacionalizar a morte. No jornal brasileiro, esse tipo de morte é geralmente noticiada em pequenas notas, relatando minimamente os fatos. No lado paraguaio, essas ocorrências têm destaque maior nos noticiários. Os jornalistas e os policiais brasileiros relacionam essas mortes aos mercados ilícitos transnacionais e os jornalistas e policiais paraguaios as relacionam com o narcotráfico, conforme a fala do jornalista brasileiro:

Aqui entra muita droga por ser fronteira, toda a fronteira do país é assim, vai na fronteira do Mato Grosso, é a mesma coisa: é natural essa entrada de drogas. Essas mortes ocorrem em função das drogas da fronteira, dos acertos de contas por causa da “muamba”. Se você contabilizar o número de assassinatos de pessoas que não são envolvidas com drogas ou com muamba você vai ver que nós somos a cidade mais pacífica aqui da região. As pessoas trabalhadoras de verdade, o empresariado, as famílias, são difíceis de ser assassinados. Se você pegar aqui toda matéria policial, 90% é envolvimento com droga, com narcotráfico, com muamba. O restante, nós seríamos uma das cidades com os menores índices de violência, se não fosse isso. (JORNALISTA BR 2).

Nas páginas policiais do jornal brasileiro predominam as notícias com várias apreensões de mercadorias vindas do Paraguai, mas pelas notícias vinculadas no jornal brasileiro não é possível supor a relação das mortes violentas com os mercados ilícitos da fronteira, como observado na fala do jornalista. Nas falas dos entrevistados, os “acertos de contas” podem estar relacionados às dívidas por consumo de drogas, a ex-presidiários, entre outros fatores, mas o que predomina

nos discursos são os mercados, os produtos ilícitos, a dinâmica provocada pela situação geográfica em que o local está inserido: a fronteira internacional, por isso as práticas ilícitas na fronteira com o transporte de mercadorias ilícitas são naturalizadas.

Conforme Ferrell, Hayward e Young (2008), a criminalização das drogas gerou consequências penais. Policiais e procuradores passam a definir a maioria dos assassinatos como “tráfico de drogas”, a maioria dos assaltos como briga por drogas e a maioria dos perpetradores como usuários de drogas. É nesse sentido que policiais, jornalistas e cidadãos acreditam na não necessidade de investigar o caso, dado como “solucionado”.

Do total das vítimas letais consideradas execuções, em apenas 13 casos as notícias vinculadas no jornal “A Gazeta do Iguazu” associavam com algum tipo de delito ou comportamento socialmente recriminável, como: envolvimento com outros crimes como roubos e homicídios (três notícias), dependência química (três notícias), dívida por entorpecentes, represália do tráfico, “negócio” mal resolvido, disputa por território, tráfico de drogas, desacerto envolvendo contrabando de mercadorias do Paraguai, e por denunciar quadrilha à polícia (uma notícia cada). Dentre esses casos, o mais emblemático foi o encontro de cadáver de uma mulher em estado carbonizado e, ao lado do cadáver, um bilhete:

A Polícia Militar encontrou ontem, 27, de manhã o corpo de uma mulher, ainda não identificada, carbonizado próximo à invasão do “Bubas” em um local utilizado para depósito de lixo a céu aberto. Um detalhe que chamou a atenção foi uma faca e um bilhete deixados próximo ao corpo [...] No bilhete havia trechos como “Pagar em vida na Favela do Monsenhor”, “Favela já está ciente, devo R\$ 100,00”, “Caguei com quadrilha” – cagueitar é um termo geralmente usado quando pessoas “entregam” parceiros ou crimes para a polícia. (A GAZETA DO IGUAÇU, 28 abr. 2014, A12).

Os casos mais limiares conseguem algum destaque no noticiário quando eles incluem drama, riscos, casos com celebridades, agressão sexual ou quando o crime é macabro, caso em que o destaque é ainda maior (JEWKES, 2004). Isso nos leva a notícia divulgada no jornal “Diario Vanguardia” sobre a morte violenta de uma menina de 13 anos que foi estuprada e morta em Ciudad del Este. O estupro seguido de morte decorreu da negociação do primo da garota com um traficante: o

primo negociou os “favores sexuais” em troca de droga. Mediante a recusa da vítima sobre a negociação feita, o traficante a estuprou e a matou.

O caso em si é emblemático e foi amplamente noticiado pelo jornal “Diario Vanguardia”, mas um acontecimento posterior a esse assassinato fez com que o caso voltasse a ser notícia. Isso ocorreu porque um funcionário da funerária, responsável pela exumação do corpo, fez uma *selfie* com o cadáver da menina. A *selfie* foi feita com o rapaz fazendo um “biquinho” e, ao fundo da foto, apareceram as partes íntimas da vítima do estupro. O funcionário fez a foto e postou no *WhatsApp* para “justificar” à esposa que estava no trabalho naquele horário.

Por fim, prevaleceu a morte por execução como a forma mais frequente de “fazer” a morte, especialmente no lado brasileiro. Isso implica um perfil específico: armas de fogo com alto poder letal, muitos tiros e o uso da motocicleta na operacionalização da morte. Dadas às particularidades de cada lado da fronteira, o imaginário dos entrevistados relaciona essas mortes às práticas ilícitas que ocorrem na fronteira. É nesse sentido que os próximos subitens apresentam as representações sobre as mortes violentas em cada lado fronteiriço.

3.4.1 Representações em Foz do Iguaçu

Os entrevistados de Foz do Iguaçu representam os mercados ilícitos como motivadores das letalidades, mas dimensionam duas linhas nesses mercados. Uma está relacionada aos mercados ilícitos transnacionais, como o tráfico de armas e de drogas, o contrabando (especialmente de cigarros) e o descaminho (especialmente de aparelhos eletroeletrônicos). A outra está relacionada aos mercados ilícitos do varejo, como o tráfico de drogas nos bairros periféricos. Mas a representação que prevalece é a de que o condicionante das mortes está relacionado à dinâmica da fronteira.

A seguir demonstro como são representadas essas duas linhas dos mercados ilícitos. Optei por fazer a classificação de tudo que foi mencionado e dividi entre *mercados ilícitos transnacionais*, que ocorrem em grandes quantidades, e *mercados ilícitos no varejo*, que ocorrem no microtráfico. Essa divisão não fica clara nas falas dos entrevistados, por isso, apesar de fazer a categorização a seguir, no imaginário dos entrevistados prevalece a percepção de que a maioria das mortes

ocorre devido ao tráfico internacional, por ser um município localizado em uma fronteira transnacional.

1) Mercados ilícitos transnacionais (no atacado): prevalece no imaginário a dinâmica do tráfico no atacado dos mercados transnacionais. Os entrevistados apontam que alguns fatores são geradores de mortes, como:

a) Acerto de contas pelo tráfico internacional/contrabando/descaminho: são as mortes que ocorrem em função das drogas na fronteira e dos acertos de contas por causa da “muamba”, conforme relata o policial:

Tem um mito que contrabando não gera violência, mas é impossível determinar esse valor, até porque você não consegue elucidar 100% dos crimes e quando você elucida nem sempre tem um motivo claro, mas você percebe pelo dia a dia policial, pela experiência policial, que existe uma questão meio nebulosa, que a morte não está relacionada a uma questão passional, que não está relacionada a uma briga de família, que não está relacionada a um mero desentendimento em um bar e que não está relacionada a um assalto frustrado, por exemplo. É meio nebuloso, mas essa experiência policial te permite perceber que houve um acerto de contas. Há certo mito em relação ao contrabando: “há, mas será que o contrabando gera tanta violência?”, talvez diretamente não, mas indiretamente as práticas da informalidade geram esse ambiente propício para que essas coisas aconteçam e que a testemunha não fale e que o sujeito mate por causa de uma carga de contrabando perdida, por exemplo. (POLICIAL BR 4).

b) Disputa por portos clandestinos/briga de patrão: são as disputas por portos, pelo lugar de passagem das mercadorias ilícitas. Essas disputas podem ocorrer em várias situações, conforme o relato do policial: “Um traficante cresce o olho no porto do outro, mas ao mesmo tempo, ao matar o outro traficante, ele perde um concorrente e se torna mais forte. Quando isso acontece, a morte é com armamento muito pesado, com tiro de fuzil mesmo.” (POLICIAL BR 2). Outro exemplo é a concorrência que gera as “brigas de patrões”, como menciona o policial: “Você é um patrão e alguém te fornece mercadorias, daí aparece outro cara e fala: ‘Ó, te ofereço a mesma mercadoria, vamos dizer cigarro, eletrônicos a 5% a menos’. Esse patrão não gosta, briga contigo e acaba eliminando a concorrência” (POLICIAL BR 2). O policial segue o relato:

Nos anos 1990 tinha homicídios, sempre teve, mas não era como foi há uns cinco anos atrás. A droga é sempre o pivô desses homicídios. A droga antigamente era pouca, porque pouca cocaína era presa,

pouca maconha era presa, *crack* não se ouvia falar. Com o passar dos anos, essas drogas começaram a ganhar certos rumos, porque começaram a vir em quantidade tanto do Paraguai, quanto de outros países. Isso acabou causando mais brigas, mais homicídios, porque começou uma briga por território. Aqui em Foz do Iguaçu a gente chama de portos, esses portos são usados para o descaminho e o contrabando de mercadorias vindas do Paraguai e até mesmo do pessoal da Argentina que trabalha com alimentos. Esses portos eram usados para o contrabando, mas de um tempo pra cá começou a ser usado para passar drogas também. (POLICIAL BR 2).

c) “Passar a perna”/“levar vantagem”: nessa categorização os entrevistados mencionam um carregamento que não foi entregue ou a falta de pagamento: “Sempre tem alguém querendo levar vantagem, porque nesse mundo do crime é tudo ilegal mesmo.” (JORNALISTA BR 1). Nessa categorização estão incluídas as perdas de mercadorias para a polícia:

O cigarro entra muito por aqui, mas para ter um lucro grande é preciso levar uma carreta. Mas pra essa carreta sair daqui de Foz do Iguaçu e chegar até São Paulo e Rio de Janeiro tem um custo muito alto. Queira ou não, é preciso ter uma conivência com policias no caminho, senão a carga não chega, ela cai em Santa Terezinha. Mas se tiver uma conivência e no meio do caminho a mercadoria é apreendida, o atravessador vai ter que dar um jeito de se justificar pro patrão dele. Se ele não conseguir explicar ele entra na listinha dos homicídios também, porque o patrão dele vai pensar: “Esse cara aí me roubou”. (POLICIAL BR 2).

2) Mercados ilícitos no varejo: nesta categorização prevalece a dinâmica do tráfico de drogas e de armas do mercado a varejo nas periferias. Os entrevistados apontam que alguns fatores são geradores dessas mortes, como:

a) Disputa por território/área: disputa interna pelo controle das “bocas de fumo”. Conforme um dos jornalistas brasileiros, cada região tem uma pessoa ou grupo que controla o tráfico e outra que controla o roubo, por isso as mortes podem ocorrer pela disputa pelo domínio de área.

b) Demonstração de poder intra e entre grupos: seria a disputa interna dentro do grupo e as disputas externas entre os grupos. Para um dos policiais de Foz do Iguaçu, essas mortes ocorrem por motivos “bobos” e infantis: “A briga por território não é aquela briga grande como ocorre nos grandes centros: é uma briga mais infantilizada” (POLICIAL BR 1). Outro policial reforça: “Quando você atende um homicídio que o corpo tá perfurado ou virado numa peneira, isso foi feito para demonstrar poder. O que mais ocasiona o homicídio é a rivalidade entre os grupos,

como forma de demonstrar poder e o domínio de área” (POLICIAL BR 3). Um dos jornalistas brasileiro corrobora esse entendimento com essa ideia: “As mortes acontecem para mostrar força e é determinada para quem não está cumprindo com as normas do grupo que controla a região” (JORNALISTA BR 1). Para o mesmo jornalista: “Os homicídios aqui são 90% por arma de fogo e normalmente são com mais de uma perfuração. Tem casos que chegaram a 70, 80 perfurações, ou seja, não é só pra matar: é pra mostrar força” (JORNALISTA BR 1).

c) Dívidas de drogas por usuários: essas mortes são relacionadas aos consumidores finais do tráfico de drogas: “O viciado começa a usar a droga e aí ele começa a dever para o traficante e com o tempo ele já não tem aquela condição de quitar a dívida, então ele é assassinado” (JORNALISTA BR 1). Percebe-se o caráter pedagógico na fala dos entrevistados:

O traficante que distribui a droga no lado de cá tem seus clientes, mas alguns clientes compram e não conseguem pagar. Outros compram para repassar e acabam usando. Aí o traficante manda matar, porque o viciado consumia a droga e não pagava. O chefe manda praticar o homicídio por represália para que os outros não fiquem devendo. (POLICIAL BR 2).

d) Roubos em determinadas áreas: esse tipo de prática pode provocar mortes violentas, porque atrai a polícia ao local e interfere na dinâmica ou no fluxo do tráfico a varejo. Conforme afirma o jornalista: “Alguém tá roubando num bairro que o tráfico é forte e isso atrai a polícia pra lá, aí o traficante executa o cara” (JORNALISTA BR 1). O roubo pode não estar diretamente envolvido com os mercados ilícitos, mas por “atrapalhar” sua dinâmica, pode gerar mortes, conforme relata o policial:

Muitas vezes, o pessoal acaba não fazendo esses crimes mais violentos pra não chamar a atenção da polícia. Mas também tem bairros que a gente sabe que o cara fala: “Ó, não vai cometer furto por aqui, se quiser vai noutro bairro, não vem cometer aqui porque senão a polícia não sai daqui”. Pra se proteger, eles acabam furtando em outros bairros, porque ninguém conhece eles. (POLICIAL BR 1).

e) Vingança: é a situação que ocorre quando uma pessoa de um grupo é assassinada e o outro grupo que perdeu a pessoa quer vingança. Nesse sentido, o policial retrata: “Quando você vai investigar, você vê que é o João que brigou com o

Luiz e matou, daí o outro foi se vingar. Outra situação é quando os caras fazem um assalto, um vai preso o outro gasta o dinheiro” (POLÍCIA BR 1). Conforme o jornalista: “Talvez um grupo faça isso em represália a outro, porque normalmente quando uma pessoa de um grupo é assassinada, aquele grupo que perdeu vai lá e mata um integrante do outro. O outro grupo vem e mata também e fica nessa guerra” (JORNALISTA BR 1).

f) Ex-presidiários: são os ex-presidiários que adquirem dívidas dentro dos presídios. Quando saem dos presídios acabam cometendo outros crimes para se livrar das dívidas adquiridas enquanto estavam presos, conforme relata o jornalista:

Você entra num presídio por um crime simples, mas dentro da cadeia você é obrigado a pagar tudo. Então, o grupo que tá dentro da cadeia te cobra e se a tua família não tiver condições, você fica devendo. Quando você sair da cadeia você estará devendo e vai precisar fazer algum serviço pra pagar. Esses serviços geralmente são matar alguém, fazer um roubo ou fazer outro serviço que eles tenham interesse. Então o cara entra na cadeia por um crime simples, mas acaba tendo que fazer alguma coisa grave, porque se não fizer, o próximo que sair mata ele. Se você observar, são muitos casos de ex-presidiários que saíram da cadeia e foram assassinados com 15, 20 dias depois que ficaram livres. (JORNALISTA BR 1).

g) Queima de arquivo: é quando a pessoa assassinada possui informações que, caso sejam apresentadas à polícia, pode delatar todo o grupo criminoso, conforme o policial relata: “Esses dias tinha uma quadrilha que andava fazendo roubo em banco e venda de automóveis roubados, daí um ‘piação’³⁰ foi preso e depois solto. Ele sabia de muitas coisas e os outros acabaram matando ele pra ele não falar nada” (POLICIAL BR 2).

Um dos policiais comentou que o desentendimento entre contrabandistas ou entre traficantes e usuários é a situação que mais gera mortes: “Eles não vão recorrer ao sistema de justiça criminal para cobrar a dívida, porque o que funciona não é a cobrança, mas ‘dar o exemplo’ para que isso não se repita” (POLICIAL BR 4). Na fala dos entrevistados, a morte é pedagógica e o homicídio é uma consequência de outros crimes: “O homicídio é consequência de um roubo, é consequência de um querer tomar o domínio do outro, porque o homicídio é só o último resultado. Na maioria das vezes, vêm outros crimes de acerto de contas ou de alguma coisa que deu errado” (POLICIAL BR 3).

³⁰ “Piá” e/ou “piação” é uma expressão regional que significa menino, garoto.

Os entrevistados consideram que o acesso facilitado às armas é um fator que favorece a ocorrência das letalidades: “Você constata que existe uma ambientação favorável ao acesso à arma. Essas armas muitas vezes são fornecidas e compartilhadas informalmente entre os bandidos” (POLICIAL BR 4).

Em relação aos encontros de cadáveres, os corpos são encontrados com maior frequência nos rios Paraná e Iguaçu. A motivação segue a mesma das execuções, conforme afirma o policial: “A origem da morte, no encontro de cadáver, é um acerto de contas entre grupos rivais, algum desacerto que aconteceu, um roubo, uma droga que não foi dividida, alguém roubou entre eles e descobrem, já matam e eliminam” (POLICIAL BR 3). Essa percepção é corroborada por outro policial:

Essas pessoas que são mortas e jogadas no rio, normalmente é acerto de contas por queima de arquivo, pra “dar lição”, pra “dar o exemplo”. Isso é bem característico também e tá dentro dessa lógica das execuções. Isso já foi mais frequente, hoje é um pouco menos, mas já tivemos casos que abriram a barriga, encheram de pedra e jogaram no rio. Eles amarram uma pedra e jogam pra afundar na água, pra não aflorar na superfície. Mas a gente coloca isso dentro dessa lógica normal de fronteira, apesar de ter diminuído um pouco, vira e mexe acontece de encontrar cadáveres nessa situação. (POLICIAL BR 4).

Os cadáveres também são encontrados em matagais, em lugares abandonados ou em bairros isolados. Sua frequência, em 2014, foi considerada baixa em relação aos anos anteriores. A causa atribuída foi por consequência do uso de drogas, de acerto de contas ou de rivalidade entre grupos, e o policial argumenta: “O achado de cadáver geralmente dá muito na questão da droga. O usuário não pagar as dívidas e o traficante mata o usuário e desova num rio, numa mata. Geralmente o achado de cadáver ocorre por execução com arma de fogo” (POLICIAL BR 2).

Alguns casos que os policiais comentaram ocorrerem no ano de 2014 e foram noticiados no jornal. Os cadáveres são comumente encontrados nos rios Paraná e Iguaçu. Quem geralmente os encontra são os pescadores, que avisam a polícia, conforme uma das reportagens:

A Delegacia de Homicídios (DH) trabalha a fim de esclarecer um brutal homicídio com requintes de crueldade registrado na tarde de

sábado (29). Segundo a polícia, pescadores encontraram o corpo de um adolescente boiando nas águas do rio Paraná, nas proximidades do local conhecido como 'Porto da Marinha', por volta das 15 horas. Análises periciais preliminares sugeriram que o estudante João de apenas 15 anos teve o abdômen preenchido com pedras, após ter sido assassinado com vários tiros. A polícia não tem dúvidas que tal estratégia nefasta teria a intenção de ocultar o cadáver nas profundezas do paranazão. (A GAZETA DO IGUAÇU, 31 mar. 2014, A13).

Quando os cadáveres são encontrados no outro lado do rio ou no território dos países vizinhos, os órgãos competentes são acionados. Existe minimamente a comunicação e/ou a integração entre as polícias dos três países. Entretanto, no imaginário dos entrevistados, é muito improvável que um cadáver jogado às margens de um lado fronteiroço apareça na margem do país vizinho, como no caso do Brasil e do Paraguai. Essa improbabilidade é devida à largura do rio (um quilômetro), pela profundidade (80 metros) e pela velocidade das correntezas.

Existe a suspeita de que muitos cadáveres jogados no lado brasileiro e no lado paraguaio são arrastados para o território argentino e nunca mais encontrados: "Fora o que não se vê e desce toda aquela margem, porque depois do Marco das Três Fronteiras é mato, não tem pescador por ali. Deve ter algum 'neguinho' que sumiu e não apareceu mais: 'virou comida pra peixe!'" (POLICIAL BR 3). Mas quando os cadáveres são encontrados, a investigação ocorre da seguinte forma:

Já adianto, isso é raro de acontecer, mas quando a gente identifica a pessoa nós fazemos a investigação, caso ela tenha sido morta no Brasil e encontrada na Argentina ou no Paraguai, e desde que a gente tenha como comprovar que a morte aconteceu aqui. Mas quando a polícia paraguaia ou argentina encontra o cadáver, pelos entraves burocráticos, é a polícia que encontra o cadáver que faz a investigação, por isso poucos casos se resolvem. Alguns nós já resolvemos inclusive com desfechos em prisões, mas é o tipo de ocorrência mais difícil de elucidar. (POLICIAL BR 4).

Outro tipo de morte violenta, o latrocínio ou roubo seguido de morte, é considerado raro em Foz do Iguaçu: "Tinha bastante latrocínio uma época, mas hoje é raro acontecer em Foz. Ainda tem assaltos, mas caiu bastante" (JORNALISTA BR 2). Um dos polícias comenta que foram poucos os casos durante o ano: "O latrocínio é muito reduzido, esse ano foram três, o ano que teve mais foram cinco" (POLICIAL BR 4). Conforme um dos policiais, esses são considerados "... os fatos mais lamentáveis!" (POLICIAL BR 3).

As mortes ocasionadas pelo confronto com a polícia também são consideradas de baixa incidência no lado brasileiro: “Aqui em Foz do Iguaçu as mortes em confronto com a gente não chega a uns dez casos por ano, não é um Rio de Janeiro da vida [risos]” (POLICIAL BR 3). Esse tipo de letalidade já foi, porém, considerado mais frequente em Foz do Iguaçu: “Já ocorreram muitos assassinatos que partiram de policiais, às vezes com pessoas inocentes, mas isso há 20 anos, dez anos atrás com uma polícia violenta, mas hoje nós não temos mais isso” (JORNALISTA BR 2).

A diminuição do número desses tipos de mortes foi atribuída à punição severa aos policiais e aos melhores salários. Mesmo assim, a culpa para as mortes é atribuída à vítima: “A escolha pelas armas quem faz é o vagabundo, muitas vezes ele quer puxar a arma e a gente tem arma para se defender, não para atacar o cara. Tem policial aqui que não deu um tiro na rua ainda, porque a gente não vai pro confronto, a gente vai para dialogar” (POLICIAL BR 1). Um dos jornalistas entende que ainda existem muitos confrontos e estes são ocasionados pela facilidade do acesso às armas, que ocorre pela localização na fronteira: “Aqui tem muito confronto com a polícia, porque estamos numa fronteira, pra você conseguir arma aqui é muito fácil. Se você atravessar pro lado paraguaio ou pro lado argentino você tem arma, por isso o número de pessoas armadas aqui é muito alto” (JORNALISTA BR 1).

Por fim, existe a representação das mortes fora dos mercados ilícitos, mas na percepção dos entrevistados essas mortes são mínimas. Conforme um dos jornalistas, as mortes por brigas entre vizinhos são bem raras: “Pelo que eu recordo, brigas entre vizinho não dá uma morte por mês, talvez 12 ou 15 por ano, mas é em função de bebedeira” (JORNALISTA BR 2). Outro fator é o som alto e, com isso, a briga entre vizinhos, mas um dos policiais comenta que, em 2014, o crime contra as mulheres aumentou:

Em 2014 tivemos mais crimes contra as mulheres, mas não dá pra dizer ainda, porque quando se analisa períodos mais curtos você sempre tem uma distorção. Mas dá para perceber que tem diminuído o número total de mortes em Foz do Iguaçu e que o perfil dos crimes de fronteira, os “acertos de contas”, ainda permanece. Em menor número, mas ainda permanece. (POLICIAL BR 4).

Nas falas dos jornalistas e dos policiais brasileiros transpareceu a representação das mortes violentas relacionadas aos mercados ilícitos. A divisão

entre os mercados no atacado (transnacionais) e no varejo ficou perceptível, apesar de essa divisão não ser clara para os entrevistados. Com isso, essa força cultural dominante de Foz do Iguaçu atribui a culpa das letalidades ao fato de ser um município localizado em uma fronteira internacional e por possuir sua dinâmica relacionada ao tráfico e ao contrabando.

3.4.2 Representações no Conglomerado Urbano de Ciudad del Este

No lado paraguaio, as representações sobre as motivações das mortes violentas se dividem entre narcotráfico e não relacionadas ao narcotráfico³¹. Na representação dos entrevistados, as mortes ocorrem com o uso de arma de fogo quando estão relacionadas ao narcotráfico e com o uso de arma branca quando ocorrem fora do narcotráfico: “A maioria das mortes violentas são produzidas por armas de fogo, armas brancas quase não têm, elas aparecem somente nos bairros onde tem delinquentes comuns, como nos casos de assalto ou em uma briga sem estar ligado ao narcotráfico” (POLICIAL PY 1).

Assim como no Brasil, os entrevistados acreditam que as mortes violentas têm relações com outros crimes: “Geralmente os homicídios estão ligados a outros atos delinquentes que as vítimas estavam envolvidas, por exemplo, cometeram um assalto e não dividiram o dinheiro ou estavam envolvidas com o narcotráfico” (POLICIAL PY 1). O narcotráfico é unanimemente considerado o principal motivo das mortes violentas no lado paraguaio: “É muito típico, é diferente, é muito violento, depois o que mais acontece é a violência doméstica” (JORNALISTA PY 1). O jornalista segue:

A maioria das mortes está relacionada ao tráfico de drogas, porque é o principal motivo. Aqui existe um fenômeno muito interessante, porque aqui tem muitos padrinhos da droga e muitos traficantes que operam em grandes quantidades. Nas apreensões que ocorrem aqui falamos de muita droga e de várias organizações que estão operando. Quando existe o enfrentamento dessas organizações é que se produzem as séries de execuções com características muito violentas. Todas elas estão relacionadas diretamente com a máfia do Brasil, nós somos braços executores, não mais dos que estão no outro lado. Lá está a máfia, aqui estão seus soldados. Aqui ocorrem

³¹ Entre os casos não relacionados ao narcotráfico estão aqueles considerados “passionais” (termo usado nas falas dos entrevistados), violência doméstica, violência de gênero, brigas de bar, brigas entre vizinhos e demais violências interpessoais.

atentados com armas de fogo, execuções e algumas práticas que são das favelas, como colocar sacolas plásticas, pneus na pessoa, jogar gasolina e atear fogo queimando a pessoa viva. É uma prática típica das máfias de favelas, como a gente vê nos filmes brasileiros. (JORNALISTA PY 1).

Para o jornalista, existe uma organização internacional que interliga brasileiros e paraguaios ao crime organizado. As mortes seriam decorrentes das disputas dentro do narcotráfico e operacionalizadas de forma semelhante às que ocorrem nas favelas do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as mortes pelo narcotráfico podem ocorrer pela falta de pagamento de uma mercadoria, pela disputa por território e pela apreensão de mercadorias pela polícia:

Eu acredito que seria por território ou porque se cobra dessa maneira quando se apreende as mercadorias. É bem comum isso, quando é feita a apreensão de mercadorias sempre há uma execução em seguida. Na zona norte do departamento ocorre mortes quando se destroem plantações de maconha e quando interceptam laboratórios de processamento de droga, sempre depois aparecem um ou dois executados. Eu acredito que as mortes de brasileiros em Ciudad del Este é por causa dessas mercadorias, porque sempre se fala que existia envolvimento com as drogas. (JORNALISTA PY 2).

Para os entrevistados, o *modus operandi* ou a forma como as mortes são operacionalizadas também possuem semelhanças com as letalidades de Foz do Iguaçu. Conforme os relatos, o matador usa motocicleta e carrega alguém na garupa que faz os disparos da arma de fogo, sempre de grosso calibre:

A maioria das execuções é realizada por motoqueiros, inclusive existem pessoas que estavam juntas da vítima, mas os motoqueiros atiraram e só atingiram a vítima. A maioria são motoqueiros que executam, sempre com arma de fogo, pistola 9 mm na grande maioria. Por execução é com bala, com pistola. Se for assassinato com faca é mais por problemas pessoais, familiares, problemas entre vizinhos, entre amigos. (JORNALISTA PY 3).

As cidades consideradas mais violentas e com maior vínculo com o narcotráfico foram Ciudad del Este e Presidente Franco. O município de Itakyry, no interior do Paraguai, também foi mencionado como grande produtor de maconha e como um município gerador de muitas letalidades:

As características em cada município são mescladas, porque existem cidades mais tranquilas, como Minga Guazú. Não quer dizer que não tenha registros de violência, mas tem certo nível de tranquilidade, assim como Hernandárias. Ciudad del Este e Presidente Franco têm os desfechos mais violentos, porque são cidades relacionadas ao narcotráfico. Itakyry é uma região caracterizada pela produção de maconha, nessa região temos muitos repórteres assassinados. Outros desfechos violentos ocorrem no interior do departamento, como Santa Rita e São Cristóvão. (JORNALISTA PY 1).

Os entrevistados atribuem as motivações das execuções ao narcotráfico, mas, em alguns casos, conforme as investigações andam, o caso se revela violência de gênero, conforme relata o jornalista:

Aqui teve um caso de uma mulher que matou seu esposo que era um ex-policia. A princípio achávamos ser relacionado ao narcotráfico, porque o policial havia sido detido por tráfico, mas depois descobrimos que era violência de gênero. A mulher sofria violência há muito tempo e denunciou para a polícia, mas eles não investigaram. Ela se sentiu totalmente desprotegida e resolveu fazer justiça com as próprias mãos. (JORNALISTA PY 1).

No outro lado da polarização, as mortes não relacionadas ao narcotráfico são relacionadas à violência de gênero, à violência doméstica, à violência familiar ou à “violência passional”, mas também aos motivos interpessoais. Para os entrevistados, elas ocorrem nos bairros “marginais” e são provocadas por armas brancas:

Temos muitos casos de maridos que matam as suas esposas e seus filhos. Aqui tem muitos casos de homicídios passionais e os homicídios ficam entre essas duas motivações: narcotráfico e passional. As execuções são sempre com armas de fogo, já as outras mortes são por motivos passionais, por brigas quando estão bêbados ou entre vizinhos. Elas ocorrerem com arma branca, com faca. (JORNALISTA PY 2).

Os entrevistados confundem as mortes relacionadas às questões “passionais” e às motivações interpessoais. Na fala dos entrevistados, apesar de nomearem o narcotráfico e os crimes passionais como os principais motivadores das mortes violentas, eles polarizam as representações entre narcotráfico e qualquer motivação que não seja narcotráfico, como a violência doméstica, as brigas de bar, as brigas entre vizinhos, as brigas esportivas, dentre outras, como na seguinte fala:

As mortes ocorrem por muitos motivos, às vezes é uma simples bebedeira ou por discussões, inclusive esportivas, que terminam nesse tipo de crime. As brigas são crimes que não têm relação com o tráfico de drogas, porque geralmente são por questões passionais, disputas familiares, brigas de vizinhos e por aí vai. (JORNALISTA PY 1).

A arma de fogo é considerada o instrumento mais utilizado para realizar as mortes: “Aqui é muito fácil para ter acesso às armas de fogo, por isso tem muitas mortes por esse tipo de instrumento. Crimes com faca são casos muito esporádicos, mas aqui a maioria da população vive armada” (JORNALISTA PY 1). O uso da faca é mais comum nas brigas e gera mais feridos que mortos, conforme relata o policial: “Se for uma briga entre vizinhos por agressões verbais é faca, mas isso é mais nos bairros e não acontece muito. Esse tipo de morte acontece umas duas ou três vezes por ano” (POLICIAL PY 2).

Em relação aos encontros de cadáveres, a representação de policiais e jornalistas é diferente. Para os policiais, os encontros de cadáveres são esporádicos e, quando ocorrem, a maior parte é por suicídio. Por outro lado, os jornalistas apontam os encontros de cadáveres como frequentes. Segundo eles, os corpos são encontrados nos rios, em uma zona rural abandonada ou em ruas pouco frequentadas, e, na maioria das vezes com perfurações por armas de fogo.

Como poucos casos são esclarecidos, eles são atribuídos ao narcotráfico: “Nunca se chega a uma conclusão ou a um esclarecimento do caso, mas algumas pessoas que são executadas têm antecedentes vinculados ao narcotráfico e com coisas assim” (JORNALISTA PY 2). E o mesmo jornalista acrescenta:

Em Ciudad del Este praticamente não tem zona rural, aqui é uma zona comercial com um pouco de zona industrial. A partir do KM 10 é que tem um pouco de zona rural, que é aquela parte do limite com Hernandárias e com Presidente Franco onde se encontram os corpos. Em Ciudad del Este se encontra mais corpos na região que se chama Ponte Seca, no limite com Hernandárias, por ser uma região escura e pouco transitada. Nessa região se encontra vários corpos, a maioria por execução. (JORNALISTA PY 2).

Os roubos seguidos de mortes são considerados esporádicos no lado paraguaio: “Ocorrem roubos, mas não chegam a mortes, feridos no máximo. Geralmente os ladrões que não têm experiência são os que matam as suas vítimas”

(POLICIAL PY 1). Os roubos de celulares e de dinheiro são cometidos por “*motochorros*”. Os *motochorros* são ladrões que andam nas motocicletas, roubam suas vítimas com o uso de arma de fogo ou de arma branca e fogem. Suas vítimas preferenciais são pessoas do sexo feminino que estão indo ou voltando do trabalho. Os roubos milionários não são cometidos pelos *motochorros* e acontecem em lojas comerciais.

No lado paraguaio existe uma divergência de percepção sobre os casos de mortes ocasionadas por policiais em serviço. Os próprios jornalistas divergem sobre essa questão, pois, enquanto um afirma que ocorreram poucos casos, o outro alega que foram várias mortes por enfrentamento: “Foram registrados vários casos de enfrentamento e, pelo que recordo, morreram oito delinquentes e um policial no ano passado” (JORNALISTA PY 3). O jornalista que afirmou que existem poucos confrontos com a polícia alegou que isso ocorre porque a polícia “... oferece proteção aos bandidos”:

A polícia dá proteção aos bandidos. Nós tivemos casos aqui que a polícia dava proteção aos traficantes. Aqui não acontece o enfrentamento, porque não tem uma cultura de combate como aparenta ter no Brasil. Aqui a polícia dá proteção para que jornalistas não entrem em determinados bairros. (JORNALISTA PY 1).

O jornalista que alegou saber de várias mortes por enfrentamento também apontou a existência de suspeitas sobre os casos de execuções. Para ele, essas mortes podem ter sido cometidas por policiais: “Sempre existem suspeitas que existam policiais que são os executores de muitas mortes, não de todos os casos de execuções, mas existem suspeitas que estejam envolvidos nisso, uma quantidade mínima, mas existem suspeitas” (JORNALISTA PY 3).

Já no imaginário dos policiais existem poucos casos de mortes por enfrentamento. Para um dos policiais, isso acontece porque: “A polícia não tem apoio nem do cidadão, nem de seus superiores. O que está no Código Penal muitas vezes não se aplica, por isso o policial tem medo para fazer seu trabalho” (POLICIAL PY 1). O mesmo entrevistado explica que o policial só pode revidar se o delinquente atacar, além disso, o revide deve ser proporcional: “Se o delinquente me atacar com faca e eu disparar, eu vou pra cadeia, porque a legislação diz que precisa ter proporcionalidade de arma, de força. Se atacar com faca, eu devo me defender com faca” Por fim, o outro policial afirma:

Nós não conseguimos fazer muitas apreensões, porque eles fogem. Se dispararmos nos pneus ou nas pernas é a gente que vai pra cadeia. Nós não temos apoio do Estado, por isso evitamos qualquer transtorno, se o delinquente correr deixamos correr, evitamos a fuga nada mais, porque estamos desamparados. Mas de qualquer forma a polícia paraguaia não é bem vista pela população por causa da corrupção, mas esse problema é do país. (POLICIAL PY 3).

Outros tipos de mortes violentas mencionadas pelos entrevistados foram as mortes por acidente de trânsito. Por fim, na representação das mortes violentas do lado paraguaio prevalece a polarização das mortes entre narcotráfico e não relacionadas ao narcotráfico. Além disso, os entrevistados acreditam que as mortes não irão diminuir ao longo dos próximos anos porque a tendência é que sempre subam ou mantenha a quantidade de letalidades.

3.4.3 Representações em Puerto Iguazú

Em Puerto Iguazú, a quantidade de mortes é consideravelmente inferior em relação aos municípios dos países vizinhos. Pelas falas dos entrevistados, percebe-se a unânime representação sobre a baixa quantidade de letalidades: “Mortes em Iguazú é bem pouca, pelo menos não escutamos tanto, não é igual ao que se escuta sobre o Porto Meira, em Foz do Iguaçu” (JORNALISTA AR 3). O outro jornalista também reforça: “Não tem quase casos! Eu não posso dizer que tenha 1% de casos de mortes por homicídios, porque são raros e com causas diferentes” (JORNALISTA AR 2).

Em alguns casos, os entrevistados comentam que existem suicídios e afogamentos, mas afirmam que a maior quantidade de mortes violentas está relacionada aos acidentes de trânsito: “Eu acho que a maior proporção de mortes que tem aqui é por acidente de trânsito, uns 90%, e a maioria é com moto” (JORNALISTA AR 2). Outro entrevistado também reforça a baixa quantidade de letalidades, mas enfatiza que ocorrem várias mortes por acidente de trânsito:

Aqui nós não temos muitas mortes. Geralmente as notícias policiais que trazem as mortes são por acidente de trânsito ou por suicídio. Ou seja, é raro que alguma notícia de morte surja por algo violento. Sim, existem pessoas que brigam, esses são muitos os casos, mas os casos de assassinatos são raros. (JORNALISTA AR 1).

As mortes violentas, como homicídios, latrocínios e demais letalidades, são consideradas poucas e as motivações atribuídas às mortes violentas foram as causas interpessoais relacionadas a brigas, violência de gênero e conflitos agrários: “Geralmente as mortes violentas ocorrem quando injerem álcool, aí começam as ‘rinhas’ (brigas) e se ‘peleiam’ (lutam) com seu ‘cuchillo’ (faca). Também existem alguns casos de violência doméstica, alguns casos raros, mas existem” (POLICIAL AR 1). Quando ocorrem as mortes, as motivações atribuídas são: “Infidelidade, problemas com dinheiro [empréstimo sem devolução], brigas no bar, mas esses casos geralmente terminam com feridos, não em mortes” (POLICIAL AR 2). E um dos jornalistas acrescenta:

Estou tentando lembrar quais foram os motivos das mortes nesse ano. Um foi por causa de terra, outro foi o caso da “*pasera*”, que pode ser um caso de vingança, mas não se sabe ainda e tem também os casos com brigas. Nas brigas a maioria fica ferido, mas acho que esse ano teve uma ou duas mortes por briga. Se foram quatro casos ao todo de mortes esse ano foi muito, porque as mortes que mais acontecem são por acidente de trânsito. (JORNALISTA AR 2).

As “brigas” (*rinhas*) de bar motivadas por álcool foram consideradas o maior motivador para as letalidades. Conforme o jornalista: “Isso é típico de bêbado, porque aqui tem conhecidos que estão jogando carta e bebendo e depois se desentendem e brigam. Geralmente são brigas entre conhecidos, mas não com armas de fogo, porque quase não tem armas de fogo aqui” (JORNALISTA AR 2).

As autoridades policiais e os jornalistas suspeitam que a morte de uma das vítimas possa ter ocorrido em função de suas atividades na fronteira, porque a vítima era de nacionalidade paraguaia e sua atividade era “*pasera*”: “Existem alguns casos de pessoas que vivem de passagem de mercadorias. O último caso de morte que tivemos aqui foi de uma paraguaia que trazia suas mercadorias. Há pessoas que trazem mercadorias legais e ilegais, mas não geram mortes” (POLICIAL AR 1).

Esse caso gerou controvérsia entre os entrevistados porque havia ocorrido há pouco tempo e ainda estava em investigação. As versões apontaram para duas possíveis motivações: violência de gênero e crime relacionado aos mercados ilícitos. Na fala do Jornalista 2, as motivações foram as práticas na fronteira: “Eu acho que esse crime foi por encomenda, porque ela traficava droga e era ‘*pasera*’”. Por sua

vez, o outro jornalista acredita ser violência de gênero: “Teve o caso da ‘*pasera*’ paraguaia que apareceu morta na mata. Estamos correndo atrás de mais provas, mas tudo está levando a crer que seja um crime passional, pelas características” (JORNALISTA AR 1).

Outra motivação também apontada para as mortes violentas foi a violência de gênero: “O que mais tem de violência aqui é por gênero, tem muito, mas não necessariamente morte por esse motivo” (POLICIAL AR 3). O jornalista relata:

Aqui a gente teve um caso de uma senhora que era concubina de um policial. Ela se separou e fez a denúncia na Comissaría da Mulher sobre os maus tratos que recebia. Quando ela estava fazendo a denúncia entrou o concubino, atirou nela e a matou. Esse seria um caso emblemático de violência de gênero em Puerto Iguazú, mas que ocorreu alguns anos atrás. Aqui as pessoas tratam a violência de gênero como algo normal, não a enxerga como violência, porque isso é cultural. E pior, espalharam boatos totalmente ilógicos e começaram a colocar a culpa na vítima. Em Puerto Iguazú, as mortes nunca são por casos de insegurança, mas por fatores culturais. A violência de gênero é uma coisa do homem missioneiro, porque tem mais o orgulho de homem. (JORNALISTA AR 1).

Outro motivador apontado para as mortes violentas foi a disputa por terras. Nesse caso, a vítima foi identificada como *usurpadora*. Na Argentina, centenas de famílias camponesas e indígenas da província de Misiones estão envolvidas em conflitos de terra com empresas madeireiras. Em Puerto Iguazú existem dois grandes assentamentos, um nas “*Seiscientas Hectáreas*” e outro no “*Dos Mil Hectáreas*”, conforme retratam os estudos de Elmice Cammarata (2012) e de Ana Carolina Nuñez (2009 e 2011)³². O jornalista assim relata:

Teve um caso aqui do menino que morreu na “*Dos Mil Hectáreas*”, que é um lugar onde existem *usurpadores* [posseiros de terras]. Aqui as pessoas têm costume de se apossar das terras, então teve uma “folia” ali e mataram um cara de 19 anos. Teve gente presa, mas ainda não tá esclarecido o caso, como foi e quem é o assassino. Ali tem um monte de gente que vem de todos os lados, porque as terras são do governo. Nesse lugar as casinhas são muito precárias e aí eles bebem, eles brigam por terra, brigam por mulher... (JORNALISTA AR 2).

³² Para saber mais, ver os estudos de Elmice Cammarata: “Misiones en el contexto transfronterizo con Paraguay y Brasil” (2012); e de Ana Carolina Nuñez: “Ordenamiento territorial y políticas hegemónicas. Una visión crítica” (2009), e “Haciendo mi lugar: Territorialidad y Frontera en un asentamiento del Norte de Misiones, Argentina” (2011).

Para os entrevistados, não existe um bairro específico para a ocorrência das mortes violentas, mas o “*Dos Mil Hectáreas*” e alguns bairros são considerados os lugares mais perigosos: “Nas *villas* [favelas] é onde têm mais brigas, mais conflitos, mais problemas, mais lesões, mais golpes e mais mortes” (POLICIAL AR 2). O tipo de arma mais comum nos casos de letalidades é a faca, produzida artesanalmente, e carregadas na cintura.

Muitos dos cadáveres encontrados com suspeita de homicídio são considerados de nacionalidade estrangeira: brasileira ou paraguaia. No lado argentino, além de serem considerados raros os encontros de cadáveres, a maioria das motivações das mortes são atribuídas ao suicídio ou ao afogamento: “Não são casos que se encontram o corpo e não se sabe o que ocorreu: geralmente se sabe o que está por trás” (JORNALISTA AR 1).

Em relação aos roubos seguidos de mortes, estes também são considerados raros, no máximo um por ano ou um a cada dois ou três anos. Já os roubos sem o desfecho fatal, esses ocorrem com mais frequência e muitos deles por “*motochorros*”, assim como no Paraguai, como o jornalista comenta:

Os “*motochorros*” abordam com faca: “Me passa a bolsa, me passa a bolsa”, mas a maioria dos casos é com faca. Felizmente nunca ocorreu morte por isso! Aqui teve roubos muitos específicos no ano passado e já prenderam dois chilenos depois que assaltaram uma loja de óculos. Essa gente entrou assim com armas grandes, mas não fizeram nada. Esses caras já estão na cadeia, já foram julgados e já estão no Chile. Depois teve um caso do famoso *teletubes*, de roubos e de assaltos por paraguaios, mas já estão presos também. (JORNALISTA AR 2).

Os casos de confronto com a polícia são poucos e os que resultam em mortes menores ainda, porque, segundo um dos jornalistas: “Os policiais daqui não são violentos” (JORNALISTA AR 2). Outro entrevistado afirma que faz alguns anos que nenhum caso foi registrado: “Em três anos que estou aqui nunca ocorreu algum caso, porque aqui não ocorrem casos de violência policial como no Brasil, que se sabe que é muito dura. Aqui os casos de violência policial são duramente punidos” (JORNALISTA AR 1). Segundo o outro jornalista:

“Aqui a polícia não pega, a polícia corre!”. Puerto Iguazú é muito segura, tem gente de todos os lados, turistas de todos os lados. Aqui tem muitas forças de seguridade, tem a polícia provincial e a polícia

federal, tem a Prefeitura, tem a Gendarmeria e tem o Exército e muitas outras mais. (JORNALISTA AR 2).

A representação sobre as mortes violentas em Puerto Iguazú revela o lado fronteiro menos violento. As motivações das mortes não estão relacionadas às práticas ilícitas vinculadas à fronteira, como se representa no lado brasileiro e no lado paraguaio. Em relação aos três lados, a cidade revela-se pelo ambiente rural e interiorano, apesar de ser um lugar com diversas atrações turísticas e de ter a passagem de diversas pessoas de várias nacionalidades do mundo em função de sua atração turística: as Cataratas do Iguazú.

3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O presente capítulo tem por objetivo analisar as representações produzidas pelas forças culturais dominantes sobre as letalidades na Tríplice Fronteira. A partir do referencial teórico da Criminologia Cultural e da Criminologia Crítica, as representações são formadas predominantemente por determinados grupos econômicos e políticos do local, bem como de agentes de segurança e da mídia, que coletivamente viabilizam a construção de uma representação social, conforme os interesses das forças culturais dominantes. O fato de essas representações se configurarem como estão não significa que são estáticas ou que não mudem ao longo do tempo, conforme interesses e/ou necessidades.

O que se divulga nos jornais dos três lados da fronteira é retirado de relatórios da polícia à imprensa. Essa prática é indiscriminadamente corriqueira, não só nos municípios estudados, mas em âmbito nacional dos três países. Conforme analisado, a produção da notícia segue a linha da “venda máxima”. Isso se evidencia na ausência de letalidades nas capas dos jornais, que, apesar de ser um aspecto positivo, revela um potencial comercial por ser uma região turística.

A construção da notícia mostra os valores-notícias como resultados combinados e inter-relacionados que determinam a seleção e a apresentação de notícias moldadas por uma variedade de forças tecnológicas, políticas e econômicas estruturadas e condicionadas pela forma e pelo conteúdo do evento relatado no ponto de coleta de notícias. Os valores-notícias também atendem aos interesses

percebidos do público ao capturar seu humor e lhe dar o que “quer”, ao moldar a produção de notícias e as percepções públicas sobre a criminalidade. As imagens da mídia não são a realidade, mas uma versão da realidade culturalmente determinada (JEWKES, 2004).

Na quantificação das notícias apresentadas pelos jornais é possível verificar um perfil já conhecido no lado brasileiro e no lado paraguaio. A maioria das vítimas é jovem, do sexo masculino, mortos em grande medida por armas de fogo, com vários tiros e em seus respectivos países. Ao mesmo tempo, o aumento das mortes no conglomerado de Ciudad del Este é justificada por serem mortes migradas do Brasil. Em Puerto Iguazú, o perfil das mortes revela que são pessoas adultas ou idosas e com baixo uso de arma de fogo, o que demonstra o perfil tradicional-rural da cidade.

A frequência e as taxas de letalidades se revelaram altas no lado brasileiro, médias no lado paraguaio e com frequência baixa, mas com taxas médias no lado argentino. As mortes são representadas nos jornais como consequências de execuções. Essa representação nas notícias ocorre em grande parte em Foz do Iguaçu (66%) e em quase a metade dos casos no conglomerado urbano de Ciudad del Este (43%). Em Puerto Iguazú prevaleceram as motivações interpessoais, assim como em mais da metade dos casos no conglomerado de Ciudad del Este (57%).

Os encontros de cadáveres são considerados com baixa ocorrência nos três lados. Nos noticiários da “A Gazeta do Iguaçu” e do “Diario Vanguardia”, a maioria desses cadáveres era de encontrados no rio Paraná, com os abdômenes cortados e cheios de pedras em seu interior. Em alguns casos, os cadáveres estavam esquartejados, como foi divulgado no lado paraguaio. Mesmo assim, também ocorreram encontros de cadáveres sem sinais de tortura ou sem alguma intervenção diferente dos disparos das armas de fogo. Os latrocínios pouco foram noticiados e, quando ocorreram, no lado brasileiro, as vítimas possuíam alto poder aquisitivo ou estavam na fronteira com considerável quantidade de dinheiro.

Os autos de resistência e as mortes de agentes de segurança no exercício da profissão demonstram que, apesar de a frequência ser baixa ou inexistir, como no caso de Puerto Iguazú, isso não significa que não se trate de um problema social que vai além da problemática local. Enquanto as mortes por policiais persistirem, mais policiais continuarão morrendo. Essa “guerra” subterrânea só alimenta uma animosidade entre trabalhadores pobres que se digladiam, se matam, se definham, enquanto os reais problemas da violência no local e nos países se agravam.

O Quadro 02 traz a comparação entre o que se representou nas notícias dos três jornais analisados, na Tríplice Fronteira.

Quadro 02 – Quadro comparativo das representações midiáticas das letalidades na Tríplice Fronteira

PAÍSES / LETALIDADES	BRASIL	PARAGUAI	ARGENTINA
Homicídios	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência e taxas altas. • Característica predominante: execuções. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência e taxas médias. • Característica predominante: execuções e interpessoais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa, mas taxas médias. • Característica predominante: interpessoais.
Encontro de cadáveres	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa. • Geralmente encontrados nos rios. • Algumas vezes com os abdômenes cortados e com pedras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência – opinião dividida – entre frequente e baixa. • Geralmente encontrados nos rios, lotes baldios e ruas abandonadas. • Corpos esquartejados ou com sinais de torturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência muito baixa. • Considerado cadáver de estrangeiros. • Geralmente encontrados no rio Iguaçu.
Latrocínios	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa. • Característica: roubos seguido de morte, com motocicleta, praticado contra pessoas com alto poder aquisitivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa. • Características: roubos pequenos cometidos por “<i>motochorros</i>” e os assaltos milionários a bancos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência inexistente.
Autos de resistência	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa. • Característica: perseguição em horário de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência baixa. • Característica: perseguição em horário de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência inexistente.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

Os representantes das forças culturais dominantes da Tríplice Fronteira produzem e reproduzem notícias interessadas. A forma como se produz a notícia, sem análise crítica de especialistas e com meras reproduções factuais, contribui para a construção de um imaginário local que relaciona as mortes violentas à fronteira e à dinâmica das práticas ilícitas de caráter transnacional, no caso brasileiro. Disso resulta a representação de que o tráfico, o contrabando e o descaminho – vindos do Paraguai – geram os acertos de contas e as disputas por portos, elevando as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu.

A mudança do perfil das letalidades, no lado paraguaio, contribuiu para incorporar as representações do lado brasileiro, de que as mortes possuem relação com os mercados ilícitos. No lado argentino, o fato de ocorrerem poucas mortes e pelo fato de o perfil das letalidades proporcionar maiores informações sobre vítimas e algozes, a fronteira e as práticas na fronteira não entraram na argumentação explicativa sobre as mortes violentas.

Nesse sentido, a hipótese é parcialmente confirmada, porque, apesar de as forças culturais dominantes de cada país representarem as letalidades com diferentes motivações, no lado argentino elas não estão atreladas ao fator fronteira e às práticas ilícitas. O Quadro 03 apresenta uma síntese para as informações obtidas com a pesquisa de campo, em uma perspectiva comparada.

Quadro 03 – Comparação do imaginário das letalidades na Tríplice Fronteira

LADO FRONTEIRIÇO	FOZ DO IGUAÇU	CONGLOMERADO URBANO DE CIUDAD DEL ESTE		PUERTO IGUAZÚ
Representação das letalidades	Mercados ilícitos (transnacionais)	Narcotráfico	Não relacionados ao narcotráfico	Interpessoais
Especificações	<ul style="list-style-type: none"> • Acerto de contas • Disputa por portos clandestinos • Disputa por território • “Passar a perna” • Demonstração de poder intra e entre grupos • Dívidas de usuário de drogas • Roubos em determinadas áreas • Vingança • Ex-presidiários • Queima de arquivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Disputas entre “máfias”/ facções • Não pagamento de mercadorias • Disputas por território • Apreensão de mercadorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Briga de bar • Briga entre vizinhos • Violência “passional”/ doméstica/ gênero 	<ul style="list-style-type: none"> • Briga de bar • Briga entre vizinhos • <i>Usurpadores</i> • Violência “passional”/ doméstica/ gênero

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

O propósito deste capítulo não foi apontar essas representações como falsas ou verdadeiras, mas demonstrar como as forças culturais dominantes as concebem. A partir dessas representações, questionam-se as consequências ou seus efeitos práticos, como a formulação de políticas de controle para o local. O próximo capítulo se propõe a desenvolver esse questionamento.

4 AS MORTES VIOLENTAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA E AS POLÍTICAS DE CONTROLE

O presente capítulo discute as políticas de controle implementadas nos três lados da fronteira a partir das representações sobre as letalidades. Parte-se da hipótese de que as representações das forças culturais dominantes sobre as mortes violentas influenciaram na formulação de políticas de controle para o local, mesmo quando essas políticas não possuíam o caráter estrito de controle, como é o caso das políticas de urbanização.

No caso de Foz do Iguaçu, as políticas de urbanização foram o Projeto “Beira Rio” e, atualmente, o Projeto “Beira Foz”. Essas políticas elaboradas pelas forças culturais dominantes, apesar de terem viés urbanístico, tornaram-se políticas de controle pelas justificativas que possuem – combater a criminalidade – e pelas consequências dessas políticas para o local em relação à variação das taxas de mortes violentas.

Para a elaboração do presente capítulo foram utilizados os dados disponibilizados nos jornais “A Gazeta do Iguaçu” e “Diario Vanguardia”, mais as 26 entrevistas realizadas com os policiais, os jornalistas e os *rappers* dos três lados da fronteira. Assim, o presente capítulo está dividido em três itens:

- Para fundamentar a discussão, o item 4.1 aborda os pressupostos teóricos sobre as políticas de controle, a partir das discussões da cultura do controle, de David Garland.

- O item 4.2 aborda as políticas de controle na Tríplice Fronteira e está subdividido em três partes: 4.2.1 aborda o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu entre os anos de 1993 a 2006, combinado com a implantação do Projeto Urbanístico “Beira Rio” (década de 1990). Esse projeto foi elaborado pelas forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu e entendido como a primeira política de controle do lado brasileiro; 4.2.2 demonstra a diminuição das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, do ano de 2007 até os dias atuais, combinado com a intensificação do controle aduaneiro e o combate ao circuito sacoleiro. Essa política de controle foi posta em prática a partir de 2003. Ressalta-se que essa não foi uma política elaborada pelas forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu, mas uma política implantada pelo governo federal brasileiro; e 4.2.3 traz a terceira etapa das políticas de controle, mas que ainda não foi posta em prática e suas possíveis

consequências para as taxas de letalidades. Essa política é o Projeto urbanístico “Beira Foz”, que faz uma repaginação do antigo Projeto “Beira Rio”, mas com a proposta de integrar outros setores, como o meio ambiente e a segurança pública. Esse projeto articula as forças culturais dominantes do local com os governos estadual e federal.

- Por fim, o item 4.3 sintetiza o capítulo, demonstrando que a hipótese inicial, da influência das representações das forças culturais dominantes do local sobre a formulação das políticas de controle na Tríplice Fronteira, se confirma parcialmente, porque a região em análise é uma área com múltiplos interesses.

4.1 POLÍTICAS DE CONTROLE: DISCUSSÃO TEÓRICA

No Brasil, os municípios da faixa de fronteira se tornaram os espaços com maior intervenção nos últimos anos. Desde a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), no início dos anos 2000, e, mais recentemente, com a criação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), em 2011, várias políticas de controle foram realizadas. Nos outros lados da fronteira também ocorreram intervenções, mas cada uma à sua maneira.

Por políticas de controle entende-se todas aquelas ações criadas pelo poder público para coibir ou inibir determinadas práticas que são criminalizadas em um determinado momento. Parto do pressuposto de que essas políticas são arquitetadas pelas forças culturais dominantes do local.

Para David Garland (2008), a partir da década de 1970, países como Grã-Bretanha e EUA deixaram de atuar sob as diretrizes do modelo previdenciário do Estado de bem-estar social, cujo controle social do crime era tipicamente correccionalista. Até então, a punição era trabalhada de forma retributiva e materializada em intervenções reabilitadoras, menos voltadas ao uso do encarceramento. Os modelos anglo-saxônicos neoliberais e neoconservadores que surgiram no final da década de 1970 regressavam aos problemas do desajustamento individual. Esses modelos estavam concentrados predominantemente nos setores mais pobres da população, que atribuía o crime à pobreza, à socialização deficiente e à privação social.

Essas características eram típicas de uma sociedade que passou de inclusiva para uma sociedade excludente (YOUNG, 2002). As contradições dessa

reformulação nas políticas de controle acabaram por revelar as exclusões das massas trabalhadoras e, mais explicitamente, dos grupos sociais sem o acesso aos meios econômicos. Seus comportamentos foram criminalizados, punidos e reprimidos por lesionar a produção e a circulação de mercadorias.

Os indicadores sociais negativos nos guetos negros norte-americanos formaram as bases para o aumento de comportamentos desviantes, contrários à política da lei e ordem, associando-os à desordem. Na década de 1960, essa seleção criminalizante encarcerava pobres e negros e se mostrava um fracasso em baixar as altas taxas de criminalidade, inflando a sensação da ineficiência do sistema de justiça. A ruína do Estado paternalista nos EUA e na Grã-Bretanha promoveu a necessidade de proteger a economia de mercado por meio da adoção de políticas penais cada vez mais punitivas e excludentes. Essas políticas foram marcadas pela contradição da modernidade entre a prosperidade econômica e a desigualdade social, que refletia o crescimento das taxas de criminalidade e dos encarceramentos.

Com a reestruturação do sistema capitalista e o desmantelamento do Estado-providência, o neoliberalismo econômico na década de 1980 promoveu a ruína das conquistas sociais praticadas na área de política criminal e fortaleceu o sistema de justiça, que reagiu de maneira violenta às formas de desvio. Os cortes promovidos nas políticas sociais ocorreram de forma inversamente proporcional aos crescentes investimentos para expandir o território carcerário. A punição tornou-se a resposta aos conflitos sociais, suprimindo-os segundo os interesses das forças culturais dominantes em vez de solucioná-los (GARLAND, 2008).

Loïc Wacquant (2008), afirma que, com a expansão do neoliberalismo e do poder punitivo, em vez de impedir a ocorrência do crime, estabeleceu uma guerra sem tréguas contra pobres e marginalizados pela ordem neoliberal. A “guerra contra as drogas”, política norte-americana que demonizou traficantes e usuários, sintetiza essa mudança no direcionamento do controle. Essa política se tornou um dos maiores modelos de repressão do Estado sobre as minorias étnicas, com a intensificação da sua presença nos bairros pobres e com a promoção dessas novas diretrizes da política criminal no mundo, inclusive no Brasil.

As exigências postas pela pós-modernidade, estabelecidas pelo projeto neoliberal no campo do controle social, ditam a ideologia do mercado de consumo e estabelecem a tutela penal. O que passou a valer foi o *status* social do sujeito como

referencial oculto para a criminalização secundária, pautada segundo a nova ordem socioeconômica neoliberal (GARLAND, 2008). A posição social e a capacidade de consumo tornam-se determinantes para a possibilidade de ser criminalizado (BAUMAN, 2008).

As circunstâncias conjunturais disparam nossa obsessão por monitorar indivíduos considerados temíveis, em isolar populações consideradas perigosas e em impor controles em determinados contextos e situações que, em outros tempos, eram tolerados. Sobre essa nova forma de adaptação do controle social e de atuação, Garland (2008, p. 141-145), afirma:

[...] Ao longo do tempo, nossas práticas atinentes ao controle do crime e à realização da justiça tiveram que se adaptar a uma economia cada vez mais insegura, que marginaliza setores substanciais da população; uma cultura de consumo hedonista, que combina amplas liberdades pessoais com controles sociais relaxados; a uma ordem moral pluralista, que luta para criar relações de confiança entre estranhos que pouco têm em comum; a um Estado “soberano”, que é crescentemente incapaz de regular uma sociedade de cidadãos individualizados e de grupos sociais díspares; e às cronicamente elevadas taxas de criminalidade que coexistem com o baixo grau de coesão familiar e de solidariedade comunitária. O caráter inseguro e arriscado das relações sociais e econômicas atuais constitui a superfície social que propicia uma nova preocupação, mais enfática e exacerbada, para com o controle, bem como a urgência com a qual segregamos e excluímos [...]

Conforme o autor, as principais decisões políticas relacionadas ao controle penal foram: a profissionalização e a racionalização da justiça; a comercialização da justiça; a restrição da criminalização; a redefinição do êxito; a concentração nas consequências; e a realocação e redefinição das responsabilidades. As respostas de adequação revelam as dimensões nesse processo de distribuição de atribuições do monopólio estatal do controle social na área punitiva. Isso porque:

A nova estratégia do Estado não é comandar e controlar, mas persuadir e alinhar, organizar, assegurar que outros atores façam a sua parte. Proprietários, moradores, lojistas, industriais, engenheiros, autoridades escolares, funcionários de transporte, empregadores, pais, cidadãos – a lista é interminável – devem ser levados a reconhecer sua responsabilidade nesta matéria. Eles devem ser convencidos a exercer seus poderes informais de controle social e, se necessário, a modificar suas práticas habituais, de modo a ajudar a reduzir as oportunidades criminosas e aperfeiçoar o controle do crime [...] (GARLAND, 2008, p. 272).

A outra dimensão revela os objetivos do discurso da aparente distribuição de poderes. A motivação por trás das estratégias de “responsabilização”, segundo Garland (2008), não é o puro e simples alívio de funções estatais problemáticas, nem a “comunitarização” ou a “privatização” do controle do crime, mas, ao contrário:

[...] a motivação é uma nova concepção de exercício de poder no campo do controle do crime, uma nova forma de “governar à distância” que introduz princípios e técnicas de governo que, a esta altura, já estão bem sedimentadas em outras áreas da política econômica e social. (GARLAND, 2008, p. 273-274).

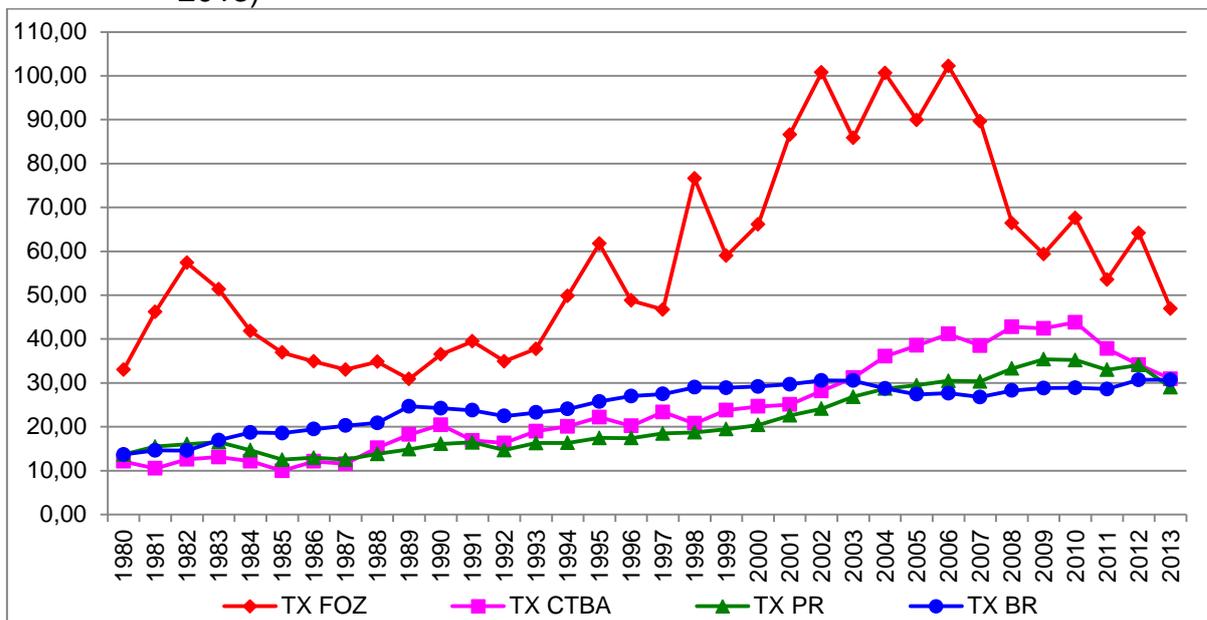
As possibilidades de participação indireta de agentes no controle penal, para além do Estado, aumentaram ainda mais a repressão contra as minorias. O setor do turismo é o setor privado atuando como agente controlador da Tríplice Fronteira, como será apontado neste capítulo.

A realidade do Brasil, do Paraguai e da Argentina é muito diferente da realidade norte-americana e britânica, especialmente sobre o Estado de Bem-Estar Social, apesar de muitas políticas de controle terem sido implementadas no Brasil sob influência das políticas desses países. André Nascimento já havia chamado a atenção na “Apresentação à edição brasileira”, da obra “A Cultura do Controle”, de David Garland (2008). A “guerra às drogas” e a “guerra ao terror” foram implementadas no Brasil sem passar pelo mesmo processo dos outros países. É sob essa perspectiva que o capítulo se desenvolve.

4.2 POLÍTICAS DE CONTROLE NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Como apontado no Capítulo 2, as taxas de letalidades em Foz do Iguaçu são historicamente altas. Para rememorarmos os dados, retomo o gráfico sobre as taxas de letalidade, conforme a Figura 17, que segue:

Figura 17 – Taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, Curitiba, Paraná e Brasil (1980-2013)



Fonte: (DATASUS, 2016).

*Nota: TX FOZ (taxa de Foz do Iguaçu); TX CTBA (taxa de Curitiba); TX PR (taxa do Paraná); TX BR (taxa do Brasil).

A série histórica vai ser discutida nos subitens a seguir, sempre em comparação com os municípios dos países vizinhos. A intenção é mostrar a influência das representações sobre a formulação das políticas de controle, bem como as consequências das aplicações dessas políticas sobre a variação das taxas de letalidades, em Foz do Iguaçu e região. Por fim, verificam-se as consequências dessas políticas para a economia e as relações de trabalho.

4.2.1 O Aumento das Taxas de Letalidades e a Primeira Fase das Políticas de Controle em Foz do Iguaçu

Entre 1993 a 2006, apesar de as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu já estarem elevadas, ocorreu um aumento significativo dessas mortes. Esse período coincidiu com a primeira política de urbanização elaborada pelas instâncias municipais na década de 1990: o Projeto “Beira Rio”. O projeto promoveu as remoções de favelas das barrancas do rio Paraná para a construção da Avenida Beira Rio. Os moradores removidos foram levados para o Projeto “Cidade Nova”, que era um programa habitacional com casas populares localizadas ao lado da Itaipu Binacional.

O argumento utilizado para o desenvolvimento desse projeto foi a promoção de melhorias habitacionais e da infraestrutura turística, mas se revelou uma ação local de combate ao tráfico, ao contrabando e à criminalidade violenta na fronteira. Dessa forma, esse subitem visa demonstrar uma das consequências desse projeto desenvolvido e aplicado pelas forças culturais dominantes do local: o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu. A Figura 18, com o mapa turístico de Foz do Iguaçu, visa facilitar o entendimento espacial da cidade:

Figura 18 – Mapa turístico de Foz do Iguaçu



Fonte: (MAPASBLOG, 2011, p. 1).

Estudiosos sobre Foz do Iguaçu, como Édson Belo de Souza (1998) e Luiz Catta (2003), atribuem o surgimento das favelas à construção da Itaipu e o aumento dessas áreas de ocupação ao fim da construção da barragem. Na percepção desses autores, ao mesmo tempo em que a hidrelétrica levou o “progresso” e a “modernidade” para o lugar, com a instalação de uma infraestrutura urbana, a Itaipu foi considerada a responsável pelos fatores negativos e pelos “problemas sociais” que estavam ocorrendo na cidade.

A área da segurança e as questões habitacionais, com o surgimento das favelas, foram consideradas as principais consequências negativas: “É para lá que se dirigirão os ex-peões barrageiros, e toda aquela massa de trabalhadores pobres,

sub-empregados, desempregados, que constituirão um cinturão³³ prestes a fechar-se e sufocar os ‘bem-nascidos’ das áreas centrais da cidade.” (CATTA, 2003, p. 52). Porque, conforme o mesmo autor: “Aqueles que foram demitidos, vieram a ‘engrossar’ o contingente de pessoas na cidade que tiveram de viver com a herança deixada por Itaipu.” (CATTA, 2003, p. 119).

A Itaipu é constantemente acusada pelo processo de favelização, pela pobreza e pela espoliação vivida por setores da população local, mas esse é um problema social que não afeta somente Foz do Iguaçu. O processo de constituição do Oeste paranense revela a formação de favelas atrelado ao processo de urbanização de municípios com maior densidade populacional. Apesar de o processo de favelização ter um movimento muito semelhante nacionalmente e internacionalmente, em Foz do Iguaçu o processo de favelização é atribuído à Itaipu, conforme a crítica de Ribeiro (2015, p. 53):

É possível afirmar que os dois movimentos de análise oficial e acadêmico não acompanharam a relação da pauperização urbana dentro do contexto nacional e internacional e sua combinação a nível de políticas econômicas efetivadas na América Latina nos anos 80 e 90, reduzindo a totalidade da favelização do município a um movimento singular, a construção da usina de Itaipu.

Isso significa que a Itaipu ajudou a intensificar o processo, mas não foi a única responsável pelo processo de favelização da Tríplice Fronteira. Para Catta (2003), a quantidade significativa de favelas que se formou durante as décadas de 1980 e 1990 não era integrada apenas de desempregados, como propalava a elite local, mas de trabalhadores que atuavam nas mais diversas áreas, como no serviço, no comércio e na área rural. Para Ribeiro (2015), apesar de Catta não discutir as possíveis causas do crescimento desse fenômeno, o processo de favelização de Foz do Iguaçu pode estar relacionado com as atividades do circuito sacoleiro, que começava sua organização de forma mais efetiva nesse período.

As favelas que formavam o “cinturão de pobreza” ficavam justamente nas áreas mais nobres da cidade e eram as que disparavam as taxas de letalidades do município. A população mais abastada reivindicava a “limpeza” do local com a expulsão dos moradores e mostrava o claro propósito de higienizar as beiras dos

³³ “Cinturão de pobreza” é uma expressão usada para designar as favelas que estão nas beiras dos rios de Foz do Iguaçu, cuja configuração espacial tem o formato de um cinto.

rios. Os discursos e os dados produzidos pelas elites construíam um imaginário social que criminalizava aquele setor da população e o relacionava às atividades ilícitas e criminosas. Conforme Catta (2011):

[...] na maioria das vezes, imputavam-lhes a responsabilidade pelo incremento da violência, quando essa era uma contrapartida daquelas que lhes era desferida pelas elites e pelo poder público, setores estes bem organizados da sociedade. Sempre invocando a “manutenção da ordem”, a “segurança do cidadão”, a “segurança do patrimônio”, o “bem-estar da sociedade”. (CATTÁ, 2011, p. 102).

As políticas de reurbanização em Foz do Iguaçu começaram no ano de 1979, diante do “déficit habitacional gerado pela Itaipu”, mas essa primeira política teve como foco o aspecto higienista: “[...] de limpeza das áreas centrais da cidade, já marcada pelo aumento constante de moradias sub-normais, habitadas por aquele exército de trabalhadores que inundavam a cidade, com a construção de bairros populares que visavam abrigá-los [...]” (CATTÁ, 2003, p. 133). Concomitantemente a isso, ocorreu a revitalização das ruas do centro e a reforma da rodoviária, que, posteriormente foi construída em outro local. Ainda segundo Catta (2003, p. 136):

Ao final das obras da Usina, o quadro habitacional, que abrigava uma parcela marcante da população da cidade, se agravava substancialmente, uma vez que, segundo dados do Anuário Estatístico de Foz do Iguaçu, de 1989 viviam em aglomerados subnormais 1.506 famílias perfazendo um total de 7.986 pessoas, e em 1991, 2.965 famílias num total de 12.997 seres humanos vivendo em condições precárias.

Na década de 1990, o Plano Diretor do município de Foz do Iguaçu tinha como foco a melhoria da estrutura turística da cidade ao recuperar um dos projetos não realizados do Plano Diretor da década de 1970: a construção da Avenida Beira Rio. Desde a década de 1970, a cidade havia sofrido mudança em seus arranjos espaciais, não só com obras públicas e privadas que promoveram o remodelamento de ruas, de avenidas e de construção de residências e prédios: “[...] mas também com a ocupação clandestina e o recrudescimento do comércio local e fronteiro que contribuíram para que a Avenida Beira Rio assimilasse uma nova concepção.” (SOUZA, 1998, p. 71). Isso demonstrou a simbiose com o mercado imobiliário:

Apesar de, oficialmente, a obra ter sido justificada como obra de infraestrutura turística, a nova conjuntura lhe atribuiu outros propósitos, como desafogar o trânsito concentrado nas avenidas Brasil e Schimelfeng, **expulsar as favelas da região central da cidade** e promover especulação imobiliária. Como a execução do projeto Avenida Beira Rio implicava remover as favelas das margens do rio Paraná, o governo se viu obrigado e encarar o problema da falta de moradia, na cidade [...] (SOUZA, 2009, p. 66, grifo nosso).

Como já demonstrado, essa tentativa de remoções de favelas não começou na década de 1990. Esse projeto higienista foi planejado na década de 1970, mas posto em prática somente 20 anos depois. Essas favelas ocupavam e ainda ocupam majoritariamente as margens dos rios, principalmente do rio Paraná e do rio Boicy: “[...] É praticamente na faixa territorial desses rios que se concentra o maior número de pessoas **favelizadas**, aproximadamente 2.000 famílias [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 162, grifo do autor). Essas favelas, que estão nas barrancas do rio Paraná, ficam em grande parte localizadas na linha de fronteira com o Paraguai.

Como as autoridades locais e as elites não conseguiam extinguir os “bolsões de miséria” das áreas centrais da cidade, elas combinaram um rígido controle e repressão à população pobre, expulsando-as das ruas e das favelas, porque: “[...] viam naquele caos social uma ameaça a ordem estabelecida, e, portanto, reais perspectivas de ameaça à manutenção de seu poder, as autoridades queriam a todo custo **higienizar a cidade** [...]” (CATTA, 2011, p. 106, grifo nosso).

Em 1996, a Avenida Beira Rio, localizada nas margens do rio Paraná, foi parcialmente concluída. Conforme Ribeiro (2015), a avenida não foi construída como havia sido idealizada, porque, no percurso original, existiam quatro favelas: Favela da Marinha, Favela do Cemitério, Favela do Bambu e Favela do Monsenhor Guilherme. Essas favelas tinham a população aproximada de três mil pessoas. A avenida foi construída parcialmente ligando a Ponte da Amizade a uma parte do centro de Foz do Iguaçu. As famílias que residiam nessas favelas foram removidas para o conjunto habitacional de casas populares do Projeto “Cidade Nova”.

Esse projeto fica na região norte de Foz do Iguaçu, em local próximo à Itaipu Binacional e abaixo dos linhões de transmissão de energia de Furnas. O projeto evidencia o propósito de “desfavelizar” as margens do rio Paraná, pois desfavelar significava também afastar as práticas ilícitas. Conforme um dos *rappers* entrevistados, o tráfico e o contrabando nas margens do rio Paraná eram mais frequentes que atualmente:

Naquela época, o trabalho formal com carteira assinada era muito escasso e aí todo mundo sobrevivia do Paraguai. Naquela época a travessia de drogas e de armas era muito frequente e bem maior do que hoje. Hoje quando se apreende seis fuzis é uma glória pra Federal. Antigamente eram carretas e carretas de drogas, fuzis e mercadorias subindo. Aquela estrada velha de Guarapuava não parava, era carro pra cima e pra baixo cortando estradão de terra e aqueles comboios de quatro, cinco, seis, sete ônibus, vans, tudo quanto era “trem” e isso trazia o dinheiro pra cá. (RAPPER BR 2).

Combinado a essas práticas ilícitas, o Centro era o bairro de Foz do Iguaçu que mais tinha casos de letalidades, o que contribuía para justificar as investidas do setor público no local:

O local que mais morreu gente foi na região central, porque era a região mais violenta. Hoje diminuiu as mortes no Centro porque a favela foi urbanizada, mas na época a região central era a que mais tinha mortes. Nos dias de hoje já está bem distribuído, as mortes ocorrem no Porto Meira, Cidade Nova, Três Lagoas, Jardim Dourados. Outro pessoal que ocupava o Centro era da Favela do Monsenhor. Eles foram tirados dali e levados pro Cidade Nova. Nesses lugares cresceu a criminalidade porque o pessoal foi levado pra lá. Inclusive essa Favela era a que aumentava a criminalidade do Centro e agora ela foi lá pro Cidade Nova. Esse pessoal ocupava o “cinturão de pobreza” e nesses locais que acontecia a violência. (POLICIAL BR 1).

Riberio (2015), constatou que existiam várias disputas entre quadrilhas das Favelas da Marinha e do Monsenhor Guilherme, bem como a troca de tiros nas margens do rio Paraná e nas imediações dessas favelas, mas: “[...] Com a dissolução da Favela da Marinha, o centro obteve uma certa sensação de tranquilidade, para os moradores abastados e turistas que andavam nessas imediações [...]” (RIBEIRO, 2015, p. 213). Mesmo assim, as disputas não acabaram, pois elas apenas foram transferidas de lugar e se acentuaram no Cidade Nova. Na entrevista com o ex-prefeito Harry Daijó, responsável pelo Projeto “Cidade Nova”, o entrevistado declarou que sabia da existência da “rivalidade” entre as quadrilhas dessas favelas:

Sabia que tinha essa rivalidade, mas a rivalidade não era de todos, não. Era de alguns grupos dali, normalmente os grupos mais radicais que fazem seu movimento é que querem ter o poder local. Se o cara faz tráfico, por exemplo, mais ainda, o valor econômico está em jogo

[...] Mas já o pessoal que fazia tráfico lá, por exemplo, quando ele teve que sair de lá ficou mais difícil para traficar, porque o tráfico não vinha lá da região de Itaipu, vinha do Paraguai. Em frente das duas favelas estavam também as favelas do Paraguai e à noite ficavam fazendo tráfico por ali. Lá na Cidade Nova ficou mais longe, mais difícil de fazer o tráfico. Claro, que para aquele cara também que catava latinha e papel também ficou mais difícil. Mas, esse conflito existia, mas a ideia era que em um lugar melhor a esperança era que as coisas melhorassem, hoje muitas famílias que teriam rivalidade, elas são amigas ali. A gente sabia do conflito, mas tinha a certeza de que num lugar melhor tudo ia melhorar [...] (apud RIBEIRO, 2015, p. 213-214).

Nesse processo de remoções não foi considerado o fator de territorialidade já existente nas antigas comunidades. Os antigos moradores foram realojados no bairro Cidade Nova sem considerar o antigo território, as antigas vizinhanças e os laços construídos na antiga comunidade, conforme relatou o *Rapper 3*:

No Cidade Nova foi Favela da Marinha, do Monsenhor Guilherme, do Cemitério e mais umas outras. Eles faziam um cadastro e sorteavam um tanto de casas. Aí pegaram e deram umas dez casas pro Monsenhor, umas cinco casas pro Cemitério e misturaram tudo. Nem vizinhos de casas o pessoal da mesma favela ficou, por isso o pessoal não se acertava. Na Guarda Mirim foi diferente, eles ergueram os condomínios e só foi pessoal desse lugar morar ali, só que os outros foram mandando tudo pro Cidade Nova. Se você for conversar com o pessoal do Cidade Nova, um era do Monsenhor, outro não sei lá de onde, tudo misturado. (RAPPER BR 3).

Nas várias pesquisas que Alba Zaluar desenvolveu, ela descreveu esse mesmo processo sobre os projetos habitacionais do Rio de Janeiro e detectou as mesmas consequências. Isso demonstra que esse processo de desfavelização não atingiu somente Foz do Iguaçu, mas revela o modelo aplicado no processo de desfavelização no Brasil, desde as décadas de 1970 e 1980. Os entrevistados do movimento *hip hop* descrevem que o processo de remoção promoveu o aumento das mortes violentas, da mesma forma como ocorreu nos morros do Rio de Janeiro:

No Cidade Nova dava morte, heim! Se eu não me engano, a primeira morte que teve foi de uma mulher que foi esquartejada. O marido picou ela inteira e jogou no mato. Depois começou uma matação dos infernos, aí começou a chegar aquela piçada que um queria ser melhor do que o outro. Nossa, se o corpo ficasse ali dava um cemitério muito grande. Foz do Iguaçu teve muita morte no início do Cidade Nova, eu mesmo não lembro de passar por uma rua que não teve morto, principalmente na caixa d'água, ali era um lugar escuro,

que não tinha nada, não tinha luz, aí só escutava os estralos rá tá tá tá [som dos tiros]. (RAPPER BR 3).

O *rapper* descreveu uma das primeiras consequências que os moradores sentiram com o processo de remoção: o aumento da incidência das mortes violentas. Na fala, o local que ele descreve por “caixa d’água” tem um grafite com o desenho de um coração sangrando, pertinente e representativo para o contexto local. Nesse mesmo sentido, um dos *rappers* relata como sentiu a intensificação da violência no local. Mas, para ele, essas remoções foram arquitetadas pelo poder público e pelos órgãos de segurança para gerar as mortes entre os moradores das periferias:

Pra mim, foi um campo de extermínio. Não um extermínio que a sociedade viesse e exterminasse a população, mas um projeto arquitetado não só pelo prefeito, mas pela polícia também. Sentaram numa mesa chegaram e falaram assim ó: “Vamos fazer o seguinte, nós vamos inventar que nós vamos construir essa Beira Rio e a gente vai falar pra esse povo que vai tirar eles de lá, vamos dar uma casa e o povo vai querer”. Então olha o que fizeram: “Vamos riscar isso aqui e vamos jogar todo mundo junto, o que for bandido vão se matar, o que for cidadão de bem e sobreviver vai ficar lá”. Aí eles trouxeram todo mundo pra cá. Aí você imagina, eu já não gosto de você porque a gente se encencou no jogo de futebol lá na favela e você falou pra mim assim: “Na hora que você entrar na minha comunidade, o troço vai ficar chato”. Aí vem todo mundo pra cá trazendo suas drogas e suas armas: Claro que não ia prestar! (RAPPER BR 2).

Ribeiro (2015), ao entrevistar um dos moradores do Cidade Nova, também detectou que, a partir do processo de remoção, as mortes aumentaram:

No começo aqui era muito violento, tinha muitos grupos rivais que queriam dominar a situação por tráfico, por brigas, tinha muitas desavenças que surgiam. Aqui a maioria trabalhava no Paraguai na contravenção, no contrabando essas pessoas nunca se acertavam estavam sempre brigando. Na Cidade Nova tem um muro, uma caixa d’água que o pessoal chamava de paredão da morte era um muro aonde os caras levavam as pessoas para serem executadas. Ali, tinha uma plantação de soja debaixo do linhão, era uma área bem isolada, final de semana sempre tinha um morto lá [...] isso fica na mente das pessoas, as crianças de hoje não sabem, mas era assustador até. Quando eu cheguei aqui na cidade nova em 2001 estava violento ainda, mas os moradores antigos diziam que já não era tanto. [Entrevista com um morador do Cidade Nova]. (RIBEIRO, 2015, p. 215).

As falas retratam o processo de reterritorialização (HAESBAERT, 2002), dos moradores que foram removidos das favelas das barrancas do rio Paraná e as disputas que envolveram esse processo. Como identificado, o ciclo maior da violência no Cidade Nova ocorreu no início das remoções, mas permaneceu em alta durante muitos anos. O processo de remoção das favelas, que tinha o intuito de promover a reurbanização da cidade, a especulação imobiliária, o turismo e, indiretamente, o combate das práticas ilícitas, sofreu um “efeito colateral”. O projeto não previu as consequências negativas dessa política de urbanização com caráter higienista e de gentrificação³⁴.

A partir da execução do Projeto “Beira Rio” as taxas de mortes violentas – já altas – se intensificaram em Foz do Iguaçu. Isso ocorreu porque concentraram em um mesmo espaço famílias que moravam em favelas diferentes e pessoas ligadas às mais diferentes práticas ilícitas que eram antigas rivais. Nesse processo de reterritorialização, as disputas por novos territórios e novos mercados ficaram afloradas.

Nesse mesmo período, a Argentina intensificou ainda mais o controle em Puerto Iguazú ao implantar todos os órgãos de segurança que ainda não estavam no município, ao promover a intensificação do controle. Especialmente o controle migratório ficou mais intenso e com regras mais duras (AMARAL, 2008). Por sua vez, o lado paraguaio não havia tomado qualquer medida extraordinária em relação à segurança pública ou ao controle fronteiriço.

4.2.2 A Diminuição das Taxas de Letalidades e a Segunda Fase das Políticas de Controle em Foz do Iguaçu

A partir de 2007 ocorreu a diminuição constante e significativa das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu. Uma hipótese para essa queda contínua está relacionada à segunda fase das políticas de intervenção, agora especificamente de controle, por meio das operações do governo federal iniciadas em 2003 e das operações do governo do estado do Paraná iniciadas no ano 2004. Posteriormente, já no início da década de 2010, as Operações Ágata e Sentinela surgiram como políticas nacionais de combate aos crimes de fronteira em toda faixa de fronteira

³⁴ Processo que envolve a remoção de moradores de áreas que interessam a determinados setores para explorar economicamente o local.

brasileira, bem como a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).

No final da década de 1990, o governo brasileiro começou a colocar em prática algumas operações na Tríplice Fronteira, mas foi nos anos 2000 que as políticas de controle se intensificaram e foram direcionadas, especificamente, contra o circuito sacoleiro. A primeira delas foi iniciada pela Polícia Federal e levou o nome de “Operação Sucuri” (2003), que tinha a finalidade de combater um esquema de contrabando e descaminho na fronteira Brasil-Paraguai.

A Receita Federal realizou, pela primeira vez, a operação “Cataratas” (2004), que fazia um trabalho sistemático para acabar com o contrabando e o descaminho com o intuito impedir a entrada de mercadorias falsificadas no mercado brasileiro. Essa operação desenvolveu um conjunto de estratégias para romper com o contrabando, dentre elas a fiscalização dos hotéis próximos à fronteira com o Paraguai, a interceptação de comboios de ônibus de sacoleiros e o cadastramento de laranjas³⁵ que passavam pela aduana brasileira. Além disso, uma quantidade maior de agentes passou a fiscalizar, de forma mais intensiva, as regiões da Ponte da Amizade (CARDIN, 2011).

O controle na fronteira não começou nos anos 2000. O Estado brasileiro sempre exerceu certo controle em Foz do Iguaçu, mas não de forma tão intensa como a partir desse momento. As iniciativas de combate ao contrabando ocorreram, por parte do Estado, desde o início da configuração territorial da Tríplice Fronteira. Mas, algumas iniciativas específicas ocorreram na década de 1970 com a compra de um aparelho sofisticado pela Receita Federal e com o aumento do efetivo policial, de oito para 32 Policiais Militares. Naquele período ocorreu a construção de um aquartelamento definitivo para atender às necessidades de segurança da cidade, com um contingente que chegou a 100 homens (CATTÁ, 2003).

O circuito sacoleiro não é composto somente por laranjas e sacoleiros³⁶, mas revela uma rede de relações complexas que vai desde os trabalhadores na

³⁵ “Laranja” é o nome atribuído ao trabalhador contratado informalmente para transportar uma quantia de mercadorias conhecida como “cota”. Esse serviço auxiliava os sacoleiros na travessia dos produtos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Receita Federal e da Polícia Federal (CARDIN, 2012).

³⁶ “Sacoleiro” é o trabalhador responsável pela intermediação das relações comerciais entre os empresários paraguaios e os pontos de venda e distribuição das mercadorias para o território brasileiro. Ele é o atravessador e o distribuidor dos inúmeros produtos adquiridos

Ponte da Amizade, como os cigarreiros³⁷, os barqueiros³⁸, os moto-taxistas, aos guias de compras, aos lojistas paraguaios, aos *mesiteros*³⁹ e aos vários outros setores e trabalhadores, até a rede de hotéis e de restaurantes brasileiros, conforme descrito nos vários estudos de Eric Cardin.

Com a fiscalização mais rígida da Receita Federal, os setores envolvidos com o circuito sacoleiro sentiram os impactos dessa política de controle. As ações da Receita Federal retraíram a estrutura de funcionamento do circuito sacoleiro e promoveram mudanças na forma de trabalho ao dificultar a manutenção de vários estabelecimentos comerciais no lado brasileiro e de todo o comércio paraguaio localizado no *microcentro* de Ciudad del Este. Os pequenos empreendimentos do lado brasileiro, como os inúmeros hotéis e restaurantes próximos da Ponte da Amizade, sentiram os impactos, porque, além de cumprirem suas funções, serviam como depósitos para estocagem de mercadorias – o que acabou coibindo (CARDIN, 2010b).

O setor hoteleiro teve o pico de desenvolvimento na década de 1990, desenvolvimento promovido pelo aumento na quantidade de sacoleiros e de laranjas que trabalhavam na região fronteira. Muitos hotéis e pousadas serviram exclusivamente como locais de estocagem de mercadorias oriundas do Paraguai, porque os trabalhadores conseguiam atravessar poucas mercadorias de uma única vez pela Ponte da Amizade. Muitos desses trabalhadores informais alugavam quartos nos hotéis próximos da fronteira para alojar os produtos comprados até atingirem as metas estabelecidas e levá-las ao destino final (CARDIN, 2010b).

Pinheiro-Machado (2004), desenvolveu sua dissertação justamente no período em que o circuito sacoleiro começava a sentir os primeiros ataques mais intensos dessa política de controle. Em seus relatos, o primeiro impacto sentido foi o esvaziamento de hotéis, restaurantes e demais estruturas que serviam esse público do “turismo de compras”. Somado a isso, Foz do Iguaçu carregava no período a cifra

no mercado paraguaio vendidos no Brasil, atuando de forma autônoma ou para um patrão (CARDIN, 2012).

³⁷ “Cigarrero” é o trabalhador responsável pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade (CARDIN, 2012).

³⁸ “Barqueiro” é o trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias, com barco, pelo rio Paraná (CARDIN, 2012).

³⁹ “Mesitero” é uma espécie de camelô, com barracas sem alvará, que atua no meio das ruas do *microcentro* de Ciudad del Este (RABOSSI, 2011).

de 40,23% da população economicamente ativa envolvida com o trabalho informal promovido consideravelmente por esse circuito (CARDIN, 2009).

Por outro lado, a operação “Foz Segura” (2004), promovida pelo governo do estado do Paraná, intensificou o controle na fronteira com mais equipamentos e efetivos policiais. Na percepção dos policiais brasileiros, essa operação foi uma das responsáveis pela diminuição das mortes violentas em Foz do Iguaçu por reduzir a impunidade:

Ocorreu a redução das mortes quando a polícia militar e a polícia civil montaram a operação Foz Segura, porque veio muito policial de fora. Eu acredito que a redução da criminalidade se deu devido à probabilidade da pessoa pagar por aquilo que fez. Nessa época, o pessoal matava e a polícia não descobria quem era o culpado, não imputava nenhuma responsabilidade, por isso eu acredito que a criminalidade cresceu. Eu lembro da declaração do Delegado Macorin que, naquela época, apenas 11% dos crimes eram elucidados. Quando um cara matava ele sabia que não seria responsabilizado, mas quando começou a Foz Segura, o cara via a polícia e já desviava. Se eles virem uma pequena chance de serem pegos, eles abandonam a ideia. (POLICIAL BR 1).

Essas políticas geraram consequências para o local, especialmente no setor econômico e no setor de segurança pública. Em termos econômicos, fertilizaram outras atividades juridicamente consideradas ilícitas sem acabar imediatamente com o contrabando e com as ocupações vinculadas a ele. Cardin (2011), relata as transformações ocorridas dentro do circuito sacoleiro após a implantação das políticas de controle nos anos 2000, como exemplo o desaparecimento do cigarreiro, comum na década de 1990.

O controle praticamente extinguiu essa prática, mas fortaleceu outras, como a dos barqueiros e a dos laranjas: “[...] constata-se que as mudanças nas políticas e nas práticas de fiscalização impostas pela Receita Federal nos últimos anos não conseguiram extinguir de forma imediata o contrabando e, muito menos, alterar a conjuntura da fronteira na totalidade de suas relações [...]” (CARDIN, 2011, p. 127). Isso porque: “[...] a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes [...]” (CARDIN, 2011, p. 129). Nesse mesmo sentido, Cardin argumenta:

[...] o estabelecimento de políticas de fiscalização mais rígidas não elimina os aspectos que fazem o mercado paraguaio ser uma

interessante fonte de renda e sobrevivência. Dessa forma, enquanto houver as discrepâncias tributárias entre as mercadorias negociadas no Brasil e no Paraguai, sempre existirão sujeitos sociais organizando estratégias para se beneficiarem das vantagens existentes no contrabando, mesmo que para isso haja alguns riscos. No entanto, limitar o comportamento dos trabalhadores a uma reação espontânea à conjuntura política econômica dos países, ou o cotidiano deles a uma simples esfera de reprodução restringe a construção de análises mais abrangentes que envolvam uma compreensão do funcionamento do sistema sociometabólico e das potencialidades dos homens e mulheres trabalhadoras. (CARDIN, 2011, p. 129-130).

Por mais que se intensifique o controle na fronteira, a repressão não será totalmente eficiente porque o que atrai as pessoas para esses lugares é a variação cambial. Por isso, a linha delimitadora dos Estados não interrompe as práticas do local, pois: “[...] antes das leis serem aplicadas, os diferentes ‘circuitos’ que exploram as diferenças fronteiriças já existiam de maneira arraigada nas tradições locais [...]” (CARDIN, 2012, p. 233).

Embora o controle tenha sido intensificado em relação a algumas práticas de trabalho, o contrabando e o descaminho não foram extintos. Os sentidos e as funções de antigas práticas – como aquelas desempenhadas por barqueiros, que diariamente navegavam pelo rio Paraná transportando agrotóxico, armas e drogas – passaram a ser utilizados para o transporte de outros tipos de produtos, agora também os lícitos. Dessa forma, o controle policial fez com que antigas formas de trabalho fossem reorganizadas.

Ocorreu uma série de outros reordenamentos que continuam em constante ressignificação e mudança de práticas, em especial porque o transporte por via terrestre foi cada vez mais controlado, forçando a elaboração de novas estratégias para minimizar o risco de perder as mercadorias contrabandeadas: “[...] como a pulverização do transporte em carros de passeio, a utilização de pessoas com passe livre nas empresas de ônibus comerciais para o transporte das compras, a utilização dos serviços de transportadoras e, até mesmo, dos correios [...]” (CARDIN, 2011, p. 131). Cardin acrescenta que:

As mudanças nos processos de fiscalização são acompanhadas de transformações e novas adaptações na logística empregada pelos trabalhadores na compra, no transporte e na revenda das mercadorias disponibilizadas em Ciudad del Este. Assim, embora o desenvolvimento regional busque afastar ou neutralizar a importância

de tais práticas na economia local, elas continuam presentes, um exemplo disso é o fortalecimento dos portos clandestinos existentes no rio Paraná ao longo da última década. Os conflitos entre os esforços na definição de uma vocação econômica para a região das três fronteiras, e a permanência/resistência do “circuito” são mantidos. Neste contexto, **o processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas, também se torna constante.** (CARDIN, 2012, p. 224, grifo nosso).

Conforme apontado pelo autor, foi nesse período que começou a geração de um discurso oficial que misturava e interligava as mercadorias lícitas – como roupas, bebidas, eletroeletrônicos, assim como cigarros e pneus – com as práticas consideradas ilegais, como o tráfico de armas e de drogas. Por isso a criação de discursos cada vez mais recorrentes que aproximam esses trabalhadores da condição de traficantes e terroristas⁴⁰.

Isso ocorreu porque a organização do comércio e da logística do circuito sacoleiro possui pontos em comum com a logística do tráfico e do contrabando. Um exemplo é o caso dos freteiros contratados para transportar as compras para o Brasil. Esses freteiros podem transportar pequenas compras para os turistas ou grandes quantidades para os “compristas” do circuito sacoleiro. Neste caso, a diferença entre a prática legal e a ilegal é a quantidade de produtos. Por outro lado, a relação entre o circuito sacoleiro e o tráfico de armas e de drogas é mais delicada, pois existe semelhança na organização das atividades, porque geralmente ocupam os mesmos espaços e os mesmos mecanismos de transporte (CARDIN, 2012).

Um dos policiais brasileiros relata essa variação das práticas no mesmo espaço, mas em períodos do dia diferentes. Durante o dia passam mercadorias lícitas consideradas contrabando ou descaminho pela jurisdição e durante a noite a passagem é de mercadorias ilegais tipificadas como tráfico: “Durante o dia o porto [clandestino] passa mercadorias como o contrabando e o descaminho que é roupa, cigarro, brinquedo, mas à noite isso muda, porque à noite passa as drogas” (POLICIAL BR 2). As práticas acabam sendo confundidas e condenadas por serem vinculadas, independentemente do tipo de mercadoria. Por isso: “[...] atividades juridicamente distintas acabam sendo equiparadas na cotidianidade pela mídia e

⁴⁰ A Tríplice Fronteira é acusada pelo governo da Argentina e dos EUA de abrigar células terroristas. Essa acusação ocorre desde 1992 e se intensificou após o atentado ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001.

pela forma de combate exercida pela Receita e Polícia Federal.” (CARDIN, 2012, p. 215). Assim:

O aprofundamento do **processo de criminalização do “circuito sacoleiro”**, durante os primeiros anos do século XXI, definiu com mais clareza as posições existentes. A suposta ilegalidade da atividade, vinculada e divulgada como contrabando, misturada com preconceitos derivados das proximidades com as rotas de tráfico e exorcizada como fonte de sustentação de terrorismo internacional, **estigmatizou trabalhadores e forneceu argumentos para a perseguição**. Práticas antes aceitas pela maioria da população da fronteira começam a ser questionadas [...] (CARDIN, 2012, p. 223, grifo nosso).

A organização do circuito sacoleiro não depende exclusivamente das condições do mercado de trabalho brasileiro, nem das demandas do comércio e do perfil do consumo. Os níveis de expansão do capital e da presença do Estado são importantes para entender a configuração desse circuito, porque os portos que começaram a serem usados intensamente nos últimos dez anos: “[...] corresponden al reaprovechamiento de una estructura ya existente, y también al uso estratégico de deficiências de control estatal, que se dejan y amplían conforme se presenta la actuación de los aparatos del Estado.” (CARDIN, 2013b, p. 106).

As práticas desses trabalhadores envolvidos com o “circuito sacoleiro” não são estáveis ou perenes, mas constantemente modificadas. Uma razão dessa mudança pode ser atribuída à necessidade de melhorar a sua eficácia e, a outra, para driblar as transformações econômicas e políticas geradas com as questões tributárias e aduaneiras (CARDIN, 2012). Na fala de um dos jornalistas entrevistados percebe-se a modificação e a migração das práticas ilícitas na fronteira com a sua reorganização e profissionalização: “O contrabando se profissionalizou: quando a Polícia Federal descobre uma quadrilha de contrabandistas é porque já movimentaram milhões, mas é um grupo fechado, profissional” (JORNALISTA BR 1). O mesmo jornalista explica as mudanças por que o setor passou durante os últimos anos:

Antigamente as pessoas usavam os carros próprios para passar o contrabando, mas depois começaram a perder os carros para a Receita Federal. Depois começaram os comboios de ônibus, eram comboios gigantes 200, 300, 400 ônibus por final de semana e a Receita começou a apreender esses ônibus. Como o controle foi intensificado, os contrabandistas começaram a comprar carros

velhos, mas a polícia vinha e ficava com o carro. Como ele não transferia para o nome dele, quando perdia a mercadoria, era o proprietário antigo que tinha que se justificar. No outro processo, os contrabandistas começaram a pegar carro financiado em nome de “laranjas” e aí só davam uma entrada e não pagavam mais as prestações. Era só “bate e volta” daqui pra São Paulo duas, três vezes por semana, até o carro cair. Quando caía, quem tinha o carro no nome que se virasse. Depois desse processo, os bancos endureceram, porque começaram a perder muito dinheiro. Agora entrou o crime organizado, que utiliza veículos roubados nos grandes centros, veículos com motores acima de 2.0, veículos de luxo. Aí quando a polícia rodoviária ou qualquer outro órgão de segurança vai fazer a abordagem, eles não param. Nisso ele coloca em risco os policiais e os demais motoristas que estão circulando na BR 277, porque entram na contramão, em alta velocidade. (JORNALISTA BR 1).

A fala do jornalista brasileiro possui semelhança com a pesquisa realizada por Ferrell (2003), na fronteira dos EUA com o México. A pesquisa mostrou que usuários de drogas e traficantes colocam em perigo o público quando a polícia os está perseguindo em alta velocidade e não em outras ocasiões. Os acidentes rodoviários geraram mais mortes no México do que todas as drogas ilegais juntas, o que torna a “guerra às drogas” mais perigosa que a própria droga.

Na fronteira paranaense, os cigarros, os pneus e os aparelhos eletroeletrônicos matam em função da “guerra aos mercados ilícitos”, que não se limita a “guerra às drogas”, mas a guerra promovida pelo Estado que criminaliza determinadas práticas na fronteira. Embora algumas mercadorias sejam lícitas, como pneus e cigarros, a lei brasileira não permite o consumo desses produtos transportados do Paraguai sem passar pelo controle aduaneiro. Por isso os tipifica como contrabando.

Em 2014, a Lei Federal nº 13.008, alterou as disposições do crime de contrabando e de descaminho, diferenciando-os e punindo-os de maneiras distintas. As condutas de contrabando e descaminho eram apenas de forma igual com reclusão de um a quatro anos. Com a alteração da lei, o legislador manteve o mesmo apenamento para o crime de descaminho, mas, para o crime de contrabando, a pena foi aumentada para reclusão de dois a cinco anos.

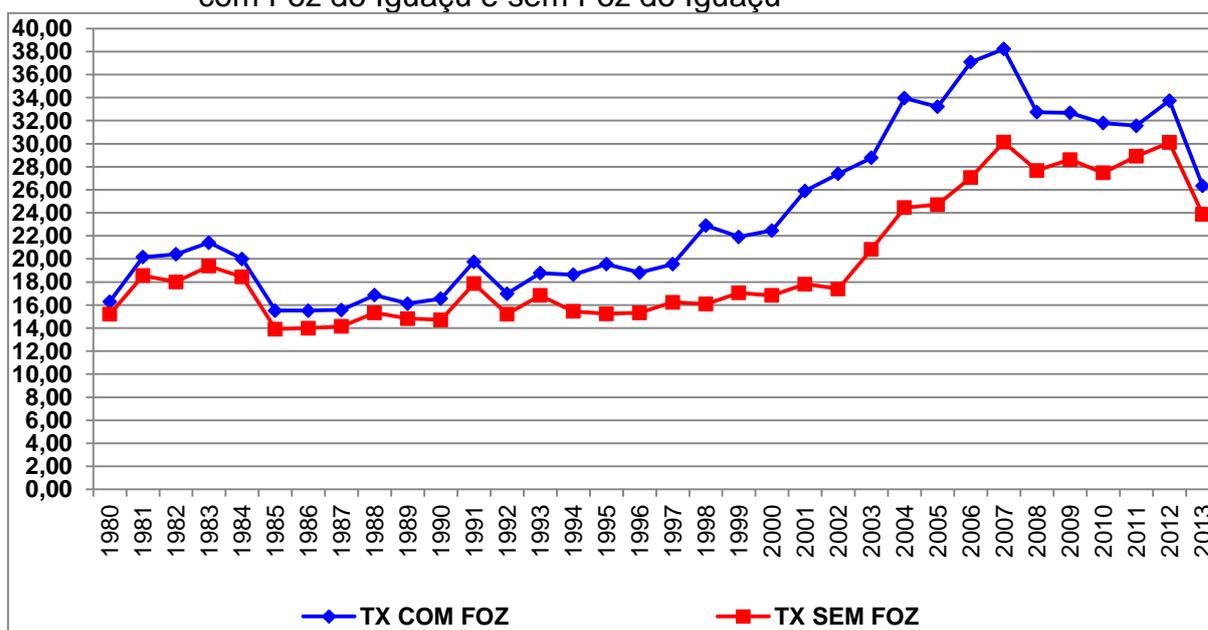
Todo esse processo contribuiu com a mudança no comportamento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu e na faixa de fronteira paranaense. Para Cardin (2013a, p. 177), o período de crescimento das mortes violentas em Foz do Iguaçu correspondeu: “[...] ao momento de mudança nas formas de atuação e de combate

ao contrabando e descaminho por parte dos Aparelhos do Estado [...] exigindo uma rápida readequação dos grupos à nova realidade, respingando nos índices de violência da região [...]”.

Ao contrário do que Cardin aponta, o período de crescimento das taxas de Foz do Iguaçu é anterior à intensificação das políticas de repressão das forças policiares. O período de crescimento das taxas de Foz do Iguaçu coincide com as políticas de remoção, promovida pelo governo municipal, com o Projeto “Beira Rio”, que ocorreu a partir da década de 1990. A intensificação das políticas de controle dos governos estadual e federal ocorreu a partir do ano 2003, período em que as taxas de Foz do Iguaçu já haviam atingido 100 mortes por 100 mil habitantes. Essas taxas elevadas permaneceram por mais três anos, quando começam a cair significativamente. Por outro lado, foi a partir de 2003 que as taxas de letalidades na faixa de fronteira do Paraná praticamente dobraram. Em um período de cinco anos (2003-2007) saltaram de 17 para 30 e permaneceram elevadas.

Para rememorarmos essa mudança de comportamento das taxas de letalidades, a Figura 19 retoma o gráfico que expressa esse movimento, com os 139 municípios da faixa de fronteira paranaense (*linha azul*), e com os mesmos municípios da faixa de fronteira, mas sem as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu (*linha vermelha*):

Figura 19 – Comparativo das taxas de letalidades da faixa de fronteira paranaense com Foz do Iguaçu e sem Foz do Iguaçu



Fonte: (DATASUS, 2016).

As duas linhas da série histórica possuem comportamento semelhante até o ano de 1993. Entre 1993 e 2007 o comportamento das linhas se diferenciou. Enquanto entre 1993 e 2002 as taxas representadas pela *linha vermelha* permaneceram constantes, nesse mesmo período as taxas representadas pela *linha azul* – que considera as taxas de Foz do Iguaçu – subiram constantemente.

O comportamento da *linha azul* pode ser relacionado à primeira política de controle aplicada em Foz do Iguaçu: o Projeto “Beira Rio”, que contribuiu com o aumento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, como discutido no item 4.2.1. A mudança de comportamento da linha vermelha entre os anos 2003 e 2007 – que não considera as taxas de Foz do Iguaçu – pode ser atribuída à segunda fase das políticas de controle aplicadas em Foz do Iguaçu, que contribuiu com a difusão das mortes na faixa de fronteira paranaense.

Com o gráfico podemos afirmar que ocorreu um processo mais complexo que a migração do crime, como é a explicação recorrente. As mortes não diminuíram em Foz do Iguaçu de forma proporcional ao aumento das taxas em outros municípios fronteiriços, mas ocorreu um significativo aumento dessas taxas no espaço, em um processo de difusão da violência que não se limitou ao lado brasileiro.

Por outro lado, é preciso concordar com Cardin (2013a), quando atribui à migração dos grupos que atuavam no circuito sacoleiro e no circuito vinculado ao narcotráfico, para outros municípios fronteiriços. Os entrevistados dessa tese também comentam que ocorreu um processo de mudança do lugar das práticas e dos tipos de práticas, além de terem sido intensificadas. Um dos *rappers* comenta que as práticas mudaram de Foz do Iguaçu para a região de Guaíra:

Migrou principalmente para Guaíra, Salto del Guairá, aqueles lados ali. O povo foi pra lá porque a fiscalização não era muito grande. Pra você ver, de Mundo Novo pra Guaíra não tem essa Polícia Rodoviária como nós temos, essa Receita Federal como nós temos, tanto que eu conheço Guaíra e conheço algumas barrancas e lá o fluxo continua normalmente, porque atravessam barcos e mais barcos de mercadorias, de droga e de tudo. E, por mais que tenha dado uma reduzida nos números de mercadorias contrabandeadas por aqui, o comércio continuou. (RAPPER BR 2).

As práticas do tráfico e do contrabando se difundiram na fronteira em função do forte controle policial que se tornou inibidora no local em que atua. A fala do *Rapper 2* se encontra com a fala dos policiais e dos jornalistas, como, por exemplo:

O aparecimento de várias operações e de várias polícias fez um cerco em Foz do Iguaçu com as operações da Receita, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária, da Polícia Civil e da Guarda Municipal. Como esse povo atuava nos portos, fez com que eles se mudassem para outros lados das cidades lindeiras⁴¹, como Santa Terezinha, Santa Helena, Missal, Itaipulândia e Guaira. Então, eles foram se ramificando para aqueles lados e criando esses portos que eram fortes aqui, isso porque é mais fácil eles trabalhar lá do que trabalhar aqui com várias operações. (POLICIAL BR 2).

Na fala do entrevistado, o intenso controle policial em Foz do Iguaçu inibiu as práticas ilícitas no município, mas elas se disseminaram ao longo do lado de Itaipu. Além disso, na fala do outro policial, a intensificação do controle foi um dos principais responsáveis por retrain as mortes violentas em Foz do Iguaçu e aumentar nos municípios vizinhos: “Na época que teve esse grande arrocho aqui, realmente teve aumento das mortes em São Miguel [do Iguaçu], ali pro lado de Itaipulândia, Santa Terezinha. Deu um acréscimozinho no crime por ali” (POLICIAL BR 1). Outro policial também reforçou esse argumento:

Quando sai alguma operação em Foz, as mortes diminuem bastante. As mortes caem porque eles ficam meio acuados, mas eles vão praticar nas outras cidades lindeiras. Aqui, quando tem operação, já de cara tem a Polícia Federal, a Receita e a Rodoviária Federal. Quando eles começam a fazer as operações, a gente intensifica o policiamento na cidade, porque a gente já sabe que os “mulas”⁴², os “formiguinhas”⁴³ que puxam as caixas, eles não vão trabalhar nesses dias e como eles não vão conseguir levar a mercadoria, muitos acabam cometendo roubos. Então são feitas as operações lá na BR 277, no rio e também na cidade, principalmente na favela. (POLICIAL BR 2).

A presença da polícia é considerada um fator de inibição das mortes no local em que ela atua, mas também é considerada um fator de difusão de práticas ilícitas e da violência. A presença das forças policiais não solucionou o problema da violência e do tráfico na fronteira paranaense. A intensificação do controle a partir de

⁴¹ Termo usado para falar dos municípios que são banhados pelo lago de Itaipu.

⁴² Pessoa que transporta mercadorias ilícitas.

⁴³ Pessoa que transporta mercadorias ilícitas em pequenas quantidades.

2003 contribuiu com a diminuição das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu somente a partir de 2007, mas resultou na difusão e no aumento das práticas ilícitas e das letalidades nos municípios vizinhos desde 2003. Além disso, percebe-se a migração da tipicidade das práticas ilícitas que o controle provoca nos dias em que ocorrem as ações policiais. Conforme os entrevistados, muitas pessoas envolvidas com os mercados ilícitos transnacionais mudam de atividade, temporariamente, para cometer roubos ou pequenos furtos dentro da cidade.

Essas operações não foram capazes de fazer o efetivo combate a essas práticas ilícitas e às mortes violentas. Provocar a mudança de local de atuação dos sujeitos para operar em municípios vizinhos, em práticas também ilegais, não é solucionar o problema. O *Rapper 3* corrobora essa perspectiva e acrescenta que as operações policiais estimularam outra dinâmica das práticas ilícitas: o tráfico a varejo, nos municípios da faixa de fronteira:

A polícia não resolveu coisa alguma, as pessoas saíram de Foz para sobreviver. Porque por mais que você perde a mercadoria, você vai continuar com aquilo, porque por mais que você vai pra outra cidade, você vai ter que voltar ali pra pegar mercadoria, ou a droga, ou o que seja pra vender lá fora. Aí você cai num lugar como Toledo, aí você pensa: “Essa droga vai cair bem ali, tipo cocaína”. Como a pessoa já tem os contatos em Foz, ela liga: “Ô irmão e aí, ali o bagulho que rola é a cocaína, vamos começar a rodar?”. As pessoas até migram de Foz pra trabalhar no mercado formal, só que assim que eles ganham um dinheiro eles vazam pra Foz. Às vezes o cara vai pra outro município e consegue uns dois contos [dois mil reais] e aí pensa: “Ah! Com esses dois conto o que eu faço? Ah! Vou pra Foz e compro uns quilos de maconha, mando pra cima e fico *playboy*”. (RAPPER BR 3).

O *rapper* apresenta uma nova situação na mudança das práticas em função da intensificação do controle fronteiro: a entrada no mercado formal em municípios vizinhos localizados na faixa de fronteira, como exemplo o município de Toledo, para juntar dinheiro e iniciar o tráfico na cidade. Dessa forma, faz-se uma breve “pesquisa de mercado” e se constata o tipo de droga que tem mais saída; retorna para Foz do Iguaçu e adquire uma quantidade de droga com os contatos já existentes; volta para o município em que atua no mercado formal e começa a fazer a distribuição da droga no varejo.

Existem também outras situações que ocorreram após o aumento do controle ao circuito sacoleiro. Muitas pessoas que sobreviviam desse circuito

começaram a trabalhar nas agroindústrias da região, como na Lar, em Matelândia (100 km de Foz do Iguaçu) e na Frimesa, em Medianeira (60 km de Foz do Iguaçu). Essas cooperativas agroindustriais são especializadas em abate animal, aves e suínos, que são destinados para o mercado interno e externo, como relata o *Rapper 2*: “Hoje quem não foi embora consegue seus empregos na Lar e na Frimesa mesmo que passe a maior parte do tempo viajando. Muitos desses trabalhavam na Ponte da Amizade” (RAPPER BR 2).

Existe uma suspeita de que, em vez de fazer o movimento pendular de trabalho, esse processo de absorção de mão de obra fez com que muitas pessoas deixassem Foz do Iguaçu para morar perto dessas agroindústrias, mas em moradias construídas em terrenos com ocupações irregulares, aos arredores da Lar e da Frimesa. Em outras cidades ocorreu um processo de ocupação nos terrenos destinados para o programa “Minha Casa Minha Vida”, do governo federal, mas que não foram executados pelo governo municipal. Um exemplo dessa ocupação foi na cidade de Ramilândia, a 120 km de Foz do Iguaçu. Informo, no entanto, que essa afirmação é especulativa e precisa de pesquisas que fundamentem essas suspeitas.

Nesse sentido, Cardin afirma:

[...] a ação do governo fica concentrada na tentativa de disciplinar e controlar a fronteira, com investimentos na estrutura de fiscalização e nas operações especiais de combate ao contrabando, ao descaminho e à pirataria. O resultado tem sido um aumento no valor das apreensões, e um conjunto de rearticulações dos trabalhadores na tentativa de manter suas práticas. Por outro lado, fomentou uma mudança na paisagem da fronteira com a visível diminuição gradativa no número de pessoas e de veículos durante as duas últimas décadas. Mas tal colocação não significa que o capital e a quantidade de mercadoria que circulam na região tenham diminuído [...] (CARDIN, 2012, p. 225).

A política de controle ao circuito sacoleiro ocorreu exclusivamente em Foz do Iguaçu. As operações para toda a fronteira brasileira começaram somente a partir de 2011. O Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) nasceu com o propósito de reforçar a presença nos 16.880 km de fronteira terrestre do Brasil com os países vizinhos. A partir de junho de 2011, sob a coordenação do então vice-presidente da República, Michel Temer, o governo federal passou a integrar as ações dos diversos ministérios e os poderes públicos locais.

A Operação Ágata, conduzida pelo Ministério da Defesa, e a Operação Sentinela, pelo Ministério da Justiça, são os vértices do PEF para o combate à criminalidade na fronteira. Foram previstos dois grandes eixos de ações a partir do plano: o das ações emergenciais e o das ações estruturantes.

A Operação Ágata é uma operação permanente e faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do governo federal. A operação foi criada em 2011 para prevenir e reprimir a ação de criminosos na divisa do Brasil com os países sul-americanos. Os militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica realizam missões táticas destinadas a coibir delitos previstos na legislação brasileira, como narcotráfico, contrabando, descaminho, tráfico de armas, tráfico de munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegal. Além da Defesa, a operação envolve a participação de 12 ministérios e de 20 agências governamentais. O planejamento e a mobilização são feitos de forma integrada, com articulação contínua entre militares e agentes de segurança pública de todas as esferas, federal, estadual e municipal. Participaram: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Receita Federal e órgãos de segurança dos estados das regiões de fronteira (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2016).

A Operação Sentinela também faz parte do PEF e, assim como a operação Ágata, foi criada em 2011. A Operação Sentinela é coordenada pela Polícia Federal e formada pela Polícia Rodoviária Federal e pela Força Nacional de Segurança. A operação é voltada para a investigação de crimes transnacionais (PLANALTO, 2011).

Com o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras, o incentivo ao desenvolvimento regional através do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) foi substituído pelo combate à criminalidade como objetivo principal. Com isso caíram consideravelmente os investimentos ao PDFF destinados ao: “[...] combate às desigualdades regionais, ao fortalecimento do potencial de desenvolvimento dos municípios componentes da Faixa de Fronteira, e ao resgate da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade.” (GEMELLI, 2013, p. 126). Essa mudança de critérios gerou críticas ao governo federal porque: “[...] onde não há o incentivo ao desenvolvimento regional e à melhoria da renda da população, a atividade ilegal se fortalece, pois representa uma

renda extra para atender às necessidades que o Estado não supriu à população.” (GEMELLI, 2013, p. 126).

Esse comportamento do Estado brasileiro é semelhante ao que David Garland (2008), descreveu sobre os EUA e a Grã-Bretanha. Os recursos antes disponibilizados para habitação, saúde e educação passam a ser gastos com forças armadas, polícias e prisões em nome da “lei e ordem” ou da “segurança cidadã”, o que engendra uma relação entre políticas econômicas e políticas punitivas. Logicamente, esse processo descrito por Garland refere-se ao desmantelamento do Estado de bem-estar social, que nunca foi praticado no Brasil. Mas como as políticas repressivas foram espelhadas nesses países, o pouco que se tinha de “bem-estar social” no Brasil foi suprimido por penas mais enrijecidas e pela “criminalização da pobreza”.

Outro desdobramento do PEF foi o Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON) lançado pelo Ministério da Justiça em 2012. O ENAFRON tem por objetivo o enfrentamento aos ilícitos de fronteira por meio da intensificação do controle e da fiscalização nas fronteiras brasileiras. Para a realização do programa foram selecionados 178 municípios, dentre os 588 localizados na faixa de fronteira do Brasil, para receber apoio específico do governo federal (GEMELLI, 2013)⁴⁴.

No Paraná, a ação na fronteira foi empreendida por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SSP/PR) com a instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada na Fronteira (GGIs). O primeiro gabinete foi instalado em abril de 2011 no município de Foz do Iguaçu. Outros dois gabinetes estão previstos nos municípios de Barracão e de Guaíra, no Paraná. A instalação desses gabinetes busca, por meio da integração de ações de diversas forças de controle, garantir o combate ao tráfico de drogas, de armas, roubo de cargas, contrabando, lavagem de dinheiro e demais ilícitos na região de fronteira brasileira, no limite jurisdicional paranaense. Além disso, no final de 2011 o governo do estado do Paraná anunciou a criação do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar, com sede no município de Marechal Cândido Rondon, a 180 km de Foz do Iguaçu. A criação do Batalhão teve por objetivo levar segurança para os municípios da região de fronteira e combater a

⁴⁴ A pesquisa de que participei, sobre “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”, realizada em 2013, fez parte dos “Projetos e Ações” voltados aos entes federados do programa ENAFRON, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que pertence ao Ministério da Justiça.

entrada de armas e drogas (GEMELLI, 2013). Os GGIs de cada estado servem como interlocutores para o ENAFRON.

O Paraguai seguiu a perspectiva de controle brasileiro promovido pela Receita Federal e consolidou um movimento ligado ao discurso brasileiro sobre a imoralidade do circuito sacoleiro. O discurso foi produzido pelo secretário da *Federación de Trabajadores de la Vía Pública*, mesmo ciente de que grande parte das mercadorias negociadas pelos seus associados tinham o acesso proibido no Brasil:

[...] Segundo Alfredo Meza, secretário da federação, a entrada de produtos ilegais no Brasil precisa ser coibida, cabendo aos trabalhadores paraguaios se adaptarem à nova conjuntura de mercado. Tal posicionamento dialoga de modo produtivo com o discurso do prefeito do município, Javier Zacarias Irún, que coloca como meta para seu governo “formalizar e legalizar o comércio” da cidade, valorizando um “turismo de compras real e formal”, gerando consequentemente “empregos e impostos”. (A GAZETA DO IGUAÇU, 2 jul. 2004 apud CARDIN, 2007, p. 8).

Existia uma disputa interna no comércio do *microcentro* de Ciudad del Este que legitimava o discurso do controle na aduana brasileira. Essa disputa acontecia entre os lojistas e os comerciantes de rua, os ambulantes, os *mesiteros* e demais trabalhadores informais em função do crescimento desorganizado do comércio de rua, que se desenvolveu significativamente na década de 1990. Algumas estimativas apontavam o número de seis mil *mesiteros* em 1998, como da *Federación de Trabajadores de la Vía Pública* (CARDIN, 2007).

Os lojistas acusavam os comerciantes de rua de atrapalhar as vendas do comércio formal porque impediam a visibilidade das fachadas e dos produtos expostos nas vitrines ou dificultavam diretamente o acesso à loja. Por outro lado, os comerciantes informais reclamavam das péssimas condições de higiene das ruas e da falta de banheiros públicos. Em nome de melhorias para as práticas de trabalho nas ruas de Ciudad del Este foram, então: “[...] elaborados e estabelecidos diversos acordos e projetos entre a federação, a prefeitura e a Itaipu Binacional, sendo o mais representativo, devido ao montante de dinheiro envolvido, a reforma urbana do *microcentro* do município [...]” (CARDIN, 2007, p. 8). Essa reforma promoveu uma série de remoções de comerciantes de rua, no *microcentro* de Ciudad del Este.

Mais recentemente, o jornal “A Gazeta do Iguazu” retratou as mudanças e as reformulações que estão ocorrendo no *microcentro* de Ciudad del Este com a “Quarta Etapa”, que é um projeto urbanístico para a área central de Ciudad del Este. Nesse projeto ocorreram demolições de prédios antigos, reformas no asfalto e no calçamento. O discurso oficial prometia a melhoria no trânsito, a diminuição de engarrafamentos e a “humanização” do centro da cidade fronteiriça, além da tentativa de “reconversão” para reorientar a economia.

No “Diario Vanguardia” esse projeto urbanístico foi duramente criticado. Com o título “Reordenamiento”, o jornal acusou as autoridades municipais de promover uma falácia, pois a recuperação dos espaços públicos não passaria de meias verdades. Para o jornal, o “Reordenamiento” será na zona central e não nos espaços periféricos, que têm vários problemas estruturais:

La promocionada Cuarta Etapa que quieren imponer las autoridades municipales está disfrazada de una serie de falacias y medias verdades. Se habla de recuperación de espacios públicos y de reordenamiento de la ciudad, cuando está demostrado que con los anteriores planes ni se ordenó la ciudad ni se recuperaron los espacios públicos. Se quiere presentar la construcción de casillas de metal como un progreso para la ciudad, e inclusive se apela a sofismas que rayan la xenofobia con el argumento de que políticos de Asunción no quieren el desarrollo de Ciudad del Este. Si este supuesto afán de mejorar el ordenamiento urbano fuera motivado por una conciencia coherente con el bien común, no se explica cómo las autoridades mantienen la vista gorda ante cuestiones fundamentales que denigran la condición de seres humanos, como el calamitoso estado de las calles de los barrios céntricos y periféricos, así como los grandes basurales. La indigencia urbanizada de los más pobres entre los pobres, como son los indígenas, denota la incoherencia entre el discurso y la realidad [...] (DIARIO VANGUARDIA, 25 ago. 2014, p. 1).

Atrelado a todo um movimento de “reordenamiento”, as vendas em Ciudad del Este começaram a se retrair mais intensamente a partir do ano de 2011. Essa retração é atribuída, em grande medida, às políticas de controle do Brasil, à variação cambial e à desorganização da cidade, conforme a jornalista relata:

Os comerciantes tinham uma boa venda até 2011, mas nos anos de 2013 e 2014 sentiram a queda em torno de 30% nas vendas. A explicação para essa queda são as políticas de controle do Brasil, os preços pouco atrativos e competitivos e a desorganização da cidade. (JORNALISTA PY 2).

Essa queda brusca no comércio paraguaio evidencia as consequências que as políticas de controle do Brasil provocaram no lugar. O controle explícito na Ponte da Amizade provocou desajustes econômicos consideráveis ao comércio de Ciudad del Este e promoveu a migração de atuação econômica para as indústrias *maquiladoras*:

Eu creio que as pessoas daqui seguem dependendo do comércio. Mas existe uma grande quantidade de indústrias que se instalaram em Minga Guazú, em Ciudad del Este, em Hernandárias, que está absorvendo trabalhadores e movendo a economia. (JORNALISTA PY 2).

No Paraguai, está prevista a instalação de indústrias *maquiladoras*, com capacidade de gerar mais de dez mil postos de trabalho. Atualmente existem mais de 20 indústrias da *maquila* em Hernandárias, com capacidade de gerar 1.500 empregos. Essas indústrias estão amparadas pelo “Regime da *Maquila*”, regularizado no ano 2000. Esse regime permite às empresas importar matérias-primas, maquinários e insumos isentos de impostos e de outros encargos e amparados por lei trabalhista precária.

A indústria *maquiladora* foi considerada uma saída frente ao controle brasileiro e uma política de crescimento do governo de Horácio Cartes, que atraiu principalmente indústrias brasileiras. Em dois anos foram abertas 54 indústrias de *maquilaria* no Paraguai, sendo 48 brasileiras. Essas empresas, majoritariamente estrangeiras, destinam 90% da produção para o Mercosul e o restante para países como EUA, Tailândia, Indonésia e China (BAREIRO, 2015). O “canto da sereia” é dado pela existência de energia abundante e barata, carga tributária baixa e mão de obra disponível:

Atenção, investidores brasileiros! O Paraguai é a bola da vez. Uma missão formada por mais de 170 empresários brasileiros cansados da pesada carga tributária, dos encargos trabalhistas e da burocracia brasileira, desembarcam em Assunção para ver como funciona, na prática, o sistema paraguaio de “*maquila*” industrial e conhecer os incentivos. Saíram maravilhados. A carga tributária paraguaia é baixa; os encargos trabalhistas centenas de vezes menores e, na hora da exportação, o imposto pago pelo produto manufaturado é de 1%. Os empresários voltaram para o Brasil encantados com as vantagens competitivas do Paraguai com energia abundante e barata, carga tributária lá embaixo e mão de obra disponível [...] (A GAZETA DO IGUAÇU, 24 fev. 2014, p. A2).

As consequências das políticas de controle brasileiro foram drásticas no lado paraguaio. Em um primeiro momento (2003), as principais consequências do controle aos sacoleiros foi a constante retração do comércio no *microcentro* de Ciudad del Este. Essa retração gradativa chegou ao esvaziamento das lojas, das pessoas circulando nas ruas e na Ponte da Amizade. Certamente isso não foi mérito único e exclusivo dessas políticas, mas também consequência da variação cambial, com o dólar chegando a quase quatro reais e a reforma da Ponte da Amizade, que dificultou a circulação entre os países. Um dos efeitos últimos dessas políticas é a reestruturação industrial por meio da *maquilaria*, que explora a mão de obra pouco qualificada, reproduzindo a miséria social.

Por outro lado, a Argentina pouco sentiu as políticas de controle do Brasil. No lado argentino existe um aparato policial muito intenso e um controle migratório muito rígido. Conforme Dreyfus (2007), a cidade de Puerto Iguazú registra baixas taxas de delinquência e conta com forte presença de todos os organismos de segurança, como a Polícia Federal, a Guarda Costeira, o setor de inteligência, entre outros, como a Polícia Provincial de Misiones, a Polícia Federal, a *Germanderia*, que cuida da fronteira, e a Prefeitura Nacional, que cuida dos rios, a Polícia Portuária e dos Aeroportos. Todos esses órgãos mantêm ações permanentes.

Os argentinos dizem não saber e nem perceber as operações de fronteira do Brasil: “não se percebe aqui, a gente nem fica sabendo que está acontecendo” (JORNALISTA AR 3). E um jornalista acrescenta:

Não existem operações especiais de fronteira aqui na Argentina. O que existe são forças que trabalham constantemente combatendo o narcotráfico, mas são mais trabalhos de inteligência. A Tríplice Fronteira é vista como o lugar que começa o trânsito para o resto da Argentina, por isso seguem as pessoas e tentam descobrir qual é a rota que usam para disseminar a maconha, mas aqui não é uma região de consumo, aqui é uma região de trânsito, então não tem como se comparar com o Brasil. (JORNALISTA AR 1).

A presença do Estado não é equivalente na Tríplice Fronteira. O Brasil e a Argentina possuem um controle mais intenso do que o lado paraguaio. Mas o controle sobre as ilegalidades se vincula mais sobre a economia e sobre as práticas do que sobre o que as políticas de segurança nacional entendem como crime (CARDIN, 2013b).

Quanto mais se investiu em operações policiais e no controle da fronteira, mais as mortes aumentaram (a partir de 2003). A política de controle, enfatizada pela intensificação das operações policiais, gerou um efeito negativo para os municípios da fronteira paranaense. Isso nos permite afirmar que o aumento das mortes na fronteira paranaense foi provocado pelo controle e pela repressão policial. Certamente ocorreu uma retração dessas taxas, a partir de 2012, mas elas continuam em patamares elevados. Infelizmente, Wacquant e Garland já apontavam que os cortes financeiros dos programas sociais e universais, como educação e saúde, além de políticas que promovam o desenvolvimento regional, se contrastam com os investimentos maciços no sistema penal.

4.2.3 O Comportamento das Taxas de Letalidades em Foz do Iguaçu Após a Terceira Fase das Políticas de Controle

Como visto até o momento, ao longo da década de 2000 foram implementadas várias políticas de controle com forças de segurança sobre Foz do Iguaçu e, mais recentemente, sobre todo o território da faixa de fronteira brasileira, com as Operações Ágata e Sentinela. No momento, inicia-se uma terceira política de controle exclusivamente para a Tríplice Fronteira: o Projeto “Beira Foz”. Essa política integra os Ministérios da Defesa, do Turismo e do Meio Ambiente.

O “Beira Foz” tem apoio e participação do governo municipal, estadual e federal, além da participação de organizações locais, especialmente daquelas voltadas ao turismo e da Itaipu Binacional. O projeto está em discussão há quase uma década, sendo permeado por muita disputa entre os vários setores envolvidos. O “Beira Foz” foi projetado pela consultoria Arup, da Inglaterra, uma das maiores consultorias do mundo em projetos urbanísticos.

O projeto é estratégico para o desenvolvimento urbano e para a ocupação das margens do rio Paraná e do rio Iguaçu, que prevê investimentos públicos e privados. A área para o projeto abrange 600 hectares e prioriza a Avenida Beira Rio existente no trecho de seis quilômetros já pavimentados e a região do entorno da Ponte Internacional da Amizade, do Jardim Jupira e do Marco das Três Fronteiras, que é uma área especial de interesse turístico. O “Beira Foz” prevê a revitalização de 34 quilômetros entre a usina de Itaipu e o Parque Nacional do Iguaçu (PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU, 2015).

Conforme Ribeiro (2015), o Projeto “Beira Foz” voltou a ser pensado no final dos anos 2000. A partir desse momento, as forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu passaram a se articular de maneira efetiva ao repaginar o Projeto “Beira Rio” executado na década de 1990:

Esse projeto [“Beira Foz”] não foi efetivado no final da década de 1990, mas houve nesse período uma maior movimentação visando a retirada das comunidades ribeirinhas do centro urbano. Situação que ficou emperrada por quase uma década, aparentemente tal projeto havia sido “engavetado”. Mas, tais formulações voltaram com força no final dos anos 2000. Dentro dessa conjuntura ocorre a maior articulação política tecnocrática empresarial do município. Houve a associação entre executivos da Itaipu e empresariado local organizados na Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI), Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC), além de diversos representantes das universidades públicas e privadas do município, prefeitura municipal e dezenas de ONGs, OSCIPs e sindicatos patronais [...] (RIBEIRO, 2015, p. 231).

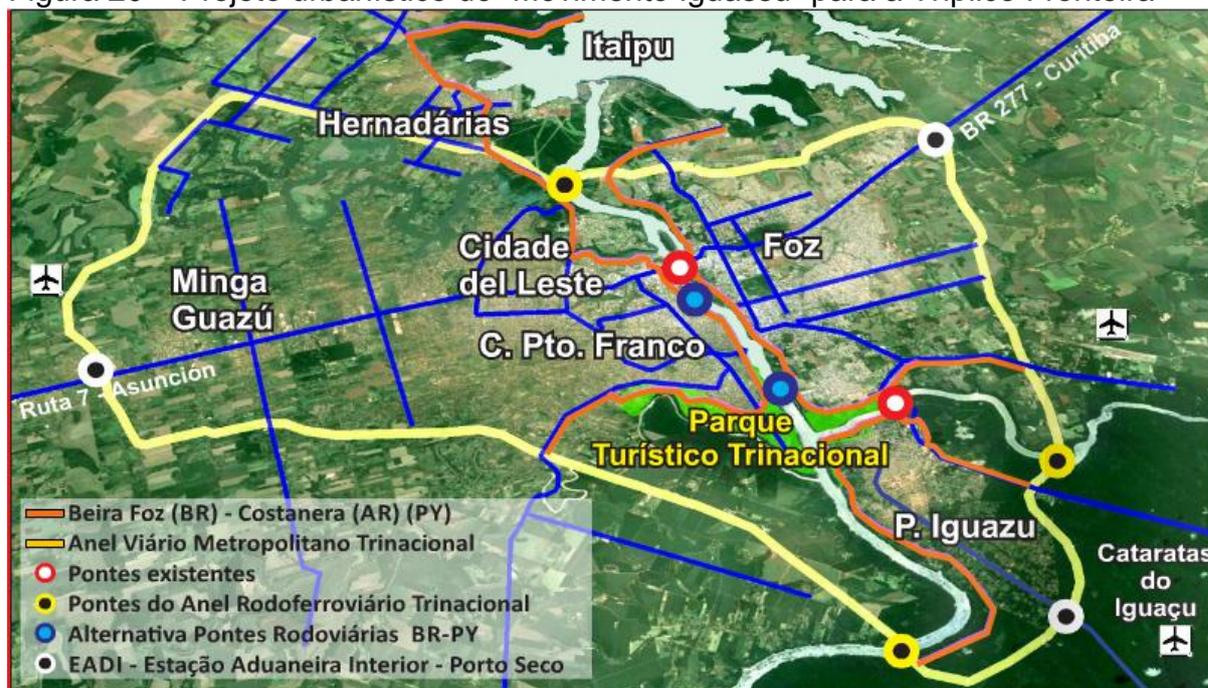
No dia 5 de fevereiro de 2014, o jornal “A Gazeta do Iguaçu” apresentou as diversas instituições envolvidas no Projeto “Beira Foz”, bem como a proposta ideológica do projeto, que é a mesma proposta de revitalização urbana nas beiras dos rios em várias cidades do mundo. Além disso, apresentou o caráter de segurança pública que envolve:

Segundo Piolla [superintendente de Comunicação da Itaipu e presidente do Fundo Iguaçu], a ideia é que, uma vez concluído, o Beira-Foz indique um novo zoneamento e uso de solo das áreas compreendidas pelo projeto, informações que deverão ser incorporadas pelo planejamento urbano do município. “Trata-se de um projeto local que tem implicações nacionais e internacionais, pois envolve segurança de fronteira. Mas é fundamental que o poder público municipal abrace esse projeto” [...] (A GAZETA DO IGUAÇU, 5 fev. 2014, p. A2).

O “Movimento Iguassu”, ligado ao setor do turismo e um dos setores envolvidos nesse projeto, pretendia que esse projeto fosse maior e mais ambicioso. O movimento desenvolveu o “Projeto Iguassu – Águas Grandes”, que incluía um Parque Turístico na Tríplice Fronteira e um Anel Viário Metropolitano Trinacional entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina como proposta para a integração da Tríplice Fronteira. Em uma das edições do jornal “A Gazeta do Iguaçu” foi anexado um folheto do movimento com a maquete desse projeto.

A maquete exposta na Figura 20 demonstra os interesses do setor turístico para a região. Os arquitetos responsáveis foram Nilson Rafagnin, que é ex-vereador de Foz do Iguaçu e ligado ao setor hoteleiro do município, e Mariam Damen, que é esposa de Nilson Rafagnin (MANIFESTO DO IGUASSU, 2014).

Figura 20 – Projeto urbanístico do “Movimento Iguassu” para a Tríplice Fronteira



Fonte: (MANIFESTO DO IGUASSU, mar. 2014, p. 2).

A maquete apresenta duas situações distintas, em que uma é retratada pela linha vermelha e revela o traçado do Projeto “Beira Foz”, no Brasil, e a projeção das avenidas costaneiras nos lados da Argentina e do Paraguai. A construção dessas avenidas tem finalidade turística e ambiental. No Brasil, crescem-se as questões de segurança nacional. O anel viário representado pela linha amarela contorna a área urbana dos três países. Sua finalidade é logística, por ser uma região estratégica economicamente.

A implementação de um projeto como esse envolve várias frentes de interesses. O projeto integra o governo federal (que é oficialmente o dono das margens dos rios Paraná e Iguaçu), a Itaipu Binacional e outros setores da elite local, bem como das várias partes interessadas no lado paraguaio e argentino. Como a sua execução é permeada por vários interesses e por vários setores envolvidos, a versão mais atualizada desse projeto tem configurações diferentes da maquete, pois a maquete ilustra a configuração do anel viário na Tríplice Fronteira

proposta pelo “Movimento Iguassu”. O projeto com proposta de integração trinacional foi descartado pelos três lados da fronteira. Até o momento, o Projeto “Beira Foz” não entrou em execução em Foz do Iguaçu, mas revela duas características principais: o envolvimento do setor privado no aspecto urbanístico e de segurança e defesa nacional.

Garland (2008), aponta esse processo como estratégia de parcerias preventivas, que é a ampliação do campo do controle do crime para além do Estado de justiça criminal. Essa estratégia envolve atores e agências da sociedade civil e permite que rotinas do controle: “[...] sejam organizadas e direcionadas ao largo das agências estatais. O controle do crime está se tornando responsabilidade não só dos especialistas da justiça criminal, mas de todo um conjunto de atores sociais e econômicos [...]” (GARLAND, 2008, p. 370). Isso promove o compartilhamento das responsabilidades, que inclui a sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas de segurança. A parceria público-privada fica evidenciada na fala do jornalista brasileiro:

Foz do Iguaçu assumiu verdadeiramente o turismo como vocação. Teve uma reunião com vários segmentos: o Fundo Iguaçu, a Tele Turismo, a Uniguaçu, a Associação de Guias, o Contur, que se uniram para desenvolver Foz do Iguaçu. O Fundo Iguaçu tinha a ideia de construir a “Beira Rio”, que é uma avenida que sai da Ponte da Amizade e hoje ela chega até próximo ao Centro. Agora eles ampliaram esse projeto da “Beira Rio” e criaram a “Beira Foz”, que é uma avenida que vai passar beirando o rio Paraná e o rio Iguaçu. Como a área próxima ao rio é federal, toda essa área o governo quer passar em comodato, ou vender, ou licitar para que empresas construam hotéis, parques temáticos, porque são regiões muito bonitas e se bem aproveitadas vai reduzir o uso dos rios como um local de contrabando. Hoje Foz do Iguaçu está virada de costas para os rios, a gente não os usa como deveria, porque quem usa os rios são os contrabandistas. (JORNALISTA BR 1).

Conforme Ribeiro (2015), existe um processo de reestruturação urbana desenvolvido desde a década de 1990 com a construção parcial da Avenida Beira Rio, em Foz do Iguaçu. Ocorre que a expansão e a infraestruturação dessa avenida significam a expulsão da classe subalterna dessas áreas, em um processo de *gentrificação* que expulsa a população mais pobre de regiões com valorização imobiliária. Além disso:

[...] São inúmeros discursos que valorizam essa “retirada” de moradores, seja por motivos de segurança, de desenvolvimento econômico ou de criação de empregos para os trabalhadores que serão deslocados. Justificativas que já foram reproduzidas na década de 1990 na construção do Cidade Nova. Portanto, se trata de um “novo” projeto urbano de um velho tempo, movimento que está totalmente reinscrito no processo histórico atual, visando a revalorização de algumas áreas subexploradas [...] (RIBEIRO, 2015, p. 230).

Os velhos projetos voltaram a configurar as políticas urbanísticas, mas incrementaram – oficialmente – o discurso do caráter de segurança nacional. O elemento segurança foi incrementado para reforçar o argumento das remoções de pessoas que vivem próximas às barrancas dos rios Paraná e Iguaçu e para legitimar o uso desse espaço para o setor privado, com interesses turísticos e econômicos. Esse, porém, não é o fim em si, como é possível verificar a fala do então presidente da Itaipu, Jorge Samek, ao jornal “A Gazeta do Iguaçu”:

Chegou o grande momento. A segunda ponte, todos esses contornos da segunda ponte, a ampliação das universidades, a UNILA, projetos de desenvolver as margens dos rios. A iniciativa privada já entrou. Vai ter o hotel padrão seis estrelas próximo do aeroporto [...] Tem o Beira-Foz (rio Paraná). Tudo que é lugar do mundo é valorizado perto do rio [...] Porém, nós toda vida viramos as costas para o rio, além de jogar porcaria, de não cuidar, de deixar de qualquer jeito, deixar invadir, virar local de contrabando, de descaminho e isso obviamente tem que mudar [...] [Entrevista com Jorge Samek – presidente da Itaipu]. (A GAZETA DO IGUAÇU, 15 set. 2014, p. A7).

A fala do então presidente da Itaipu revela o caráter idealista da narrativa, que toma como modelo de desenvolvimento as grandes cidades do mundo e mostra um discurso unificado para os grandes projetos em Foz do Iguaçu.

No começo de julho de 2014, a Justiça Federal determinou que o município de Foz do Iguaçu retirasse as famílias e destruísse os “barracos” das margens do rio Paraná no prazo de 14 meses. O prazo para o reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente (APP) foi de 38 meses. Conforme a determinação, em caso de descumprimento o município deveria pagar a multa no valor de R\$ 6.000,00 por mês.

Na mesma notícia, o jornal salienta que: “[...] O plano é uma revitalização total de toda a orla do rio, até o Porto Meira, para aproveitamento ao lazer, gastronomia e turismo.”. Na sequência enfatiza que: “[...] além da questão turística,

as autoridades pretendem melhorar a **segurança de fronteira** com a implantação de bases náuticas de vigilância, e urbanização, permitindo a movimentação dos órgãos de segurança e fiscalização [...]” (A GAZETA DO IGUAÇU, 5-6 jul. 2014, p. A6, grifo nosso).

A reportagem salienta que as áreas de ocupação são de preservação ambiental. Compans (2007), demonstra que ocorreu um deslocamento do tema do direito à cidade e da regularização e urbanização de favelas. Esse deslocamento ocorreu do campo da política habitacional para o campo da política ambiental provocados pelo processo de redemocratização da sociedade brasileira, que rejeitou a continuidade das políticas de remoções e deu lugar para as disputas em torno do controle e da ocupação das encostas.

Em nome de uma política ambiental, o governo passou a se amparar e a legitimar as ações de remoções no país porque: “[...] apesar do princípio da não remoção de favelas ter sido consagrado nas legislações urbanísticas elaboradas após a Constituição de 1988 [...] admite-se a exceção no caso de se encontrarem em ‘unidades de conservação ambiental’ ou ‘áreas de risco’ [...]” (COMPANS, 2007, p. 84). Assim, o discurso urbanístico voltado para a preservação ambiental e para a segurança nacional legitima e ampara legalmente as remoções das habitações nas encostas dos rios Paraná e Iguaçu.

Caso o Projeto “Beira Foz” seja efetivado, a construção da avenida luxuosa nas margens dos rios será acompanhada por grandes hotéis, condomínios, clubes e uma vasta área de serviços privados. Mesmo que ainda não tenha saído do papel, o projeto já beneficia a especulação imobiliária e evidencia as disputas por interesses entre as elites locais para decidir o “destino” mais lucrativo das margens do rio Paraná. Dessa forma, Ribeiro complementa:

[...] Tal projeto tende a afetar as favelas localizadas nos pontos que historicamente foram utilizados como fluxo do contrabando, por exemplo, na região do Porto Meira e hoje Vila Carimã, ambos próximos à fronteira da Argentina e da região do Jardim América e do Porto Belo, na fronteira com o Paraguai. Ficar próximo do rio ou a poucos metros do centro comercial garante um acesso facilitado às diferentes ocupações do circuito sacoleiro e também ao setor informal de maneira mais ampla [...] (RIBEIRO, 2015, p. 197).

Por outro lado, os moradores do Cidade Nova acreditam que, caso o projeto seja de fato executado, as consequências em relação às taxas de letalidades serão drásticas, conforme argumenta o *rapper*:

Se isso acontecer, vai ser a mesma coisa das outras vezes que houve remoções, porque o vizinho que você vai ter não será mais o mesmo vizinho que você tinha quando morava na favela. Você vai ficar misturado no meio do povo que você não conhece e aí todas as regras que foram criadas na favela acabam ficando sem referência... “E agora, quem vai protestar por nós?”. Até achar quem proteste acaba acontecendo muitas coisas, porque dentro da favela você tem a quem recorrer, mas nesses locais de remoções, até brotar um “cabeça” leva dois, três anos e durante esse tempo é guerra. Ali começa a disputa de quem vai ficar com que tipo de droga e aí até criar esse vínculo dentro da comunidade já morreram muitos. (RAPPER BR 2).

Mesmo com características diferentes das expostas na Figura 20, o Projeto “Beira Foz” e todo o plano turístico para o local tem custos econômicos e ambientais consideráveis, mas principalmente sociais. Os danos sociais estão relacionados às remoções maciças de moradores das beiras dos rios, revisitando um drama já vivido pelo município de Foz do Iguaçu, com o Projeto “Beira Rio”.

No lado paraguaio existe um plano de desenvolvimento urbanístico, mas que é encampado pela Itaipu Binacional e pelo governo municipal de Ciudad del Este⁴⁵. O “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Leste” leva a proposta de desenvolvimento econômico, ambiental e social. O Plano foi projetado por Cássio Taniguchi, ex-prefeito da cidade de Curitiba, Paraná, e o propósito é levar para Ciudad del Este o mesmo conceito de urbanização de Curitiba. O projeto foi financiado pela Itaipu Binacional em parceria com a prefeitura de Ciudad del Este: “El proyecto es impulsado por la Municipalidad local con el apoyo de empresarios del sector privado que costearán la elaboración del mismo.” (DIARIO VANGUARDIA, 12 out. 2014, p. 1). O plano foi pensado como uma forma de impulsionar a economia local, frente à crise do comprismo, sem qualquer propósito de segurança.

Ainda em relação ao Projeto “Beira Foz”, o governo argentino recusou a proposta do “Movimento Iguassu” por entender que a “Avenida Costaneira” já foi

⁴⁵ As discussões mais profundas sobre os projetos urbanísticos na Tríplice Fronteira estão em desenvolvimento, mas algumas pesquisas já foram divulgadas por Eric Cardin e Danilo Ribeiro.

concluída em Puerto Iguazú⁴⁶. De qualquer forma, as forças culturais dominantes brasileiras olham de forma muito positiva o projeto urbanístico que a Argentina desenvolveu e a apontam como um modelo a ser seguido pelo Brasil, mesmo com justificativas distintas. Na Argentina, a justificativa para construir a avenida foi ambiental e para promover o turismo.

Como visto, o Projeto “Beira Foz” tem uma proposta integrada entre turismo, justiça e meio ambiente via governo federal e setores econômicos locais. Certamente o foco desta tese não é a urbanização, mas não se pode ignorar que esse projeto monumental tenta transplantar um caráter de segurança nacional para ser legitimado. O que se pode esperar dele, caso seja executado, é que as taxas de letalidades certamente mudarão de comportamento: voltarão a subir caso se replique a forma de distribuição das casas e seguir a mesma lógica do Projeto “Beira Rio”.

4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE CONTROLE NA TRÍPLICE FRONTEIRA

O capítulo tem por objetivo analisar as políticas de controle implantadas na Tríplice Fronteira. A hipótese norteadora é a de que as representações sobre as letalidades pelas forças culturais dominantes do local seriam primordiais para a formulação dessas políticas. Também há o objetivo de entender as influências que essas políticas exerceram sobre o comportamento das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu.

Conforme Porto (2009), as representações auxiliam o direcionamento na formulação de políticas públicas, especialmente quando repetidas com exatidão nos noticiários de jornais e em conversas. Independentemente de serem falsas ou verdadeiras, por força da repetição tornam-se “verdades” e passam a fazer parte do imaginário popular. Com essas noções, os indivíduos buscam se situar no mundo, porque, uma vez constituídas como “verdades”, as representações informam condutas e comportamentos.

A partir dos resultados obtidos com a pesquisa é possível concluir que as políticas de controle foram criadas por duas forças culturais dominantes distintas:

⁴⁶ A Avenida Costaneira foi concluída em 2011 e abrange alguns quilômetros que beiram o rio Iguaçu.

uma local e outra estadual/nacional. Ou seja, somente parte dessas políticas foi influenciada pelas representações das forças culturais dominantes locais, enquanto que outras tiveram influência externa às representações locais, especialmente por ser a região uma área de fronteira internacional.

As políticas elaboradas pelas forças culturais do local foram de urbanização como os Projetos “Beira Rio” e “Beira Foz”, em Foz do Iguaçu; a “Avenida Costaneira”, em Puerto Iguazú; e as políticas de reestruturação do espaço urbano de Ciudad del Este como a reforma urbana e da Praça San Blas e, posteriormente, a revitalização de vários pontos da cidade denominadas “Etapas I, II, III e IV”. As políticas do lado paraguaio e do lado argentino não possuem qualquer motivador relacionado à segurança e é desconhecida qualquer influência sobre o comportamento das letalidades ou de outros tipos de violência no local.

As políticas de controle, que não foram elaboradas pelas forças culturais dominantes do local, foram: a intensificação do controle migratório e das forças policiais no lado argentino e o combate ao circuito sacoleiro no lado brasileiro (segunda fase das políticas de controle).

Quando cheguei nesse ponto, para encerrar o capítulo e relacionar com as conclusões obtidas no capítulo anterior, me deparei com o seguinte impasse: “-Se em Puerto Iguazú as questões de insegurança em relação às mortes violentas nunca haviam sido problemáticas, o que estaria por trás de tanto controle fronteiriço?” Nitidamente, as representações das forças culturais dominantes do lado argentino e as taxas de letalidades não condizem com as políticas de controle aplicadas ao local.

É de se recolocar a informação de que foi na década de 1990 que foram implantados ou intensificados todos os órgãos de segurança existentes na Argentina, em Puerto Iguazú, diferentemente do Brasil, que passou a fazer operações periódicas na fronteira a partir do início da década de 2000. A construção da “Avenida Costaneira” no lado argentino tem justificativa ambiental e não de segurança nacional, que é o que ocorre no lado brasileiro, para justificar os projetos “Beira Rio” e “Beira Foz”. Entendi então que, no caso de Puerto Iguazú, um local pacato, interiorano e proporcionalmente pequeno, com aproximadamente 42 mil habitantes, havia um exagero no controle diante dos problemas locais.

Por outro lado, ao analisar o conglomerado urbano de Ciudad del Este, essa mesma sensação de incômodo me foi tomada. Por mais que a representação sobre

as letalidades tenha sido problemática para esse local, o controle com forças policiais foi mínimo e não houve qualquer adição extra de políticas de controle!

Ao mesmo tempo, comparando os três locais, era de se perguntar: “-Qual seria o interesse das forças culturais brasileiras em combater o circuito sacoleiro, se ele gerava milhares de dólares ao município e até então não oferecia problema à ‘ordem pública’?” A elite local culpava os trabalhadores informais de promover a desordem dos espaços públicos, a sujeira e a bagunça na cidade, mas a representação sobre esses trabalhadores informais não havia sido construída, até 2003, pelo menos não completamente, como traficantes e/ou terroristas!

Outro fator que me deixou inquieta é que, desde as minhas primeiras idas à Foz do Iguaçu (desde 2004), eu percebia que o propósito do controle, das forças de segurança federais do Brasil, era a retração do comércio do *microcentro* de Ciudad del Este⁴⁷. Mas esse ataque ao comércio paraguaio não ocorreu, pelo menos naquele período, nem aos outros locais que também possuem comércios na fronteira, como em Salto del Guairá-PY/Guaíra-PR, em Pedro Juan Cabaleiro-PY/Ponta Porã-MS, Rivera-UR/Santana do Livramento-RS⁴⁸, entre outros. Esse controle estrito a Foz do Iguaçu evidencia o propósito exclusivo de controlar o comércio de Ciudad del Este.

A implantação das políticas de controle policial, no lado brasileiro e no lado argentino, foi por meio do governo federal, mas todo esse controle não foi por iniciativa desses dois países, apesar de a execução ser deles. A implantação dessas políticas foi uma imposição americana em função da acusação da Tríplice Fronteira abrigar células terroristas, o que deu início à “guerra ao terror” (AMARAL, 2008).

A Tríplice Fronteira começou a ser acusada de abrigar células terroristas por ter um considerável número de imigrantes e descendentes de árabes libaneses nessa região. Essa acusação começou em 1992, após os atentados à embaixada de Israel e, em 1994, após o atentado à Associação de Mutuales Israelitas em Buenos Aires, capital argentina. Na ocasião, os ataques foram atribuídos aos árabes que

⁴⁷ Em uma das vezes em que fui para Foz do Iguaçu para fazer a pesquisa de campo, um dos entrevistados me levou para ver uma das rotas do tráfico e do contrabando em Foz do Iguaçu. Ao chegar na barranca do rio Paraná, percebi que essas práticas ilegais ocorrem ao lado da Itaipu e aos olhos da polícia e das autoridades da cidade. Essas práticas são tão declaradas que existe “toque de recolher”, ou seja, das 22 horas em diante, somente pessoas que usam o rio para as práticas ilícitas é que podem transitar nele.

⁴⁸ Salto del Guairá e Pedro Juan Cabalero pertencem ao Paraguai e Rivera pertence ao Uruguai.

residiam na Tríplice Fronteira (RABOSSI, 2008). A partir desse momento o Brasil, a Argentina e o Paraguai passaram a sofrer pressões do governo americano para adotar medidas que neutralizassem eventuais ameaças terroristas. As medidas incluíam o aprimoramento do controle de estrangeiros e do envio de recursos financeiros ao exterior⁴⁹.

Essas medidas de controle eram mais simpatizadas no lado argentino, porque havia sofrido os ataques em Buenos Aires e por ter atribuído a culpa à comunidade árabe residente na Tríplice Fronteira. Diante da necessidade e da vontade de reforçar o controle no nordeste argentino, o governo intensificou o controle migratório e das forças já existentes, além de implantar outras forças que ainda não estavam instaladas no município sob a justificativa de prevenção de um terceiro atentado (AMARAL, 2008).

Conforme o Comandante Interino da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Paulo de Tarso Resende Paniago (2007), em 1999 o governo brasileiro criou a Agência para prevenir atos terroristas. Esse foi um dos principais dispositivos jurídicos brasileiros, ao lado da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, sobre terrorismo, que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). O Conselho dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou de ocultação de bens, de direitos e valores provenientes, direta ou indiretamente, de crimes como o terrorismo.

O Brasil não alterou a classificação de terroristas, os grupos organizados ou extremistas, mas a Colômbia passou a considerar como organizações terroristas os grupos guerrilheiros do país, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Essa classificação estava alinhada com a dos Estados Unidos (PANIAGO et al., 2007). Nesse sentido, Carneiro Filho (2013), afirma que a “guerra ao terror” estabelecida na Colômbia chegou ao Brasil pela Tríplice Fronteira.

Em 1998 foi firmado o “Plano de Seguridade para a Tríplice Fronteira”, que estabelecia uma comissão específica para a área: “De esta manera, el sustantivo propio Triple Frontera comienza a ser utilizado para referirse a la confluencia de esos límites internacionales de la mano de una cierta forma de retratar el área [...]” (MONTENEGRO, 2007, p. 2). Como afirma Béliveau (2011), a Tríplice Fronteira é

⁴⁹ Toda essa pressão americana e os encontros e discussões gerados entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, com os EUA, estão na dissertação de Arthur Bernardes do Amaral (2008): “A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos”.

um espaço transnacional resultante de uma construção política mediada do governo norte-americano e da imprensa da Argentina. Essas representações midiáticas foram intensificadas pela força de inteligência americana a partir de 2001, mas as acusações tiveram início em 1992. Após o atentado de 1994, a Tríplice Fronteira passou a ser recorrentemente acusada de abrigar ou financiar células terroristas. Essas acusações se intensificaram a partir de 2001:

Las notas sobre la TF [Tríplice Fronteira] difundidas en los diarios estadounidenses fueron escritas para una audiencia doméstica, en el marco del auge de noticiar los peligros a los que Estados Unidos estaría sometido luego del 11S. Una intencionalidad extra a la antes mencionada es difícil de fundamentar. No obstante, una vez en circulación, los efectos de esa visión generaron respuestas que, “democracia informacional” de por medio, fueron fuentes de elaboración de discursos interesados en develar lo que, como veremos posteriormente, tales actores llamaron el “verdadero interés estadounidense en la región”. (MONTENEGRO, 2007, p. 14).

Após o ataque ao *World Trade Center*, em Nova Iorque, e a tentativa de ataque ao Pentágono em Washington, no dia 11 de setembro de 2001 nos EUA, o Brasil, a Argentina e o Paraguai se comprometeram com o governo americano em combater o terrorismo porque foram acusados internacionalmente de abrigar células terroristas na Tríplice Fronteira. A imprensa internacional, especialmente a norte-americana, passou a representar as práticas do circuito sacoleiro e a comunidade árabe como terroristas. Essas representações ocorreram porque os árabes eram os principais comerciantes e donos das lojas em Ciudad del Este e seus produtos eram comercializados, principalmente, aos laranjas e aos sacoleiros do Brasil.

Todas as atividades desenvolvidas na Tríplice Fronteira e que eram consideradas problemáticas pelo governo norte-americano foram atribuídas à comunidade árabe. Essas atividades eram o tráfico de armas e de drogas, o contrabando, o roubo, a falsificação, a lavagem de dinheiro e de oferecer um campo de treinamento para o terrorismo. Para o governo norte-americano, todas essas atividades serviam para financiar o terrorismo mundial (AMARAL, 2008, MONTENEGRO, 2007, BÉLIVEAU, 2011). Conforme afirma Lynn:

El lavado del dinero, el narcotráfico, entre otras acciones delictivas, ahora estaban asociados con el terrorismo. A partir del 2001 y 2002 se afirmaba que las remesas que generaban estas acciones

delictivas eran para subvencionar los ataques del terrorismo. (LYNN, 2008, p. 68).

Na visão norte-americana, os grupos terroristas usavam essa zona protegidos pela ilegalidade e pela corrupção. As acusações confundiam as atividades do circuito sacoleiro com as atividades ilícitas, que não pertenciam a esse circuito. Conforme o Comandante Paniago (2007), a resposta da ABIN a essa ameaça foi a implementação de ações sistemáticas na Tríplice Fronteira e em São Paulo para acompanhar as atividades consideradas suspeitas:

Dessa forma, o Brasil vem criando condições para cumprir as recomendações contidas na Resolução nº 1.373, de 28 set. 2001, do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que inclui um conjunto de regras para o **controle de operações financeiras**, combate à **lavagem de dinheiro ligada ao financiamento do terrorismo**, **fiscalização das fronteiras** e certificação de segurança de portos e aeroportos. Ainda no âmbito dos instrumentos normativos da ONU e da Organização dos Estados Americanos (OEA), **o Brasil aderiu a todas as convenções sobre combate ao terrorismo**. (PANIAGO, 2007, p. 26, grifo nosso).

O governo de George Bush criou um mecanismo chamado Diálogo 3+1 sobre Contra-Terrorismo. Esse mecanismo promovia encontros periódicos entre os Estados Unidos, Brasil, Paraguai e Argentina para discutir a segurança e o controle das movimentações financeiras na Tríplice Fronteira (CARNEIRO FILHO, 2013). Assim se construiu um discurso e um ataque politizado para desconstruir a imagem da Tríplice Fronteira. Essa região foi convertida em uma metáfora de “zona de crises” e em um espaço imprevisível, de alto risco e por isso entrou na agenda de seguridade do “terrorismo global” (MONTENEGRO, 2007).

Como afirma Rabossi (2011, p. 101): “Os diagnósticos sobre a Tríplice Fronteira apresentam um espaço definido pela ilegalidade. Então, já que o problema é a ausência da lei, a solução é torná-la presente: levá-la, efetivá-la, reforçá-la.”. Foi dessa forma que o Brasil e a Argentina foram forçados a combater esse “antro” de criminalidade. O Paraguai também foi forçado a isso, porque Ciudad del Este era considerada o epicentro da criminalidade, mas nunca cumpriu os acordos.

As medidas adotadas para combater o terrorismo foram diferentes em cada país. A postura do Brasil foi desmistificar o perigo de células terroristas e de reforçar a segurança nessa área de fronteira. O país admitiu a existência do crime

organizado e demais ilicitudes, por isso endureceu o controle ao circuito sacoleiro e ao tráfico de drogas, com fiscalizações mais intensas da Receita Federal e de outros órgãos dos governos federal e estadual. Isso ocorreu como uma resposta ao governo norte-americano, que acusava esse setor de alimentar financeiramente o terrorismo com lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Esse processo aliou a “guerra ao terror” à “guerra às drogas” na fronteira brasileira.

A postura da Argentina foi intensificar o controle migratório e colocar todo tipo de polícia em Puerto Iguazú, com caráter permanente. A postura do Paraguai em 2005 foi permitir o ingresso de 500 fuzileiros navais dos EUA. O acordo entre os EUA e o Paraguai ocorreu de maneira oculta e como forma de retaliação ao país, por não ter colocado em prática qualquer política de controle em Ciudad del Este e suas adjacências. O propósito americano era que o Paraguai combatesse o comércio árabe, mas o país jamais promoveu qualquer política nesse sentido (LYNN, 2008)⁵⁰.

Apesar de afirmar que a acusação de terrorismo não passa de um mito, Lynn (2008) afirma que, para solucionar o problema dessas acusações, seria preciso implantar mecanismos de controle mais efetivos e uma nova agenda de seguridade para a região. Essa agenda deveria contribuir com a prevenção dos delitos que ocorrem na Tríplice Fronteira, porque seriam essas práticas que estariam ajudando a criar o mito do terrorismo no local. Ao contrário, porém, como demonstro na pesquisa desta tese, foi justamente o combate a esse setor que promoveu o espraiamento das práticas categorizadas como contrabando, descaminho e tráfico ao longo do lago de Itaipu e que estimulou o aumento das mortes violentas na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou seja, nós “resolvemos” um problema americano e criamos um problema para o Brasil.

O governo dos EUA criou um inimigo público para justificar as ações de controle no local. Certamente, muitas teorias conspiratórias se criaram a partir desse contexto, mas o que interessa para a tese é que a possibilidade de existirem células terroristas na Tríplice Fronteira, mesmo que refutada a sua existência, gerou consequências práticas para o local e ultrapassou uma invencionice midiática americana ao gerar políticas de controle.

⁵⁰ “[...] Debemos recordar que la base norteamericana de Mariscal Estigarribia en el Chaco Paraguayo fue creada por dictador Strossner y que existe cerca de Pedro Juan Caballero y Ponta Porá otra base que pasa por ser un centro de ayuda humanitaria [...]” (ABINZANO, 2013a, p. 14).

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu um conjunto de regras para combater o terrorismo, dentre elas o controle das operações financeiras e a fiscalização das fronteiras. Como a acusação que recaía sobre os árabes da Tríplice Fronteira era de financiar células terroristas, não surpreende que a política adotada pelo Brasil tenha sido a de atacar o comércio paraguaio e todo o circuito sacoleiro, ao qual pertenciam os comerciantes árabes com lojas de eletroeletrônicos, perfumes e roupas no *microcentro* de Ciudad del Este. Por isso volto a repetir a pergunta: “-Afinal, qual seria o interesse que as forças culturais dominantes do local teriam em acabar com algo que não oferecia perigo à ‘ordem pública’ e da qual eram diretamente beneficiárias?”

Ferrell, Hayward e Young (2008), já haviam dito que as trajetórias do significado do crime e da justiça criminal podem mudar de forma dramática. Os significados podem mudar para atender os novos senhores políticos, que criam uma nova “guerra”, não mais contra as drogas, mas contra o terror e por isso são criados novos estereótipos.

Dos três lados da fronteira, somente no Brasil a hipótese da pesquisa parcialmente se confirma. Ou seja, parte das políticas de controle foi criada a partir das representações das forças culturais dominantes do local sobre as letalidades. Em relação ao movimento global, as forças culturais dominantes dos EUA, com a representação distorcida sobre a Tríplice Fronteira, levou a “guerra ao terror” ao Brasil e ao Paraguai. A “guerra ao terror” já havia se iniciado em 1992 na Argentina. Assim, forças culturais exteriores e/ou globais criaram representações distorcidas sobre o local e obrigaram o Brasil a controlar esse pedaço de fronteira.

No lado paraguaio, a intensificação do controle brasileiro gerou consequências consideráveis no comércio local, mas também abriu um ciclo voltado para o turismo e para a indústria. As principais ações foram a reurbanização, o ordenamento desses espaços e o incentivo às indústrias da *maquila*. A reforma urbana, que atualmente não se restringe à Ciudad del Este, mas tem maior concentração nesse município, foi realizada para promover a imagem da cidade e desconstruir a imagem de país das ilegalidades, para além da transformação estética: “[...] Em outras palavras, a antiga Presidente Stroessner⁵¹, fundada para

⁵¹ O primeiro nome da atual Ciudad del Este foi Puerto Presidente Strossner, em homenagem ao ditador paraguaio que permaneceu na presidência do país entre os anos 1954 a 1989.

ser um importante polo turístico, lutou contra seus próprios fantasmas durante os últimos cinquenta anos [...]” (CARDIN, 2007, p. 10-11).

Essas reformas e reordenamentos espaciais promoveram a transformação da cidade: “[...] com a construção de barracas padronizadas para os *mesiteros*, de banheiros públicos, de fontes de água, de espaços para lazer e contemplação, de bancos, de calçadas para caminhadas, de iluminação para o funcionamento do comércio no período noturno [...]” (CARDIN, 2007, p. 11). Elas, no entanto, não solucionaram os problemas da cidade, especialmente porque a formatação da mão de obra paraguaia não atinge a todos os setores do comércio da cidade.

A política de controle das forças policiais impulsionou o controle da fronteira no lado brasileiro. Esse controle pode até servir de exemplo amplamente divulgado e vangloriado pela polícia e pelos jornalistas por ter “gerado” resultados imediatos na redução das taxas de letalidades do município de Foz do Iguaçu, no entanto a queda dessas taxas não pode ser analisada isoladamente, bem como seus “efeitos colaterais” precisam ser postos em um plano de análise.

Como visto, é comum atribuir à queda do número das mortes violentas às políticas de controle, mas em momento algum se atribui o aumento espraiado das mesmas taxas às políticas de controle. O aumento das taxas de letalidades foi influenciado, dentre outros fatores, pela execução do Projeto “Beira Rio” e a queda das taxas foi provocada pelo uso das forças de segurança no combate ao circuito sacoleiro e aos crimes de fronteira. Ocorreu, no entanto, que a segunda política de controle aplicada em Foz do Iguaçu contribuiu para a difusão das práticas ilícitas e da difusão das mortes violentas na faixa de fronteira paranaense – além de contribuir com mudanças consideráveis no lado paraguaio.

O uso das forças de segurança em Foz do Iguaçu não fez a contenção das mortes. As forças somente as contiveram naquele município por ter virado uma espécie de “ilha de segurança”. Isso quer dizer que, apesar de Foz do Iguaçu ter sentido positivamente os reflexos da diminuição das taxas de letalidades, elas não necessariamente diminuíram, mas sofreram um processo de difusão no espaço. Esse processo de difusão também foi sentido no lado paraguaio, isso combinado com um processo de retração do comércio de produtos importados.

Verificou-se, também, que as políticas de controle do Brasil contribuíram para “minar” o comércio de Ciudad del Este e, conseqüentemente, o comércio dos árabes, cuja economia do local era diretamente dependente desse setor econômico.

Essa perda significativa do comércio do *microcentro* de Ciudad del Este pode ter oferecido um espaço para a atuação de novas forças naquele lado relacionadas muito possivelmente ao narcotráfico. Mas isso pode vir a ser esclarecido por futuras pesquisas.

Como visto nos vários estudos de Cardin, o fato de as políticas de controle terem “minado” o comércio da/na Ponte da Amizade não significa que as práticas do transporte de mercadorias na fronteira tenham sido eliminadas, porque o controle mais intenso sobre a Ponte da Amizade refere-se mais a um “controle simbólico” das práticas na fronteira. Várias práticas foram praticamente extintas, como a dos cigarreiros, mas isso não significa que outras não tenham surgido ou que as mesmas tenham sido reinventadas.

Na análise de Cardin (2010a), a intensificação do controle dos órgãos de segurança com o combate sistemático ao tráfico e ao contrabando, por meio da fiscalização de hotéis-depósitos e a apreensão dos ônibus que transportavam as mercadorias contrabandeadas, provocou a migração de produtos, negócios e locais de trabalho dessa classe, cujas atividades na fronteira revelam seu *modus vivendi*.

A contradição entre o maior controle e o aumento das taxas de letalidades fez o Estado enrijecer ainda mais o controle, criando novas leis, que criminalizaram e puniram desproporcionalmente as práticas ilícitas. Essa forma de atuação do Estado brasileiro evidencia o que Loïc Wacquant denomina de “punição aos pobres”, com a criminalização constante de trabalhadores que vivem na informalidade.

Conforme Pinheiro-Machado (2004), o critério para determinar se a mercadoria é “legal” ou “ilegal” é determinado pelo mercado. Um exemplo disso pode ser a ilicitude atribuída para a compra de pneus no Paraguai com as idas e vindas da repressão sobre esse produto ao longo dos anos. Em 2009, o comércio de pneus estava liberado, assim: “[...] o que determina o que deve ser mais combatido pela fiscalização – logo, o que é mais ‘ilegal’ – são critérios de mercado. Pois as multinacionais de cigarros e de informática pressionam o governo federal a tomarem medidas urgentes de combate ao contrabando e à pirataria [...]” (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 71). Dessa forma: “[...] se o critério é o mercado, nada impede que daqui a algum tempo, as ‘coisinhas’ se transformem em ‘coisas grandes’: basta uma grande empresa de brinquedos conseguir poder de barganha sobre o governo, tal qual a indústria de informática e cigarro possui hoje.” (PINHEIRO-MACHADO, 2004, p. 71).

Na perspectiva da autora, buscar drogas e armas no Paraguai torna-se menos oneroso penalmente e mais vantajoso economicamente que cigarros, informática e outras mercadorias lícitas. Mas a simples pressão dos mercados não geraria tanto investimento no controle fronteiriço porque esses setores não teriam força ou influência suficiente para pressionar o governo federal na implantação de uma verdadeira operação de guerra aos sacoleiros. Além disso, se fosse somente esse o motivo, o controle não ficaria restrito à Tríplice Fronteira. Por mais que tenha ocorrido essa pressão dos mercados, esse foi mais um dos elementos nesse processo todo, ajudando a estabelecer os parâmetros do que deveria ser mais controlado em determinados momentos.

O Quadro 04 traça um comparativo entre os três lados sobre as representações, as políticas aplicadas e as consequências:

Quadro 04 – Quadro comparativo entre os três lados sobre as representações das letalidades, as políticas de controle e as consequências

MUNICÍPIO / REP/POL/CON	Foz do Iguaçu Brasil	Conglomerado CDE Paraguai	Puerto Iguazú Argentina
Representação das letalidades: causas	Mercados ilícitos	Narco e Não narco	Interpessoais
Políticas Implantadas	1ª fase: Urbanismo Projeto “Beira Rio” – projeto local. 2ª fase: Controle Força Policial – projeto nacional e estadual. 3ª fase: Urbanística, Ambiental e de Segurança Projeto “Beira Foz” – projeto local integrado com setores nacionais.	Não implantou políticas específicas para o controle. Políticas de urbanização sem caráter de controle: Reforma Urbana e da Praça San Blas e as “Etapas I, II, III e IV”.	Intensificação do controle migratório e das forças existentes no local e implantação das não existentes, com atuação contínua. Política de urbanização sem caráter de controle: “Avenida Costaneira”.
Consequências	Criou políticas de controle a partir do que as forças culturais locais e nacionais-globais representam sobre as práticas ilícitas do circuito sacoleiro, mas não sobre as letalidades.	Não criou políticas de controle a partir do que as forças culturais dominantes representam sobre as letalidades.	Criou políticas de controle a partir do que as forças culturais nacionais-globais representam sobre o terrorismo, mas não sobre as letalidades.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2014).

Em Foz do Iguaçu, as taxas de letalidades diminuíram, mas existe a expectativa que elas voltem a subir, especialmente com a eminente possibilidade de execução do Projeto “Beira Foz”, que irá promover as remoções das favelas das barrancas dos rios Paraná e Iguaçu. Esse projeto articula o setor do turismo, do meio ambiente e da segurança pública e é liderado pelo setor privado ligado ao turismo da Tríplice Fronteira. Seguindo o mesmo caminho dos EUA e da Grã-Bretanha: “[...] O Estado vem se despindo de muitos poderes, remanescendo em suas mãos apenas o poder punitivo; cabe a ele, assim, exercer este poder punitivo de forma mais funcional aos que detêm o poder econômico [...]” (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

As consequências mais drásticas dessas políticas serão sentidas quando de fato for implantada a terceira fase das políticas de controle em Foz do Iguaçu. Se grupos rivais forem deslocados para um mesmo espaço, o projeto tende a se tornar uma “tragédia anunciada”. O Quadro 05 traça um comparativo sobre o comportamento das altas taxas de letalidades e os fatores motivadores atribuídos a elas.

Quadro 05 – Quadro comparativo dos motivadores das altas taxas de letalidades da Tríplice Fronteira e sua variação

Fase das políticas de controle / Município	1993-2006	2007-2013	Tendência atual e futura
Foz do Iguaçu	<u>Política de controle:</u> Projeto urbanístico – “Beira Rio”. <u>Comportamento das taxas:</u> aumentou.	<u>Política de controle:</u> Controle por força policial (RF, RF e PRF). <u>Comportamento das taxas:</u> diminuiu.	<u>Política de controle:</u> Projeto “Beira Foz”. <u>Comportamento das taxas:</u> provavelmente aumentará.
Conglomerado de Ciudad del Este	<u>Política de controle:</u> Não. <u>Comportamento das taxas:</u> desconhecido.	<u>Política de controle:</u> reformas urbanas. <u>Comportamento das taxas:</u> desconhecido.	<u>Política de controle:</u> reformas urbanas. <u>Comportamento das taxas:</u> provavelmente aumentará.
Puerto Iguazú	<u>Política de controle:</u> Intensificação do controle migratório e policial. <u>Comportamento das taxas:</u> desconhecido.	Reforma urbana: Av. Costaneira. <u>Comportamento das taxas:</u> constante.	<u>Política de controle:</u> Não. <u>Comportamento das taxas:</u> constante.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo (2014).

As políticas de controle elaboradas pelos setores culturais dominantes do local e do global provocaram mudanças para os moradores da Tríplice Fronteira, especialmente para aqueles que foram diretamente atingidos por essas políticas. Dessa forma, no próximo capítulo são discutidas as consequências dessas políticas para os moradores locais e para entender como eles percebem e significam as mortes violentas nesse espaço tão estigmatizado quanto violento.

5 AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS DAS MORTES VIOLENTAS PELA PERIFERIA DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Até o momento muito se falou sobre a forma como as mortes violentas são representadas pelas forças culturais dominantes e as consequências geradas por essas representações em relação ao controle social. Neste capítulo volta-se o olhar sobre as representações, as percepções e os significados atribuídos a essas letalidades por quem convive diariamente com elas e foi atingido diretamente pelas políticas de controle. Na parte final do capítulo busca-se entender como os *rappers* representam as letalidades, mas agora a partir das normas e dos valores culturais partilhados pelo grupo no local em que estão inseridos.

Essa parte da tese enfatiza o lado brasileiro porque o acesso aos representantes do *rap* de Foz do Iguaçu permitiu o aprofundamento maior das questões referentes ao seu cotidiano marcado por remoções, violência e pobreza. Nesse lado fronteiriço, as políticas de controle afetaram diretamente os entrevistados que moravam nas barrancas dos rios.

No lado brasileiro foram entrevistados três *rappers* e cada um foi entrevistado duas vezes, em momentos distintos. A escolha desses sujeitos residentes nesse local ocorreu porque a zona norte de Foz do Iguaçu, especialmente o bairro Cidade Nova, foi destino de várias famílias removidas pelo Projeto “Beira Rio”, na década de 1990. O problema da violência, como demonstrado, não foi resolvido com as políticas de controle, mas postergado, espalhado, disseminado.

No lado paraguaio foi entrevistado somente um *rapper* e ele pouco falou, não dando abertura para aprofundar a pesquisa. No lado argentino foram entrevistados três *rappers* indígenas, que trouxeram um olhar diferente da violência. Se em Foz do Iguaçu, os entrevistados vivem na periferia, os entrevistados de Puerto Iguazú vivem em aldeias, condição mais marginalizada que as favelas.

O capítulo está dividido em quatro partes. Primeiramente, são discutidos os pressupostos teóricos que orientam os dados empíricos. No segundo item apresentam-se os impactos que esses sujeitos da periferia sentiram com as políticas de controle. No terceiro item são expostas as representações e os significados atribuídos às mortes violentas por esses grupos. No quarto item faz-se uma análise dos resultados obtidos.

5.1 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS ÀS LETALIDADES PELA PERIFERIA

O motivo da escolha dos *rappers* é porque esses sujeitos pertencentes ao ambiente subcultural sofrem a criminalização feita pelas forças culturais dominantes, que interpretam a violência e criam políticas a partir do que representam. Esses sujeitos são etiquetados equivocadamente pelas agências de controle social e pela sociedade como manifestação de uma subcultura desviante. Conforme Misse (2014b), existe um processo de sujeição criminal desses sujeitos e grupos ao disseminar uma expectativa negativa sobre eles, como se o crime os habitasse pela convivência direta com a violência.

Os *rappers* também foram escolhidos para a pesquisa porque geralmente são líderes da comunidade e expressam um movimento cultural que busca a resistência em relação à grande mídia e aos valores das forças culturais dominantes. Suas músicas retratam a violência cotidiana nas periferias e são constantemente criminalizados pelo estilo e pela performance.

A perspectiva para compreender as representações e os significados é a cultural. Cultura se refere aos modelos coletivos de ação, que se identifica nas palavras e na conduta dos membros de uma comunidade e são transmitidos de geração em geração. Por sua vez, a ideia de subcultura: “[...] não representa todo o sistema normativo criado em determinado sistema cultural, mas somente aquele conjunto de valores e normas específicos, de conteúdo divergente ou oposto ao da cultura hegemônica e que orienta ações do grupo a ele submetido [...]” (GALVÃO, 2014, p. 131).

A partir da lente teórica culturalista, o comportamento criminoso é aprendido. Não se pode cair no mito da cultura normativa como natural, mas deve-se entender como uma construção de determinados setores sociais, que as impõe para toda a população residente em um determinado lugar. A criminologia cultural percebe a subcultura como resistência e como indicadores de subversão simbólica contra a hegemonia da cultura dominante. O foco mais preciso da subcultura é aquele definido como desviante ou criminoso, aqueles que a lei marginaliza e exclui.

Como afirmam Ferrell, Hayward e Young (2008), a teoria do desvio, que engloba as teorias do rótulo e da subcultura, contribui com alguns fundamentos

essenciais da criminologia cultural. O desvio e a criminalidade inevitavelmente encarnam significados e identidades. Os elementos do crime e do desvio, como os tribunais, os policiais, os criminosos, os cidadãos comuns e as instituições da mídia negociam esses significados porque trabalham para atribuir rótulos, negociar estatutos simbólicos e encontrar soluções coletivas.

A dinâmica subcultural, a representação mediada e a percepção coletiva são essenciais para a construção do crime e do desvio. Para a perspectiva da criminologia cultural, é uma resposta coletiva aos dilemas impostos pelas forças culturais dominantes, que nunca são exclusivamente unilaterais, mas construídas dialeticamente.

5.2 AS POLÍTICAS DE CONTROLE NA VIDA DO CIDADÃO FRONTEIRIÇO

O presente item expõe a percepção dos moradores que foram removidos dos espaços de ocupações irregulares das barrancas do rio Paraná e demais locais pelo Projeto “Beira Rio” e realocados ao Projeto “Cidade Nova”, na zona norte, próximo à Itaipu Binacional. A finalidade é entender como as políticas de controle foram sentidas por esses sujeitos. O presente item traz o olhar dos brasileiros porque as políticas de controle aplicadas no Brasil foram as que mais atingiram as periferias.

Conforme os dados da prefeitura de Foz do Iguaçu, o município possui vários espaços com ocupações irregulares. Os espaços preferidos dessas ocupações se concentram nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu, mas também em várias partes da cidade e nas barrancas de outros rios. Um dos entrevistados morou em uma ocupação no Jardim Paraná, zona norte da cidade, na barranca do rio Almada. Os outros dois moravam na favela Monsenhor Guilherme, na barranca do rio Paraná, próximo ao centro da cidade.

Segundo o *Rapper 1*, as pessoas que moravam nessas ocupações do Jardim Paraná estavam alocadas nesses espaços em busca de emprego na Itaipu. O processo de ocupação não teve início com a construção da Itaipu, mas se intensificou com ela:

Foi galera que veio pra trabalhar na Itaipu e não conseguiu emprego. A galera não tinha como voltar e também não queria voltar, queria

insistir um pouco mais, mas precisava morar, então foram ocupar esse espaço no Jardim Paraná. A violência, pra mim, nesse início, era de não ter água, não ter luz, as moradias precárias, não tinha esgoto, não tinha o mínimo, não tinha ônibus, na época não tinha escola, posto de saúde, nada, os outros órgãos do Estado não vinham. O único que passou a vir foi a polícia. (RAPPER BR 1).

Para o *rapper*, a violência estrutural afetava sua vida e a de seus vizinhos, muito mais que a violência física. A desigualdade social e a segregação urbana produzem uma exclusão social corroborada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, pelos salários insuficientes e por deficiências do sistema educacional (TAVARES DOS SANTOS, 2002; ADORNO, 2002).

Muitos moradores da favela do Monsenhor Guilherme, que estava próxima ao centro da cidade, trabalhavam como catadores de lixo reciclável. Além do acesso ao emprego e a renda facilitada pela localização da favela no centro da cidade, o acesso a uma boa escola era maior. Os entrevistados que residiam na antiga favela Monsenhor Guilherme foram bolsistas de uma das melhores escolas de Foz do Iguaçu, conforme o *rapper* relata:

Eu estudei no São José, uma das melhores escolas de Foz do Iguaçu. Antes era uma escola de freira e tinha alguns moradores da favela que ganhavam bolsas para estudar lá. Então, talvez, se eu tivesse dentro da favela, mas eu continuasse estudando lá, talvez hoje eu teria uma formação melhor. (RAPPER BR 2).

Com o Projeto “Beira Rio”, as favelas que ficavam nas barrancas do rio Paraná, entre a Ponte da Amizade e o centro da Cidade, foram removidas para a zona norte de Foz do Iguaçu. No início, o projeto previa que o trajeto da Avenida Beira Rio interligaria a Ponte da Amizade, que interliga Brasil e Paraguai, com a Ponte da Fraternidade, que interliga liga Brasil e Argentina, mas outros espaços de ocupação também entraram na lista de remoções.

Como consequência, várias famílias foram removidas para o bairro Cidade Nova e para outros conjuntos habitacionais, na zona norte de Foz do Iguaçu, que fica a 12 km do Centro: “Quando a gente entrou aqui era uma infraestrutura precária: não tinha água, não tinha luz” (RAPPER BR 2). O contraditório dessa prática comum de remoções realizadas no Brasil é que a localização do Cidade Nova fica ao lado da Itaipu Binacional, na época a maior geradora de energia do mundo. Por mais que a Itaipu não abasteça a cidade de Foz do Iguaçu e boa parte do estado do Paraná

(quem fornece a energia são as usinas menores), o contraste não pode ser ignorado: os vizinhos da Itaipu não foram contemplados com energia elétrica, conforme relata o *rapper*:

Trouxeram todo mundo pra cá num lugar deserto, só tinha terra e as casas. Você via a casa aqui e lá na “casa do chapéu” por causa da falta de árvores. Aí traz todo mundo pra cá sem escola, sem saúde, sem creche, sem infraestrutura nenhuma. Você acha que quem cata papelão ia sair daqui e andar até no Centro pra conseguir seu reciclado? Poucas pessoas tinham dinheiro para a condução. Cortavam a pé ou de bicicleta, como meu pai fez muitas vezes. (RAPPER BR 2).

No início do projeto, os ônibus tinham menor fluxo e passavam de uma em uma hora. Atualmente, a acessibilidade continua precária e a infraestrutura inadequada: “Ainda falta muita coisa, como vagas nas escolas e nas creches” (RAPPER BR 2). Várias famílias são constantemente destinadas para a zona norte, fruto desse processo de remoções, que dura desde a década de 1990. Por isso, cada conjunto habitacional novo gera mais sobrecarga aos serviços públicos.

Segundo os *rappers*, os outros bairros da zona norte, instalados com as remoções mais recentes que ocorreram nos mais variados pontos da cidade, foram construídos com o mínimo de infraestrutura, como calçamento, iluminação pública e água, mas as crianças não conseguem o acesso às escolas do local. Para ter o acesso precisam se deslocar para os bairros mais distantes ou para as antigas escolas em que estudavam.

Os moradores removidos foram retirados dos seus barracos, local em que tinham o acesso mais facilitado aos serviços do Estado, como escola, creche e hospital. Em troca receberam a casa, mas os moradores das diferentes favelas foram realocados para o Cidade Nova sem respeitar as antigas vizinhanças. O critério para realocar as famílias aos novos conjuntos habitacionais foi por meio de sorteio e isso reconfigurou uma nova distribuição no espaço. Para os entrevistados, os gestores públicos não respeitaram os critérios mínimos de sociabilidade, nem as antigas rixas e rivalidades existentes entre os moradores das favelas, conforme relata o *rapper*:

Eles fazem um cadastro e sorteiam um tanto de casas. Aí pegam e dão dez casas pro Monsenhor, cinco casas pro Cemitério e misturam tudo, nem vizinhos de casa o pessoal da mesma favela fica, por isso

que dá esse tanto de guerra, por isso o pessoal não se acerta. Eles não vão pensar em lutar pelo mesmo ideal, vai sempre ter aquele grupo que diz: “Olha, isso não é certo”, mas o outro grupo pode não pensar da mesma forma. Por exemplo, tem o “rato de varal”⁵² e ele começa roubar lá na favela, aí uns acham que o certo é exterminar, aí outro já fala: “Não, o negócio é dar mais uma chance pra ele”, mas o outro não concorda e quer exterminar, cata o revólver e começa a atirar e começa a ter muito conflito entre os que não concordam. Acontece também de um querer ser mais bandidão que o outro e isso dá morte também. (RAPPER BR 3).

Conforme os *rappers*, após as remoções as mortes se intensificaram e produziram um efeito visual maior do que na antiga favela em que viviam: “Depois das remoções os homicídios visualmente aumentaram, os homicídios eram meio que divididos, mas quando jogam todas as favelas junto, começou homicídio pra todos os lados e quanto mais gente vinha, mais o troço ia se confrontando” (RAPPER BR 2). Para o mesmo entrevistado: “Se as remoções não tivessem ocorrido ou da forma como ocorreram, isso não ia acontecer, porque um não ia pra se confrontar na favela do outro” (RAPPER BR 2).

As mortes violentas foram consideráveis no início e a partir das remoções, especialmente pela forma como o projeto habitacional foi gerido. A desconstrução dos laços, fator aliado a uma disputa pelo domínio dos mercados ilícitos, especialmente da droga no varejo, intensificou as letalidades. A falta de autoridade da favela que compactuasse com as normas e que gerisse as regras construídas na comunidade impulsionou as mortes até surgir um “cabeça”, um líder, uma autoridade no local que ditasse essas regras. Em meio a esse ambiente ocorriam também as rivalidades juvenis:

No Cidade Nova dava morte! Começou uma matação dos infernos quando começou a chegar aquela piizada que um queria ser melhor que a outra. Se eu fosse te contar, se o corpo ficasse ali, dava um cemitério muito grande. Foz do Iguazu teve muita morte no início do Cidade Nova, eu mesmo não lembro de passar por uma rua ali que não teve morto, só escutava os estalos rá tá tá tá [som dos tiros]. (RAPPER BR 3).

Além da convivência cotidiana com a violência, que produz estigmas para o local, o preconceito com o bairro aumentou após as remoções. O emprego foi

⁵² “Rato de varal” é o nome dado à pessoa que faz pequenos furtos em residências, como furtos de roupas, de eletrodomésticos e demais objetos, dentro do próprio bairro em que reside. O produto do roubo é usado para sustentar o vício da droga.

dificultado aos moradores do Cidade Nova, pelos casos de mortes violentas e pela distância com o centro. Atualmente isso acontece não só em Foz do Iguaçu, mas nas agroindústrias dos municípios vizinhos, na Lar e na Frimesa. Os entrevistados afirmam que essas agroindústrias não contratam os trabalhadores que residem em determinados bairros de Foz do Iguaçu, especialmente os residentes do bairro Jupira, mesmo que essas agroindústrias comumente contratam qualquer trabalhador no momento do preenchimento da ficha de cadastro, conforme relata o entrevistado:

E aí também vinha a questão do bairro onde você morava. Se você fosse procurar emprego com carteira assinada, empregos em outras áreas que não fossem o contrabando, o povo queria saber onde você morava e isso te condenava, porque, quando você morava na favela, você dava a Rua Naipi, Centro, como endereço. Agora eles olham, vê de onde é e não contratam mais. (RAPPER BR 2).

O bairro distante, a violência estigmatizada e os ônibus com linhas disponíveis só em intervalos de tempo muito longos contribuíram para limitar o acesso ao emprego formal ou a alguma renda informal: “Quando viemos pra cá, o meu pai trabalhava no aeroporto e precisava pegar dois ônibus pra ir pro trabalho, mas a empresa não queria bancar” (RAPPER BR 2).

Aliado às consequências das políticas de controle, a medida do governo federal de diminuir as cotas das mercadorias compradas no exterior também provocou a redução do fluxo e do ganho de renda daqueles que exerciam essas atividades na Ponte da Amizade. Diante disso, muitos trabalhadores migraram de emprego ou para outras cidades, conforme relata o *rapper*:

Por causa das cotas baixas poucos turistas vêm comprar, já não tem mais aquele fluxo que tinha, muitas pessoas perderam os seus empregos, muitas pessoas abandonaram Foz do Iguaçu e foram pras outras cidades mais evoluídas ou que têm melhor salário pra se manter. Hoje já não é mais o que era a Ponte da Amizade, a travessia, o contrabando, porque naquela época era bem mais movimentado, bem mais trabalho, bem mais coisas pra fazer. (RAPPER BR 2).

Como o trabalho era longe da residência, alguns pais e mães ficavam afastados dos filhos para buscar renda no centro. Os filhos, menores de idade ficavam sozinhos na zona norte, enquanto a mãe lutava pela sobrevivência deles.

Nesse caso, a opção de um dos *rappers* foi buscar o próprio sustento e sair da escola:

A gente ficava em casa sozinho, eu e meu irmão. A gente já tinha 12, 13 anos e foi nessa mesma época que eu me dispensei da escola. Naquela época eu saí pra ser engraxate, porque a situação era difícil, a minha mãe não podia dar tudo pros dois, então eu saía engraxar sapatos e ganhava uns 10, 15 reais, dependendo do dia. (RAPPER BR 2).

Os entrevistados atribuem ao Estado as mudanças provocadas em suas vidas. Outro aspecto mencionado foi o de que, apesar de a habitação ter melhorado, não significou que a condição de favelado tenha mudado, porque a favela não se resume à condição de moradia em termos de estrutura, mas enquanto estilo de vida.

A educação e a oportunidade de emprego são consideradas mais restritas para os jovens da periferia. Além do pouco acesso estrutural, o acesso ao consumo também é dificultado. Para os *rappers*, quem tem o acesso é o patrão, a “sociedade”, porque ficam melhor colocados nas disputas do mercado formal. Essa é uma das justificativas para muitos jovens da periferia optarem pelo mundo do crime: renda e consumo. Nessa lógica, os entrevistados entendem que o trabalho formal, por ser mal remunerado, não é capaz de proporcionar o acesso ao consumo da mesma forma como o trabalho informal e ilegal, por ser mais bem remunerado:

Quanto menor a infraestrutura mais difícil estudar e maior será a violência. A criança se sente envergonhada de ir pra escola, porque ela não tem um chinelinho decente, ela não tem uma roupinha decente, porque ela não tem o celular de última geração. A sociedade te impõe o brinquedo do Ben 10, do Homem Aranha, a bicicleta, o computador e o vídeo game de última geração. Mas isso são coisas que a gente não pode ter! Mas vai explicar pra uma criança ou pra um adolescente que ela não pode ter aquilo? Não tem como! Aí fica fácil virar traficante, virar ladrão ou entrar pra organização do PCC. É mais fácil ir pro Paraguai e trabalhar na plantação e na colheita da maconha, porque você vai trabalhar menos e vai ganhar mais. Por que a sociedade te impõe aquele limite de 700 reais por mês. (RAPPER BR 2).

Existe a percepção de que o trabalho formal não valoriza e, ao contrário, escraviza o trabalhador, além de remunerar mal: “O mercado formal até emprega, mas ele escraviza você, ele vai fazer você trabalhar de segunda a domingo pra receber uma mixaria. Em Foz, você trabalha no hotel ou no mercado. Se não achar

aqui vai pra Lar, pra Frimesa ou passa fome” (RAPPER BR 3). Por outro lado, os *rappers* entendem que nos mercados ilícitos os trabalhadores informais são valorizados e a integridade está à frente da mercadoria. Nesses mercados, a lealdade é um fator essencial, pelas relações que se constroem e pelo tipo de atividade de que se trata, porque não é possível reclamar na Justiça as perdas econômicas:

O mundo do tráfico e do contrabando é totalmente diferente do mundo do trabalho. Vou te dar um exemplo: se o trabalhador quebrar um prato, o patrão chega e “ripa”⁵³ ele. Um trabalhador não é valorizado e não recebe bem pelo que faz. Na vida do trabalhador, o mais importante é a mercadoria. Agora no mundo do contrabando, o patrão valoriza o funcionário. A mercadoria não é o mais importante, porque o patrão diz assim: “Caiu, meu filho? Some do mapa! O importante é você. Mercadoria nós compramos outra, carro nós compramos outro e mandamos de novo”. Não é fácil achar um cara de confiança pra levar a mercadoria, por isso que muitos preferem trabalhar no contrabando, no tráfico, porque é valorizado. O funcionário cuida do patrão, ele não deda o patrão, porque o patrão paga as coisas pra ele, cuida dele e da família dele. (RAPPER BR 3).

Nos estudos de Alba Zaluar (1994), o trabalho formal também possui conotação negativa e ganha caráter de escravidão. A partir das próprias experiências e da observação da vida dura dos pais, os jovens criam uma visão negativa do trabalho. Para eles, quem se submete ao mercado de trabalho humilhante, com patrão autoritário, que os trata com ordens ríspidas por salários irrisórios, é considerado otário. Da mesma forma argumenta o *rapper*: “Eu não vou trabalhar como servente de pedreiro, queimar a minha pele, pra ganhar R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 por dia, jamais! Pra eu atravessar um carro pro outro lado da fronteira, o cara me oferece R\$ 5.000,00 e isso nem me dá tanta cadeia” (RAPPER BR 3).

Apesar de o *rapper* exemplificar as vantagens econômicas e trabalhistas ao passar uma mercadoria roubada para o Paraguai, Alba Zaluar se refere às relações no mundo do tráfico. Nesse mesmo sentido:

[...] o comércio de narcóticos oferece a possibilidade de ganhar dinheiro fácil, tanto mais quanto maior for a posição na hierarquia do tráfico. Em linhas gerais, este funciona da seguinte forma: o traficante é aquele que tem capital para comprar grandes quantidades da droga, seja diretamente do produtor, seja de seus

⁵³ “Ripa” é uma expressão usada para retratar o xingamento.

grandes distribuidores. Andam sempre armados e montam quadrilhas tanto para defender suas áreas de comércio quanto para fazer funcionar o sistema de entrega por consignação aos seus *vapores* e *aviões*. Como o tráfico é ilegal, não há nenhum meio jurídico de realizar a cobrança, e a lealdade pessoal não é suficiente para garantir o cumprimento dos acordos. (ZALUAR, 1994, p. 18, grifo da autora).

As relações nos mercados ilícitos na Tríplice Fronteira vão além das descritas por Alba Zaluar. Em determinadas favelas predomina o tráfico a varejo, mas em outras, como na favela do Jupira, que fica ao lado da Ponte da Amizade e próxima à barranca do rio Paraná, os dois tipos de mercados ilícitos (transnacional e a varejo) convivem cotidianamente no mesmo espaço.

Para resumir, os *rappers* justificaram que as dificuldades do ingresso no mercado de trabalho formal, em iguais condições ao filho do patrão, ocorrem em função das dificuldades ao acesso a uma boa escola e aos aspectos estruturais. O que lhes resta do mercado de trabalho formal são os empregos que remuneram mal. Diante dessas barreiras, o ingresso ao mundo do crime fica facilitado para os jovens da periferia. Para além dessa problemática, os *rappers* apontam a culpa da polícia, que “suja” a ficha desses jovens e dificulta ainda mais o ingresso no mercado de trabalho formal:

Nessas operações eles fecham a favela, batem na cara dos outros pra levar mais gente presa. Se o polícia der um tapa na cara de alguém, alguém vai se doer, vai falar merda e vai ser preso. Aí o resultado da operação aparece. O polícia faz aquilo pro favelado se sentir mal, pra que reajam e no momento que for incriminado não consegue mais trabalho. E aí vai fazer o quê? Vai roubar. (RAPPER BR 3).

As operações de fronteira foram intensificadas em Foz do Iguaçu desde 2003. Essas forças de segurança deram a sensação de estar “militarizando” a fronteira com as operações curtas, em torno de 20 dias e com numerosos policiais nas ruas, especialmente nas regiões de favelas. As operações cada vez mais constantes foram alocadas para a faixa de fronteira com o propósito de combater o circuito sacoleiro, o tráfico, o contrabando e reduzir a violência. Ocorre que, para quem vive na periferia, a violência policial não fez diminuir essa sensação: “Eles saem pra pegar geral, principalmente as favelas que estão nas barrancas do rio,

porque daí vai Federal, vai a Força Nacional, vai todo mundo pra dentro da favela. Eles descem, invadem barraco e entram onde querem” (RAPPER BR 2).

As operações na fronteira brasileira são significativamente sentidas no lado paraguaio porque interferem na economia local, conforme relata o *rapper*. “Tem dias que aqui não tem mais gente, porque tem muita operação no Brasil, não se compra mais nada. Os brasileiros não vêm comprar aqui, mas eles sofrem como nós, porque têm muitos que trabalham aqui e moram lá.” (RAPPER PY 1).

Existe uma diferença significativa entre a polícia brasileira com a polícia paraguaia em relação à truculência e às mortes. O que se atribui à polícia do Paraguai é a corrupção policial: “As polícias daqui te dão o respeito, mas tem muitos policiais corruptos. Em qualquer lugar tem polícia corrupta, mas a maioria dá o respeito para você, não importa onde você mora. Aqui tem muita favela, mas não tem tanto preconceito como no Brasil” (RAPPER PY 1).

O desemprego e a falta de vagas no mercado formal são apontados como os maiores motivadores para a migração para outras cidades, porque a renda diminuiu com a intensificação da repressão na fronteira na Ponte da Amizade. Conforme o *rapper*. “O emprego e o desfavorecimento da Ponte da Amizade fez com que muita gente fosse embora e aí teve muita gente de Foz do Iguaçu que migrou pra Santa Catarina, pro Rio Grande do Sul e para outros lugares” (RAPPER BR 2). Outros trabalhadores procuraram empregos nas cidades vizinhas de Foz do Iguaçu, como nas agroindústrias instaladas nos municípios de Matelândia e de Medianeira, o que gera o movimento pendular de trabalho. Por fim, outros saíram do município para atuar nos mercados ilícitos, no tráfico a varejo, nas cidades vizinhas, como relata o *rapper*.

Tem essa coisa da migração do comércio de compras daqui pras outras cidades, pra Guaíra, e lá aparece mais números de mortes também, porque o pessoal tem toda essa ligação com esse formato aqui de passar droga, de galera que acaba, por estratégia de sobrevivência, passando cigarro e quando aumenta a repressão aqui, o pessoal migra pra lá. (RAPPER BR 1).

A rede dos mercados ilícitos é bem extensa e pode ser dividida em duas: uma é a rede dos mercados ilícitos transnacionais e a outra dos mercados ilícitos do varejo. No Paraguai existem pelo menos duas frentes do mercado transnacional,

uma é a *commodity da marijuana* e a outra é a rota da cocaína vinda da Bolívia e da Colômbia, que chega ao Brasil.

A passagem das mercadorias ilícitas, na fronteira do Paraguai com o Brasil é diversificada e suas rotas e formas de travessia são modificadas constantemente, o que provoca mudanças na dinâmica e na economia local. Existem meios discretos e mais lucrativos, sem que as forças policiais e a população percebam. O arco Norte, por exemplo, é considerado a principal rota do narcotráfico do Brasil, mas naquela faixa de fronteira os impactos na violência e na economia local são pouco percebidos porque o tráfico é, em grande medida, aéreo, como demonstra Lia Osório Machado (2014), na pesquisa: “Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil”.

Uma das formas de passagem das mercadorias ilícitas do Paraguai para o Brasil é a travessia com barco pelo rio Paraná. Essa passagem envolve vários carregadores e descarregadores de mercadorias nos barcos, além dos “soldados do morro”⁵⁴ que dão escolta a esses carregamentos, conforme a estrutura relatada pelo *rapper*.

Tem os caras do Paraguai que trazem a mercadoria até a barranca do lado brasileiro e vice e versa. Lá os caras carregam, descarregam, jogam e tiram do barco. Fora do barco vai ter dois caras na contenção e isso em ambos os lados. Esses “soldados do morro” tão na contenção com arma pesada 12 e fuzil. Caso a polícia venha, esses “soldados do morro” arregaçam. Depois disso, a mercadoria é jogada nos carros, aí tem os motoristas, tem o hotel, tem esses caras na contenção e tem os “olheiros” que ficam na boca da favela com o “Octoc”⁵⁵ pra avisar se a polícia tá chegando. (RAPPER BR 3).

Quando realizei a pesquisa sobre “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”, o delegado da Polícia Federal de Cascavel relatou que a maior quantidade de apreensões que ele tinha em sua delegacia era de rádios amadores. Esses equipamentos eram usados exclusivamente para auxiliar a passagem das mercadorias ilícitas vindas do Paraguai. A curiosidade é que esse tipo de material apreendido é uma particularidade dessa faixa de fronteira brasileira.

⁵⁴ “Soldado do morro” é aquele que vigia o carregamento e o descarregamento dos barcos, para a passagem das mercadorias ilícitas.

⁵⁵ É a designação abreviada de “walkie-talkie”, um tipo de rádio amador muito usado por quem pratica atividades ilícitas na fronteira paranaense.

Os produtos desses mercados ilícitos transnacionais seguem pela BR 277 ou por rotas alternativas e são direcionadas para as mais variadas cidades, especialmente os grandes centros do Brasil. O carro “batedor” vai na frente com os rádios amadores, que servem como ferramenta para informar o movimento nas estradas em relação às *blitz* policiais. Muitas vezes, as rotas são “pedagiadas”, sendo pago propina para a polícia para que a carga chegue com segurança ao seu destino. Outra forma de passagem das mercadorias é pela Ponte da Amizade, mas como a fiscalização por esse caminho é maior, são usadas as barrancas do rio Paraná para as práticas ilícitas. Cada barco e cada barranca tem dono, ou seja, não é qualquer pessoa que pode resolver subitamente praticar essa atividade.

Na entrada de mercadorias ilícitas para o Brasil, os destinos podem ser os grandes centros urbanos e demais cidades do país ou para os mercados a varejo de Foz do Iguaçu. São duas frentes distintas: uma, a dos mercados ilícitos transnacionais (drogas, armas, cigarros etc. para venda no atacado); e a outra, a dos mercados ilícitos do varejo, com uma dinâmica parecida com os grandes centros urbanos (drogas e armas para o consumidor final). Essa frente dos mercados ilícitos se estrutura com o “aviãozinho”, o “vapor”, o “olheiro”, o “gerente”, o “dono da boca” e demais envolvidos com essas atividades. Nas palavras de Alba Zaluar:

Na atividade altamente rendosa do tráfico de drogas, grandes organizações com vínculos internacionais comandam o atacado da comercialização desse tão valorizado bem. No varejo, pequenos traficantes (os únicos presos e identificados) realizam lucros extraordinários: com a venda de apenas 200 gramas de cocaína, pagam um quilo ao “matuto” ou intermediário que a deixou em consignação. Dos 500% de lucro, a metade vai para o “dono da boca”, 30% para o gerente e 20% para o “vapor” e os “aviões”. É fundamental entender como o ilícito e o ilegal enraizaram-se no setor informal para comandar um exército de empregados e sócios menores. (ZALUAR, 1996, p. 98).

Nesta tese não é possível afirmar que a estrutura dos mercados ilícitos do varejo em Foz do Iguaçu seja igual às estruturas descritas por Alba Zaluar, mas a dinâmica é muito parecida. Para os *rappers*, as mortes violentas em Foz do Iguaçu têm como uma das principais condicionantes os mercados ilícitos do varejo e possuem semelhança na dinâmica e nos fatores relacionados às mortes violentas dos grandes centros urbanos do Brasil. O setor aponta que as letalidades estão

relacionadas com as regras criadas e/ou ressignificadas por esses mercados, que inflam as estatísticas oficiais.

O próximo item trata das regras que existem nesses mercados ilícitos, mas também dos códigos de honra que são inflados no contexto dos mercados ilícitos em espaços periféricos. Esses códigos são discutidos porque foram considerados os motivadores das letalidades em Foz do Iguaçu pelos *rappers*.

5.3 AS REPRESENTAÇÕES E OS SIGNIFICADOS DAS LETALIDADES: O OLHAR DE QUEM (CON)VIVE COM A VIOLÊNCIA

Como vimos, as mortes violentas são representadas pelas forças culturais dominantes como decorrência dos mercados ilícitos transnacionais no lado brasileiro, pelo narcotráfico e por questões não relacionadas ao narcotráfico no lado paraguaio e por motivações interpessoais no lado argentino. Isso, porém, é diferente para quem convive com a violência cotidianamente, pois os significados dessas mortes possuem conotações mais específicas. Assim, portanto, o foco deste item é entender como as forças subculturais representam, significam e ressignificam os códigos de conduta e como esses códigos influenciam os desfechos fatais.

Para iniciar o que proponho discutir neste item, inicio com a seguinte questão: “-O que provoca mortes violentas nas periferias de Foz do Iguaçu?”. Na fala dos *rappers* é possível perceber que existem várias motivações para as letalidades, mas prevalecem as regras estabelecidas pelos mercados ilícitos, além da percepção já mencionada sobre a violência estrutural. Essas motivações estão elencadas por tópicos e estão divididas entre **regras de conduta** e **códigos de honra**.

A) **Regras de conduta**: São regras específicas dos mercados ilícitos que os *rappers* direcionam mais para o varejo, mas que, em alguns casos, podem ser dos mercados ilícitos transnacionais:

i) **Roubo**⁵⁶: Existem duas categorias reprováveis de roubos que condicionam a punição e a morte nas periferias de Foz do Iguaçu. Uma delas é o roubo de

⁵⁶ A definição jurídica de roubo e de furto é diferente no Código Penal Brasileiro, mas os entrevistados usaram as expressões roubo e/ou assalto para fazer a definição dessas motivações.

mercadorias nos mercados ilícitos transnacionais e a outra, o roubo em residências na periferia.

O roubo de cargas que transportam mercadorias do Paraguai, apesar de provocar mortes, foi considerado um motivador pouco relevante no montante das letalidades. No imaginário dos entrevistados, esses roubos eram mais frequentes nos anos anteriores, no auge do ciclo sacoleiro, quando estavam interligados aos mercados ilícitos transnacionais. Conforme o *rapper*: “A Estrada Velha de Guarapuava, apesar de ser usada como contrabando, ela também atraía os ladrões de mercadorias, porque ali eles roubavam e revendiam as mercadorias em Foz mesmo”. Até porque: “O traficante grande não se sente ameaçado dentro da comunidade. O único lugar dentro da fronteira em que ele tem a vivência é nos portos. O Jupira é um porto, dali sai de tudo” (RAPPER BR 2).

O outro tipo de roubo (ou furto) é aquele cometido em residências, na própria periferia, e diz respeito aos mercados ilícitos no varejo. Esse tipo de prática é associado ao “rato de varal”, que é o usuário de *crack*, o “pedreiro”. Ele é, como definem os *rappers*: “é aquela classe de drogado que rouba qualquer coisinha pra se manter” (RAPPER BR 2), “eles roubam pra fumar mesmo, cheirar” (RAPPER BR 3). Esses usuários de drogas roubam os vizinhos da comunidade. Dentro das regras construídas pelos moradores das periferias, o roubo no local é considerado uma grave infração, porque está roubando dos seus, do pobre: “Isso já é uma coisa que a própria comunidade não aceita, porque hoje em dia se você pega alguém roubando a Vila, os caras já procuram saber quem foi, pune e manda pro diabo” (RAPPER BR 2).

O roubo possui duas condições na periferia, uma é permitida e a outra não. O roubo pode ser considerado certo ou errado, dependendo do que e de quem está sendo roubado. Essa prática se torna errada quando quebra a norma construída por esses sujeitos, por ser cometida contra os moradores da comunidade ou quando são roubadas mercadorias ilícitas de grupos rivais. A prática é recriminada pela falta de respeito e pela quebra da norma instituída, mais que o próprio roubo, que muitas vezes possui valor insignificante.

O roubo se torna algo aceitável quando ocorre fora da comunidade, especialmente em bairros nobres e nos estabelecimentos do comércio que ficam distantes das zonas periféricas. Ocorre, porém, que como os usuários de *crack*

sofrem de abstinência, isso dificulta a sua ida até o outro bairro para roubar e eles acabam cometendo a “mancada”⁵⁷, conforme relata o *rapper*:

Em um caso que eu vi, o “boca da quebrada”⁵⁸ batia no rapaz que tinha feito um roubo e dizia assim: “Isso aqui é pra você aprender a nunca mais roubar aqui na quebrada, aqui não é lugar pra você roubar, quer roubar, vai roubar na casa do caralho, mas aqui não”. Muitas vezes se procura o autor do roubo mesmo que o produto tenha valor baixo, pra cobrar ele pela mancada. **Você pode roubar, você pode traficar, mas desde que seja dentro do limite do que prega a comunidade.** Você quer ser ladrão, vá roubar, mas vai lá pra Vila A, pra Vila B, lá pro Centro. É isso que acaba ocasionando as mortes, porque se der mancada na quebrada, vai ser cobrado. Entrou na casa do fulano hoje, entrou na casa do ciclano amanhã, muitas vezes leva uns tapas, na terceira vez já pode morrer. (RAPPER BR 2, grifo nosso).

Existe uma dicotomia muito clara entre sociedade e comunidade para os *rappers*. A *sociedade* é considerada as pessoas que não moram nas periferias e respeitam as leis do Estado. A *comunidade* é considerada as pessoas que moram nas periferias e que criam regras e comportamentos de condutas próprios construídos informalmente entre seus membros.

Assim, o que está em jogo é o que “prega a comunidade”: a norma construída por esses sujeitos. Conforme Galvão (2014), a conduta criminosa nas subculturas criminais é interpretada como o resultado da adesão das pessoas a um código valorativo, em que o comportamento criminoso é estimulado e recomendado em determinadas situações: “[...] nessa lente teórica, tanto o comportamento *legal* quanto o criminoso são resultados de um processo de aprendizagem, que se manifesta por meio da ação social orientada por um conjunto de regras e valores.” (GALVÃO, 2014, p. 131).

Nesse mesmo sentido, Zaluar percebe as normas instituídas em uma das comunidades nos morros do Rio de Janeiro:

[...] Porque um bandido, a não ser que desconheça as regras básicas da convivência com os trabalhadores, jamais rouba ou ataca alguém dali. De preferência, os bons bandidos, os bem quistos por todos, roubam apenas aqueles a quem o produto do roubo “não vai fazer falta”, isto é, os que moram nos bairros ricos desta cidade. É

⁵⁷ A “mancada” é fazer alguma coisa que os membros da comunidade consideram errado.

⁵⁸ Traficante, dono da boca na comunidade.

esta a sua ética de bandido social e é por causa dela que alguns se tornam heróis para o povo local. (ZALUAR, 1994, p. 11).

Na pesquisa de Ribeiro (2015), um dos entrevistados afirma que o rato de varal “não se cria no Cidade Nova”, porque existem normas no bairro que punem essas práticas. O autor relata que muitos moradores saem de algumas favelas de Foz do Iguaçu para morar no Cidade Nova porque nesse bairro ocorre a punição para os casos de roubo, enquanto nas outras favelas não se pune da mesma maneira. Isso significa que esses códigos não são unânimes. Cada espaço cria e organiza suas próprias regras – algumas mais próximas dessa forma de justificar, outras mais distantes.

O roubo não é punido necessariamente com a morte, mas pode ter desfechos fatais, especialmente porque atrai a polícia, como relata o *rapper*:

Um dos fatores que não se pode roubar na comunidade é porque chama a polícia pra quebrada. Por exemplo, se eu roubar a sua residência aqui do lado, você vai chamar a polícia e ela vem aqui, vai fazer um boletim de ocorrência e vai ficar em cima da comunidade pra achar o ladrão. E a polícia aqui dentro da comunidade atrapalha os outros movimentos da quebrada. Tanto do traficante que tá chegando com arma, quanto do traficante que tá saindo com drogas, ou até mesmo do tráfico, ou do contrabando [internacional] que passa por aqui em direção ao Três Lagoas. Vai atrapalhar o fluxo deles, porque a polícia tá dentro da quebrada empenhada em um vacilo que foi dado aqui dentro. (RAPPER BR 2).

A pessoa que pune a “mancada” geralmente é o “boca da quebrada” ou alguma autoridade reconhecida pela comunidade. Essa pessoa pode ou não estar relacionada ao tráfico, mas, na maioria das vezes, está envolvido com os mercados ilícitos do varejo: “Às vezes é só alguém que acha que aquilo não é certo, mas em toda quebrada tem uns caras que são do certo, que não curtem as coisas erradas da favela” (RAPPER BR 3). Muitas das punições com agressões são presenciadas pelos moradores da comunidade, mas eles procuram fazer isso “bem na quebrada”, conforme relata o *rapper*. “Por que caso o ‘boca’ chegue a matar o cara, ninguém tem como acusar ou caguetar [dedurar] ele. Então fica meio que na ‘maciota” (RAPPER BR 3).

O “boca da quebrada” é obrigado a devolver a mercadoria, caso tenha sido furtada por um “pedreiro” dentro da comunidade. Dessa maneira, as “autoridades” da favela conseguem estabelecer um vínculo com os moradores e uma espécie de

proteção própria. Primeiro, porque garante aos moradores que eles sejam vingados pelo delito, segundo, porque garante o poder do “boca” perante a comunidade, por não recorrer às autoridades policiais, mas à autoridade informal, conforme o relato:

Quando se rouba na quebrada é difícil chamar a polícia, porque se tiver um cara forte [linha de frente do traficante], a vítima vai trocar ideia com esse cara forte e aí já chega e diz: “Ó mano roubaram meu barraco”, aí o cara vai de boca em boca procurar. A favela inteira vai ficar sabendo que foi roubado o bagulho. O comentário vai correr, porque nenhuma boca pode aceitar nada, é proibido, é fatalidade, é coisa de botar fogo no trem. Já cheguei numa quebrada que tava acontecendo uma cena dessas. Roubaram não sei o que em uma casinha da favela, mas enfim, não sei dizer se eram uns cinco ou uns oito “piação” que tinham roubado, mas tinha um tambor cheio de água e faziam o afogamento até um falar quem foi. Aí um acabou falando: “Ah! foi fulano de tal”. Aí o cara: “Então vaza tudo o resto, vai todo mundo embora, mas ficam os dois. Você vai apanhar porque roubou as coisas da tiazinha e você vai apanhar pra aprender a deixar de ser caguete”. (RAPPER BR 3).

Além de o roubo ser algo reprovável, o “caguete”, que é o denunciante, o “X9” ou o “dedo duro” também é recriminado pela comunidade. Mas é preciso considerar que essas punições, com técnicas de tortura realizadas pelas “autoridades” da favela, são feitas pelo descumprimento da norma estabelecida e para inibir as denúncias à polícia, bem como para que a comunidade fique satisfeita com a “justiça” feita pelo “boca da quebrada”. Por outro lado, o fato de denunciar o roubo à polícia gera problemas para a pessoa que faz a denúncia, porque ela passa a ser considerada “caguete”. Mas isso será melhor desenvolvido no tópico a seguir.

Nos últimos tempos, a prática de receptar mercadorias roubadas está mudando nas “bocas de fumo” porque determinadas mercadorias são provenientes da própria comunidade e geram problemas para o “boca da quebrada”, conforme relata o *rapper*:

Acabou que se tornou proibido o comércio de coisas roubadas. As bocas de fumo já não trocam mais qualquer coisa por droga, porque essas coisas podem ser roubadas dentro da comunidade. O DVD, o toca CD, a TV já não se troca sem ter uma certeza de onde veio, porque isso pode vir de dentro da comunidade e afetar o traficante. Quando isso acontece dentro da comunidade, o próprio traficante acaba devolvendo e cobrando do viciado o erro de ter entregue pra ele. Ele não esconde, ele não “passa pano”⁵⁹, ele pergunta de quem

⁵⁹ Saber de algo errado e não denunciar para autoridade da favela.

é e devolve, mas quando o “rato” aparece de novo ele vai ser cobrado. Quando não é com a morte é com o espancamento. (RAPPER BR 2).

As pessoas também não podem ser cúmplices ou “passar pano” do que é considerado errado porque os moradores da comunidade vão questionar: “Como é que você vê o cara dando mancada e não faz nada?” (RAPPER BR 2). Em alguns casos, ela pode ser tolerada, mas dificilmente passa da terceira vez: “Por que as ‘tretas’ nunca morrem”, conforme relata o *rapper*. “Muitos toleram a primeira e a segunda mancada, mas já aconteceram coisas de ter treta ali de o cara esperar dez anos pra cobrar. Mas também no dia que deu aquela terceira mancada, aí os caras fuzilaram ele” (RAPPER BR 3).

O roubo também é reprovável quando o produto dele é levado em esconderijos dentro da comunidade, como são os casos de carros roubados. Muitos desses carros eram roubados nos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro, ou em municípios da região, como Cascavel e Medianeira, ou em Foz do Iguaçu. Como esses carros ficavam escondidos nas comunidades, as batidas policiais eram intensificadas naqueles locais. Por atrair a polícia para o bairro essa prática foi proibida, porque atrapalhava o fluxo dos mercados ilícitos no atacado e no varejo, conforme relata o entrevistado:

Hoje é proibido roubar carro e esconder aqui na quebrada, ainda mais se esses veículos chegam a cair. Se a polícia chega a recuperar um veículo dentro da comunidade isso é um caos, porque queima a quebrada toda e acontece aquela invasão da polícia atrás dos meliantes e atrapalha o trabalho das outras pessoas. (RAPPER BR 2).

O roubo dentro da “quebrada” é uma prática reprovável por dois motivos: porque está roubando de pobre e porque atrai a polícia. Por isso existe uma norma para quem presencia um roubo na comunidade. Essa pessoa é obrigada a denunciar o ladrão para que ele seja punido. As regras são muito claras em relação a isso: se o morador perceber que uma casa está sendo roubada, ele necessariamente precisa informar a vítima ou alguma autoridade da “quebrada”. Caso a pessoa que percebeu o roubo não se manifestar e “passar pano”, ela pode ser punida pela omissão, além de poder se tornar vítima do ladrão em outra oportunidade, conforme relata o entrevistado:

Uma vez eu tava aqui no final da rua tomando uma cerveja, aí apareceu um cara na casa de um amigo e eu de lá do bar via o que tava acontecendo. Ele saiu da casa do proprietário com um notebook e malocou lá na rua. Ele roubou o notebook do próprio traficante. Sendo da comunidade, se eu fizer “vistas grossas”, amanhã ou depois ele tá roubando a minha casa. Pra não “passar pano” fui lá e peguei aquele objeto, levei pra casa de outro amigo e avisei de quem era. Esse amigo avisou o fulano que a casa dele tinha sido roubada. O proprietário e a mulher pegaram esse ladrão e arreventaram na porrada, só não mataram porque eu cheguei, vi aquela confusão toda e falei: “Pera aí, gente, vocês vão acabar matando o cara, vocês vão acabar arrumando pra cabeça, vai vim polícia, deixa o cara ir embora”. Ele levou um couro [surra] pra aprender, porque eu acho isso certo, porque se vier aqui e roubar o meu chinelo, eu não já consigo comprar assim tão depressa, por isso que o roubo não é aceito. (RAPPER BR 2).

Nesse caso, o fator entrelaçado no ato de salvar a vida do ladrão vai além da preocupação em atrair a polícia para o local, caso a morte fosse concretizada. Os laços construídos na periferia são determinantes em situações de risco porque obrigam as pessoas a interceder por elas. Esses laços são construídos com o agredido ou com os familiares dele, o que garante ou deveria garantir a proteção da vida. Sobre o rapaz por quem o *rapper* intercedeu, ele explica porque fez a intervenção:

Aqui ele passou batido, porque ele tem um irmão e esse irmão até que é trabalhador, gente boa, não mexe com nada de errado. Então, se eu deixo matar o irmão dele ali, amanhã ou depois ele ia ficar até naquela: “Pô, cara. Você deixou matar meu irmão lá”. Por isso o salvei. (RAPPER BR 2).

Em relação às pessoas que param de atuar no mundo do tráfico, o *rapper* comenta que, para sair do tráfico, é preciso acertar tudo: “Do jeito que você pegou você devolve, agora se levar o dinheiro ou alguma mercadoria sem dar explicação é considerado roubo e a consequência é a morte” Essa mesma regra vale para o usuário: “Tem que entregar a mercadoria e com o usuário é o mesmo tratamento” (RAPPER BR 3).

O roubo gera mortes porque implica a punição por uma norma que foi descumprida entre os moradores da periferia. O roubo desafia a todo instante a autoridade do “boca da quebrada”, porque lhe é solicitada a solução e a execução

da punição. Por outro lado, resolver o problema implica não atrair a polícia para o local, que atrapalha o fluxo dos mercados ilícitos do atacado e do varejo.

ii) Caguete: O caguete é aquela pessoa que faz a denúncia para a polícia. O caguete pode ser uma pessoa ligada ou não aos mercados ilícitos e sua denúncia pode ocorrer por vários fatores, como demonstro.

Das várias categorias existentes, o caguete pode denunciar para a polícia por inveja do outro que está crescendo com as atividades ilegais: “Antes o cara via o traficante só de chinelo, de repente ele vê com corrente de ouro, com bagulho, com mulherada, com carrão, aí ele cresce o olho” (RAPPER BR 3). Outra forma de caguete é quando o traficante rival fica com medo do concorrente crescer com as atividades ilícitas. Ao ver o outro crescer, pode imaginar que a atividade próspera lhe permita se armar e tomar a sua boca. Outra situação pode ser uma estratégia para burlar a fiscalização da polícia, nas rodovias, conforme relata o *rapper*:

Às vezes o traficante pode chegar e dizer: “Ó maluco, leva cinco quilos e eu te pago R\$ 2.000,00 pra levar pra Cascavel”, mas aí ele prepara uma carreta e manda atrás. O traficante liga lá pra polícia e fala assim: “Ó, um carro branco, assim, assim e assado vai passar aí e tá com 5 kg de maconha”. Aí todo mundo foca no carro branco e na hora que a polícia para o carro branco, a carreta vai embora. Ele vai perder 5 kg, vamos dizer que perdeu “milhão” [R\$ 1.000,00], mas a carreta vale mais. (RAPPER BR 3).

O caguete é considerado o sujeito que inviabiliza várias atividades: “Ele estraga o ladrão que rouba o carro e estaciona aqui dentro, liga pra polícia: caguetou o ladrão. Vê o cara traficando, liga pra polícia: caguetou o traficante. Além de denunciar o som alto e o fervero da piazada.” (RAPPER BR 2). O som alto, se não resolvido, pode provocar problemas para moradores e traficantes:

Só encosta polícia aqui quando o vizinho é caguete e não tem coragem de chegar até o traficante, porque já veio vizinho de outra rua falar pra mim: “Pô, lá na minha rua a piazada tá bagunçando demais, não sei o que eu faço? Se eu chamo a polícia eu tô errado, mas eu não consigo dormir, minha mulher não consegue dormir, minhas crianças não conseguem dormir. E daí?”. Aí eu falei: “Ó, vai lá e fala com o ‘boca’, pra ver se o ‘boca’ dá uma sossegada na molecada”. Aí eu ainda falei pra ele, fala pro “boca” pra ele resolver, porque ele vai lá e falar pros caras: “Ó, mano, manera com o som, não é pra ficar com essa putaria de todo dia com som na casa dos outros, porque senão o vizinho vai acabar ligando pra polícia e vai

acabar queimando meu bagulho na quina e não vai ficar certo pra ninguém”. (RAPPER BR 2).

O ato de denunciar alguém que está atuando nos mercados ilícitos ou denunciar vizinhos por perturbação pode se tornar um motivador das mortes violentas: “Não pode caguetar, você pode levar um pau, você pode levar um choque, você pode levar um tiro, mas você não pode caguetar” (RAPPER BR 3). Por isso, a principal punição para o cagete é a morte, mas a pessoa pode sofrer represálias ou ser desconsiderada, como relata o entrevistado:

É melhor ir pelo lado da comunidade, do traficante, do que partir pro lado da sociedade, da polícia. Porque quando alguém chama a polícia, ela não só estorva aquele vadio com o som, como também estorva os irmãos que tão no corre. Por isso eles preferem chegar no “boca” do que ligar pra polícia. Além disso, a polícia vem e não consegue resolver a situação inteira, porque quando ela vai embora, esse cidadão fica à mercê da comunidade. Se o traficante quiser fazer uma represália contra o cidadão que caguetou, até a polícia chegar, os caras já tacaram fogo na casa. Foi o que aconteceu com o motorista de ônibus escolar, ele andava caguetando a piazada e chamava a polícia pra quebrada. O que fizeram? Reuniram todo mundo, maconheiro, traficante, escutador de som e tacaram fogo no ônibus, quebraram a casa do homem e ele teve que ir embora escoltado pela polícia dele. (RAPPER BR 2).

A regra é não denunciar os fatos para a polícia. A pessoa que denuncia e a pessoa denunciada podem ou não estar relacionadas aos mercados ilícitos que existem na comunidade. As denúncias podem estar motivadas por razões comerciais e de concorrência dentro dos mercados ilícitos ou pelo combate puro e simples de atos considerados criminosos pela normatividade do Estado.

iii) Disputa por território e as rivalidades entre bairros/áreas: Existem dois casos típicos de disputas por território: um é a disputa por portos clandestinos relacionados aos mercados ilícitos transnacionais no atacado como o tráfico internacional, o contrabando e o descaminho, e o outro tipo de disputa ocorre nos bairros e está relacionado ao tráfico a varejo e às questões de masculinidade.

O traficante do atacado tem contato com Foz do Iguaçu pelo porto e sua relação com esses locais é para o “*business*”, pois nas outras áreas ele não convive. Segundo os *rappers*, esses portos já foram alvos de disputas quando uma pessoa quis roubar o porto da outra: “Porque lá de dentro do porto, se você quiser passar

uma mercadoria, você tem que pagar o aval, você não pode querer meter a cara lá, colocar um barquinho e encostar na barranca” (RAPPER BR 2).

No final da pesquisa de campo da tese, ocorreu a morte de uma pessoa que era considerada um dos grandes “chefões” dos portos clandestinos do bairro Jupira. Pela perspectiva dos entrevistados, essa morte geraria novas disputas pelos portos clandestinos de Foz do Iguaçu: “Agora com a morte de um dos ‘cabeça’ começaram as disputas pra ver quem vai ficar com aquilo lá e entre isso já morreram dois lá, mas esse cara [“cabeça”] foi morto no centro da cidade, porque ele não aparecia lá no Jupira” (RAPPER BR 2). Para o outro entrevistado ocorreram mais mortes relacionadas a esse caso: “Esses dias foram oito em um final de semana, uma vez foram cinco no mesmo lugar, mataram até um coitado que não tinha nada a ver com o negócio, porque ele parou pra pedir uma brasa e aí o cara chegou e arregaçou todo mundo” (RAPPER BR 3).

Os entrevistados também relatam as mortes que ocorreram anos anteriores, quando aconteceu a disputa por um porto clandestino: “O cara que comandava um porto foi preso, aí o braço direito, em vez de tocar o negócio do patrão e ajudar ele até sair da cadeia, quis dominar o negócio. Aí quando o patrão saiu da cadeia ele disse: ‘Aqui quem manda sou eu’ e aí virou aquela guerra” (RAPPER BR 3). De um modo geral, essas duas disputas foram as únicas que os entrevistados disseram que ocorreram relacionadas aos portos clandestinos de Foz do Iguaçu, apesar de gerarem muitas mortes com essas disputas.

O tráfico a varejo também é forte no bairro Jupira. Por isso, além das disputas pelos portos clandestinos, existem as disputas do próprio tráfico, pela boca de fumo. Essas disputas são, porém, impulsionadas especialmente pelos mais novos que querem “tomar” a boca de um traficante mais velho, sem respeitar as regras impostas pela comunidade, conforme relata o *rapper*:

Tem as disputas por território [barranca] e tem pelo tráfico [boca de fumo], mas isso é muito raro acontecer, porque um patrão respeita o outro, eles fazem os acordos e cada um fica com a sua quebrada. Mas agora que começou a vir essa geração de piaçada nova, eles tão cheio de razão, porque tão com revólver na mão eles acham que podem matar todo mundo e tomar o negócio dos outros. O traficante não deixa barato e acaba matando tudo. (RAPPER BR 3).

Na opinião dos *rappers*, apesar da ocorrência das mortes por territórios, as disputas ocorrem entre os mais jovens que estão iniciando no crime, porque a morte nas “costas” é sinônimo de *status*: “Os menores hoje são assim, matou um, ninguém mais mexe com eles, porque quem aterroriza mais é o menor” (RAPPER BR 2). Da mesma forma relata o outro *rapper*:

Tem a piizada que quer ser o bicho, mal entrou na vida do crime e já quer ter asa grande pra voar, aí os caras vão e exterminam. Eles tão lá querendo aparecer, tão querendo conquistar as meninas. Às vezes o cara agarra uma menina de outro bairro, aí o cara daquele bairro da menina se dói e já arma uma galerinha pra fazer o bicho pegar. Então tem às vezes a banca de baixo e a banca de cima, um procura arrumar uma “tretinha” e aí acabam envolvendo um grupo inteiro e se arrebetam nos tiros. (RAPPER BR 3).

Conforme Zaluar (1996), a mortalidade de jovens e adolescentes no Brasil chegou a matar mais pela violência do que por doenças. Os homicídios provocados por armas de fogo lideram as estatísticas entre os jovens de 15 e 18 anos. Essas mortes são forjadas a partir de dois eixos: do “respeito”⁶⁰, que é uma espécie de código de honra rigoroso e sujeito às respostas violentas, e das relações com a polícia, geralmente baseada em operações militares de extermínio. Nas palavras de Zaluar:

São, portanto, os adolescentes acima de 14 anos, e não as crianças, que estão sendo sistematicamente assassinados (SOARES, 1993), provavelmente, na sua maioria, por jovens da mesma idade. Num estudo que atribui a morte dos adolescentes a grupos de extermínio, calcula-se que em todo o Brasil 70% dessas mortes atinjam adolescentes entre 15 e 17 anos, afirmando-se que os assassinatos permanecem desconhecidos na quase totalidade dos casos. São invisíveis. Outro estudo afirma que quase 50% dos homicídios de adolescentes seriam atribuídos à ação de grupos de extermínio, 40% a grupos de traficantes e 8,5% à polícia. O problema reside na dificuldade de separar essas três categorias e comprovar a autoria das mortes. Ora, policiais corruptos agem como grupos de extorsão que podem ser rotulados de grupos de extermínio. Quadrilhas de traficantes e assaltantes não usam métodos diferentes, e tudo leva a crer que a luta entre eles pelo butim estaria levando à morte seus jovens e peões [...] (ZALUAR, 1996, p. 104).

⁶⁰ As discussões mais aprofundadas sobre o respeito serão discutidas no ponto 2, deste item, sobre os códigos de honra.

No mesmo período das remoções ocorreu o aumento dos homicídios em Foz do Iguaçu. Para os *rappers*, esse aumento foi impulsionado pela falta de uma autoridade e pela rivalidade entre os bairros novos:

Olha o que aconteceu: a molecada da 1 [Cidade Nova 1] tretava com a molecada da 2 [Cidade Nova 2]. Os caras iam lá e erguiam os manos na bala, os caras vinham aqui e erguiam os manos aqui na bala. Ia um ou dois pra erguer um na bala e já ficava um estirado lá em baixo. Vinha um de lá de baixo moscando⁶¹ aqui pra cima e os caras iam metendo bala. (RAPPER BR 2).

Para os entrevistados, as mortes por disputas por território ocorrem predominantemente com os meninos mais novos, porque os grandes traficantes, do atacado, não estão interessados em disputar território, nem de matar as pessoas: “Em Foz diminuiu a matança, porque os traficantes querem saber de ganhar dinheiro, eles não querem saber de violência, eles querem saber de mandar pra cima. Quem quer saber de se matar e das tretas é a piazzada, por coisinha banal” (RAPPER BR 3). Conforme o mesmo *rapper*:

Só acontece de ter morte se um patrão chegar a cair e o outro querer assumir seu lugar, mas eu nunca vi um patrão tretar com o outro e tentar tomar a boca do tráfico, como acontece no Rio de Janeiro e São Paulo. Eu nunca vi o chefão da Marinha falar que ia matar o chefão da Monsenhor, ou o chefão da Monsenhor falar que ia matar o da Marinha pra tentar tomar a boca dele, porque os caras se reúnem tudo e comem churrasco junto. Pode até acontecer de um querer derrubar o outro na parte da negociação de mercadorias, mas é muito baixa a porcentagem. A guerra em si não se trata do tráfico, às vezes a vítima do homicídio tava com umas pedrinhas no bolso e a polícia e o jornal já anunciam: “é tráfico de drogas, pronto e acabou”, mas eles nem sabem o que aconteceu. Eu nunca vi falar em guerra entre Almada, Jupira, Porto Meira. (RAPPER BR 3).

As disputas por território e as rivalidades entre bairros/áreas ocorrem, mas o predomínio das mortes ocorre pelas disputas nos bairros nesse ambiente inflado pelos mercados ilícitos, mas que envolve a rivalidade juvenil.

iv) Morte pela polícia: A relação polícia e comunidade é historicamente complicada. O Estado continuamente negligenciou sua presença em espaços mais vulneráveis e, quando se fez presente, foi por meio da polícia. Esses espaços sofrem sobreposições de carências de vários serviços do Estado, especialmente na

⁶¹ Pessoa distraída.

área da saúde e da educação, cuja presença para assegurar o “bem-estar” social nesses espaços é ineficiente.

Segundo os *rappers*, existe uma incredulidade quanto à ação da polícia, porque ela é violenta e a rivalidade entre polícia e moradores da periferia ocorre pelo desprezo que a polícia tem com a periferia, por agir com desrespeito e com práticas de humilhação, o que desperta o desejo de vingança, conforme relata o *rapper*:

Hoje em dia é mais fácil uma criança ter medo da polícia do que achar que o polícia é super-herói. Geralmente eles chegam batendo e fazem atrocidades. Eu não sou contra abordar o cidadão, mas não vai fazer atrocidade, como fazer comer droga, bater na molecada, dar tapa na cara, chamar de vagabundo. Muitas vezes eles nem são vagabundos! Nem se meteram com o crime ainda. Aí a molecada quer se armar e esperar a polícia da mesma forma. Quando é possível, eles trocam tiros com a polícia e acabam tombando, porque a força policial é muito maior. A polícia é muito truculenta e é uma das violências que mais afetam a gente. (RAPPER BR 2).

Na fala dos *rappers*, a polícia mata por matar, sem ter motivos para isso. Entre os moradores da periferia, o policial é uma figura respeitada, por ser autoridade, mas é odiada e desprezada. A polícia aparece sempre como ausente de moral, no sentido da moralidade pública e é vista como a única presença do Estado eficiente na periferia, porque bate, prende, humilha e mata, conforme retrata o entrevistado:

A polícia não precisa de um motivo pra matar você, basta não gostar da sua cara. Você não precisa fazer nada, ele mata você e pronto. Você não precisa ter uma arma na mão, qualquer coisa é motivo pra matar. Tem vezes que a polícia enquadra o cara no escuro e fala: “Corre pra ver se eu tô bom no tiro”. A nossa polícia é nojenta, não tem escrúpulos, principalmente a Polícia Militar. A polícia mata, executa e coloca uma arma no chão pra dizer que você reagiu. (RAPPER BR 3).

As mortes por auto de resistência são consideradas comuns pelos *rappers*. As justificativas dadas pela polícia é que a pessoa estava armada ou por ter regido com troca de tiros. Os *rappers* argumentam que muitas vezes essas mortes não ocorreram pela resistência, mas por meio da execução policial: “As mortes que eles registram como auto de resistência são comuns, porque eles alegam que tava armado ou trocou tiro, mas muitas vezes eles executaram” (RAPPER BR 2).

Além da morte pela polícia durante o expediente, os *rappers* acusam alguns policiais de matar fora do expediente, sem a farda e sem a identificação policial. Muitas das desavenças começam durante o expediente, mas a morte é ocasionada em outro momento, conforme o relato:

As execuções ocorrem de diversas formas, porque a polícia camufla, chega como um cidadão comum e mata. Eles chegam encapuzados, à noite. Teve até um caso ali na Vila C que a mulher chorava em cima do corpo e falava: “Foi a polícia que matou o meu marido”. Porque geralmente eles são covardes, eles falam: “Nóis vai te pegá de quebrada, neguinho”. Eles ameaçam, eles fazem esses tipos de gozação e perseguem as pessoas. Eles sempre usam carros descaracterizados, a maioria usa preto, usa coturno, usa luvas e capuz na cara, o que é praticamente um bandido! (RAPPER BR 2).

Durante a pesquisa de campo estava em andamento uma investigação sobre grupos de extermínio em Foz do Iguaçu, mas não consegui maiores detalhes sobre o assunto. Os *rappers* não souberam falar sobre a existência ou não de grupos de extermínio, mas relataram sobre a existência de uma polícia denominada “ninja”:

Eu ouvi falar que existia uma polícia chamada “ninja”, porque eles desciam na favela pra executar. Andavam à noite e com isopor nos coturnos pra não fazer barulho. Trocavam tiros na favela com os traficantes e acabavam matando os craqueiros e as pessoas menos favorecidas. (RAPPER BR 2).

Os *rappers* acusam a polícia de matar sem critérios, sem a pessoa ter um problema específico ou passagem pela polícia. Da forma como agem: perseguem uma pessoa e acabam executando todos os que estão junto dela. Para os entrevistados, a morte precisa ter critérios e o mínimo de “ética” na execução. A crítica feita à polícia é pelo fato de ela matar “parelho”:

Mataram quatro em Foz do Iguaçu e desses um ou dois tinham passagem pela polícia, os outros tavam na fogueira se esquentando. E aí você acha que é normal o cara chegar e matar quatro de uma vez? Não é normal. Se eu tiver uma rixa com alguém, eu vou querer aquele alguém e não os outros. Pode até acontecer um acidente de acabar acertando o outro, mas é raro isso acontecer, porque tudo é bem planejado. Ninguém é burro quando vai matar alguém, porque sabe quem vai matar e a hora que vai matar. Ninguém mata à toa, porque vai ser cobrado. (RAPPER BR 3).

Na percepção dos entrevistados não existem milícias em Foz do Iguaçu: “Eu acredito que Foz não chegou a ter essa coisa assim de polícia mandar na periferia.” (RAPPER BR 3), mas a corrupção policial foi apontada como problemática: “Já houve casos de guardas municipais, que nem polícia é, de estarem escoltando mercadorias e drogas do Paraguai” (RAPPER BR 2). Além disso, existe a propina paga aos policiais para que mercadorias ilícitas cheguem seguras aos grandes centros. Apesar de não gerar mortes diretamente, os entrevistados entendem que a corrupção está entrelaçada com as mortes violentas:

Eu acredito que tenha polícia que recebe propina. Já teve casos de polícia ter a droga pra entregar e perder na metade do caminho, porque outra polícia ficou sabendo. A maioria da polícia é corrupta ou você acha normal uma carga de droga sair daqui e chegar lá em São Paulo? Nunca no Brasil é normal um negócio desses. Se eu tô pagando pra minha mercadoria chegar sã e salva em São Paulo, ela tem que chegar lá, se ela cair alguém vai “pagar o pato”. (RAPPER BR 3).

Existem outras formas de a polícia fazer a morte, quando ela delega para os próprios moradores da periferia a execução, conforme relata o *rapper*: “Teve matador em Foz que trabalhava pra polícia. Tipo, o cara tava roubando muito e dava muito trabalho, aí o policial mandava alguém executar” (RAPPER BR 3).

Muito dificilmente as testemunhas falam sobre as mortes ou fazem denúncias sobre os atos criminosos. Além de todas as regras estabelecidas para o cagete, os moradores também não denunciam por falta de confiança na polícia: “Alguém confia na polícia? A polícia hoje é um mito. Como você vai confiar em alguém que entra na favela, te desrespeita, te dá tapa na cara e às vezes até te mata?” (RAPPER BR 3). O entrevistado segue o relato: “Você já viu a polícia resolver alguma coisa? Se um dia chegarem a roubar meu carro ou minha moto, eu ligo direto lá nos irmãos, porque é mais fácil recuperar meu carro, do que eu ligar pra polícia.” (RAPPER BR 3).

A polícia e a periferia retratam uma guerra cada vez mais declarada entre duas classes que são pobres. Por mais que a polícia represente a sociedade, os policiais que fazem operações em favelas pertencem à classe assalariada menos valorizada na hierarquia policial e social. Da mesma forma, os moradores da periferia pertencem à classe que mais retrata a exclusão social do país. Essa guerra inútil revela a “tragédia anunciada” que é alimentada por questões que vão além do

trabalho da polícia, porque atinge a honra e a masculinidade dos jovens da periferia pela forma como a polícia faz as abordagens e pela truculência aplicada. Esses códigos de honra são tratados no ponto a seguir.

B) **Códigos de honra**: Os códigos de honra também foram relacionados como responsáveis pelas letalidades em Foz do Iguaçu. Ao contrário dos outros motivadores elencados, esses códigos nem sempre estão condicionados à dinâmica dos mercados ilícitos, apesar de esses mercados inflarem essas mortes. Para sistematizar os códigos de honra, elenquei alguns exemplos que foram mencionados pelos *rappers*, conforme segue:

i) **Respeito**: A falta de respeito em um espaço de alta tensão pode ser um motivador que provoca inúmeras mortes violentas. O respeito refere-se às regras não cumpridas, conforme relata o *rapper*:

Eu tenho a seguinte concepção, pra mim é mais a parte do respeito, porque no momento que falta respeito o cara acha que tem que fazer a parte dele [matar], senão alguém vai falar: “Pô, mas o cara fez e você deixou por isso mesmo?”. Quando você cresce numa favela, você sabe o que é certo e o que é errado e você sabe o que pode acontecer. Ali não se cobra somente do adulto, a criança também é cobrada. (RAPPER BR 3).

Com esse exemplo, percebe-se que as regras instituídas pela comunidade devem ser seguidas pelos sujeitos que vivem na comunidade independentemente da idade desses sujeitos. Fazer o “certo” não é seguir os preceitos de justiça instituídos pelo Estado, mas cumprir as regras estabelecidas pela comunidade.

ii) **Morte ocasionada por vingança**: Existe a possibilidade de um familiar ou um amigo querer vingar a morte do parente, do amigo. Essa vingança pode ocorrer, porque a pessoa morta era inocente ou não era o alvo dos atiradores e estava no lugar errado, na hora errada. Se a pessoa que é o alvo estiver em um bar, em uma roda de amigos, o assassino não pode atirar em todos, porque se atirar em quem não tem relação com a desavença: “Os irmãos ficam de cara e vão dar a ideia: ‘Tá loco, mano, fazer um negócio desses! O cara não tinha nada a ver com o bagulho!’” (RAPPER BR 3).

Outra forma de vingar a morte pode estar relacionada com a pessoa que emprestou a arma de fogo, conforme o *rapper* relata: “Às vezes, as pessoas emprestam um revólver, mas os outros ficam sabendo e querem matar quem fez o

serviço e o dono da arma também, porque emprestou o revólver” (RAPPER BR 3). Isso acontece porque: “Se a pessoa emprestar a arma, ela tá ajudando. Aí o outro vai pensar que se juntaram e aí vem o ‘casinha’⁶² e dá a ideia: ‘Ó, mano, se ajuntaram ali, emprestou o revólver e pam!’” (RAPPER BR 3).

Muitas mortes ocasionadas pelos mais diversos motivos geram outras mortes. Conforme os *rappers*, a polícia e os políticos: “Não tem noção que, se morre um, vai morrer mais uns 30, pelo menos” (RAPPER BR 3). Nesse sentido, o *rapper* relata o caso da morte de um traficante, que não foi morto pela prática do tráfico, mas por ter emprestado a sua arma de fogo:

Pra você ter uma ideia, tinha um menino que não era envolvido com o crime, com o tráfico e nem com nada. Ele fumava um breu e vivia a vida dele. Mas aí outro menino foi lá e matou ele por causa de uma menina. O problema é que esse menino pegou a arma emprestada de um traficante e o traficante foi morto, porque os amigos do piá não acharam certo o traficante emprestar a arma. (RAPPER BR 2).

Segundo os entrevistados, quando alguém pede o revólver emprestado é preciso saber para que será usado, porque a arma pode ser usada para fazer um roubo, mas, em outros casos, pode ser usada para executar uma pessoa. A pessoa que será morta pode ser amiga ou conhecida do dono da arma ou um parente do dono da boca. Nesses casos, o dono da arma se recusa a emprestar porque pode gerar vingança.

As mortes por vingança revelam uma espécie de “bola de neve” porque seus motivadores geralmente estão relacionados a mortes anteriores. A morte de um parente, de um amigo ou de um conhecido por uma arma emprestada condiciona um círculo vicioso que aumenta as estatísticas letais.

iii) “Talarico”: O “talarico” é o sujeito que canta, cobiça e xaveca a mulher do próximo. O “talarico” é diferente do “casinha”, que é aquele que arruma intriga, mas se uma pessoa sabe que o amigo está sendo traído e não contar, o amigo enganado pode ficar sabendo e perder a confiança, como relata o entrevistado:

Existe uma regra também nessa parte, se eu sou muito amigo de uma pessoa e a mulher dele tá traindo ele, às vezes eu nem quero me meter na confusão, mas eu chego lá e falo o seguinte, eu vou tacar a ideia real pra você: “Ó mano, se cuida que tem umas pessoas

⁶² “Casinha” é a pessoa que fica arrumando intriga, “dando a ideia”.

aí dando umas ideias, assim, assim, assado, ó, presta atenção na tua mina, que a tua mina não tá fazendo coisa certa”. Ou então eu chego e tasco o be a bá direto: “Ó mano, o negócio é o seguinte, tua mina tá ficando com o maluco lá”. Então vem a parte do respeito, pela minha consideração. Porque se um dia acontece uma coisa e eu tô sabendo do negócio, eu perco a confiança do amigo. (RAPPER BR 3).

Os códigos de honra são bem enraizados nas periferias de Foz do Iguaçu. Um dos entrevistados faz uma comparação com o município de Toledo, também no interior do Paraná, a 150 quilômetros do município:

Como a gente vê, Toledo é um lugar que é jogado às traças, não têm números de homicídios como Foz e não tem o tráfico como Foz, é outra realidade. Em Toledo eu ouvi coisas que você arreperia a cabeça, tipo: “Eu agarrei a mulher do fulano”, “Eu catei a mulher do ciclano”, “Eu bati no fulano”. Isso é coisa que eu nunca ouvi na minha vida, são coisas que não devem acontecer, porque não são coisas do meu cotidiano. (RAPPER BR 3).

O “talarico” em Foz do Iguaçu tem dois destinos, ou ele é desconsiderado ou é morto. Conforme relata o *rapper*: “Dentro da favela, dizem que o maior índice de morte entre as pessoas é por essa coisa da ‘honra’ e muitas pessoas legitimam isso” (RAPPER BR 1). Conforme Galvão (2014, p. 135): “Nessas situações, que geralmente envolvem desafios à honra, a violência não é percebida como algo errado e, portanto, não desperta sentimentos negativos como vergonha e/ou culpa. Ao contrário, a resposta violenta é esperada e valorizada”

iv) “Tapa na cara”: O “tapa na cara” pode parecer inofensivo, mas é um dos atos mais recriminados, porque falta com o respeito, humilha e agride a integridade da pessoa, como afirma o *rapper*: “No rosto não pode! A cara é como se fosse o teu cartão de visita, é o seu rosto, é o seu sorriso. Ali ninguém ‘rela’ e se ‘relar’ o ‘pau come’. A cara é tudo, então, no momento que o cara te deu o ‘tapa na cara’, é uma ofensa extrema” (RAPPER BR 3). Essa ofensa extrema atinge a honra da pessoa: “porque em cara de homem não se bate” (RAPPER BR 3). Essa agressão não é permitida nem por homens nem por mulheres:

O tapa na cara tira todo o respeito: “Me dê um tiro, mas não me dê um tapa na cara”, porque nem o pai e nem a mãe batem na tua cara. Não interessa se é traficante, se é bandido, ou se é polícia, ninguém pode tocar no rosto. Isso é respeito. Já aconteceu de até hoje um cara estar na cadeira de rodas porque deu um tapa na cara de um

moleque. O moleque pegou o revólver e descarregou nas costas dele. (RAPPER BR 3).

Para algumas pessoas, o “tapa na cara” é permitido, mas é porque ninguém está por essas pessoas. Elas não são respeitadas, pois geralmente são os usuários de drogas, ninguém “está por eles”, ninguém os defende e eles não conseguem revidar. Porque o “tapa na cara”, por ofender a honra, faz com que a pessoa revide:

Quando se bate na cara de alguém, geralmente se bate na cara de pilantra, safado, “rato de varal”, “talarico”, estuprador e de quem comete as maiores atrocidades dentro da comunidade. É o “ralé”, é o verme, é o que não tem poder pra nada e geralmente se bate na cara deles porque eles não têm força agressiva suficiente pra retribuir o tapa. Eles não têm poder, não tem dinheiro, não tem arma, não tem família, não tem ninguém por eles. Só se bate na cara de safado. Se você bater na cara de quem não é safado, esse cara vai ficar revoltado e vai revidar. (RAPPER BR 2).

O “tapa na cara” é um dos códigos de honra mais significativos para pensar a construção da masculinidade e da identidade das pessoas que residem nas favelas.

v) “Ter alguém por você”: Essa é uma das maiores necessidades dentro das comunidades, porque existem pessoas que são mais fáceis de matar, por “não têm ninguém por elas”. Quando a pessoa pertence a um grupo ou está com um amigo, esse amigo ou esse grupo tem a obrigação de defender o outro, conforme relata o *rapper*:

Mataram um piá na covardia. Quatro pessoas pegaram o piá e atiraram tijolo, pedra, deram paulada e soco. Só que tinha um piá junto desse que foi morto, um amigo de infância e ele não fez nada. No outro dia, depois do velório, tinha uma banca sentada num barzinho e aí esse piá [que não defendeu o amigo] chegou lá e o povo já entrou na conversa com ele: “Nós ficamos sabendo que você tava junto lá, porque eles mataram o piá?” Aí ele disse: “Foi por causa de mulher”. E aí eles retrucaram: “Mas como você deixa acontecer um negócio desses com um camarada teu, que cresceu com você? Por que você não entrevistou? Por que você não avisou o piá pra ele sair fora ou tentou parar o que eles tavam fazendo?”. Aí ele ainda disse: “Há, porque eu fiquei com medo dos caras querer vir pra cima de mim também”. Depois que esse piá foi embora, aí um já falou assim: “Isso não tem nem como ‘passar pano’, isso tem que empurrar logo, safado, pilantra, nem pra defender o amigo”. Aí um já disse: “Eu tenho uma arma aqui”. Aí o outro já disse: “Eu vou na cena”. Os caras foram cobrar a regra estabelecida e executaram ele deitado no sofá da casa, na frente dos pais. (RAPPER BR 2).

Esse é um caso típico de que a morte foi ocasionada por não ter defendido o amigo das agressões que o levaram à morte, uma vez que esse amigo era a pessoa que “estava por ele” e deveria intervir. O medo de ser morto não justifica, porque poderia ter pedido ajuda. Conforme o *rapper*: “Esse menino não foi morto por causa da droga, ele foi morto por causa da mancada de conviver com o amigo há tanto tempo e deixar os outros matar ele, sem tentar impedir” (RAPPER BR 2).

Por sua vez, no lado paraguaio, ao falar sobre sua infância, o *rapper* revela a semelhança com os *rappers* do Brasil, como o trabalho infantil, a pobreza e a tentativa de sobreviver do comércio em Ciudad del Este, conforme relata:

Eu me criei num bairro que no começo era tudo mato. Hoje, esse bairro já tá ficando grande, mas não tem papel [registro de imóvel] de onde está morando. Na época era assim, todo dia tinha morte, mas eu era muito piá e não entendia. Eu fui crescendo, via assalto em moto, via vários “cabriteiros”, aqueles que compram os carros roubados do Brasil, via drogas e como se monta para passar. Mas eu comecei trabalhando na rua vendendo pastéis, quando tinha dez anos minha mãe estava na Espanha, daí ela me mandou uma grana e eu comprei cigarros, balas, chicletes e comecei a trabalhar na rua vendendo essas coisas. Depois quando tinha 11 anos já comecei a trabalhar numa loja, depois saí para vender CD na fila de carros, um tempo trabalhei como pedreiro e depois entregando comida. (RAPPER PY 1).

No lado paraguaio, algumas semelhanças com o lado brasileiro são perceptíveis, especialmente quando estão relacionadas aos mercados ilícitos. Por exemplo, uma das motivações para as mortes violentas é não testemunhar o que viu, especialmente quando se trata de um crime: “Você tá vendo, mas não tem que ver nada, tá escutando, mas não tem que escutar nada. Quer falar... prova a sorte! Aqui vale a grana, tudo onde o dinheiro paga, os olhos são vedados” (RAPPER PY 1). Os motivos das mortes violentas, quando infladas pelos mercados ilícitos, se assemelham aos motivos brasileiros e prevalecem os mesmos códigos de conduta e os códigos de honra, como afirma o *rapper*:

A maioria das mortes é porque o cara deve pro outro, ou porque mexeu com a mulher, ou roubou dele, ou porque falou coisa que não devia, ou porque deve droga, ou porque usou dinheiro, ou porque usou pistola e não devolveu, ou porque viu que alguém ia contrabandear daí o cara foi dedo duro, como vocês falam “X9”, enfim, é por isso. (RAPPER PY 1).

A diferença com o lado brasileiro é que esses códigos, apesar de existirem em um grau significativo de semelhança com o Brasil, não geram tantas mortes. A violência e as práticas ilícitas sempre foram presenciadas pelo entrevistado: “Tem dois bairros assim que mais mexiam com isso [mercados ilícitos], um é o Romanzito e o outro é San Rafael. Nesses lugares é mais favelas e eles ficam na barranca do rio Paraná” (RAPPER PY 1).

Para o *rapper*, as mortes sempre ocorrem com o predomínio do uso de faca, mas essa característica mudou depois que entraram as facções brasileiras, argentinas e colombianas. A partir desse momento, o uso do revólver ficou mais presente na operacionalização das mortes violentas no conglomerado urbano de Ciudad del Este. Segundo o *rapper*, essas conexões aconteceram há uns cinco ou seis anos. Tudo indica que foi a partir dos anos 2008 e 2009 embalados pelo processo de repressão e de controle das fronteiras, no lado brasileiro:

Na época era mais faca. Todo mundo só gostava de faca. Se você saía com arma era porque era um vacilão. Era com faca tipo as antigas. Depois chegaram as facções, as conexões do Paraguai com o Brasil, com a Argentina e com a Colômbia. Aí o uso de revólver foi maior e eles matam porque têm medo ou porque querem assegurar que você está morto. (RAPPER PY 1).

Essa possibilidade do avanço das facções brasileiras e de outras nacionalidades e as disputas em torno delas também foi mencionada pelos jornalistas paraguaios. O fato é que a dinâmica e o perfil das letalidades em Ciudad del Este mudaram. Apesar de esta tese não conseguir aprofundar a discussão, uma possibilidade dessas mudanças pode estar relacionada às novas reconfigurações da criminalidade em função das políticas de controle brasileiras, que enfraqueceram um comércio fortemente atrelado ao circuito sacoleiro e deram possibilidades para novas economias ilícitas. Essa é, porém, somente uma hipótese que futuras pesquisas poderão esclarecer.

No lado argentino, os *rappers* entrevistados são índios guaranis. Por isso a violência relatada pelos *rappers* foi a partir da aldeia em que vivem. A distinção entre sociedade e aldeia – sendo que a aldeia, em alguns momentos, eles a denominam comunidade – é a mesma dicotomia existente no Brasil, entre sociedade e

comunidade: “A invisibilidade é grande, ninguém olha pra nós, quem não olha é a sociedade na real” (RAPPER AR 1).

No relato dos *rappers*, as aldeias de Puerto Iguazú sofrem com três problemáticas. A primeira é o uso de drogas com a inserção do *crack*, conforme relata um dos entrevistados: “Dentro da aldeia tem muita gente circulando e vendendo *crack* do Paraguai” (RAPPER AR 2). Outra problemática é a inserção das igrejas neopentecostais. Segundo os entrevistados, essas igrejas vindas do Brasil estão cada vez mais se inserindo nesses espaços e desrespeitando a cultura guarani: “O pastor fica gritando as coisas e vem do Brasil pra arrasar a cultura, mas ele precisa respeitar a nossa espiritualidade” (RAPPER AR 1). A terceira problemática é a invasão de estrangeiros nas aldeias indígenas, especialmente vindos do Paraguai. O *rapper* comenta que: “Começou a morar gente branca dentro da aldeia, vindas do Paraguai, só pra traficar” (RAPPER AR 1). Conforme relata o *rapper*, essas problemáticas geram violência:

Aqui tem muita violência por causa da igreja, da bebida e da droga. Aqui não tem terra, não tem bicho pra comer, não tem árvore pra fazer o remédio e tá se perdendo a cultura. A terra é tudo, se perder a terra, perde a espiritualidade, perde o costume e o jeito de vida guarani. É um verdadeiro etnocídio. Está se matando a cultura devagarinho. Aqui perto eles amarravam as trompas das mulheres e faziam as operações para não ter mais crianças, mas isso sem perguntar para a mulher. Isso aí é genocídio, porque, se não tem mais filhos, acabou tudo. (RAPPER AR 1).

Os entrevistados comentam que as mortes são diferentes na aldeia e na cidade de Puerto Iguazú: “O pessoal da aldeia é mais sensível às mudanças da sociedade, eles ficam muito mais perdidos, porque não é a realidade deles” (RAPPER AR 2). Dificilmente ocorrem mortes violentas na aldeia, quando ocorrem, então é por faca e a maioria por brigas, mas a maior parte das mortes ocorre por suicídio, conforme relata o *rapper*: “Existem muitos suicídios e, principalmente, de adolescentes de 17 anos, 18, 19, nossa!”.

Para os entrevistados, a lei privilegia a sociedade porque: “Aqui a terra não é de ninguém, aqui vem um com facão na mão e diz ‘aqui é meu’, aí o outro já diz: ‘aqui tem dono’ e aí começam as disputas. “Em Puerto Iguazú [na sociedade] as mortes são geradas por questões de terra, entre vizinhos, por mulher e por brigas” (RAPPER AR 3).

Em relação às operações de fronteira, o *rapper* relata que: “O pessoal guarani passa sem problemas pela fronteira, sem documento, até criancinha. Os meninos aqui passam de boa, eles entram no ônibus e ficam sentados. O pessoal da aduana olha pra eles vê, que é guarani e deixa passar” (RAPPER AR 2). Por fim, os entrevistados comentam sobre a vivência na Tríplice Fronteira, as particularidades e o “toque de recolher”:

Tem também os pescadores que querem pescar no rio à noite, mas já vem uma canoa e atira, porque não pode. Você já precisa sair de pressa porque senão já começam a atirar, isso é muito louco. Foz também eu acho muito estranho, cinco horas da tarde fecha tudo, eu fico de cara, porque aqui é essa hora que as coisas começam a acontecer. Aqui você pode caminhar tranquilo, não é tão perigoso como nas outras cidades, como Foz e Ciudad del Este. Mas nessas cidades é mais perigoso porque são maiores. No Paraguai é mais perigoso. Muito mais perigoso. (RAPPER AR 1).

Cada lado fronteiriço possui dinâmicas próprias e que retratam as particularidades que o lado fronteiriço vive. Por outro lado, revela semelhanças evidenciadas pelo contexto transfronteiriço.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O OLHAR DA PERIFERIA SOBRE AS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Como vimos, a violência possui uma dicotomia na região da Tríplice Fronteira, pois, enquanto que, para algumas categorias sociais, ela é linguagem e norma social, para outras prevalece o autocontrole e o controle social institucionalizado. Nesse sentido, Tavares dos Santos (2007, p. 18), argumenta que: “[...] Na sociedade em processo de mundialização, efetiva-se uma pluralidade de diferentes tipos de normas sociais, podendo-se ver aí uma simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis.”.

Em determinados espaços, a violência é uma forma de sociabilidade que se expressa nas normas estabelecidas. Nas periferias de Foz do Iguaçu, o controle social se expressa na violência que se configura em um dispositivo de controle, aberto e contínuo. As regras de conduta e os códigos de honra são as normas estabelecidas pela comunidade. As regras de conduta são criadas necessariamente pelos mercados ilícitos, enquanto que os códigos de honra são criados pela

comunidade e se potencializam nos mercados ilícitos ou são apropriados por eles, em determinados momentos, conforme relata o *rapper*:

Algumas relações se criam ali, assim como nas cadeias. Na rua você pode cumprimentar a namorada do seu amigo, pegar na mão ou beijar no rosto. Na cadeia tem que abaixar a cabeça na hora da visita e nem olhar pra menina. Então, nos mercados também tem códigos que são diferentes do dia a dia. (RAPPER BR 1).

Tanto as regras de conduta quanto os códigos de honra se entrelaçam nesses espaços, transformando-se em uma fórmula letal. Por isso os mercados ilícitos transnacionais e do varejo não podem ser ignorados. É preciso considerar, porém, que existem outros motivadores como os códigos de honra, que também desencadeiam várias mortes. Esses códigos, relacionados a um ambiente com exacerbada masculinidade, com o acesso facilitado a potentes armas de fogo, com disputas por sobrevivência econômica em um mundo criminalizado, potencializam as incidências das mortes violentas.

O fato de o indivíduo “trabalhar” com os mercados ilícitos, de usar drogas e de viver em favelas, isso não faz dele uma vítima potencial, única e exclusiva, desses mercados. Muitas vezes, sua morte pode se relacionar aos códigos de honra que compartilha nesses espaços. Em especial, porque existe uma separação muito evidente entre “comunidade” e “sociedade”, conforme relata o *rapper*:

O fato de ter sido encontrado pedrinhas no bolso do cara, não é suficiente para dizer que foi por isso que ele morreu. Ele pode ter mexido com a mulher de outro cara ou pode ter acontecido outra coisa, mas a imprensa e a polícia joga tudo pra debaixo do tapete. A polícia precisa dizer alguma coisa. É fácil falar isso. (RAPPER BR 3).

Para os moradores das periferias, todos são iguais. Então o respeito deve prevalecer entre eles, independentemente da condição econômica de cada um, que é, na ampla maioria, condição de pobre, conforme relata o *rapper*:

Você é igual a mim, então você não pode roubar de mim, porque você estaria fazendo isso a qualquer um da comunidade. Não importa se dentro da comunidade você tenha um helicóptero ou uma bicicleta. Indiferente se roubarem a minha bicicleta ou o teu

helicóptero, a mancada, o vacilo, o “milho”⁶³ é o mesmo. (RAPPER BR 2).

Não se pode atribuir essas mortes única e exclusivamente aos mercados ilícitos, sejam negócios transnacionais, sejam atividades menores no varejo, mas, como afirma o *rapper*. “É lógico que, quando estão defendendo seu posto de trabalho, de sobrevivência econômica, amplifica os conflitos, porque, dentro das atividades ditas ilícitas, a disputa é gigante dentro das favelas” (RAPPER BR 1). Os códigos de honra muitas vezes antecedem os mercados ilícitos e algumas relações se criam nesses mercados. Resumidamente, as regras na comunidade funcionam da seguinte forma:

Dentro da comunidade existem as regras que nós somos acostumados e crescemos aprendendo isso. Você não pode caguetar porque o cagueta, o X9, não vai longe, uma hora ou outra ele acaba sendo descoberto. O milho, o rato de varal, o pilantra não têm êxito. Os estupradores e os safados não têm perdão pra eles. Então você já cresce naquela regra. É como se fossem as nossas leis normais, só que dentro da nossa comunidade, com o nosso propósito, que é a de proteger as nossas coisas, porque senão sairia fora do controle pra eles [sociedade] e pra nós. E outra coisa, não adianta eu chegar aqui e matar o seu esposo a troco de nada. Eu não posso. Porque pode ser que alguém que nem é amigo dele, vai ver eu com o olho diferente. Ele deve pensar assim, se ele faz assim com ele, ele pode fazer a mesma coisa comigo. É um safado, é um pilantra. (RAPPER BR 2).

Para sintetizar os resultados obtidos, o Quadro 06, a seguir, compara as regras de conduta e os códigos de honra relatados pelos *rappers* dos três lados da fronteira. Na abordagem deste capítulo não estou me referindo aos outros tipos de motivações, como o latrocínio, as mortes por violência de gênero, dentre outras que também engrossam as estatísticas letais na Tríplice Fronteira.

⁶³ “Milho” é o vacilo.

Quadro 06 – Comparação entre regras de conduta e códigos de honra

Brasil		Paraguai		Argentina
Regras de conduta criadas pelos mercados ilícitos	Códigos de honra criados pela comunidade	Regras de conduta criadas pelos mercados ilícitos	Códigos de honra criados pela comunidade	Interpessoais (na cidade)
<ul style="list-style-type: none"> • Roubo • Cagüete • Disputa por território • Rivalidade de área • Polícia 	<ul style="list-style-type: none"> • Respeito • Vingança • Talarico • Tapa na cara • Ter alguém por você 	<ul style="list-style-type: none"> • Cagüetar • Ficar devendo • Roubo 	<ul style="list-style-type: none"> • Mexer com mulher • Uso de arma sem devolver 	<ul style="list-style-type: none"> • Brigas por terra • Brigas entre vizinhos • Brigas por mulher

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2014).

Essas regras são construídas porque o Estado, que cria a normatividade para uma sociedade, não garante os mínimos direitos sociais aos moradores da periferia, mas garante o uso legítimo da força física nos termos de Weber. A polícia – da sociedade – não os representa, não resolve seus conflitos, desrespeita, humilha e ainda atrapalha seus negócios. Ao recorrer a essa autoridade considerada inimiga, rompe-se com as normas estabelecidas pela comunidade, razão por que existe a lei do silêncio.

O homicídio, que se caracteriza pela execução, tem formas muito parecidas de operacionalização. Geralmente um homicídio é cometido com o uso de moto ou de carro e geralmente há duas pessoas envolvidas, sendo que uma dirige o veículo e a outra atira. A moto é usada por ser ágil. As pistolas são as armas mais usadas e as mortes são produzidas com muitos tiros, conforme o relato:

Hoje é mais por execução: passa com a moto, dispara, corre e vai embora. Agora faca é muito raro acontecer, porque se você for faquear corre o risco de pegar o sangue da pessoa em você. Então o cara vai para a execução mesmo, pra matar mesmo, porque daí não tem mais chance da vítima levantar. (RAPPER BR 3).

Quem comete o homicídio dificilmente é contratado para fazer o serviço. Isso não significa que não existam grupos de extermínio ou matadores de aluguel em Foz do Iguaçu, mas o montante de mortes ocorre pelos mais diversos motivadores entre homicida e vítima, conforme relata o *rapper*. “Matador de aluguel é muito raro, é a pessoa mesmo que faz” (RAPPER BR 3). Para o outro entrevistado: “Aqui não existe assim aquela quadrilha, ou grupo de extermínio, que possa sair por aí exterminando

os outros” (RAPPER BR 2). A maioria das execuções não são terceirizadas, pois quem as comete possui motivadores pessoais:

É a pessoa mesmo que faz o serviço, mas tem matador também, mas é raro. Em Foz tem mesmo é cara com sangue frio, de cara que gosta de fazer o serviço. É muito raro o cara pagar alguém pra matar. Porque assim você vai pagar pra algum cara, aí eles pensam: “E se esse cara chegar a ser preso e te derrubar, aí não vão rolar. Então eu vou lá mesmo, me junto com o fulano e pronto”. (RAPPER BR 3).

A pistola 9 mm é usada porque tem a capacidade de disparar muitos tiros. Esse é um tipo de arma mais comercializado em Ciudad del Este, porque o acesso é facilitado, conforme relata o *rapper*:

A 9 mm é uma arma que você dá vários tiros 15, 17, 21, então é difícil a pessoa sobreviver. Mas depende da munição que usa também. Tem a munição que atravessa o corpo e tem aquela que é explosiva. Quando o cara vai fazer a execução, ele já vai preparado pra matar, pra dar direto na cabeça e não voltar. (RAPPER BR 3).

O que determina a quantidade de tiros é o “sentimento” que o homicida tem em relação à sua vítima, mas também para se certificar da morte, porque: “Tem cara que tem o ‘santo forte’, a quantidade de tiros é pra ter certeza que matou mesmo, por isso a 9 mm é o ‘ó!’” (RAPPER BR 3). Se a vítima sobreviver, iniciará um processo de vingança:

Por isso o cara vai logo pra dar na cabeça. Então ele pode dar uns cinco ou dez tiros, depende da adrenalina que ele tá. Porque na hora que o cara vai pra matar, o coração dele dispara a mil. Aí o cara vai pensar se a polícia bater, na hora ele tá com mil coisas na cabeça. Então na hora vai depender do sentimento que ele tem por você. Se ele tá com muito ódio, se ele tá com muita raiva. Tem tudo isso. (RAPPER BR 3).

Conforme Zaluar (1996), o fato de a Justiça não ter como ser acionada por causa das ilegalidades normatizadas, as armas de fogo tornam-se muito eficazes para eliminar o oponente: “[...] as armas de fogo são extremamente eficazes para destruir desafetos e rivais, para dominar as vítimas, para amedrontar possíveis testemunhas e criar respeito entre comparsas e policiais, garantindo a impunidade.” (ZALUAR, 1996, p. 99-100).

Por fim, é preciso considerar que essa perspectiva possui limitações, principalmente porque as mortes violentas não são a única alternativa de respostas aos conflitos existentes nas periferias. Ressalto, assim como Feltran (2014), que a imensa maioria dos jovens de periferia não está no mundo do “crime” e que a imensa maioria dos que estão no “crime” não comete crimes violentos, apesar de a representação coletiva colocar toda a periferia como a responsável pela violência letal, especialmente por vincular a periferia com o tráfico internacional.

Os códigos que valem para uma periferia podem não valer para outra – na mesma cidade –, isso porque cada uma constrói suas regras coletivamente. Para tanto, este mundo precisa de uma cultura não criminológica de controle (GARLAND, 2008), fundada em praticidade e conservadorismo, mas uma criminologia animada pela inovação cultural e dedicada à possibilidade progressiva.

Por fim, a hipótese se confirma, porque os setores subculturais representam e significam as mortes violentas de forma distinta das forças culturais dominantes. Eles não atribuem à fronteira e aos mercados ilícitos transnacionais a causa das letalidades.

6 CONCLUSÃO: APONTAMENTOS PARA O DEBATE SOBRE AS MORTES VIOLENTAS NA REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

A proposta desta tese foi entender as representações sobre as letalidades na Tríplice Fronteira pelas forças culturais dominantes, bem como entender a influência dessas representações na formulação das políticas de controle. Por fim, a forma como essas políticas atingiram os moradores das periferias e como os setores subculturais representam e significam as letalidades também foi objetivo da pesquisa. Para encerrar esta tese exponho um resumo com os resultados alcançados e, na sequência, traço uma análise sobre as mortes violentas da Tríplice Fronteira e, por fim, proponho uma agenda de pesquisa.

6.1 AS LETALIDADES NA TRÍPLICE FRONTEIRA: SÍNTESE

A primeira parte do trabalho mostrou como as forças culturais dominantes representam as letalidades na Tríplice Fronteira. Como visto, no lado brasileiro o predomínio das representações está relacionado aos mercados ilícitos transnacionais; no lado paraguaio existe uma divisão entre os motivadores relacionados ao narcotráfico e aos motivadores não relacionados ao narcotráfico; e no lado argentino predomina a representação sobre motivadores interpessoais. Diante dos resultados encontrados com a pesquisa de campo, a hipótese foi parcialmente confirmada, porque no lado argentino as representações não estão atreladas ao fator fronteira nem às práticas ilícitas.

A segunda parte do trabalho abordou as consequências dessas representações para a formulação de políticas de controle. No Brasil, foram implementadas duas políticas de controle e uma terceira política está em desenvolvimento. Essas políticas possuem dois perfis distintos: duas fases são políticas de urbanização e uma é estritamente de operações policiais. Essas políticas urbanísticas foram consideradas políticas de controle pelo caráter de sua execução e pelas consequências que geraram na variação das taxas de mortes violentas em Foz do Iguaçu. Por outro lado, não foram detectadas consequências ocasionadas pelas políticas de urbanização do lado argentino e do lado paraguaio em relação à variação das letalidades e da criminalidade violenta.

A primeira política de controle em Foz do Iguaçu foi aplicada na segunda metade da década de 1990, com a construção da avenida relacionada ao Projeto “Beira Rio”. Essa política ocasionou a remoção das favelas que estavam na barranca do rio Paraná, entre a Ponte da Amizade e o centro de Foz do Iguaçu. A construção dessa avenida foi um pretexto para remover as favelas que estavam próximas ao centro e que eram consideradas pelas forças culturais dominantes, locais violentos e estratégicos para o tráfico internacional e o contrabando.

As famílias removidas dessas favelas foram morar no Projeto “Cidade Nova”. O projeto era um programa habitacional com casas populares que ficavam embaixo dos linhões das Furnas e próximas à Itaipu Binacional. Essa política de controle foi criada levando em consideração as representações das forças culturais dominantes, que estabeleceram uma relação direta entre violência e mercados ilícitos transnacionais. Uma das consequências dessa política foi o aumento considerável das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, entre os anos 1993 a 2006, quando chegou a 102 mortes por 100 mil habitantes.

A segunda política adotada no lado brasileiro foi a intensificação das forças de segurança para coibir o circuito sacoleiro. Esse ciclo econômico atingiu seu auge na década de 1990 e enfraqueceu na década dos anos 2000. Ele se caracterizou pela compra e venda de mercadorias importadas, disponibilizadas no *microcentro* de Ciudad del Este. As atividades laborais, como a venda de alimentos e de produtos eletrônicos nas ruas mais movimentadas, e o transporte de mercadorias eram exercidas por trabalhadores pobres, do Brasil e do Paraguai, expulsos ou não, absorvidos pelo mercado de trabalho formal.

Roseira (2009), estima que aproximadamente 18 mil pessoas chegaram a viver dessa atividade. Aproximadamente oito mil residiam no lado brasileiro e atravessavam a fronteira para trabalhar no Paraguai, e aproximadamente dez mil viviam como laranjas. Além do emprego indireto que essa atividade gerava, o “turismo de compras” suscitava ganhos para o comércio de Foz do Iguaçu, como restaurantes, lanchonetes, hotéis, supermercados, comércio atacadista e varejista, taxistas e para as principais atrações turísticas da cidade. Conforme Rabossi (2009), uma das prováveis razões de Cidade do Leste ter se tornado um centro comercial tão destacado é o fato de ela ser uma praça comercial sem ou com poucas cargas tributárias (Zona Franca).

As políticas neoliberais e neoconservadoras adaptadas ao Brasil passaram a criminalizar os pobres e excluídos do mercado de trabalho formal por meio da criminalização de suas práticas. Essa forma de controle legitimada pelo discurso oficial e pelas forças culturais do local tratou os trabalhadores do circuito sacoleiro, especialmente aqueles envolvidos em atividades como laranja, sacoleiro, muambeiro, barqueiro, entre outros, como traficantes de drogas, mesmo que a natureza de suas práticas fosse judiciada como contrabando ou descaminho. O tratamento igualitário de práticas ilícitas e/ou ilegais com naturezas diferentes fez com que as políticas de controle fossem implementadas genericamente.

Essas forças coagiram o fluxo e o transporte de mercadorias lícitas vindas do Paraguai, como de eletroeletrônicos, de brinquedos, de roupas, de bebidas etc., que, em alta quantidade, geram o crime de descaminho pela sonegação de impostos. O controle ao circuito sacoleiro atingiu diretamente o comércio do *microcentro* de Ciudad del Este, tendo como consequência a retração desse comércio e as demissões em massa de trabalhadores do setor, também agravadas pela flutuação cambial (alta do dólar).

O resultado mais imediato dessa política foi o desencadeamento de uma série de mudanças nas práticas lícitas e ilícitas, que forçou muitos laranjas e sacoleiros a reinventar rotas ou a mudar de setor. Fez também com que traficantes e contrabandistas alterassem a sua rota para o lago de Itaipu, que abrange a extensão territorial de Foz do Iguaçu até Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. Outros mudaram a forma de transporte terrestre e aquático para a via aérea. Em outro movimento, vários trabalhadores pobres se deslocaram para as plantações de maconha no Paraguai. As mudanças nas práticas ocorreram porque o tráfico e o contrabando não precisam de um ponto comercial para a negociação da mercadoria. Por isso, o tráfico de drogas e de armas, no atacado e no varejo, também se reconfigurou nesse processo e se difundiu para toda a região.

Por fim, as mudanças no comportamento das letalidades no lado brasileiro foram estimuladas pelas políticas de controle focadas na repressão dos crimes de fronteira, que ocorrem simbolicamente na Ponte da Amizade, forçando a migração do local e das práticas ilícitas. As operações policiais contribuíram para que os crimes ficassem cada vez mais complexos, pesados e organizados e se distribuíssem ao longo da faixa de fronteira paranaense.

As políticas implantadas para Foz do Iguaçu não foram eficientes para diminuir as letalidades na fronteira. As políticas de repressão implantadas desde 2003 foram nitidamente responsáveis pelas quedas sucessivas das mortes no município de Foz do Iguaçu, mas até o momento as taxas ainda estão significativamente elevadas e muito acima da média nacional, além de não terem voltado às taxas anteriores, como da década de 1980 e início da década de 1990.

A segunda fase das políticas de controle conseguiu inibir o comércio de mercadorias legais e praticamente inviabilizou o circuito sacoleiro. Entretanto, ela não acabou com a prática do transporte de mercadorias na fronteira como o contrabando e o tráfico de armas e de drogas. Por outro lado, Foz do Iguaçu se beneficiou com a intensificação policial, pois as taxas de mortes violentas caíram consideravelmente a partir do ano de 2006, apesar de continuarem altas. Mas, como toda política de controle pontual, que forma uma espécie de “ilha de segurança” em um local, a consequência é a difusão desse tipo de violência nos municípios vizinhos.

Isso nos obriga a desmistificar o que é amplamente divulgado pela mídia: que a **fronteira** e o **tráfico internacional**, juntamente com o **contrabando**, geram mortes. Como observamos com a pesquisa de campo, esse fenômeno se manifestou somente em alguns municípios da faixa de fronteira dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e esses municípios não estavam necessariamente localizados na *linha* de fronteira. Por isso, o fato de os municípios estarem próximos ou na linha de fronteira não é determinante para altas taxas de letalidades. O mito de que fronteira causa morte precisa ser superado em razão de que existem fatores vários que contribuem para desencadear essa conjuntura letal, ou seja, cada fronteira apresenta, de forma particular, a sua conjuntura e a sua dinâmica.

Atribuir somente aos mercados ilícitos transnacionais a motivação das mortes violentas também é problemático, porque a prática do transporte ilícito ocorre cotidianamente na fronteira Brasil-Paraguai, mas poucos municípios localizados nessa *linha* de fronteira são afetados consideravelmente com o fenômeno das letalidades. Nos locais em que essas atividades ilícitas são frequentes, certamente alguma influência acaba sendo exercida para os desfechos letais.

Na faixa de fronteira paranaense ocorreram dois processos distintos relacionados às letalidades: a difusão e o *aumento geral* da média de mortes

violentas nos municípios dessa faixa de fronteira; e o *aumento exponencial* dessas letalidades em alguns desses municípios.

Uma combinação de fatores pode explicar as altas taxas de mortes violentas na faixa de fronteira paranaense. As políticas de controle aplicadas em Foz do Iguaçu forçaram a mudança das rotas e das práticas dos mercados ilícitos transnacionais e dos mercados ilícitos no varejo. Ocorre, porém, que esses mercados ilícitos exercem influências diferentes sobre o espaço em que atuam.

Com a criação de novas logísticas dos mercados ilícitos transnacionais, a dinâmica social dos municípios mudou. Tudo indica que os municípios *umentaram genericamente* as suas médias de mortes violentas a partir dessa reconfiguração social. Por outro lado, as letalidades *umentaram exponencialmente* nas cidades com maior densidade populacional, como Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Medianeira.

Essas cidades podem ser consideradas entrepostos de mercadorias ilícitas vindas do Paraguai e são municípios mais populosos, mas também municípios que foram “desbravados” pelo tráfico a varejo. Os mercados ilícitos no varejo geralmente se manifestam em espaços cuja população carece da presença do Estado. Esses espaços periféricos inflados pelos mercados ilícitos do varejo fazem valer os códigos de conduta e de honra. Como a presença do Estado é mínima, a maioria dos conflitos é resolvida a partir de determinados códigos que geram as mortes.

Resumindo, cabe registrar que, desde 2003, as taxas de letalidades aumentaram ao longo da faixa de fronteira paranaense, com isso ocorreu a elevação dessas mortes na maioria dos municípios em um processo de difusão. A maioria dos municípios não possui taxas de letalidades maiores porque são cidades pequenas e sem a configuração de espaços com ausência do Estado. Os mercados ilícitos transnacionais podem ser um dos responsáveis por elevar os números gerais de mortes na faixa de fronteira paranaense. Em relação ao aumento exponencial em algumas cidades, a tendência é que a densidade populacional, combinada com espaços periféricos inflados pelos códigos estabelecidos pelos mercados ilícitos no varejo, é que estejam elevando as taxas de letalidades desses municípios.

A terceira política de controle que está em desenvolvimento está materializada no Projeto “Beira Foz”. Esse projeto é a segunda etapa do Projeto “Beira Rio”, que foi ampliado e ganhou apoio financeiro da Itaipu Binacional e dos governos estadual e federal. O projeto configura a remoção de várias favelas que

ainda se encontram nas barrancas dos rios Paraná e Iguaçu, além de outras favelas espalhadas pela cidade. O projeto prevê a ampliação da Avenida Beira Rio, que é muito parecida com a Avenida Costaneira, na Argentina.

A pretensão é que a Avenida Beira Rio se estenda da Usina da Itaipu até a Ponte da Fraternidade, que liga o Brasil à Argentina. Nesse projeto, juntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento 3 (PAC 3), está prevista a construção da segunda ponte internacional com o Paraguai. A intenção do projeto é ocupar as barrancas dos rios com a instalação de obras voltadas para o turismo por meio de concessões ou de leilões. O espaço será destinado à construção de hotéis de luxo, de restaurantes e de condomínios fechados e tornará os rios atrações turísticas, porque a alegação tradicional é que os rios são utilizados para o crime. As consequências desse tipo de projeto serão o retorno da elevação das taxas de letalidades em Foz do Iguaçu, tomando por base o que ocorreu com o Projeto “Beira Rio”. Essa elevação das taxas de letalidades pode vir a ocorrer não pelo projeto em si, mas por causa das velhas práticas de remoções de favelas, que, ao que tudo indica, ocorrerão sem considerar os códigos e as regras que as comunidades possuem.

A eleição das Cataratas como uma das sete maravilhas da natureza em 2011 ajudou o setor do turismo a se fortalecer, especialmente por aumentar as visitas ao local e gerar receitas nos lados brasileiro e argentino. Por mais que o setor do turismo não tenha sido o setor econômico predominante no lado brasileiro e no lado paraguaio, a formulação e a implantação de políticas no lado brasileiro sempre estavam atreladas ao discurso higienista e de melhor ordenamento do espaço. As forças locais, com o discurso da “vocação natural” do turismo, criaram as políticas urbanísticas, mas que se revelaram influentes no comportamento das letalidades no local.

Sob a coordenação do então vice-presidente Michel Temer, em 2012, a guinada radical para o controle na fronteira fez o governo federal encerrar os projetos desenvolvimentistas para toda a faixa de fronteira brasileira. A partir desse momento o governo federal focou ações estritamente no controle e na política da “guerra às drogas”. Essa política transformou o trabalhador fronteiriço em um potencial criminoso, cuja relação histórica com a fronteira, já criminalizada, passou a ser mais enfaticamente controlada. Por outro lado, as consequências no conglomerado urbano de Ciudad del Este foram a retração do comércio que tenta se

reconfigurar com a campanha de atração das indústrias *maquiladoras* com foco nas indústrias brasileiras.

No lado argentino e no lado paraguaio, os projetos urbanísticos não influenciaram no comportamento das taxas de letalidades. Diante dos resultados encontrados com a pesquisa de campo, a hipótese se confirmou parcialmente, porque a política implantada para conter o circuito sacoleiro pelo Brasil não foi arquitetada pelas forças culturais do local, mas pelo governo federal, juntamente com o governo do estado do Paraná, por pressões do governo americano, em um plano maior de seguridade para a Tríplice Fronteira, ou seja, no plano internacional da “guerra ao terror”. Essa intervenção revela que a Tríplice Fronteira e suas questões de segurança não foram pensadas somente no nível local, mas também no nível nacional e global.

Antes disso, o governo argentino já havia reforçado o controle na Tríplice Fronteira com a implantação de todas as forças existentes do país e que ainda não estavam instaladas no local, ou seja, aumentou o efetivo naqueles que ali já estavam e reforçou consideravelmente o controle migratório. Para conter o circuito sacoleiro, o Paraguai nada fez, porque atingiria em cheio as forças culturais dominantes instaladas no *microcentro* de Ciudad del Este: o comércio dos árabes. Como consequência do declínio do circuito sacoleiro, as forças culturais paraguaias, influenciadas pelas forças brasileiras e com apoio da Itaipu Binacional, impuseram a mesma ordem ideológico-econômica: política de urbanização para o turismo, mas, paralelamente, em outro movimento, tenta-se atrair indústrias de *maquilaria* multinacionais.

Por fim, é preciso analisar o que se representa pelas forças culturais dominantes e pelas subculturas sobre as mortes violentas na Tríplice Fronteira. Enquanto as forças culturais dominantes de Foz do Iguaçu consideram que os motivadores das letalidades se referem aos mercados ilícitos transnacionais, o setor subcultural significa uma série de fatores que negam a fronteira e a esses mercados transnacionais como motivadores causais das mortes violentas.

O caráter pedagógico das mortes (representação policial e jornalística) se contradiz quando essas mortes são vistas pelos *rappers*, que entendem as mortes como uma norma (significado subcultural), com caráter “punitivo”. As letalidades se entrelaçam com os mercados ilícitos em função das práticas exercidas pelas pessoas envolvidas nas mortes violentas. Isso não significa que, necessariamente,

as mortes sejam causadas por esses mercados, mas em grande medida, são potencializadas pelas regras (códigos de conduta e de honra) que existem em seu interior.

6.2 A FRONTEIRA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA

A região de fronteira compartilha códigos entre cada área (país) e, ao mesmo tempo, carrega as características do tempo histórico do lado a que pertence. Por mais que exista um encontro de territórios físicos separados apenas por uma linha natural (rios Paraná e Iguazu), cada lado teve seu espaço construído conforme sua identidade nacional, suas forças políticas, econômicas e culturais, que deram características bem distintas para cada lugar e que possuem internamente tempos históricos diferentes. Da mesma forma, as mortes violentas na Tríplice Fronteira vivem em tempos históricos diferentes, de encontros e de desencontros, porque carregam os códigos de cada área.

A Tríplice Fronteira é um espaço pacificado e um ambiente em que predomina a paz entre os povos das mais diferentes etnias, apesar das estigmatizações constantes à comunidade árabe pela imprensa internacional. Essa região é reconhecida como um espaço de encontro que promove a boa convivência entre os povos. As comunidades árabe, chinesa, hindu, entre outras residentes no local, pouco sofrem com a problemática das letalidades. Ao mesmo tempo, a Tríplice Fronteira é reconhecida como um espaço com altas taxas de letalidades, especialmente no lado brasileiro. A maioria dessas mortes é com moradores residentes do próprio lado/país e somente algumas são “importadas”.

As mortes violentas, em uma região como a que está sendo analisada, precisam ser colocadas em dois planos de análise: um é entender as características das mortes de cada país e o outro é entender as características próprias da Tríplice Fronteira, que caracteriza o ato violento. Por isso, além da linha, da jurisdição, existe uma fronteira sociocultural, com tempos históricos diferentes, em que o encontro e o desencontro possibilitam a reflexão sobre as letalidades na Tríplice Fronteira (MARTINS, 1997).

Cada lado (área) desse espaço internacionalizado representa o espaço mais violento dos seus estados e de seus países e tem como semelhança a alta quantidade de mortes violentas, porque os três lados possuem taxas superiores às

taxas nacionais e estaduais. Mesmo que elas não sejam significativamente altas, como no caso do lado argentino e do lado paraguaio, elas chegaram a ser destaque nacional, como no caso de Foz do Iguaçu.

As características das letalidades de cada país demonstram o tempo histórico que cada lado da Tríplice Fronteira vive: do capital, do moderno, do uso da alta tecnologia (armas potentes: pistola 9 mm) com alta quantidade de tiros de grosso calibre e cartuchos que chegam a ter capacidade para 21 tiros, em contraposição às mortes com tempo histórico “arcaico”, por armas artesanais (feitas “à mão”), na punhalada cheia de motivações relacionadas ao contexto interpessoal.

No lado brasileiro é muito recorrente o uso da pistola 9 mm e essa arma está se tornando cada vez mais usual no lado paraguaio, bem como a forma de produzir a morte, que está cada vez mais parecida com o *modus operandi* de Foz do Iguaçu. No lado argentino, e parte das mortes no lado paraguaio, o uso da faca ainda é muito recorrente e revela os motivadores interpessoais, sem seguir a lógica dos mercados ilícitos.

Um dos fatores atribuídos às altas taxas de letalidades em Foz do Iguaçu é o acesso facilitado às armas de fogo, provenientes do Paraguai. A tese do acesso facilitado às armas de fogo foi levantada nos vários estudos de Alba Zaluar sobre as letalidades no Rio de Janeiro, bem como nos estudos de Cerqueira, Lobão e Carvalho e vários outros pesquisadores brasileiros, predominando o argumento que o acesso facilitado provoca os homicídios:

Também impulsionaram a dinâmica dos homicídios no Brasil a proliferação e o uso indiscriminado das armas de fogo pela população, fatores que aumentam a taxa de letalidade e potencializam o medo da população. Sem querer aprofundar esse debate, eis um dado estarrecedor: enquanto nos EUA cerca de 43% dos homicídios são perpetrados por armas de fogo, no Brasil esse índice é de 74%. (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007, p. 158).

Nessa linha de raciocínio é pertinente analisar isoladamente Foz do Iguaçu, cujas mortes por armas de fogo são predominantes e chegam a ser superiores à média nacional, com mais de 80% dos casos. Diferentemente, no lado paraguaio, que é acusado de ser o lugar de origem dessas armas, aproximadamente 60% das mortes ocorreram por armas de fogo. Em Puerto Iguazú, com acesso também facilitado, se o índice for comparado a Foz do Iguaçu, somente uma morte ocorreu

por arma de fogo, além de ser decorrente de um rifle utilizado para caça e não de uma arma com maior poder letal. O ano para comparação desses dados foi 2014.

A questão é: “Por que nessa região transfronteiriça que possui tantas semelhanças, o uso da arma de fogo, como instrumento da letalidade, é usado de forma tão diferente?”. Além disso: “Se o acesso às armas de fogo é facilitado na fronteira com o Paraguai, por que no lado paraguaio o uso não é maior, uma vez que as armas são provenientes desse país, e por que no lado argentino o uso é tão irrisório?”. Nesse contexto comparativo, o acesso às armas de fogo não justifica as altas taxas de mortes violentas. A velha máxima de que armas de fogo não matam pessoas, mas pessoas que usam armas de fogo matam pessoas, se encaixa perfeitamente para essa realidade local. As armas contribuem com esse cenário, mas não o determina, porque é preciso levar em conta a forma como as mortes ocorrem por meio das armas de fogo.

O acesso às armas de fogo provenientes do lado paraguaio é facilitado pelo fluxo de mercadorias e passagem de pessoas. Os valores para adquirir uma pistola 9 mm são considerados baixos, em torno de R\$ 500,00. Isso contribui para que esses homens fronteiriços estejam sempre com armas na cintura, prontos para colocá-las em punho, mas não é somente a arma de fogo que se utiliza na cintura, senão também as armas brancas e as armas artesanais, o que revela um contexto cultural para além do acesso facilitado. O uso da arma é exigido para a defesa em ataques traiçoeiros ou em brigas ocasionais, por isso o homem “precisa estar armado” para a sua defesa. O homem que não anda armado “não é nada”, revelando um contexto de reivindicação da masculinidade e da honra.

Apesar de os três lados carregarem a semelhança do uso de armas na cintura, existe uma diferença muito nítida entre os tipos de armas mais comumente utilizadas em cada lado fronteiriço. Para o *rapper* de Ciudad del Este, usar arma de fogo é coisa de covarde, porque “se você é homem vem no *mano*”, ou seja, vem *pelear*. A briga é para resolver alguma diferença entre aqueles que duelam, resultando em marcas no corpo do oponente. O resultado esperado é marcar o oponente para o resto da vida, sem matá-lo. Por outro lado, o uso da arma de fogo é visto como uma forma de eliminar o outro sem resolver o conflito pessoal medindo as forças – por isso a covardia.

Resumindo, as mortes que ocorrem em cada lado fronteiriço obedecem a uma ordem social do seu país, assim como as características dessas mortes. Por

isso o uso de armas de fogo pesadas de alta tecnologia e o uso de armas artesanais sem ou com baixa tecnologia é diferente de um lado para outro. Enquanto o lado brasileiro vive a dinâmica do capital, do moderno, enquanto isso o lado argentino da Província de Misiones se revela como um espaço rural. Por sua vez, o lado paraguaio está entrelaçado entre esses dois mundos. A lógica em que cada lado está inserido revela a dinâmica das letalidades.

Enquanto as mortes no lado argentino e parte das mortes no lado paraguaio possuem relação direta entre agressor e vítima, no lado brasileiro as letalidades têm relações estabelecidas entre agressor e vítima, mas estão infladas pelos mercados ilícitos, em um contexto de regras estabelecidas por uma comunidade. Isso faz com que as taxas de mortes violentas se elevem por meio das execuções.

A morte por execução, por sua vez, está mais para um recurso para operacionalizá-la do que para uma relação direta e causal com os mercados ilícitos transnacionais, como as forças culturais dominantes do lado brasileiro representam. A execução é um modo de fazer a morte independente de o sujeito estar envolvido com as práticas ilícitas ou não. Mesmo que o sujeito esteja envolvido com os mercados ilícitos na fronteira, não necessariamente pratica ele execução ou é executado em função desses ilícitos, porque a morte pode acontecer por qualquer fator relacionado às regras, aos códigos de conduta e de honra, que até mesmo a polícia não é capaz de identificar.

Quando o *rapper* brasileiro falou que: “o que pode fazer aqui fora não pode fazer no presídio, porque as regras mudam”, ele fez uma analogia entre estar em um ambiente inflado pelos mercados ilícitos ou estar fora deles. A regra para o talarico, nesses ambientes inflados pelos mercados ilícitos, é “cobrar” e a cobrança é “fazer o certo”: desconsiderar ou matar. Em ambientes em que as regras dos mercados ilícitos não são requisitadas, pouco se exige a defesa da honra. Nesses ambientes os conflitos se resolvem, na grande maioria, no sistema da Justiça da “sociedade”.

Ao olhar as configurações e os significados das letalidades em Foz do Iguaçu é possível perceber que nos espaços periféricos do Brasil as regras e os códigos são muito semelhantes e os acordos tácitos estabelecidos entre os moradores variam minimamente. Vários desses códigos que foram detectados em Foz do Iguaçu possuem semelhanças com as regras criadas nas periferias de São Paulo, de Curitiba, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de tantas outras cidades brasileiras, logicamente respeitando as suas particularidades.

Isso significa que não é somente a dinâmica da fronteira que atinge Foz do Iguaçu e a coloca no *ranking* das cidades mais violentas do Brasil, e sim uma dinâmica que ocorre em todo o país. A lei do Estado, escrita, é diferente dos acordos informais firmados entre os moradores desses locais, que disputam mais do que mercados: eles defendem a honra. Sua masculinidade é testada a todo instante e a violência se torna um dos meios para solucionar os conflitos.

Certamente nem todas as mortes estão relacionadas a esses acordos informais em regiões periféricas e interligadas ao ambiente inflado pelos mercados ilícitos do varejo, no lado brasileiro. Nem se ignoram aquelas mortes com motivações que têm sentidos e características parecidas com os outros lados da fronteira. O que estou considerando a título de comparação é o que eleva as taxas.

Em algumas falas dos entrevistados brasileiros, expressões como “mortes bestas”, “mortes banais”, “mortes à toa”, “brigas bestas” apareceram para explicar as motivações das letalidades em Foz do Iguaçu. Assim, enquanto o Estado, personalizado em seus agentes de segurança, continuar a ignorar os códigos de condutas e os códigos de honra estabelecidos dentro das comunidades, a perpetuação dessa “tragédia anunciada” continuará e fará muitas vítimas.

Como Alba Zaluar (2014), já expressou anteriormente: as mortes têm relações culturais e, por serem culturais, foram constituídas em um determinado período. Esses códigos são socialmente apreendidos e por isso podem ser destruídos, porque são decorrentes de um processo histórico. Eles podem ser afligidos com políticas públicas responsáveis e que não enfatizem somente o controle com a força bruta ou com a “violência legítima do Estado”, nos termos de Weber. As campanhas ou as ações contra a violência precisam ser direcionadas aos aspectos culturais, mais do que meramente em ações de defesa.

As políticas devem agir contra a lógica imposta de exclusão social e da estratégia de guerra e devem ser pensadas para inserir o Estado nas periferias, pois historicamente relegou ajuda a essa população carente. A presença do Estado deve virar rotina com a presença de professores, de escolas, de creches, com saúde, com moradias, com saneamento básico, com alimentos, com oportunidades de emprego, com cultura e com lazer, etc. Essa presença garante também que a normatividade do Estado tenha mais chance de ser cumprida. Enquanto existir a polarização comunidade *versus* sociedade, é porque o Estado só garante sua presença com a polícia na periferia. Ao não cumprir seu papel, o Estado contribui com a existência

maciça de letalidades que ceifa muitas vidas inocentes, especialmente de jovens negros das periferias.

Por outro lado, as taxas de letalidades nos outros lados da fronteira ainda não chegaram à mesma situação porque as dinâmicas são diferentes. Por mais que existam acordos tácitos entre os moradores das periferias do lado argentino e do lado paraguaio, elas não estão infladas pelos mercados ilícitos, ao ponto de gerar mortes violentas e estabelecer regras e comportamentos de conduta. Mesmo assim, no lado paraguaio, tudo indica que ali já exista um avanço desses mercados.

Por fim, no Paraguai e na Argentina, nesses dois lados a quantidade de mortes violentas é inferior em relação ao lado brasileiro, também porque a “guerra às drogas” ainda não chegou nesses países, pelo menos não da forma como está implantada e caracterizada no Brasil. Essas mortes não são em maior número nesses dois lados porque o Estado não intensificou o combate dessas práticas, nem criminalizou a pobreza.

Por mais que existam políticas de controle que incitem a “guerra às drogas”, os Estados nacionais precisam entender que o seu papel é crucial para promover a inclusão social, porque enquanto a Justiça, o Estado e todo seu aparato forem vistos como dos “outros”, da “sociedade”, então as regras criadas e os julgamentos comunitários existirão dentro desses espaços subculturais. A guerra entre “nós” e “eles”, entre o “porco” e o “favelado” não termina e alimenta o ódio.

Cada lado da fronteira possui sua dinâmica, seu ritmo, suas particularidades. Não se pode naturalizar o que amplamente é proferido no senso comum de que “a fronteira é violenta”, ou de que “a fronteira não tem a presença do Estado”, ou de que “a fronteira é terra de ninguém”. Carrión (2010), acrescenta que existe uma distinção das violências em cada um dos lados de uma mesma fronteira, como também ao interior do cordão fronteiro de um mesmo lado da fronteira. Isso acontece porque a violência é histórica, plural e heterogênea. Na lógica de Martins (1997), é no encontro e no desencontro de tempos históricos diferentes que se refletem as diferentes características das mortes violentas na fronteira.

6.3 A TÍTULO DE (IN)CONCLUSÃO

O local é o espaço que expressa as diferenças nacionais e o nacional faz alusão a territórios com soberanias distintas. Nas regiões transfronteiriças existem

“economias de fronteira”, altamente diversificadas e compostas por mercados legais e ilegais com uma lógica invasiva nos planos legais, econômicos e políticos, especialmente quando expressam práticas violentas e delituosas. É nesse sentido que Carrión e Espín (2011), argumentam sobre o tratamento da fronteira:

[...] es necesario plantear que esta economía de frontera debe ser enfrentada más desde la perspectiva económica que desde las acciones militares, policiales o diplomáticas. La asimetría económica existente entre países no se resuelve sólo con la represión; más bien, es necesario establecer convenios transfronterizos para asumir la problemática desde la lógica del mercado, para que sea una solución y no un problema. Tampoco se resuelve sólo con políticas de seguridad, porque terminan criminalizando los territorios de frontera y porque éstas deben desarrollarse independientemente de la condición de inseguridad existente. (CARRIÓN; ESPÍN, 2011, p. 13-14).

Cada país marca seu território à sua maneira, assim, o que se verifica é que o Brasil e a Argentina marcam os seus espaços com pesadas forças de segurança e o Paraguai pouco os fiscaliza. Em termos de segurança nacional, a impressão é que estamos no “fim da linha”, que o “outro” – “inimigo” do Estado-Nação – desestabiliza, corrompe e gera violência. Quando analisamos as políticas para a fronteira, verificamos que existe um retrocesso nos últimos anos, um retrocesso porque as operações de fronteira e as demais políticas primam pela segurança nacional e ignoram os moradores locais.

Os governos do Brasil e da Argentina tratam a fronteira pela perspectiva geopolítica como o “fim da linha”, como um espaço que precisa ser controlado e as práticas da população local criminalizadas. Ao intensificar o controle sobre as práticas fronteiriças, as fontes de renda (que podem ser ilícitas ou não) ficam contraídas, o que obriga esses sujeitos a buscar alternativas, como a migração de atividades (formais ou informais, lícitas ou ilícitas) ou de locais de moradia.

O ataque politizado da mídia contribui para estigmatizar a realidade de quem vive na fronteira e por isso as agendas públicas que possibilitam o desenvolvimento econômico e social do local são deixadas de lado. Como o Estado ignora as condições de vida na fronteira, esse espaço se converte em um espaço de exclusão e o “fim da linha” fica mais evidenciado.

O Estado precisa romper com o ciclo do controle intenso para priorizar políticas que promovam a cidadania e a inclusão social para que possam ser

superadas as “regras” letais da comunidade. As políticas públicas de segurança são necessárias em qualquer local do país e isso não seria diferente na faixa de fronteira, mas elas não podem ser o único meio de mudar uma realidade social. Por isso, as políticas de controle deveriam ser mais distributivas do que retributivas (GARLAND, 2008), porque a segurança não pode perder seu caráter de bem coletivo e de ser distribuída de forma igualitária para todos. A população residente na fronteira (faixa ou linha) deve ser tratada como cidadã, não como criminosa.

O desenvolvimento de políticas deve ter propostas integradoras e que contemplem os vários setores sociais e transnacionais, no modelo de “segurança cidadã”. A proposta não pode ser unilateral, ela precisa contemplar todos os lados envolvidos e atingidos, não como tarefa exclusiva do governo, mas que envolva governo, sociedade, instituições, organizações e empresas de forma integrada e dialogada. Ao não pensar de forma integrada, o Estado compromete todo um contexto social, porque os municípios vizinhos sentirão as problemáticas como ocorreu após a intensificação das políticas de controle sobre o circuito sacoleiro. A urgência em pensar políticas integradas é eminente, porque, se não pensarmos, alguém pensará por nós. Os EUA já estigmatizaram a Tríplice Fronteira com o rótulo do terrorismo e fazer exercer mais ainda a sua força é questão de tempo.

As políticas governamentais deveriam ser econômicas e não puramente de controle fronteiriço, pois do modo como se vem controlando, ignora-se o “outro” do país vizinho e se criminaliza o cidadão fronteiriço e suas práticas históricas. Não se resolvem problemas fronteiriços com políticas que reafirmam xenofobias. A fronteira deve ser um espaço de reconhecimento da diferença e não o lugar para a repulsão dos Estados, porque, quando isso ocorre, o que prevalece são as práticas ilícitas ou criminalizadas (CARRIÓN; ESPÍN, 2011).

Esta tese abre várias possibilidades para novas, inéditas e pertinentes pesquisas. Certamente o que consegui alcançar aqui é somente a ponta do *iceberg* sobre as letalidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Dessa forma, são abertas possibilidades para futuras investigações, com pesquisadores com fôlego e coragem suficientes para mergulhar nesse universo hostil, mas ao mesmo tempo recheado de significados que possibilitam o entendimento da violência na região. Por isso, uma **agenda para futuras pesquisas** pode ser pensada, agenda de pesquisa para qual elenco algumas sugestões agora.

Seria interessante a investigação sobre as letalidades realizadas por pesquisadores paraguaios e argentinos, com olhares e significações diferentes. Não restam dúvidas de que pouco se alcançou sobre os significados das mortes no lado paraguaio e temo, inclusive, estar reproduzindo as representações da polícia e da mídia – mas certamente o silêncio do *rapper* paraguaio foi muito significativo. Uma possibilidade do seu silêncio foi por não confiar em mim e/ou por eu não ter criado laços suficientes com o entrevistado para conseguir mais informações. Outra possibilidade é por medo de ele ser exposto e sofrer alguma represália. Gonzalez (2005), já havia alertado sobre a dificuldade de obter informações relacionadas a esse tipo de assunto, por medo de “represálias” de pessoas ligadas a essas atividades ou da polícia.

O fato é que ficou uma lacuna nesta tese e isso possibilita futuras pesquisas. A primeira delas é a evidente mudança de perfil e de quantidade de mortes violentas no conglomerado urbano de Ciudad del Este. Em anos anteriores, o perfil das mortes no lado paraguaio era com menor uso de armas de fogo e, quando ocorriam, era com um ou dois tiros. Raramente ocorriam mortes com muitos tiros e com armas potentes (KLEINSCHMITT, 2012).

Em um período de dois anos, o perfil e a quantidade das mortes violentas mudaram consideravelmente, com incremento de mortes ocasionadas por armamento pesado, com muitos tiros e com muita brutalidade. Como o perfil e a quantidade mudaram, a tendência é pensar que ocorreu o avanço do narcotráfico e das disputas entre as facções nessa região do Paraguai, como apontam os jornalistas e o *rapper* entrevistados. Não deixa de ser uma hipótese aliada ao recuo do comércio de mercadorias lícitas dos árabes, dos chineses e demais mercados que saíram do local encolhidos pelo intenso controle das forças policiais brasileiras.

Na área de segurança e violência são urgentes as pesquisas que analisem as estratégias e as políticas de controle em municípios como Cascavel e Guaíra, porque esses municípios sentiram diretamente o aumento exponencial das mortes violentas a partir de 2003. Esses municípios estão cada vez mais atingidos por essa problemática em detrimento de outros, que poucos as sentem.

Pesquisas que investiguem os impactos econômicos das operações de fronteira em detrimento de políticas mais adequadas e que atendam às demandas regionais seria um caminho viável para entender o que ocorre no local, tanto no Brasil como no Paraguai. Seriam interessantes pesquisas sobre representações

mediáticas que envolvam não só a representação sobre as letalidades, mas sobre os vários tipos de violências para entender o que ocorre no contexto transnacional e que códigos são compartilhados. Em relação ao desenvolvimento regional, uma pesquisa relacionada às mudanças político-econômicas no Paraguai seria muito importante para captar a reorganização econômica do local, com a reestruturação produtiva por meio da *maquila*. Teriam relevância, também, pesquisas que detectassem as consequências no processo de implantação do Projeto “Beira Foz” para Foz do Iguaçu, especialmente no que se refere ao comportamento das letalidades.

Na temática da urbanização, o modelo de reurbanização como o “Beira Foz” é uma das obras executadas de um conjunto de obras que se repetem sistematicamente nas encostas dos lagos das hidrelétricas no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Exemplos como a hidrelétrica de *Yacyretá*, que alagou parte da cidade de Posadas, na Província de Misiones, na Argentina, e Encarnacion, no Departamento de Alto Paraná, Paraguai, demonstram as mesmas práticas: obras grandiosas, investimentos milionários e projetos de reurbanização e remoções de casas no entorno do lago. Ao longo do Lago de Itaipu, no lado paraguaio (Salto del Guairá), isso também está ocorrendo, financiado pela hidrelétrica.

Ainda em termos urbanísticos, uma pesquisa que tenha como objetivo analisar os processos de ocupações irregulares mais recentes, na região Oeste do Paraná, pode mapear e captar movimentos migratórios e origens dessas ocupações. Por fim, o avanço da “guerra ao terror” no Brasil atinge diretamente a Tríplice Fronteira. Compreender as articulações norte-americanas e suas ações concretas nessa região é de extrema importância para quem possui interesse em discutir o terrorismo.

Esta tese deixa muitas lacunas, mas também deixa bem nítido que os caminhos para a pesquisa são inesgotáveis e que permitem novos desdobramentos.

REFERÊNCIAS

A GAZETA DO IGUAÇU. **Polícia**, fev. 2014/jan. 2014-2015.

ABÍNZANO, Roberto Carlos. **Antropología de las relaciones transnacionales en las regiones de frontera. El caso de la Triple Frontera entre Argentina, Bra.** Proyecto de investigación. Universidad Nacional de Misiones, 27 set. 2013a.

_____. Estudos antropológicos em y de la región de fronteras: cuestiones de teoría y metodología. **Ideação – Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde da UNIOESTE**, Foz do Iguaçu, v. 15, n. 2, p. 149-175, 2 sem. 2013b.

_____. Procesos transnacionales en las regiones de frontera: la Triple Frontera en el sistema mundo. **Idéias**, Campinas, n. 9, nova série, 2º sem. 2014.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia (PSI)**, São Paulo, n. 132, p. 7-8, abr./jun. 2002.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 7-29, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down167.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2013.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; ALMEIDA, Letícia Núñez. Violência e Fronteiras: uma análise da gestão dos espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo. **36º Encontro Anual da ANPOCS**. 21 A 25 DE OUTUBRO DE 2012 - ÁGUAS DE LINDÓIA – SP.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A guerra ao terror e a Tríplice Fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos**. 2008. 278f. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Rio de Janeiro, 2008.

ARANHA, Bruno Pereira de Lima. Misiones ante o avanço brasileiro: a fronteira Brasil-Argentina na visão de Juan Bautista Ambrosetti (1891-1894). XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, p. 1-18, 27 a 31 jul. 2015.

ARELLANO, Daniel Bello. Construcción de la realidad a través de los medios de comunicación: terrorismo islámico, intereses geopolíticos y criminalidad en la Triple Frontera del Paraná. **Anagramas**, Medellín, Colômbia, v. 13, n. 26, p. 115-136, jan./jun. 2015.

ARGENTINA. Ministério da Justiça da Argentina. **Estatísticas em matéria de criminalidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.jus.gov.ar/areas-tematicas/estadisticas-en-materia-de-criminalidad.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2011.

BALDIN, Nelma; MUNUZ, Elzira Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. PUC, Curitiba, p. 329-341, 07-10 nov. 2011.

BAREIRO, Sixto Morel. **Desarrollo económico del distrito de Hernandarias - Alto Paraná**. 2015. 50f. Monografía (Bacharel em Ciências Económicas – Economía, Integración y Desarrollo) – Universidad Federal de la Integración Latino Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2015.

BARREIRA, César. Crimes de pistolagem e de mando. In. LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, 2014, p. 308-317.

BARRETO, Miguel Ángel; SÁNCHEZ, Lorena Cesira. El crecimiento de las ciudades Intermedias del NE Argentino en el contexto de las transformaciones regionales. Publicación electrónica (CD ROM) del Seminario Internacional *El rol de las ciudades intermedias iberoamericanas* Organizado por Gobierno de la Provincia del Chaco, UNNE, Municipalidad de Resistencia, FADEA, UIA y UNESCO. 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BÉLIVEAU, Verónica Giménez. La “triple frontera” y sus representaciones: políticos y funcionarios piensan la frontera. **Frontera Norte**, México, v. 23, n. 46, p. 7-34, jul./dez. 2011.

BELLO, Daniel. **La Triple Frontera del Paraná (Paraguay-Brasil-Argentina):** condiciones endógenas institucionales e ilegalidad. Santiago: Ril Editores. 2011.

BRASIL. **Plano Estratégico de Fronteiras**. 2016. Disponível em: <http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/plano_estrategico_fronteras.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei no 13.008, de 26 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 334 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e acrescenta-lhe o art. 334-A. Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13008.htm>. Acesso em: 22 mar. 2016.

BRUIT, Héctor Hernán; ABRAHÃO, Fernando. Criminalidade e modernização em Campinas: 1880 a 1930. Bases teórico-metodológicas e fontes para o seu estudo. **Resgate**, Campinas, v. 9, n. 10, p. 09-22, 2001.

CAMMARATA, Emilce Beatriz. Nuevos escenarios en las fronteras de Argentina-Misiones con Brasil y Paraguay. **Geografia em questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 4, n. 2, p. 22-40, jul./dez. 2011.

_____. **Misiones en el contexto transfronterizo con Paraguay y Brasil.** Representaciones identitarias a partir de la memoria construida y difundida. “Pasos” con historia y diversas prácticas sociales cotidianas. Projeto de pesquisa. 2012.

CARDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio; POLETO, Frederico. Homicídios e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, jan./abr. 2003.

CARDIN, Eric Gustavo. La formación y la organización de los trabajadores de las vías públicas de Ciudad del Este – Paraguay. In: CONGRESO NACIONAL DE

ESTUDIOS DEL TRABAJO. 8., 2007, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2007, p. 1-13.

_____. Globalização e desenvolvimento regional na Tríplice Fronteira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 45, n. 2, p. 162-170, maio/ago. 2009.

_____. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010a.

_____. Expansão do capital e desenvolvimento regional: Foz do Iguaçu entre o legal e o ilegal. **Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste**, Foz do Iguaçu, v. 12, n. 1, p. 101-117, 1º sem. 2010b.

_____. Ação racional e cotidiano: notas para o estudo dos trabalhadores da Tríplice Fronteira. In: MACHADO E SILVA, Regina Coeli; SANTOS, Maria Elena Pires (Orgs.). **Cenários em perspectiva: diversidades na Tríplice Fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 121-140.

_____. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s) – Revista de estudios sobre espacio y poder**, Madrid, v. 3, n. 2, p. 207-234, jul./dez. 2012.

_____. As dinâmicas das fronteiras e as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu / PR (2001-2010). **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 155-181, jul./dez. 2013a.

_____. La historia de una vida en situación de frontera: migración, superación y trabajo en el “circuitito sacoleiro”. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 48, p. 100-109, abr. 2013b.

CARDIN, Eric Gustavo; DORFAMN, Adriana. Estratégias espaciais do ativismo em condição fronteiriça no Cone Sul. **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 31-44, jul./dez. 2014.

CARDIN, Eric Gustavo; SANTOS, Deivid Rossotti. Desenvolvimento turístico e trabalho degradado: a reorganização do mercado no município de Foz do Iguaçu-PR. In: COLÓQUIO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS DE NAVIRAÍ. 2., 2011, Naviraí. **Anais...** Naviraí: UEMS, 2011, p. 1-12.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata**: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. 254f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CARRIÓN MENA, Fernando. De la violencia urbana a la convivencia ciudadana. In: _____ (Ed.). **Seguridad ciudadana, ¿espejismo o realidad?** FLACSO-OPS/OMS: Quito/Equador, 2002, p. 13-58.

_____. En el límite de la vida: la violencia fronteriza. Seminario Internacional “Es posible gobernar la ciudad en zonas de frontera”, IRDC/FLACSO ECUADOR, Quito/Equador, p. 01-18, 22 jun. 2010a. Disponível em: <http://works.bepress.com/fernando_carrion/402/>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. En el límite de la vida: la violencia fronteriza. **Flacso Ecuador. Programa de Estudios de la Ciudad**, Quito/Equador, Fronteras 3, p. 05-09, maio 2010b.

CARRIÓN, Fernando; ESPÍN, Johanna. La geografía del delito en la lógica de frontera. In: _____. (Coord.). **Relaciones fronterizas**: Encuentros y Conflictos. Ecuador: FLACSO, Sede Ecuador, 2011, p. 09-20.

CATTA, Luiz Eduardo. O cotidiano de uma fronteira: a criminalidade e controle social. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 51-59, 1994.

_____. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

_____. Pobreza e marginalidade na Tríplice Fronteira. In: MACHADO E SILVA, Regina Coeli; SANTOS, Maria Elena Pires (Orgs.). **Cenários em perspectiva**: diversidades na Tríplice Fronteira. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 91-120.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 141-176.

COMPANS, Rose. A CIDADE CONTRA A FAVELA: A NOVA AMEAÇA AMBIENTAL. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 9, n. 1, p. 83-99, maio, 2007.

CORDEIRO, Tânia. **Violência e mídia**: elementos para uma reflexão. Leitura de fatos violentos publicados na mídia. Fórum Comunitário de Combate à Violência. Salvador, ano 5, especial, p. 1-3, 25 ago. 2005.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS). Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS). **Estatísticas vitais**. 2016. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2016.

DIARIO VANGUARDIA. **Policiales**, jan./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.vanguardia.com.py/v1/index.php/edicion-impres/policiales>>. Acesso em: dez./jan. 2014/2015.

DIECKOW, Liliana María et al. Estudio de calidad de los servicios turísticos e imagen del destino Iguazú Cataratas. Fórum Internacional de Turismo do Iguassu. 2. 2008. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, 2008, p. 01-22.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTAS Y CENSOS (DGEEC). **Censos**, 2014. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

DREYFUS, Pablo. La Triple Frontera: zona de encuentros y desencuentros. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLIS, Luis Guillermo (Org.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional**: perspectivas y desafíos. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 105-134.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. O homicídio em três cidades. In: FIGUEIREDO, Isabel Seixas de; NEME, Cristina Neme; LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro (Orgs.). **Homicídios no Brasil: registro e fluxo de informações**. Coleção pensando a Segurança Pública, Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013, p. 9-72, v. 1.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e periferia. In. LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, 2014, p. 299-307.

FERRELL, Jeff. Culture, crime, and cultural criminology. **Journal of Criminal Justice and Popular Culture**, Albany, v. 3, n. 2, p. 25-42, 1995. Disponível em: <<http://www.albany.edu/scj/cjpc/vol3is2/culture.html>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

_____. Cultural criminology. **Annual Review of Sociology**, Arizona, v. 25, n. 1, p. 395-418, 1999. Disponível em: <http://www.academia.edu/2606734/Cultural_criminology>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Speed Kills. **Critical Criminology**, Texas, v. 11, n. 3, p. 185-198, out. 2003.

_____. Cultural criminology. **Blackwell Encyclopedia of Sociology**. 2011. Disponível em: <<http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/cult-crim-blackwell-ency-soc.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. **Cultural criminology: an invitation**. London: SAGE, 2008.

GALVÃO, Clarissa. Cultura e subcultura. In. LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, 2014, p. 128-137.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GEMELLI, Vanderléia. **As redes do tráfico**: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai. 2013. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, 2013.

GOMES, Cristiane. **Legislação ambiental do Mercosul e a gestão de recursos hídricos na Tríplice Fronteira**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GONZALEZ, Emilio. **Memórias que narram a cidade**: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu. 2005. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2005.

HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2002.

HAYWARD, Keith. Cultural criminology. In. GOLDSON, Barry. **The dictionary of youth justice**. Cullompton: Willan, 2007. Disponível em: <<http://blogs.kent.ac.uk/culturalcriminology/files/2011/03/youth-justice-dictionary.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

HAYWARD, Keith; FERRELL, Jeff. Possibilidades insurgentes: as políticas da criminologia cultural. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 206-218, jul./dez. 2012.

HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. Criminologia cultural: algumas notas sobre o script. **Revista Internacional Theoretical Criminology**, Londres, v. 8, n. 3, p. 259-285, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**: população 2010. 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410830>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (INDEC). **Población**. 2010. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/nivel2_default.asp?seccion=P&id_tema=2>. Acesso em: 27 maio 2016.

JEFATURA DE POLICÍA DEL ALTO PARANÁ. **Dados sobre homicídios**. 2014.

JEWKES, Yvonne. **Media and Crime**: key approaches to criminology. London: SAGE Publications, 2004.

JORNALISTA EXTREMO. **Foz do Iguaçu é a 5ª cidade com mais homicídios no País**. 30 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/280151/>>. Acesso em: 22 maio 2016.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. **Homicídios na Fronteira Internacional entre o Brasil e o Paraguai**: considerações sobre Foz do Iguaçu e a Região Metropolitana de Ciudad del Este. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*, 2012.

LA VOZ DE CATARATAS. **Policiales**, jan./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.lavozdecataratas.com/locales.html>>. Acesso em: dez./jan. 2014/2015.

LIMA, Fernando Raphael Ferro de. A aglomeração urbana da tríplice fronteira: Foz do Iguaçu no contexto do Paraná. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2007.

LYNN, Josefina. La Triple Frontera y la amenaza terrorista ¿realidad o mito? In: VELÉZ, Fredy Rivera (Ed.). **Seguridad multidimensional en América Latina**. Quito: Flacso Ecuador/Ministerio de Cultura, 2008, p. 57-80.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, v. 8, p. 7-23, jan./jun. 2000.

_____. Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania**: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública, v. 8, p. 123-139, 2014.

MANIFESTO DO IGUASSU, Boletim Informativo da Tríplice Fronteira. **Ponte Sim – Parque Sim**. Foz do Iguaçu, 2. ed. Projeto Águas Grandes, p. 01-04, mar. 2014.

MAPASBLOG. **Mapas de Foz do Iguaçu**, 2011. Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.com.br/2011/02/mapas-de-foz-do-iguacu-pr.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MARTINS, José de Souza. As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 9, v. 25, p. 295-310, 1995.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Operação Ágata**. 2016. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. **Contemporaneidade e Educação**, v. 1, n. 2, p. 93-116, jul./dez. 1997.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

_____. Sujeição criminal. In. LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, 2014, p. 204-212.

MONTENEGRO, Silvia. La triple frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: globalización y construcción social del espacio. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara. 2007.

MOURA, José Carlos. **Territórios cedidos pelo Paraguai**. 3 jul. 2011. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/AuxiSiqueira/politica-externa-2-reinado>>. Acesso em: 22 maio 2016.

MOURA, Rosa. Paraná: meio século de urbanização. **R. RAÍGA**, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004.

NASCIMENTO, André. Apresentação à edição brasileira. In: GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 07-30.

NUÑEZ, Ana Carolina. En Puerto Iguazú, Misiones (Arg.). Ordenamiento territorial y políticas hegemónicas. Una visión crítica. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. 27., 2009, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, p. 1-13.

NUÑEZ, Ana Carolina. Haciendo mi lugar: Territorialidad y Frontera en un asentamiento del Norte de Misiones, Argentina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA; SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE TERRITÓRIO, FRONTEIRA E CULTURA; EXPEDIÇÃO GEOGRÁFICA DA UNIOESTE: ESPAÇOS DE FRONTEIRA – TERRITÓRIO E AMBIENTE. 1., 3., 7., 2011, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011, p. 01-08.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 16-17.

PANIAGO, Paulo de Tarso Resende et al. Uma cartilha para melhor entender o terrorismo internacional: conceitos e definições. **Revista Brasileira de Inteligência/Agência Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 13-22, set. 2007.

PANIAGO, Paulo de Tarso Resende. O papel dos serviços de Inteligência na prevenção e no combate ao terrorismo internacional. **Revista Brasileira de Inteligência/Agência Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 23-28, set. 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “**A garantia soy yo**”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 2004, 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. ***Made in China***. Produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. 2009. 332f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2009.

PLANALTO. **Operação Sentinela aumenta a apreensão de drogas e contrabando nas fronteiras**. 11 jul. 2011. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/operacao-sentinela-aumenta-a-apreensao-de-drogas-e-contrabando-nas-fronteiras/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ. **Dados sobre homicídios**. 2014.

POLICÍA PROVINCIAL DE MISIONES. **Dados sobre homicídios**. 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 152-171, jul./dez. 2002.

_____. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social, Revista se Sociologia da USP**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, nov. 2009.

_____. Violência e representações sociais. In. LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contento, 2014, p. 60-70.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Plano Diretor de Foz do Iguaçu**, nov. 2003.

_____. **Prefeitura**. 2015. Disponível em: <<http://www.pmfi.pr.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2015.

RABOSSI, Fernando. Dimensões da espacialização das trocas: a propósito de mesiteros e sacoleiros em Ciudad del Este. **Ideação. Revista do Centro de Educação e Letras**, Foz do Iguaçu, v. 6, n. 6, p.151-176, 2004.

_____. Negociações, associações e monopólios: a política da rua em Ciudad del Este (Paraguai). **Etnográfica**, Portugal, v. 15, n. 1, p. 83-107, fev. 2011.

RENOLDI, Brígida. Fronteras que caminan: relaciones de movilidad en un límite trinacional. **Revista Transporte y Territorio**, v. 9, p. 123-140, 2013.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade**: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 2015. 263f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. Crime e controle da criminalidade: as novas perspectivas e abordagens da criminologia cultural. **Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 180-190, jul./dez. 2012.

ROSEIRA, Antonio Marcos. **Foz do Iguaçu**: cidade rede Sul-Americana. 2006. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Foz do Iguaçu, integração regional e dinâmica espacial na tríplice fronteira. In: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. **Anais...** Montevideu, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA JUNIOR, Dequex Araújo. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 4, n. 7, ago./set. 2010.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. 218f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Edson Belo Clemente. **A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1998.

_____. Territórios turísticos: estudo da região de fronteira do Brasil com o Paraguai. In: MACHADO E SILVA, Regina Coeli; SANTOS, Maria Elena Pires (Orgs.). **Cenários em perspectiva: diversidades na Tríplice Fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 169-185.

SOUZA, Rosane Cleide de. **O serviço social e a política de habitação**. 2011.

Disponível em:

<http://www.uniamerica.br/blog/servico_social/projetos_de_extensao/o_servico_social_e_a_politica_de_habitacao>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, p. 16-32, jul./dez. 2002.

_____. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11-24.

TAYLOR, Ian ; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **The new criminology: for a social theory of deviance**. New York: 40th Anniversary Edition, 2013.

VARJÃO, Suzana. **Micropoderes, macroviolências**. Salvador: EDUFBA, 2008.

VICTAL, Jane; SOUZA, Adelita Araujo de. A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas: estudo de caso das Vilas de Itaipu. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, Recife, v. 13, n. 1, p. 75-89, maio 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageiros, mensus e colonos**. 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência**: os jovens da América Latina. Distrito Federal: RITLA, 2008.

_____. **Mapa da Violência 2010**: anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 03-17, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2011.